



DO ICAB AO RUCAB:
formação histórica
e contribuição cultural

ORGANIZADORA
ANA MARIA SOUZA MENDES



EDUNISO

DO ICAB AO NUCAB
formação histórica e contribuição cultural

Reitor: Rogério Augusto Profeta

Pró-Reitoria de Graduação e Assuntos Estudantis – Prograd: Fernando de Sá Del Fiol

Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Inovação – Propein: José Martins de Oliveira Jr.

Direção Editorial:

Rafael Ângelo Bunhi Pinto

Editoras Assistentes:

Silmara Pereira da Silva Martins

Vilma Franzoni

Conselho Editorial

Adilson Rocha

Alexandre da Silva Simões

Daniel Bertoli Gonçalves

Denise Lemos Gomes

Filipe Moreira Vasconcelos

Guilherme Augusto Caruso Profeta

José Martins de Oliveira Junior

Marcos Vinicius Chaud

Maria Ogécia Drigo

Rafael Ângelo Bunhi Pinto

EDUNISO – Editora da Universidade de Sorocaba

Biblioteca “Aluísio de Almeida”

Rodovia Raposo Tavares KM 92,5

18023-000 – Jardim Novo Eldorado

Sorocaba | SP | Brasil

Fone: 15 – 21017018

Site: <http://uniso.br/eduniso>

E-mail: eduniso@uniso.br

Ana Maria Souza Mendes
(organizadora)

DO ICAB AO NUCAB
formação histórica e contribuição cultural

Sorocaba/SP
Eduniso
2021

Do Icab ao Nucab: formação histórica e contribuição cultural. ©2021
Editora da Universidade de Sorocaba – Eduniso.

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que
citada a fonte. Todos os direitos desta edição reservados à Eduniso.

Créditos

Capa: Zoomfoccus Comunicação

Diagramação e Secretaria: Silmara Pereira da Silva Martins

Correção ortográfica: Ademir Barros dos Santos

Normalização: Vilma Franzoni

Ficha catalográfica

I22 Do Icab ao Nucab: formação histórica e contribuição cultural / Organiza-
dora Ana Maria Souza Mendes. – Sorocaba, SP : Eduniso, 2021.
261p.

ISBN: 978-65-89550-06-8

1. Núcleo de Cultura Afro-brasileira - Sorocaba (SP - História). I. Men-
des, Ana Maria Souza.

Elaborada por Vilma Franzoni - CRB-8/4485

DEDICATÓRIA

À
Jorge Narciso de Matos (in memoriam);
Bernardino Antonio Francisco.
(idealizadores de nossa entidade).

CALADOS NÃO VAMOS FICAR!

SUMÁRIO

Prefácio.....	9
Apresentação.....	10
Introdução.....	11
Documentos Históricos - Início.....	16
Seminários - Apresentação.....	46
Sobre Alguns Países da África - Breves visões.....	190
Calendário da Negritude - Data marcantes.....	254

PREFÁCIO

A história da Universidade de Sorocaba tem vívidas raízes no movimento sorocabano de respeito e valorização da comunidade negra local. Esta, desde 1993, fez o seu Núcleo de Cultura Afro-Brasileira, que hoje celebra 40 anos de atividade, integrar-se na campanha empolgada e empolgante da criação da Uniso. Mais que isso, criada a Universidade, em 1994, passou a essa novel instituição aquele precioso órgão cultural. E assim, instalado, inicialmente, no *campus* Trujillo, atuou depois no *campus* Seminário e agora vive e frutifica na Cidade Universitária.

Prova concreta e valiosa dessa produtividade funcional está aqui, neste livro, de oportuna publicação. São páginas carregadas de joias históricas, que não poderiam ser esquecidas. É tudo fruto de inúmeros encontros em escolas e associações e de seletos seminários com expoentes na área das ciências humanas, atividades geradoras de pesquisas e projetos focados no papel do negro no desenvolvimento nacional.

A Uniso, ao celebrar neste ano seu jubileu de prata, sente-se feliz de ter incluído no seu seio o Nucab, também aniversariante de 40 anos. Ambos merecem cumprimentos. Ambos prometem, nessa oportunidade, reafirmar seus compromissos com um Brasil melhor, mais humano, mais justo.

Que esse ideal possível e necessário impregne a mente e o coração dos leitores desta obra.

Aldo Vannucchi

APRESENTAÇÃO

Este livro é constituído pela compilação das pesquisas produzidas pelo Núcleo de Cultura Afro-Brasileira – NUCAB – da Universidade de Sorocaba – Uniso, como comemoração dos ininterruptos quarenta anos de atividade do grupo de pesquisadores que o constituem, especialmente durante os últimos vinte e cinco anos, em que a entidade passou a pertencer aos quadros acadêmicos daquela Universidade.

Portanto, tem caráter comemorativo. Mas, não só: pela própria característica deste grupo de pesquisadores, bem como pelos objetivos do Núcleo, esta compilação objetiva, principalmente, servir como fonte de pesquisas e provocadora de curiosidades sobre o mundo africano, quer no continente mãe, quer na diáspora, onde nos encontramos todos nós.

Como formato, a organização do mesmo priorizou, em primeiro lugar, dar-se a conhecer: para tanto, a primeira parte deste livro contém documentos fundamentais para a compreensão das origens, fundamentos, trajetória, atualidade e finalidades do Núcleo; materializando este fim, aí estão o documento-base no qual este se apoia, e que serve, ao mesmo tempo, como instigador e disciplinador das atividades propostas.

No segundo corpo está a espinha desta compilação: excertos da produção acadêmica desenvolvida por seus componentes, abrangendo os diversos campos do conhecimento a que este Núcleo se propõe: aí estão produções sobre a situação social dos negros no Brasil, assim como a análise de seus diversos aspectos sociais e culturais, bem como sua trajetória organizativa desde os tempos da diáspora até os dias atuais.

Os diversos modos com que a religiosidade deste corpo social se revela, também estão contemplados pela abordagem tanto ao islamismo, trazido da África pelos compulsórios imigrantes do chamado Cinturão Sudanês, quanto o candomblé, compilação nacional das religiões geradas no Golfo da Guiné.

Por fim, o calendário que registra fatos importantes para o segmento negro nacional, quer porque ocorridos no continente mãe, quer porque resgatados na diáspora.

O NUCAB, sinceramente espera, com isso, que, além de registrar seu quarto decênio apresentando-se, mais do que presenteado, presenteando a quem se interesse por temática tão negligenciada e distorcida como o é a vivência das africanidades.

É de nossa esperança ter atingido, mesmo que levemente, tal objetivo.

Ana Maria Souza Mendes
Coordenadora do Nucab

INTRODUÇÃO

Final dos anos 70, um grupo de jovens negros iniciava sua lide profissional e se inseria no mercado de trabalho após a conclusão do Ensino Médio: se encontrava nos finais de semana na Sociedade Cultural e Beneficente “28 de Setembro”, na Rua Machado de Assis, 112, em Sorocaba. Muitos deles, ou porque ainda não absorvidos pelo mercado de trabalho ou porque admitidos como aprendizes, rendiam graças aos pais porque eles eram sócios da entidade e assim seus rebentos ali também eram recebidos.

Não há como deixar passar a oportunidade de análise ao nome da entidade. Vivíamos o ano de 1979 e, há noventa anos, nossos ancestrais haviam sido libertos do odioso regime escravista. Para nós, jovens, fazia muito tempo, mas, sabemos hoje, vivíamos o alvorecer do que só agora começa a adquirir tons que prenunciam um dia de sol claro, forte, como deve ser a passagem de cada ser humano nesta Terra.

Sociedade Cultural e Beneficente: das muitas culturas negras presentes no Brasil e no que restou em cada negro escravizado, sacado do seu direito humano, somos herdeiros.

Porque negros, se ainda hoje sofremos dificuldades, não é difícil perceber as muitas faltas que faziam parte do cotidiano. O benefício primeiro ia além do saciar as necessidades vitais; era preciso organizar e proporcionar convivência para que esta pudesse agir em favor do resgate da autoestima, há muito vilipendiada.

Se “o ventre era livre”, ali estávamos, portando nossos diplomas ou certificados emitidos pela rede pública: em sua maioria, nos colocando em novo patamar para conquistas pessoais, o que nos compelia à ação dentro do próprio segmento.

Naquele ano, propusemos à Diretoria Executiva da Sociedade, a criação de um organismo dentro dela, que melhor acolhesse e desse voz aos mais jovens. Nasceu o Instituto de Cultura Afro Brasileira, nosso querido e promissor **ICAB**.

Neste momento de recordação, justa e respeitosamente se faz necessária a citação de um nome: Jorge Narciso de Matos, nosso “negociador” junto aos mais velhos; nosso amigo, nosso líder. Saudade imorredoura.

O ICAB mostrou-se importante na vida do segmento negro sorocabano, por se propor a “descobrir”, dentre os mais diversos meandros culturais, mesmo que um leve traço negro.

Nossa proposta maior era desmanchar a *simplicidade* exposta nos livros didáticos quanto à presença negro/escrava no país, bem como recontar o período em que foram editadas as leis abolicionistas: passado tanto tempo desde o 13 de maio de 1888, ainda não nos era claro - e que não se perca nos meandros do trocadilho - o motivo pelo qual se escolheu o didatismo da sequência de datas para contar o final do regime escravista, isolando entraves e consequências.

O ICAB floresceu; e deu fruto: às duras penas, seus instituidores conseguiram continuar estudando até atingir o terceiro grau.

A partir de então, era preciso aplainar caminhos para que o insucesso de jornadas truncadas pela desistência não se tornasse frequente.

Foi então que, dentro do ICAB, surgiu a **FUNDAÇÃO CAFUNÉ** - Caixa de Financiamento ao Universitário Negro - iniciativa absolutamente necessária à época, posto que anterior a qualquer programa de governo, e que logo no início encontrou duas instituições parceiras na cidade: a **Fundação Dom Aguirre**, mantenedora da então Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba, e a **Associação Cristã de Moços**, a ACM, mantenedora do curso de Educação Física, então único na cidade.

Não vamos nos estender ao histórico do nosso “cafuné” aos mais jovens, para além de registrar que foram, pelo menos, trinta jovens amparados durante sua formação acadêmica, até o surgimento dos programas de governo.

Com certeza, a grande empreitada do ICAB foi aderir, logo no nascedouro, à ideia de dar vida à Universidade de Sorocaba: naquele momento, o ICAB se constituía no único grupo independente do sistema escolar dedicado a uma área do conhecimento que, por sua amplitude, promovia discussões a partir de trabalho escrito, a cada mês, com registro em jornal próprio do órgão, o **TAMBU**, ou por órgão da imprensa local.

Merece registro especial o TAMBU: no início, era datilografado, com três ou quatro cópias que eram passadas de mão em mão; com o advento e propagação das máquinas copiadoras, mais “exemplares” puderam circular no seio do grupo, até chegarmos ao luxo da impressão, quando da comemoração dos nossos vinte anos.

Foi quando a **Universidade de Sorocaba**, unindo as faculdades então mantidas pela Fundação Dom Aguirre, surgiu: por admitir-se de caráter comunitário, passou a conter o ICAB, a ela cedido pela SCB 28 de Setembro que, na neoestrutura, passou à condição de Núcleo de Cultura Afro-Brasileira - o **NUCAB** - que interage com toda a comunidade acadêmica, assim como se constitui em elo de transmissão de conhecimento à comunidade.

Ao se completarem quarenta anos de vida, entre seres humanos, dizemos haver atingido a maturidade; mas, essa só é adquirida à custa de tropeços e quedas, acertos e sucessos, por vezes, eventuais.

Por analogia, assim também nos avaliamos. Evidentemente, poderíamos ter construído mais, mas foi o que nos foi permitido, dadas nossas fraquezas ou à tal divisão do tempo, nem sempre favorável ao estudo no embate com as obrigações do dia a dia.

Obra NUCAB

Para que se possa aceitar a diversidade de assuntos expostos neste compêndio, se faz necessário expor nossa forma de organização: nos dividimos em Câmaras de Estudos: Literatura, História, Qualidade de Vida, etc.

Cada Câmara tem seu coordenador e assistentes que, individualmente, escolhem seu tema de pesquisa; como nos tempos de ICAB, ainda conservamos a estrutura de encontros mensais, ancorada ao peso de trabalhos escritos, base para a discussão que segue a apresentação oral dos mesmos.

É este material que trazemos a lume. Cada assunto aqui exposto teve e tem seu significado diante do dinamismo do viver. Muitas vezes ele apresenta, até mesmo, certa superação diante do dinamismo do mundo moderno.

Fazemos, aqui, sua apresentação, justamente para expor a sequência real de passos dados pela estrutura social: embora, por vezes, não se encontre presente o aprofundamento de ideias, até com possíveis soluções, é porque há necessidade de se dar tempo à sociedade para que absorva o novo...

Como nos tempos de ICAB, também a propagação de ideias foi observada: durante mais de três anos exibimos, pelas ondas da Rádio Cruzeiro do

Sul, FM, o nosso **Nação Afro, Cultura, Música e Gente**, programas montados através de pesquisas desenvolvidas pelo Nucab.

Nestes quarenta anos voltados ao dinamismo da vida do segmento negro sorocabano, para além do conhecimento individual acumulado, cada participante deste agora Núcleo de Cultura Afro Brasileira da Universidade de Sorocaba foi instado a ler, contribuindo para a formação geral do segmento de origem e para a comunidade de entorno; isto porque dizer não ao racismo, é nosso modo de instar para que a paz norteie a vida de todos. É este o nosso grande objetivo.

Antes de Iniciar a Leitura

Quanto a este livro, cabe informar que o Nucab, ainda como Icab, conforme denominado em sua instalação, iniciou atividades em setembro de 1979. Esta instalação foi ocasionada pelo desconhecimento generalizado acerca da realidade da história negra, que marcava seus fundadores, porque esta não fazia parte do currículo de nenhuma escola formal.

Assim sendo, a pesquisa iniciada por estes pioneiros resolveu partir do levantamento de fatos coletados na própria família, o que os levou a ampliar a curiosidade, estendendo-a aos estudos sobre africanidades em geral.

No entanto, embora tenham, como técnica de trabalho, subdividido os campos de interesse em Câmaras, não havia, ainda, a prática de produzir registro efetivo dos temas discutidos em reunião, o que só veio a ganhar corpo quando da incorporação, já com novo nome, à entidade acadêmica que ainda nos acolhe.

Portanto, os textos aqui coletados têm início em 1995, quando a prática de produzir atas se tornou quase obrigatória, por tão corriqueira; no entanto, em seus primórdios, também não esteve presente a prática de registrar os textos por inteiro: daí que alguns deles, nesta publicação, apenas são apresentados em sinopses.

Na outra ponta, a mudança da sede da Uniso para a Rodovia Raposo Tavares, onde ainda se encontra, bem como o falecimento do idealizador e condutor deste Núcleo de Cultura Afro-Brasileira, passaram a impedir a constância das reuniões, quer pela perda do líder, quer pela dificuldade de acesso às instalações universitárias; ao que se junta o fato de, à época, a sede da Sociedade Cultural e Beneficente 28 de Setembro, berço do grupo, se encontrar em reforma.

Como decorrência, as reuniões e, conseqüentemente, os seminários, foram interrompidos em 2012, sendo este o limite temporal coberto por este

livro, sabendo-se, de antemão, que nem toda a produção do período pode ser recuperada inteiramente para publicação, sendo que grande parte desta restou compilada, apenas, como sinopse.

Felizmente, a sede da SCB 28 de Setembro se encontra, nos dias atuais, plenamente renovada, o que permitiu, a partir de 2019, a retomada das reuniões; que vêm ocorrendo mensalmente.

É de nossa esperança que esta retomada produza novas pesquisas, a serem disponibilizadas por todos os meios possíveis; talvez, futuramente, até mesmo em outro livro.

**DOCUMENTOS
HISTÓRICOS**

INÍCIO

À época de sua fundação, o Instituto de Cultura Afro-Brasileira de Sorocaba – ICABS, depois ICAB – encontrou a juventude negra em estado de penúria intelectual quanto à própria história.

A cidade contava, sim, com instituições voltadas à negritude; mas, em sua totalidade, assentadas na promoção de encontros lúdicos, com forte tendência para os bailes: era o caso, inclusive, da Sociedade Cultural e Beneficente 28 de Setembro, que acolheu este Instituto em seu nascedouro.

Entre estas entidades estava o Santana Clube, de mesmo viés que a 28 de Setembro, e alguns blocos carnavalescos que, no futuro, deram berço a algumas escolas de samba locais, muitas das quais já extintas: neste rol, a 3º Centenário, a Kal Manequins, entre outras.

Quanto a pesquisas de teor histórico e cultural, nada havia.

É desta carência que se ressentiam jovens recém graduados que, ao perceber que sua história não encontrava campo nos bancos escolares, nem fazia ponto nos livros didáticos, onde somente escravos marcavam lugar, buscaram suprir esta lacuna, pesquisando a vida da própria parentela. Isto, até onde ainda era possível.

Levantadas, por esta forma, algumas histórias de vida, mesmo sem qualquer preocupação com as técnicas da história oral, esses jovens começaram a partilhar entre si as curiosidades captadas. Mas, sem qualquer outra pretensão que não a de discutir pontos que, na família, apareciam, com peso considerável enquanto marcadores sociais, mas que mal ultrapassavam os limites do convívio social.

Desta compartilha surgiu a ideia de consolidar tudo, formando um corpo de pesquisadores que pudesse levantar, cada qual em seu campo de afinidades, aquilo que, talvez, compusesse o real espectro da negritude; pelo menos, da negritude próxima, a partir da qual se pudesse avançar para pesquisas mais aprofundadas.

É dessa carência, dessa curiosidade e desse atirar-se à busca de si mesmo que nasce o Instituto de Cultura Afro-Brasileira de Sorocaba, depois simplesmente Instituto de Cultura Afro-Brasileira que, transposto para o *campus* universitário, se transmuda para Núcleo de Cultura Afro-Brasileira, onde foram produzidas as pesquisas que compõem este livro.

Porém, nada aconteceu sem a devida formalização, consolidada no instrumento que abaixo segue: Documento Base, criação e disciplinamento do fazer a que os jovens se propunham, que, assim, foi redigido:

Documento-Base

Sorocaba, 10 de setembro de 1979.

À diretoria da Sociedade Cultural e Beneficente 28 de Setembro.

Em anexo estamos encaminhando um exemplar do documento-base destinado à implantação do Instituto de Cultura Afro-brasileira de Sorocaba.

Tal documento objetiva servir de orientação para o início das atividades de nosso Instituto.

Nossa preocupação inicial é fazer com que o ICABS possa desde logo atingir suas elevadas finalidades; assim, ao encaminhar para sua análise tal documento, o fazemos com o desejo de obter sugestões principalmente no que se refere à área que pretendemos colocar sob sua coordenação.

Temos alguma pressa em recebê-las, eis que é desejo da Diretoria da SCB 28 de Setembro, consumir a instalação do ICABS na semana comemorativa do 28 de Setembro.

Pretendemos realizar um encontro preliminar no dia 17 próximo, às 20:30 horas, em nossa sede social, oportunidade em que examinaremos detalhes de funcionamento do ICABS.

Estamos esperançosos de que esta iniciativa o entusiasmará, de forma a podermos contar com sua decidida colaboração para tornarmos realidade este ambicioso projeto.

Cordialmente,
Jorge Narciso de Matos
Coordenador-Geral

Apresentação

A elaboração deste documento objetiva oferecer subsídios iniciais para implantação do ICABS; com a pretensão de se tornar regra estatutária, fixou-se no desejo de servir de guia nesses primeiros momentos de vida de nosso Instituto.

A fixação de diretrizes que tornam perfeitamente realizáveis os objetivos estabelecidos, procura, neste primeiro momento, servir de estímulo a que objetivos maiores, no futuro, possam ser buscados.

Não bastaria a preocupação de se estabelecer esses princípios, se não nos atívéssemos em nomes; assim, orientados pela entidade, foi desenvolvido o conhecimento do quadro que se apresenta.

Ser-nos-á gratificante se este trabalho puder efetivamente servir de princípio para a realização de um ambicioso projeto cultural da Diretoria da Sociedade Cultural e Beneficente 28 de Setembro.

não somos o que gostaríamos de ser;
não somos o que poderíamos ser;
mas, graças a Deus, não somos o que fomos...

Martin Luther King

Criação

Quando da reformulação dos estatutos da Sociedade Cultural e Beneficente 28 de Setembro, ocorrida neste ano de 1979, sentiu-se que já era a oportunidade de se dar corpo e alma à antiga aspiração dos dirigentes de nossa sociedade, porque somos, efetivamente, a instituição mais representativa desta comunidade.

É claro que tal afirmação não se faz de forma sectária ou separatista, mas há que se firmar em uma realidade.

Assumindo esta postura, sentimos, desde logo, a necessidade de termos conhecimento do modo de viver, da história e mesmo das aspirações dos povos do continente africano.

Creemos que a partir de uma atitude séria de estudos e pesquisas, além de conhecermos as origens de nossa gente, possamos oferecer uma oportunidade efetiva para que se crie condições que favoreçam a formulação de programas de desenvolvimento cultural, em âmbito bem amplo.

Criado com esta básica motivação, vamos, agora, tornar realidade palpável o grande projeto de desenvolvimento cultural elaborado pelo atual corpo diretivo da 28 de Setembro, com a implantação do Instituto de Cultura

Afro-brasileira – ICABS: patrocinado pela nossa sociedade, teremos criado um válido instrumento de trabalho, com uma estrutura bastante flexível, como deve ser a característica de instituições desta natureza.

Como necessária à desenvoltura para a realização de seu elevado objetivo, a organização do ICABS terá uma feição autárquica, recebendo, da mantenedora, orientação inicial e diretrizes de trabalho, restando-lhe uma grande independência de ação.

Considerações Iniciais

Busca-se o desenvolvimento de uma instituição que objetive não só a realização de estudos e pesquisas voltados para um passado de forma a obter a reconstituição da influência da comunidade negra na formação da cultura brasileira, mas, também, a geração permanente de trabalhos de alto nível, que deverão ser orientados por uma estrutura flexível, que permita uma diversificação dos estudos, abrangendo - se possível - todos os ramos do conhecimento humano, estando sempre em condições de absorver adequadamente os progressos do desenvolvimento organizacional, das artes, ciências e tecnologia.

No entanto, tal propósito não deve tornar-se pesado aos cargos participantes. Nestas condições, é necessário que se crie um ambiente propício, que favoreça o desenvolvimento da criatividade, finalidade suprema da nóvel instituição.

Principais Diretrizes

Como orientação geral para o desenvolvimento dos trabalhos do ICABS, são estabelecidas as seguintes diretrizes:

- estabelecimento de um calendário para apresentação dos trabalhos produzidos;
- criação de oportunidades para divulgação da produção cultural e ou científica;
- criação de oportunidades para que o maior número de associados da 28 de Setembro venham a participar desse empreendimento cultural;
- desenvolvimento, em épocas oportunas, de trabalhos conjuntos;
- apoio às manifestações que objetivem a preservação do meio ambiente, a cultura e a formulação de uma tecnologia adequada ao desenvolvimento de nosso país;
- aprofundamento dos conhecimentos relacionados com os países do continente africano;

- formulação de estudos com vistas ao estabelecimento de programas auxiliares que objetivem a melhoria da qualidade de vida da população, especialmente no que se refere aos estudos nosológicos comparados;
- permanente colaboração com os poderes públicos;
- intercâmbio com órgãos e instituições congêneres.

Política de Ação

A implantação de programas baseados nas diretrizes estabelecidas, se fará mediante uma organização departamental, que chamaremos de Câmaras de Estudos.

Serão criadas e implantadas tantas câmaras de estudos quantas forem necessárias.

A organização departamental permitirá um alto grau de especialização nos trabalhos desenvolvidos.

Para o desenvolvimento de um clima permanentemente favorável à produção cultural e científica, há a necessidade de se estabelecer parâmetros mínimos que balizem tais produções; assim, cada Câmara de Estudos deverá, anualmente, apresentar, no mínimo, um trabalho, estudo, pesquisa ou matéria, que evidencie produção cultural. Isto poderá ser efetivado individualmente ou em grupo, dando prioridade a esta última forma.

Objetivos globais

- produção de trabalhos e pesquisas com vistas ao conhecimento mais amplo da vida e das instituições que influenciam a formação cultural do país;
- colaboração com instituições congêneres; e difusão cultural.

Objetivos específicos

- realização dos objetivos culturais da sociedade;
- estabelecimento de relações culturais com instituições nacionais e internacionais;
- conhecimento e difusão das raízes culturais africanas que influem na formação cultural brasileira.

Componentes Estruturais

A estrutura organizacional do ICABS terá a seguinte composição:

- Presidência: exercida pelo diretor cultural da Sociedade Cultural e Beneficente 28 de Setembro, que terá atribuições de orientação e controle;
- Coordenadoria geral: a ser exercida por um consultor eleito pelo colégio de coordenadores de Câmaras de Estudos, bianualmente; terá atribuições de gestão administrativa, orientação dos trabalhos culturais e científicos, organização de plano de atividades do ICABS;
- Coordenadoria administrativa: a ser exercida por um consultor de livre indicação do coordenador-geral; terá as atribuições de administrar as finanças e serviços de secretaria, biblioteca, etc., bem como substituir o coordenador-geral em seus impedimentos;
- Coordenadorias de Câmaras de Estudo: técnicos que têm a atribuição de coordenar, orientar e controlar o desenvolvimento da programação estabelecida para cada Câmara de Estudos. A escolha desses coordenadores será feita bianualmente, na reunião plena dos consultores.

Membros do ICABS (membros ativos):

- Consultores natos: dirigentes (diretores e conselheiros em exercício) da sociedade mantenedora;
- Consultores técnicos: pessoas de reconhecido grau de especialização em áreas de atuação do ICABS. A escolha se dará mediante indicação de um coordenador e a aprovação do colégio de coordenadores;
- Consultores honorários: pessoas de reconhecido saber, que tenham, por seu trabalho, colaborado, direta ou indiretamente, para que o ICABS atinja seu objetivo. Independentemente de outras formalidades, os coordenadores poderão admitir membros colaboradores, que poderão participar, ou mesmo colaborar na realização de trabalhos nas Câmaras de Estudos.
- Estrutura e finalidades das Câmaras de Estudos: em sua organização inicial, o ICABS contará com as seguintes Câmaras de Estudos:
 - Câmara de estudos jurídicos: objetiva formular estudos comparativos de usos e costumes e desenvolvimento das ciências jurídicas, especialmente relacionados com os direitos humanos no Brasil e relação aos países africanos, bem como nos países em que se fixaram os oriundos d'África;
 - Câmara de estudos políticos sociais: objetiva a realização de estudos relacionados com o comportamento político-social e sistema de governo vigentes nas nações africanas, relacionadas com as instituições brasileiras;
 - Câmara de estudos das relações com os povos d'África: promoverá a aproximação do ICABS com instituições governamentais e/ou privadas de países africanos, com a finalidade de estabelecer um salutar processo de mútuo conhecimento;

- Câmara de estudos da cultura artística: música, artes cênicas e plásticas - promoverá e favorecerá a criatividade nestes campos das artes;
- Câmara de estudos do folclore e da preservação cultural: promoverá a preservação das expressões absorvidas pelo folclore brasileiro;
- Câmara de estudos da saúde: realizará estudos que objetivem a preservação da saúde e da qualidade de vida, estabelecendo estudos comparativos;
- Câmara de estudos de história e literatura: objetivará a formulação de estudos da evolução histórica dos povos africanos, trabalhos comparativos do desenvolvimento das artes literárias afro-brasileiras;
- Câmara de difusão cultural: servirá de instrumento de radiação dos trabalhos gerados pelo ICABS.

Organização inicial de implantação

- Presidente: Professor José de Campos Lima, diretor cultural da Sociedade Cultural e Beneficente 28 de Setembro;
- Coordenador-geral: Prof. Jorge Narciso de Matos, licenciado em letras, fiscal da Previdência Social, administrador da assistência médica e da área rural do INAMPS em São Paulo;
- Coordenador administrativo: Prof. Claudinei Corrêa Alves, administrador, assessor da secretaria de saúde do governo estadual;
- Coordenador da câmara de estudos jurídicos: Dr. João Dias de Souza Filho, professor, bacharel em ciências jurídicas e jornalista;
- Coordenador da câmara de estudos político-sociais: Professora Maria Lúcia dos Santos, licenciada em estudos sociais e professora da rede pública estadual;
- Coordenador de estudos para as relações com países d' África, Dr. Bernardino Antônio Francisco, bacharel em ciências jurídicas, especializado em direito empresarial;
- Coordenador da câmara de estudos da cultura artística: Prof. José de Campos Lima, licenciado em artes plásticas, professor da rede pública e da Faculdade de Filosofia N. Sra. do Patrocínio de Itu-SP;
- Coordenador da câmara de estudos de folclore e preservação da cultura: Profa. Anete B. A. Natel, Licenciada em pedagogia, professora da rede pública estadual;
- Coordenador da câmara de estudos da saúde: Profa. Maria Dulce Cardoso, professora e enfermeira, administradora hospitalar;
- Coordenador da câmara de estudos históricos e literários: Prof. Djalma Dias de Souza, Prof. de estudos sociais, agente de higiene e segurança do trabalho do MTb;

- Coordenador da câmara de difusão cultural: Dra. Nilza de Oliveira, Profa. e bacharel em ciências jurídicas.

Quadro de dirigentes

- Presidente: Dr. Bernardino Antônio Francisco
- Coordenador-geral: Prof. Jorge Narciso de Matos
- Coordenador administrativo: Prof. Claudinei Corrêa Alves
- Coordenadores de Câmaras de Estudos:
 - . Dr. Leonil João de Lima - estudos jurídicos
 - . Profa. Ana Maria Souza Mendes - estudos políticos e sociais
 - . Prof. José de Campos Lima - cultura artística
 - . Profa. Anete B. A. Natel - estudos do folclore
 - . Profa. Maria Dulce Cardoso - estudos da saúde
 - . Dr. Djalma Dias de Souza - estudos históricos e literários
- Coordenadores de atividades especiais:
 - . Profa Ondina Seabra - relações com os povos de África
 - . Darci Thimóteo de Oliveira - difusão cultural

Ideias para seminários

- as relações interétnicas e a mobilidade social
- do eito ao desemprego - o negro e o mercado de trabalho
- da liberdade depois de Palmares - o negro e a segurança pública
- da senzala à favela - o negro e os projetos habitacionais
- do banzo ao dengue - o negro e a saúde
- do terreiro à catedral - estudo sobre religiões e religiosidade
- caminhos do Atlântico - o tráfico negreiro e as atuais relações com os países da África
- do padre José Maurício a Pixinguinha - o negro e a música
- do iletrado ao eleitor - a participação política do negro
- a escola superior - limites para a ascensão social
- as escolas de samba de Sorocaba - um projeto de pesquisa.

Sugestões iniciais de trabalhos

- Câmara de estudos jurídicos - aplicação da lei “Afonso Arinos”;
- Câmara de estudos políticos sociais – novas nações africanas e seus governos;
- Câmara de estudos relações com países d’África - estabelecimento de relações com entidades congêneres em países africanos de língua portuguesa;
- Câmara de estudos da cultura artística - influência africana nas artes plásticas;
- Câmara de estudos do folclore e preservação - usos e costumes remanescentes;
- Câmara de estudos da saúde - biotipos africanos;
- Câmara de estudos históricos e literários - Quilombo dos Palmares e outros;
- Câmara de difusão da cultura - o negro na vida universitária de Sorocaba;
- Coordenador administrativo - estudos para formação de biblioteca.

Adesão às Faculdades Integradas Dom Aguirre

Discurso proferido pelo Prof. Jorge Narciso de Matos, na instalação do Núcleo de Cultura Afro Brasileira, em 11 de maio de 1993.

Desejamos afirmar que nossa presença não pretende ser apenas figurativa. Estamos efetivamente nos integrando à estrutura das Faculdades Integradas Dom Aguirre, e pretendemos, nos limites de nossas capacidades, ser participantes ativos, contribuindo para que a cultura afro-brasileira seja objeto de estudos e pesquisas, resgatando a tão cara esperança de que a pluralidade étnica que caracteriza nosso país, torne-se não só a oportunidade para o exercício de combater os preconceitos e discriminações, mas privilegiada oportunidade de desenvolvimento integrado de todos os seus segmentos.

Trazemos para esta casa, e a ela entregamos, um apreciável acervo bibliográfico e especializado, com o ânimo de vê-lo mantido atualizado, servindo de suporte às atividades que aqui desenvolveremos.

Aqui estamos chegando com armas e bagagens para, agora, ampliar as nossas atividades, com a possibilidade de torná-las mais efetivas, e alcançarmos um universo maior de pessoas.

Neste sentido, por ser este Núcleo de constituição multidisciplinar, procuraremos oferecer nossos limitados recursos a todos os organismos destas faculdades e, ao mesmo tempo, aproveitarmos todas as oportunidades para compartilhar os conhecimentos aqui já produzidos, na certeza de que, integrados, poderemos formar uma consciência clara do passado, na esperança de que o futuro possa ser bem melhor.

Pretendemos, com nosso trabalho voluntário, reverter a projeção que se faz para o negro, que no passado teve e ainda hoje tem seu desenvolvimento cultural e sua ascensão social obstados por uma sociedade preconceituosa, que persiste em desconhecer sua contribuição à cultura e à economia nacionais de formador de fatos históricos, ou recorrendo a falsas teorias com o propósito de situá-lo numa posição de menor importância dentro da sociedade brasileira.

É com este propósito que até aqui trabalhamos. É nesse mesmo sentido que continuaremos trabalhando.

Nosso Núcleo tem características especiais de organização: ele funciona através de câmaras de estudos que, neste momento, tem os seguintes coordenadores:

- Estudos jurídicos: Leonil João de Lima, advogado, procurador autárquico federal;
- Estudos políticos e sociais: Ana Maria de Souza Mendes, pedagoga, diretora de escola;
- Relações com os povos da África: Bernardino Antonio Francisco, advogado, especialista em direito empresarial, pós-graduado em cultura brasileira;
- Estudos da cultura artística: Anivaldo Pinto, fotógrafo da Secretaria de Segurança Pública;
- Estudos do folclore e da preservação cultural: Patrícia Aparecida Felício, pedagoga, com especialização em psicopedagogia;
- Estudos da história e da literatura: Eliégine Miranda Silva Mendes, aluna do curso de história da FIDA - Faculdades Integradas Dom Aguirre;
- Difusão cultural: Jorge Narciso de Matos Jr., aluno da faculdade de engenharia de Sorocaba.

Temos ainda, como consultores:

- Peter Albert Fry: antropólogo da Unicamp, diretor da Fundação Ford;
- Carlos Alberto Vogt: Reitor da Unicamp, poeta;
- Clóvis Steiger de Assis Moura: sociólogo, pesquisador, presidente do Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas;
- Sônia Chebel Mercado Sparti: pedagoga, ex-diretora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba;
- Geraldo Bonadio: jornalista, advogado, mestrando em ciências sociais;
- Sérgio Coelho de Oliveira: jornalista, pesquisador;
- Ondina Seabra: pedagoga;

- José Carlos Moura: administrador; tecnólogo.

É um grupo de pessoas estudiosas, aplicadas, idealistas, voluntárias, de diferentes formações acadêmicas e profissionais, mas que não esquecem o ânimo de buscar a ampliação do horizonte de seus conhecimentos de participação e que, certamente, encontrarão aqui, nesta Casa, o espaço apropriado para o desenvolvimento de suas atividades.

Estas, inicialmente, serão voltadas ao desenvolvimento de estudos em cada uma das câmaras: assim, estaremos abertos, e mesmo ansiosos, pela colaboração de docentes e discentes integrando-se a nosso trabalho, da mesma forma, estaremos sempre prontos a nos integrarmos às atividades desenvolvidas nesta Casa.

É oportuno, neste momento, citar que, embora criado em 17 de novembro de 1992, somente hoje, após o momento de planejamento de ação, este Núcleo se instala de maneira definitiva, já em condições de iniciar seus trabalhos junto às Faculdades Integradas Dom Aguirre.

Assim, agora é tempo de agradecermos à Sociedade Cultural e Beneficente 28 de Setembro pelo apoio e facilidades que ofereceu a nosso Instituto de Cultura Afro-Brasileira no período em que funcionou em sua sede, agradecimento maior fazemos pelo entendimento e compreensão, ao permitir que, na perspectiva de tornar nosso ICAB mais ativo e efetivo, fosse ele trazido para incorporar-se à nascente Universidade de Sorocaba, demonstrando uma acurada consciência de estar contribuindo para uma causa maior.

Entretanto, não será demais dizermos que o estabelecimento deste Núcleo fora de sua sede, não nos afastará das lutas que ali se desenvolvem para manter vivo o ideal dos nossos fundadores, e de Luiz Leopoldino Mascarenhas, seu idealizador.

Às Faculdades Integradas Dom Aguirre, projeto vitorioso de uma universidade comunitária e participativa, oferecemos o melhor do nosso entusiasmo e dedicação, na certeza de que, como parte de sua organização, procuraremos colaborar para que os sonhos da comunidade sorocabana e dessa imensa região se tornem realidade, exercendo uma função positiva em seu desenvolvimento cultural.

Não somos o que gostaríamos de ser: o Brasil, tardiamente, e de maneira incompleta e incorreta, procedeu à libertação dos escravos, ficando sequelas que amargamente buscamos superar.

Não somos o que poderíamos ser, pois, em função destas mesmas sequelas, os frutos do desenvolvimento têm sido desigualmente distribuídos.

Mas, graças a Deus, não somos o que fomos, devido a caminhos como este que se abrem à nossa frente, permitindo-nos sonhar com uma Pátria Justa e Igualitária. É para isto que lutamos!

Projeto Curumim

Parece ser este o ponto exato para apresentar não o Projeto Curumim, que se voltou não apenas a integrar crianças, negras, ao ambiente acadêmico, como, também, expor sua primeira pauta de reunião, esclarecendo, embora palidamente, seus objetivos.

O Projeto em si, nasce da constatação de membros do Nucab, de que parecia salutar introduzir crianças no ambiente acadêmico, permitindo que elas se familiarizassem com o mesmo, e evitando ou, pelo menos, minimizando o impacto que este ambiente, normalmente de aparência gigantesca para quem descende de analfabetos ou analfabetos funcionais, lhes projeta.

Assim, no mínimo mensalmente, os integrantes do projeto visitavam as casas das crianças componentes do mesmo, e as traziam, com condução fornecida pela própria entidade, até a Academia; lá, desenvolviam atividades integrativas, normalmente revestidas por roupagem lúdica, para que tais crianças pudessem desenvolver sua criatividade, orientados por seus monitores.

Porém, mais vale apresentar o planejamento inicial do Projeto, do que falar sobre ele: assim, se permite que ele mesmo se apresente, e com a própria voz.

Pauta da 1ª. reunião com a coordenação do Projeto Curumim

27 de julho de 1996

Assuntos

- 1) Apresentação dos participantes do Projeto e seus objetivos: Marilda; Rosângela; Eloísa; Onildo; Celso.
- 2) A importância da vida dos pais para a reunião.
- 3) O interesse do Projeto refletindo o incentivo das suas crianças como nossos alunos.
- 4) Apresentação do coral que se realizará com as crianças no mês de setembro, referente a canções africanas (Uniso).
- 5) Excursão em novembro: local a ser definido.

- 6) Introdução aos países da África e à vida; Martin Luther King e Nelson Mandela (Rosângela).
- 7) Conhecimentos gerais da dança em outubro, em festival (Celso), no inglês (Eloísa), nas pesquisas com músicas (Onildo) e ao canto (Air).
- 8) Colaboração para a realização dos eventos – condução (transporte).
- 9) Queremos deixar bem claro que será temporária a ajuda dos custos para transporte.
- 10) A Uniso nos tem ajudado, e continua, mas, para o transporte, no momento está suspenso. Devemos aguardar até segunda ordem.
- 11) Produção de vídeo sobre a apresentação das crianças.

A verdade nos fará livres,
A verdade nos fará livres,
A verdade nos fará livres um dia.
Oh, eu creio do fundo o coração,
Que nós venceremos um dia.
Nós não temos medo.
Nós não temos medo, hoje.
Oh, eu creio do fundo do coração,
Que nós venceremos um dia.

Martin Luther King

E já estamos vencendo a luta... Nossos agradecimentos ao grupo Projeto Curumim.

20 anos de NUCAB

04 de setembro de 1999

Um fato mereceu atenção especial nessa reunião: após a breve exposição histórica, foi estabelecida a programação para o dia 28 de setembro e, considerando que a sede social da Sociedade Cultural e Beneficente “28 de Setembro” está em reforma, a ideia de comemorarmos com jantar foi adiada para novembro.

Faremos realizar uma sessão solene aqui na UNISO, nossa parceira nestes 20 anos; farão uso da palavra os companheiros Bernardino Antonio Francisco, Ana Maria Souza Mendes e Eloísa Gonçalves Lopes.

Também foi programada a prestação de algumas homenagens a personalidades que, nos primeiros tempos, deram suporte à ousada iniciativa de se criar, em Sorocaba, um Centro de Estudos africanistas, bem como àqueles que foram se juntando ao grupo inicial.

Vamos publicar nossos trabalhos?

Ademir Barros dos Santos lançou a proposta do NUCAB publicar uma coluna semanal nos jornais da cidade: seriam trabalhos dos diferentes semi-nários, com formato adaptado em condições de publicação.

Sua proposta, para ser viável, depende da cooperação de todos os membros, para que se possa formar um acervo que facilite a tarefa de selecionar os trabalhos, até com certa sequência e coerência.

Como exemplo de como poderiam ser estes artigos, trouxe dois textos que, pela riqueza de informações contidas, estilo e competência, publicamos neste informe.

Vinte e Cinco de Março

Quando foi abolida a escravidão?

- 13 de maio de 1888 - responderia qualquer estudante, mal informado.

Quem aboliu a escravidão?

- Princesa Isabel, a Redentora - responde o mesmo, ou qualquer outro estudante, mal informado.

A escravidão não foi abolida de uma só vez em todo o território nacional, como quer a história oficial: começa por aí a má informação.

Também não foi a treze de maio que a escravidão morreu de repente, posto que morreu com lentidão, em nosso país.

Não foi um presente da magnanimidade real, mas o resultado da luta de um mestiço, não de uma princesa; a escravidão teve seu fim decretado, inicialmente, no Ceará; o dia era 25 de março; o ano, 1884.

O articulador? O mulato Francisco José do Nascimento, prático na capitania dos portos, nascido a 15 de abril de 1839 na Colônia do Chapéu, de pescadores do litoral cearense.

Assim aconteceu:

Em 30 de janeiro de 1881, e fundeia, no porto de Fortaleza, o navio “Espírito Santo”; pretende embarcar 30 escravos para o Rio de Janeiro, às onze horas do dia seguinte.

Napoleão, que havia comprado, com seus próprios recursos, sua alforria e a de sua mãe, não concorda com isso, e convoca os jangadeiros pedindo que ninguém conduza escravos, mesmo que sob a ameaça de baionetas, para a embarcação escravista.

É o estopim. Um grito de guerra ecoa no mar: “no porto do Ceará não se embarcam mais escravos!”

Conta-se que os traficantes chegaram a oferecer 1000 cruzeiros, pequena fortuna à época, para o embarque de cinco pretos; mas, os jangadeiros não cederam. Nada os fez ceder.

No dia seguinte, o comandante manda gente à terra, para resolver se receberá ou não sua carga: o emissário é recebido pelo grito “no porto do Ceará não se embarcam mais escravos!”; já, agora, lema dos revoltosos.

Tenta-se, então, o embarque de duas escravas, sob proteção de tropas: elas são trazidas em carruagens de luxo, para dissimular; dois abolicionistas descobrem a trama e, abordando o veículo, tomam as rédeas e disparam em direção contrária ao porto.

O navio deve seguir viagem; então, zarpa sem sua carga humana: estava vencida a primeira batalha.

Por esta época, era muito atuante, no Ceará, a Sociedade Libertadora; esta, que promovia fugas de escravos destinados a embarque, desmoralizava, assim, as autoridades encarregadas da repressão à luta abolicionista, Francisco José, era presidente desta sociedade.

A partir de então e morando junto ao porto, Francisco José, toda vez que desconfia de possível embarque de escravos, lança-se ao mar com sua jangada, e impede tal embarque, ninguém ousa enfrentar o verdadeiro cão de guarda do mar, que ele é; por esta atitude, Francisco é demitido do porto de Fortaleza mas, não esmorece.

Torna-se tão inútil tentar o embarque de escravos no Ceará, que José do Patrocínio, ao perguntar a Nascimento se o porto está mesmo bloqueado, recebe dele a seguinte resposta: “não há força bruta no mundo que faça reabrir o tráfico negreiro!”

Patrocínio dá, ao Ceará, o expressivo título de “Terra da Luz”.

A persistência e a tenacidade deste Dragão do Mar - como passou a ser conhecido - incendeia o movimento abolicionista no Ceará, que passa a promover incursões pelo interior do estado, visando conseguir a total abolição naquela então província.

Enfim, o governador da mesma, Satyro, é obrigado a se curvar às evidências, e o 25 de março, que já assistira à chegada de Tomé de Souza ao Brasil em 1549, e à primeira constituição, em 1824, assiste, agora, a seu acontecimento principal, 60 anos depois: não há mais escravos no Ceará.

O efeito dominó derruba o escravismo no Amazonas em 10 de julho do mesmo ano; também em várias cidades do Rio Grande do Sul, logo após.

Nascimento não passa o 25 de março no Ceará: havia sido convidado pelos abolicionistas do Rio de Janeiro para ser homenageado por lá, e lá se foi: por ironia, viaja ao Rio no “Espírito Santo”, aquele mesmo que foi o primeiro navio que viu sua carga humana impedida de embarcar, no Ceará.

“Redenção do Ceará foi um foco de luz imorredoura que se abateu sobre um punhado de páginas sombrias da história de um povo americano”, dizem os jornais. Na verdade, este foco de luz foi reflexo do iluminado “Espírito Santo” de Francisco José do Nascimento, o Dragão do Mar.

O Vinte e Oito

Adicionalmente, o treze de maio vem sendo tratado como o dia da redenção dos negros, imigrantes involuntários forçadamente trazidos da África: é o dia da abolição da escravatura que, segundo nos ensina a escola, foi um presente da benevolente Princesa Isabel, daí em diante chamada “A Redentora”.

Mas, não é bem assim: se seguirmos os efeitos que as leis anteriores relacionadas à escravidão fatalmente produziram, concluiremos, inevitavelmente, que o encontro entre negro e liberdade já estava marcado, embora no futuro.

Senão vejamos: em 1850, a lei Eusébio de Queirós, finalmente, extingue o tráfico de escravos: esta lei deu cumprimento ao tratado entre Brasil e Inglaterra, que determinava o fim do tráfico em 1831, mas que só foi cumprido quase 20 anos depois, por receio à lei Aberdeen, decisão inglesa de abater navios negreiros em pleno mar.

Vinte e um anos depois, a lei Rio Branco determinava que os nascituros não mais seriam escravos: é a propalada Lei do Ventre Livre, que não era tão ventre-livre assim: em verdade, o filho de escravos só era considerado livre após os oito anos de idade, caso em que seu “dono” tinha o direito de ser indenizado pelo Estado e se não pedisse tal indenização, esta seria “paga” pelo próprio “nascido livre” que deveria trabalhar mais treze anos no regime escravo. Portanto, livre, só aos 21. Esta a lei de 28 de setembro de 1871.

Mais quatorze anos, e o gabinete Saraiva-Cotegipe nos prega a Lei dos Sexagenários, determinando a liberdade compulsória do escravo que completasse sessenta anos. Sessenta não, um pouco mais: ao dono do escravo liberto nesta idade, caberia, pela lei, a indenização paga pelo estado ou pelo próprio escravo: mais três anos de trabalhos forçados.

Liberdade, mesmo, sem indenização, só aos sessenta e cinco. É de se notar que escravo não vivia tanto, exceto, talvez, as mucamas, é de se notar mais: a quem interessava passar a vida inteira na escravidão e, aos sessenta e poucos anos, se tornar dono do próprio nariz, que nem sabia onde botar? Enfim: a Lei dos Sexagenários entrou em vigor em outro 28 de setembro, em 1885.

Pois bem, vamos calcular e, combinado às leis, temos o seguinte quadro:

- um qualquer que tenha nascido em um navio negreiro a distância um pouco maior que um tiro de canhão - alcance da soberania marítima brasileira à época - na exata véspera da Lei Eusébio de Queiróz, completaria sessenta anos em 1910, adquirindo a liberdade pela lei dos sexagenários. A essa altura, os nascidos após 28 de setembro de 1871 já estariam livres, posto que haveriam completado 21 anos em 1892;
- ora a Lei Áurea - lei de ouro, em português - foi publicada a 13 de maio de 1888, portanto, adiantou a liberdade plena em, apenas, 22 anos;
- entretanto, se levarmos em conta que a população escrava, à época, era próxima a 5% da população; se considerarmos, ainda, que os negros totalizavam aproximadamente 60% desta mesma população; se lembrarmos que, pouco mais de um mês após a lei Áurea, promulgou-se a Lei da Vadiagem; se levarmos em conta, por fim, que a Lei Áurea nada mais dispôs além de extinguir a escravidão, ou seja, nada mais fez além de tratar economicamente uma situação social, concluímos que, combinando os fatos;
- a Lei Áurea não extinguiu a escravidão, pois só alcançou pequena parcela da população negra;
- a Lei Áurea, ao extinguir a escravidão, somente antecipou este fato;
- a extinção da escravidão nada dispôs sobre a integração do negro, ex-escravo ou não, à sociedade, pois não tratou da questão social;
- extinta a escravidão, os escravagistas não mais distinguiram entre o negro liberto e o que nunca foi escravo: todos eram vistos e tratados como ex-escravos, pois o negro não precisa ser marcado: a cor da pele já é suficiente para tanto;
- a sociedade dominante passou a tratar todo e qualquer negro como escravo fora de seu destino, agora buscando ascensão social; portanto quase um usurpador;
- é com este teor que o decreto 847, de 11.out.1890, conhecido como a Lei de Vadiagem, ao formatar o Código Penal dos Estados Unidos do Brasil, deu vida a este sentimento que, ainda hoje, produz efeitos: os negros são mais visados pela polícia do que as outras etnias, entre outras coisas.

Daí decorre que melhor seria a inexistência da Lei Áurea, pois, na vigência da Lei Eusébio de Queirós, a sociedade, possivelmente, teria tempo de se preparar para o fim do regime econômico social então vigente, absorvendo, mesmo que mediante resistências, o negro.

Não é demais imaginar que neste hipotético caso, a Lei de Vadiagem, na forma em que foi redigida, não teria vida.

Portanto, mais importante que o propalado 13 de maio, é o 28 de setembro; do 13, sentimos o efeito eternizador da escravidão, isto, ainda hoje.

20 Anos de existência

Evento de 28 de setembro de 1999.

Rememorando 20 anos de existência, o NUCAB realizou, no dia 28 de setembro, sessão solene que contou com a presença do reitor, Prof. Aldo Vannucchi, do Prof. José Carlos dos Santos, presidente da Sociedade Cultural e Beneficente 28 de Setembro, do diácono Darci Timóteo de Oliveira, presidente daquela entidade quando da instalação do Instituto de Cultura Afro-Brasileira, membros do NUCAB e convidados, oportunidade em que foram pronunciados os discursos que, a seguir, estão reproduzidos.

No 28 de Setembro, nasce o Icab

Bernardino Antonio Francisco

Se o Senhor não edificar a obra,
em vão trabalharão seus operários

Pe. Tadeu Rocha

As palavras do Pe. Tadeu, naquela inesquecível tarde de agosto, inauguração da Cidade Universitária da Uniso, trouxeram-me gratas recordações não só da felicidade de, há dez anos, fazer parte da 1ª turma do curso de cultura brasileira da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba, naquele memorável churrasco de confraternização onde surgiu o embrião da Uniso, hoje Uniso.

Recuando mais no tempo, ou seja, vinte anos atrás, também relembro quando, na SCB “28 de Setembro”, também plantamos a semente do ICAB, embrião do NUCAB.

Hoje, apesar dos cabelos brancos, não da velhice e sim da experiência acumulada ao longo dos anos, mantenho o mesmo entusiasmo que sempre me motivou a lutar em busca da afirmação sociocultural do negro brasileiro.

Coube-me, na qualidade de um dos fundadores e coordenador da Câmara de Relações com os Povos da África do novo Instituto, na presença do Secretário de Cultura do Estado, Dr. Antônio Henrique da Cunha Bueno, o privilégio de traçar, para a comunidade negra, um perfil do **Instituto de Cultura Afro-Brasileira**, instalado em 28 de setembro de 1979, data que também simboliza os ideais de liberdade e sempre nortearam os atos daquela sociedade ao longo do tempo.

Pela deliberação soberana da assembleia geral extraordinária instalada em 3 de dezembro de 1978, foi criado o Instituto de Cultura Afro-Brasileira, órgão autônomo vinculado à Sociedade Cultural e Beneficente “28 de setembro”, com a finalidade de promover o desenvolvimento cultural, conhecimento do uso e costumes e difusão da cultura dos povos africanos.

Assim, sonho maior dos líderes negros de Sorocaba, o ICAB foi criado e instalado para se dedicar, essencialmente, pelas suas diversas câmeras, aos trabalhos, estudos e debates no campo político-social, jurídico, de cultura artística, de folclore e de estudos históricos e literários, sem qualquer vinculação política ou partidária.

Naquela oportunidade, ocupando a tribuna, procurei traçar, à seleta e interessada plateia que presenciou aquele, sem dúvida, momento histórico, o ponto culminante da história da cultura negra em Sorocaba e a importância de se estudar problemas afro-brasileiros, considerando-se o Brasil o país de maior população negra do mundo, fora da África.

Infelizmente, ainda hoje, e muito mais há vinte anos, pouco se estuda e se sabe sobre o negro africano e as origens do negro brasileiro; daí a importância do ICAB, criado com o objetivo de propiciar um debate profundo sobre o problema racial do negro.

Nos estudos sobre o tema, os sociólogos se referem ao afro-brasileiro como se houvesse uma patologia específica para os descendentes dos africanos, ou como se estes representassem um quisto racial.

Para Clóvis Moura, consagrado estudioso da cultura Negra,

O negro não é um problema, e sim mais um dado da equação sócio-multirracial em que vivemos, e traz consigo a resultante dos emaranhados conceitos pós-abolição. Quando os escravos, embora libertos, continuaram marginalizados profissionalmente, na incipiente sociedade ruralista dependente e presunçosa.

Ciente de que a única generalização pertinente em relação à escravidão, é a de que ela foi um terrível mal, o ICAB foi instituído e, em seu documento base, procura enfocar a extensão desse mal, sem ampliações ou exageros piedosos, proporcionando a negros e brancos, indistintamente, a

oportunidade de rever conceitos e reformular dogmas estabelecidos por preconceitos oriundos de informações tendenciosas e radicais.

Nunca pretendeu, como não pretende, promover uma volta ao passado; porém, pretende formar, no Brasil de hoje, também um pensamento negro, e desenvolver uma consciência crítica entre os negros brasileiros.

Alertava eu ainda, naquela oportunidade, que, embora fundamental, não basta esta conscientização, posto que, nem ela, por si só, conduz a qualquer solução: o alijamento do negro dos meios culturais e de produção, é uma realidade política, que reclama uma solução política, por movimentos políticos.

Os grupos culturais, como o Instituto de Cultura Afro-Brasileira, podem e devem ser um ponto de partida. Importante é o autoconhecimento étnico, para se levar uma consciência mais ampla, possibilitando lutar para que a cor da pele deixe de ser uma barreira à igual participação no trabalho e nos direitos do país, transformando o caráter, e jamais a cor da pele, em critério de respeitabilidade.

Sempre se tentou explicar a África de fora para dentro. Hoje, imperioso se faz estudar de outro prisma, ouvindo sua voz.

O ICAB, por sua Câmara de Estudos de Relações com os Países da África, objetiva manter contatos com todos os países africanos, para obter informações sobre sua história, sua filosofia, a interpretação de religiões que lhe são peculiares, bem como explicações sobre o complexo painel constituído por seus numerosos dialetos e idiomas.

Cabe à Câmara de Estudos Históricos, Políticos e Sociais e de Cultura Artística, de posse desses elementos, difundir os avanços dos países africanos nos campos da ciência, da economia, da política e das artes, para que a África não seja apenas objeto de curiosidade, piedade ou interesse, mas seja vista e apreciada como um continente que tem procurado fazer, da sua força vital e das qualidades humanas de seu povo, o aríete para sua real independência econômica, social e política.

Nos anos sessenta, a luta dos negros norte-americanos pela igualdade civil que, embora tenha martirizado Martin Luther King, John e Robert Kennedy, permitiu a ascensão dos negros a altos postos na administração do país, ao mesmo tempo assistiu a uma profunda metamorfose ocorrida no continente africano, principalmente depois do surgimento dos líderes negros e pensadores, como Patrice Lumumba, Léopold Senghor e Agostinho Neto que, embora formados nas universidades da Europa, procuraram conscientizar seu

povo sobre as vantagens da civilização e o valor da liberdade, induzindo-o, por esse motivo, a reivindicar os direitos sagrados da autodeterminação.

A submissão do africano ao jugo do tacão colonialista, foi sempre aparente: dentro de sua alma, no entanto, sempre predominou o espírito de desafio e respeito às tradições e direitos nacionais, latentes desde o desembarque e conquista dos brancos, a trezentos anos.

A partir de então, a consciência política e o sentimento nacionalista brotaram no próprio coração da África, e sedimentaram-se em suas próprias entranhas, dando, ao povo, a total consciência de seus direitos inalienáveis.

O avanço da ciência destruiu o Mito Ariano da Superioridade do Branco. E aconteceu o inevitável: a África despertou de seu sono secular.

Nos últimos trinta anos, apesar das sangrentas lutas entre as diversas etnias, alimentadas pelos interesses da indústria bélica e do imperialismo ocidental, a maioria dos países africanos conseguiu sua independência, culminando com o fim do *apartheid* na África do Sul – o que consagrou Nelson Mandela, símbolo da maior resistência negra, como o maior líder negro deste século.

Hoje, não se pensa na África como um lugar inculto e selvagem, mas como um continente rico e de futuro promissor que, apesar das dificuldades, impõe sua presença.

O principal objetivo do ICAB, qual seja, a formação do povo brasileiro com um pensamento integrado às suas raízes, voltado para a realidade político-social brasileira de forma a lhe permitir a luta em igualdade de condições para concretização de seus ideais, bem como a nobre missão de preencher a lacuna existente na constelação de entidades que enriquecem e embelezam o universo cultural de Sorocaba, para a qual o ICAB foi criado, foram amplamente atingidos.

Nada mais a acrescentar a não ser o sábio pensamento do grande líder Luther King, e que consta em nosso Documento-base, introduzindo o discurso de instalação do ICAB, e que, nesses vinte anos, simbolizou as grandes conquistas que transformaram o NUCAB em célula viva e atuante da Universidade de Sorocaba:

não somos o que gostaríamos de ser;
não somos o que poderíamos ser;
mas, graças a Deus,
não somos o que fomos

Porque, certamente, o Senhor edificou e abençoou a Obra para que seus operários não trabalhassem em vão...

Prosseguindo o evento, a fala é dada à Profa. Ana Maria Souza Mendes:

A vida do ICAB - construindo o futuro

Ana Maria Souza Mendes

os teus olhos viram os meus atos
e no teu livro, todos estão inscritos;
foram fixados os teus dias,
antes que um deles existisse. (Salmo 138, 16).

Não é sem receio que, neste momento, me atrevo a falar sobre a vida do ICAB: o receio se fundamenta no ter vivido esse tempo e, como tudo o que está próximo ou se torna familiar, parece, por vezes, ser de menor importância; assim, temo não ter sabido organizar o que está guardado na memória: os momentos mais significativos de nosso querido Instituto de Cultura Afro-Brasileira, o ICAB.

Davi, ao cantar e louvar ao Senhor a constante presença, o conhecimento desde toda eternidade dos dias que viriam, canta também por este dia.

Éramos todos jovens em busca de consolidação da carreira profissional, alguns com filhos pequenos, e outros com filhos adolescentes, todos vivendo seus dias, vencendo batalhas, buscando novos desafios, querendo sempre fazer a vida valer a pena.

No país, a volta ao regime democrático proporcionava a discussão de todos os problemas que estavam afetando o desenvolvimento do Povo.

Havia uma enorme inquietação em todos os lugares: todos tinham a contribuir e queríamos, na ânsia de reverter o tempo inconcluso dos anos de exceção.

28 de Setembro de 1979

Na rua Machado de Assis, 112, endereço do “28” como toda Sorocaba acostumou-se ao se referir à cinquentenária Sociedade Cultural e Beneficente “28 de Setembro”, estando presente o Exmo. Sr. Secretário de Estado da Cultura do Estado de São Paulo, Dr. Antônio Henrique da Cunha Bueno, o presidente da Diretoria Executiva, Sr. Darci Timóteo de Oliveira, o presidente do conselho Consultivo, Prof. Jorge Narciso de Matos, conselheiros, sócios e convidados, aconteceu o ato de instalação do ICAB.

Quem o formaria? Como atuaria? Quais os objetivos do ICAB? Um grupo de formação multidisciplinar, o que dava a certeza de que a soma de conhecimentos produziria maiores e melhores chances no cumprimento das diretrizes impostas pelo documento-base, produzido após acaloradas discussões.

O grupo ali estava e queria entrar em ação. Ao invés de contar as expectativas individuais, prefiro, aqui, pedir permissão e transformar este momento em uma pequena amostra do que foi a vida do ICAB.

Começo por mostrar o documento base original, datilografado no Rio de Janeiro pelo coordenador do grupo, sua alma e coração, assim como tem sido do NUCAB: o nosso querido amigo Jorge Narciso. (o documento base original foi exibido).

Vale dizer que este documento base sempre foi a bússola de nossas ações nesses últimos 20 anos.

Naquele tempo, as dificuldades eram muitas, mas sempre encontrávamos saídas: as reuniões, que deveriam ser mensais, eram planejadas com espaço reservado para a produção das câmeras de estudos.

Para cumprir a tarefa, muitas vezes tínhamos que driblar horários de trabalho ou de convivência familiar, correr como loucos para poder chegar a tempo em Sorocaba, pois alguns de nós trabalhavam em outras cidades: daí ir para a reunião com a tarefa ainda no rascunho; mas, ninguém deixava de cumprir a sua parte.

A partir de 1980, muitos trabalhos foram expostos e a cada reunião, consolidava-se ainda mais a união em torno dos objetivos propostos; e mais: consolidava-se o sentimento de amizade entre os membros, fazendo que cada encontro fosse esperado com ansiedade, pois estaríamos juntos.

Não posso precisar a data e também não é importante, mas recordo que numa dessas reuniões, que aconteciam aos domingos pela manhã, único horário possível para o maior número de participantes, a amiga Onda chegou com dez pãezinhos recém-saídos do forno da padaria; quando nos despedimos, quase ao meio-dia, ela teve que buscar outros para levar para casa, pois os primeiros, nós comemos...

Em 1983, conseguimos reunir material para escrever o primeiro número de um velho sonho: um jornal que divulgasse os nossos trabalhos. Incrível: o jornal foi todo escrito a máquina e depois reproduzido por fotocópia!

Naquela noite, aquelas 8 folhas representavam muito mais que a concretização de uma ideia: para nós, que acompanhamos o que chamam profissionalmente de “processo de criação”, marcaram sobremaneira nossas vidas, pois, considerando a forma que operávamos antes de se tornarem jornal, aconteceu um sério e difícil parto, já que o “fórceps” funcionou por mais de um mês, colhendo as colaborações antecipadamente prometidas.

Aquelas oito folhas, eu repito, estão aqui (a professora levanta as folhas, e as apresenta à plateia). Amareladas pelo tempo, sua importância exibida no conteúdo, provando que havíamos sonhado certo: nascia **O TAMBU**, cujo original exibimos agora. (O original do primeiro número do TAMBU foi exibido).

Jorge, Dino, Anete, Zezinho, Claudinei, João, Djalma, Dulce, Nilza, Ondina, Leonil: lutamos e, ao se completarem os primeiros vinte anos de um sonho, temos muito a agradecer a pessoas e instituições.

Pedir desculpas também. Mas, como o salmista, louvo ao meu Senhor, que preparou os vossos dias e os meus, para encontrá-los.

Ainda no mesmo evento, a palavra é passada à Profa. Eloísa Gonçalves Lopes que, assim, se manifesta.

NUCAB – integrando-se à nova universidade

Eloísa Gonçalves Lopes

O **ICAB** funcionou na Sociedade Cultural e Beneficente 28 de Setembro de Sorocaba até novembro de 1992, no período que antecedeu à criação da Universidade de Sorocaba.

Passou, então, a pertencer à estrutura das Faculdades Integradas Dom Aguirre, por haverem as duas entidades refletido que as características daquele Instituto poderiam ser melhor desenvolvidas no ambiente universitário.

Foi, então, o primeiro núcleo a integrar a estrutura da Uniso, instalada oficialmente a 28 de outubro de 1994.

O NUCAB é, hoje, um órgão complementar da Uniso, e tem, por objetivos, desenvolver pesquisas e gerar trabalhos com vistas ao conhecimento e à difusão das raízes culturais africanas que influem na formação cultural brasileira, desenvolvendo, também, programas de intercâmbio com instituições congêneres e difusão cultural.

O mesmo documento-base que rege os procedimentos do ICAB, feitas as devidas adaptações, permanece.

Os objetivos, porém, permaneceram inalterados, a saber: a realização de estudos e pesquisas voltados para o passado, de forma a obter a reconstituição da influência da comunidade negra na formação da cultura brasileira e, também, a geração permanente de trabalho de alto nível, norteadas por uma estrutura flexível, que permitisse a diversificação dos estudos, abrangendo, sempre que possível, todas as áreas do conhecimento humano, e estando

sempre em condições de absorver, adequadamente, o progresso do desenvolvimento organizacional, das artes, ciências e tecnologia.

É, também, do documento base que vem a diretriz da necessidade de se manter consultores técnicos, que têm a atribuição de coordenar, orientar e controlar o desenvolvimento da programação estabelecida para cada câmara de estudos, posto que elas objetivam abranger todas as áreas do saber, enfatizando os estudos africanistas.

O NUCAB tem, hoje, a seguinte composição:

Composição do Núcleo:

- coordenador - Prof. Ms. Jorge Narciso de Matos;
- coordenadora adjunta - Profa. Ana Maria Souza Mendes.

Consultores técnicos:

- Prof. Dr. Carlos Alberto Vogt (Unicamp);
- Prof. Clóvis Steiger de Assis Moura (IBEA - SP);
- Prof. Geraldo Bonadio;
- Profa. Ondina Seabra;
- Prof. Dr. Peter Albert Fry (UFRJ);
- Jornalista Sérgio Coelho de Oliveira;
- Profa. Dra. Bárbara L. Carter - Spellman College - Atlanta - USA.

Coordenadores de Câmara:

- estudos jurídicos - Bel. Leonil João de Lima;
- estudos políticos e sociais – Profa. Ana Maria Souza Mendes;
- relações com os povos de África - Bel. Bernardino Antonio Francisco;
- estudos da cultura artística - Prof. Air Sudário da Silva;
- estudos do folclore e da preservação cultural - Bel. Ademir Barros dos Santos;
- estudos da história e da literatura – Profa. Eliégine Miranda Silva Mendes;
- estudos da qualidade de vida - Prof. Ms. José Carlos Moura.

Todos os integrantes destas Câmaras são estudiosos voluntários, de diferentes formações acadêmicas, que visam ampliar e partilhar conhecimentos, objetivando criar melhores condições de vida para o povo negro do Brasil.

A participação é aberta a docentes e/ou pesquisadores que aqui queiram desenvolver projetos de pesquisas nas áreas dos estudos africanistas e a participação de especialistas e estudiosos dos diversos aspectos de sua área de

atuação, que possam colaborar significativamente para que o NUCAB possa alcançar suas finalidades.

Falar dos 20 anos do NUCAB é falar de suas realizações

Nas reuniões mensais realizadas no primeiro sábado de cada mês, são desenvolvidos estudos, seminários relativos aos assuntos contemplados nas diferentes câmeras: visões da África, onde são enfocados aspectos históricos e geográficos de cada país, atualidades referentes ao povo negro de África e do Brasil, e apresentações de músicas africanas de cada país do continente, pesquisadas por Onildo de Deus Aguiar.

As reuniões são comandadas pelo coordenador-geral Prof. Ms. Jorge Narciso de Matos, a quem peço licença a todos para chamar de “alma e coração” do NUCAB, por tudo que tem representado ao Núcleo até hoje, e na pessoa de quem saúdo a todos os responsáveis por esta noite, que está sendo uma realidade.

Na tentativa de não me alongar mais na explanação do que significa o NUCAB hoje, porém sabedora da importância dos trabalhos que nesta Casa são realizados, peço, aos presentes, um dedo a mais de paciência, para destacar, na vida do NUCAB, a partir dos anos de 1994 em diante, algumas de suas realizações:

- 1994: comemoração da semana da Consciência Negra, com Sinfonia da Abolição realizada no Teatro Municipal de Sorocaba, e solenidade comemorativa, pela Igreja Metodista Central, onde tivemos apresentação do coral CANTAFRO, de São Paulo, regido pelo maestro Maya-Maya. Houve, também, danças e culto de Ação de Graças; ainda no mesmo mês, o lançamento do projeto Curumim, coordenado pela Profa. Marilda Aparecida Correa, objetivando realizar atividades para a conscientização étnica, lazer e valorização das crianças negras;
- 1995: foram criados plantões de estudos e monitorias, onde voluntários se dispõem a atender interessados em conhecer a história do povo negro, e tirar dúvidas de estudantes, trabalhando algumas horas à noite. Também em 1995, ressaltamos os seminários “A cor do talento”, por Bernardino Antonio Francisco, e “África subsaariana - a Partilha”, por Maria Lígia Conti; também seminário sobre versões da criação do mundo, por Onildo de Deus Aguiar;
- 1996: foi para o NUCAB, um ano de alguma tristeza: apesar de todas as realizações, marcou o afastamento, graças a Deus temporário, de nosso coordenador, Prof. Jorge Narciso, substituído, interinamente, pela Prof^a. Ana Maria Souza Mendes, que brilhantemente soube abraçar essa Coordenação com muita competência e determinação, não permitindo que o NUCAB

ficasse à deriva. No campo de atividades, destacamos o lançamento do livro *Cafundó - a África no Brasil*, dos autores Carlos Vogt, Peter Fry e Robert Slenes, compilado a partir de pesquisas feitas na comunidade do Cafundó;

- 1997: destacamos o curso de introdução à cupópia do Cafundó, estudo sobre o resíduo linguístico falado naquela comunidade; também o seminário Luiz Gama, de escravo a abolicionista, da Câmara de estudos da história e literatura da Prof^a. Eliégine Miranda, e o curso de confecção de máscaras virtuais, coordenado por Onildo de Deus Aguiar;
- 1998: damos ênfase para os seminários “Cruz e Souza, o ‘Cisne Negro’ ou ‘Dante de ébano’”, elaborado pelas Prof^{as}. Ana Maria Souza Mendes e Eloísa Gonçalves Lopes, e “Islamismo - algumas considerações”, por Ademir Barros dos Santos. Ainda, “Genoma e direitos”, por José Carlos Moura; temos, ainda, oito projetos de pesquisa em fase de conclusão, dentre os quais citamos “Diáspora em casa - A Saga dos falachas”, do Prof. Jorge Narciso de Matos, em fase de publicação. Ainda neste mesmo ano, citamos, com muita alegria, a instituição do Dia de Conscientização Étnica, realizado na E.E. Dr. Gualberto Moreira, em parceria com a Fundação Cafuné e Universidade de Sorocaba, além do lançamento do programa de rádio “Nação Afro - Cultura, Música e Gente”, veiculado pela Rádio Jornal Cruzeiro do Sul todas as terças-feiras, as 21 horas, além da chegada, a nosso convívio do poeta Rui Silva Santos;
- 1999: finalizando: neste ano, destacamos a realização do trabalho “A África e a lusofonia”, que abriu a semana de letras da UNISO, cujo livro está sendo lançado nesta noite.

Essas foram, meus amigos, apenas algumas de tantas atividades realizadas pelo NUCAB, entre as inúmeras e valorosas contribuições voluntárias pela causa do negro. Nesse sentido, convidamos a todos que ainda não frequentam o NUCAB, a vir conosco juntar forças para trabalhar pela Negritude.

Para encerrar, nada melhor que ouvirmos a poesia de Ruy Silva Santos:

SER NEGRO

No passado
passando o que passei
fui servil e servi bem:
fui escravo e fui rei.

Na negritude das noites
chorei de alegria... chorei!
cantei nas tristezas... cantei!

sofri mil agruras,
tive sorte
Vivi momentos
de morte.

os que partiram... partiram

eu sobrevivi:
sou forte.

SEMINÁRIOS

APRESENTAÇÃO

A partir deste ponto, cabe apresentar o teor e os textos das pesquisas desenvolvidas pelo Núcleo de Cultura Afro-Brasileira – Nucab - da Universidade de Sorocaba – Uniso, aqui elencados em ordem cronológica.

Para tanto cabe, antecipadamente, recomendar a revisita às advertências alocadas no início desta compilação, no tópico “Antes de iniciar a leitura”, em que as causas do recorte temporal vão explicadas.

Por outro lado, cabe informar que a ordem cronológica foi escolhida em detrimento de diversas outras possibilidades – autoria, tema, por exemplo – para que saltasse à vista de quem, porventura, adentrar estas pesquisas, como os temas abordados são diversos, mas se complementam ao longo do tempo; isto porque é esta a intenção primeira deste Núcleo, em cuja constituição já se previa a alternância dos temas e das Câmaras, às quais se franqueou, com este intuito, a possibilidade não só dos estudos conjuntos como, também, a aceitação de colaborações externas.

É evidente – ou, pelo menos, assim parece sê-lo – que o Núcleo sempre pretendeu apresentar, nos limites de suas possibilidades e capacidades, a maior abrangência possível do mosaico da história e cultura africana e afro-brasileira, o que não seria possível por outra forma.

Daí que o critério cronológico tem, por finalidade, permanecer fiel à cultura interna do Núcleo, que sempre foi a de apresentar a diversidade como componente indelével da unidade que conforma a negritude, quer no continente de origem, quer na diáspora, em que permanecemos nós, seus componentes, nos reconhecendo como parte e continuidade de nossos ancestrais, quer tenham vindo para este lado do Atlântico, quer tenham permanecido no solo de onde sustentam nossa estendida, consistente e persistente vivência na africanidade.

Vamos aos estudos!

O negro no Brasil, sob a ótica legal

04 de fevereiro de 1995

Expositor: Bel. Leonil João de Lima

Debatedores: Prof. Air Sudário; Bel. Bernardino Antonio Francisco

Sinopse: Abordando aspectos que vão desde o tráfico negreiro, passando pela resistência do negro à escravidão e os movimentos pós Abolição, o expositor fez questionamentos atuais em relação à libertação e à dívida deixada pela Lei Áurea, e propõe o que chamou de “segunda libertação”, agora somente conquistada se no dia a dia.

Os debatedores analisaram favoravelmente o tema exposto, e também o examinaram sob outros ângulos. Logo após, os membros presentes debateram o tema, oferecendo contribuições e abordando aspectos da atualidade das relações interétnicas.

O negro na literatura: aspectos históricos, sociais e literários

04 de março de 1995

Expositora: Eliégine M. S. Mendes

Debatedores: Paulo Aparecido Porto; Joel Aguilar

Sinopse: A expositora, usando como fio condutor a história, discutiu os estereótipos do negro na literatura brasileira, e sua inserção na produção literária. Sua exposição iniciou-se com a análise de aspectos históricos da escravidão, passando pela abordagem aos estereótipos criados pela literatura, para apresentar o negro, apenas, como objeto dessa produção. Analisou o negro e suas características, enquanto escritor. Por sua consistência, as conclusões da expositora estão sendo transcritas: “ao analisarmos o afro-brasileiro como personagem literário, escritor pensador, inevitavelmente tocamos em diferentes aspectos de um problema que é considerado em sua totalidade, o que deve contribuir para a formação de uma ideia sobre uma nação prestes a chegar ao término de um processo gradual de integração racial: um caldeirão de correntes ideológicas, pronto a nos brindar com experiências das mais enriquecedoras. Portanto, a literatura polêmica ou criativa, como também a música dos afro-brasileiros, tem, como interesse principal, a integração social dos negros, de forma que não perderam sua identidade ou respeito próprios.”

“O ideal de um sismo baseado nos negros pede a democratização dos valores culturais e sociais, libertando-se dos falsos valores do branqueamento, para que os brasileiros possam alcançar a verdadeira Harmonia Multirracial, que tanto vêm alardeando existir.”

“A literatura conduz à conscientização, esclarecendo e implantando ideias; portanto, é um instrumento formador de opinião, que deverá ser usado na construção de uma democracia racial e, conseqüentemente, uma estrutura social mais justa e igualitária”.

Os debatedores analisaram positivamente o tema exposto. O primeiro, Joel Aguilar, fez considerações a respeito dos aspectos sociais abordados, fazendo rápida comparação da situação do negro brasileiro, discriminado e segregado. Analisou, também, os diversos aspectos da discriminação racial no Brasil. O segundo, Paulo Aparecido Porto, fez rápida análise sobre o ponto de vista histórico da escravidão, e suas repercussões para o negro, ainda nos dias atuais.

Saúde do negro na região de Sorocaba

01 de abril de 1995

Expositor: José Carlos Moura

Debatedores: Air Sudário da S.; Eloísa G. Lopes; Leonil J. de Lima

Sinopse: Moura foi buscar nas imagens do bandeirismo, a situação do negro quando chegou às terras de Sorocaba, traçando, durante seu trabalho, paralelos entre aquela vida e a de seus descendentes na periferia da cidade em nossos dias. Sorocaba tornou-se, desde sua fundação, polo de irradiação à conquista territorial e ao povoamento, favorecendo a movimentação dos indivíduos, de tal forma que o modo de vida da população estável sofreu influências culturais de outras regiões; nem sempre a qualidade de vida era preservada. Em nossos dias, sem as características do bandeirismo ou tropeirismo, a cidade, vivendo sob significativa base industrial, sofre a mesma movimentação, principalmente da população de baixa renda, o que levou a Câmara de Estudos da Qualidade de Vida a se preocupar com os seus aspectos - a saúde e seus agravos.

“Como vem se desenvolvendo a saúde em Sorocaba?” foi a questão que o expositor formulou para fundamentar sua pesquisa junto às unidades de saúde de nossa cidade e da vizinha Votorantim, já que as populações dos dois municípios frequentam os mesmos serviços, sem prejuízo da tênue divisão geopolítica que os separa.

A pesquisa foi realizada ao longo do último ano, no Centro Referencial da Vila Angélica. Destaca distúrbios comuns à população sorocabana, tais como: hipertensão arterial; surdez; doenças sexualmente transmissíveis; alcoolismo e desnutrição, estabelecendo comparativo de suas incidências na população negra.

A pesquisa também detectou que a ocorrência de tais agravos é ligada à falta de condições de vida, pela falta de trabalho digno para todos: as doenças citadas não afetam somente o segmento negro da população; porém, este é por elas mais afetado, pois é ela que está na periferia pobre das cidades, onde é extremamente precário o saneamento básico; é dali que se extrai significativa porção da mão de obra não qualificada, por consequência mal remunerada, sofrendo sérios desajustes sociais.

Os debatedores, concordando com a exposição trazida, ressaltaram as dificuldades para a obtenção de dados mais precisos para a qualificação da população negra, que se utiliza dos serviços de saúde mantidos pelo poder público, aliás, decorrente da hipocrisia, que se disfarça na “democracia racial” existente em nosso país.

O negro no mercado de trabalho – do eito à cidade

06 de maio de 1995

Expositora: Ana Maria de Souza Mendes

Debatedoras: Eliérgine Miranda S. Mendes; Eloísa Gonçalves Lopes

Sinopse: A expositora esclareceu que os estudos que estava apresentando eram a continuidade da pesquisa que está desenvolvendo sobre o retrospecto da vida econômica do país no período colonial, analisando as formas de produção e inserção da mão-de-obra escrava no mesmo. Na breve análise do processo de integração econômica do país, situou o ciclo do tropeirismo, que teve Sorocaba como epicentro. Ao analisar a decisiva participação do algodão no incipiente processo de industrialização no período final da escravatura e nos pós 1888, situou as ocupações comuns dos negros no período imediato do pós-abolição, localizando-os nessa indústria. Lamentou as péssimas condições de conservação dos arquivos oficiais (Museu Histórico Sorocabano), o que tornou impraticável a realização das pesquisas de campo, programadas para melhor fundamentar seus estudos. Entretanto, analisou, ainda, as opções ocupacionais do negro no pós-abolição em nossa cidade, esclarecendo que, saídos do eito, poucos tinham profissões. Muitos, principalmente as mulheres, se ocupavam de trabalhos domésticos; uns poucos de profissões artesanais, mas parte deles permaneceu no eito por falta de opções. Como exemplo típico, citou sua família a partir de sua avó Celestina que, ao deixar as senzalas de fazenda produtora de algodão, veio à cidade como lavadeira.

Os debatedores a secundaram, situando que as ocupações do negro, hoje, são reflexos desta pós-abolição, que deixou muito a desejar pela forma com que se deu; foi reafirmada a importância da continuidade de pesquisas

neste campo, possibilitando aprofundar a análise. Eloísa, considerando os aspectos sociais abordados, fez rápida comparação com a discriminação no trabalho pós-abolição. Eliégine analisou as relações dos personagens negros conforme apresentados na literatura, e analisou, também, os diversos aspectos da discriminação racial no Brasil.

A vida do negro africano e sua tradição religiosa no Brasil

05 de agosto de 1995

Expositora: Patrícia Aparecida Felício

Debatedores: Air Sudário da Silva; Ana Maria Souza Mendes

Sinopse: A expositora, em abrangente trabalho, trouxe uma soma de informações sobre os aspectos definidores da religião africana, suas características e suas origens: analisou o sincretismo, os cultos e suas características básicas, e analisou os orixá que personificam os antepassados e o sagrado fundante. Partiu de definições já sedimentadas no que se refere a cada aspecto do tema tratado e, com base em intensa pesquisa de campo desenvolvida, trouxe uma série de práticas religiosas, apresentando *tapes* com sons dos terreiros de Candomblé. Sua exposição acentuou o aspecto comum da crença nas divindades, de que a vida humana provém de uma Fonte Divina, o que é comum a, praticamente, todas as formas de expressão religiosa. A influência da escravidão negra e seu papel destruidor sobre as religiões praticadas na África foi examinada, dando ênfase ao surgimento do sincretismo, confusa mistura de diversos credos heterogêneos com as crenças praticadas majoritariamente pelos senhores de escravos, somados ainda ao espiritismo, posteriormente codificado por Allan Kardec, e mesmo com a incorporação das práticas religiosas dos aborígenes. Dentro do sincretismo, mencionou os orixá (santos) mais cultuados no Brasil, oferecendo suas principais características - símbolo, cor, dia da semana, etc. (Exu - o mensageiro de outros orixá; Ogum - São Jorge/ Santo Antônio e Oxóssi - São Jorge/ São Sebastião; Nanã - Santa Ana; Omulu - São Roque e São Lázaro, e Oxumaré - São Bartolomeu; etc.). Mencionou, ainda, as grandes dificuldades enfrentadas até há pouco tempo para a prática desta religiosidade: a repressão, o baixo prestígio social, etc., lembrando que, hoje, a umbanda é o culto afro-brasileiro mais praticado no Brasil, e que a prática dos cultos afro-brasileiros constituem-se em uma das mais profundas fontes de resistência e preservação da cultura afro-brasileira.

Os debatedores - Air Sudário, circundando a exposição, lembrou que a busca do sobrenatural através das religiões tem sido, ao longo dos séculos, a forma de reforçar os vínculos comunitários e sociais; mas, a partir destes, tem-se distorções que levam ao controle da sociedade. Por sua vez, Ana Maria,

da mesma forma, lembrou que a exposição anterior apresentava aquilo que se poderia chamar de panteão dos orixá, que são forças da natureza, como forma de aproximação entre a divindade e o humano.

A Partilha da África

02 de setembro de 1995

Expositora: Maria Lígia Conti

Debatedoras: Eliéguine Miranda S. Mendes; Marilda Ap. Corrêa

Introdução: a África até o ano de 1500

A história da África começa com a história do ser humano: África, berço da humanidade.

Por volta de 3000 a.C., o dessecamento do Saara fez com que populações que se concentravam ao norte do Equador, se dispersarem para o sul e o leste; nos últimos 2.000 anos a.C., populações concentraram-se no chamado cinturão sudanês, graças às colheitas tropicais: estados como Songhai prosperavam no comércio marítimo e na exportação do marfim africano.

Com o início da era do ferro, o Sul do Equador foi drasticamente abalado: aquela região estava associada ao cultivo de cereais, criação de gado e cerâmica. Ali, os povos bantu, descendentes dos agricultores, predominaram linguística e culturalmente no leste e sudeste africano: foram eles os responsáveis pelos primeiros reinados comerciais da região, como o Grande Reinado de Zimbábwe, que floresceu entre os séculos X e XVI da era cristã.

Os estados do norte da África estabeleceram laços com a África sub-saariana; os bantu se dispersaram e desenvolveram estados maiores ao sul.

O islã expandiu-se por toda a África: comerciantes em caravanas de camelos, indispensáveis aos habitantes das zonas tropicais, passaram a comerciar artigos de luxo em troca de escravos, assim como ouro e artigos de couro, que eram levados ao norte.

Em 1250, a economia da Europa e do oriente médio muçulmano dependiam do ouro africano, o que impulsionou os estados do cinturão sudanês: Gana e Mali foram dois dos estados que mais prosperaram nesta época.

Perto do fim da Idade Média, com a crise na Europa, reinos negros prosperaram, e reis como Mansa Musa e Sunni Ali gozavam de grande reputação por suas riquezas e pelas realizações artísticas de seus súditos. Suas capitais eram majestosas, e havia, pelo menos, duas universidades - Timbuctu e Djenné - que atraíam inúmeros poetas e eruditos.

Em 1498, Vasco da Gama chega e traz, consigo, o desastre que põe fim ao sistema lucrativo do comércio oceânico africano.

Entre 1500 e 1800

De 1500 a 1800, a África assistiu ao surgimento e crescimento de grandes impérios, como o já mencionado Songhai; perto de 1500, toda a África subsaariana estava em pleno processo de desenvolvimento cultural e econômico: onde o ambiente permitia, a população cresceu e as economias se diversificaram, o comércio se expandiu.

Zimbabwe, que estava no auge de sua grandeza, mantinha conexões com países tão longínquos como a China.

Também neste período, a África assistiu a grandes lutas políticas, religiosas e econômicas, o que, em 1790, atingiu seu ápice com as os Cruzados e as Guerras Santas.

Outro processo importante nesse período, foi o envolvimento dos europeus que, na época, procuravam ouro, marfim, madeira e, sobretudo, escravos, para levar às Américas.

O comércio de escravos começou com os portugueses, logo seguidos pelos holandeses, franceses e britânicos. Os horrores do comércio de homens, mulheres e crianças negras deu início ao choque sofrido pelo continente, com a perda de seus filhos legítimos e a devastação de suas riquezas, o que levou, em 1800, ao total comprometimento de sua independência.

Século XIX

A partir do início deste século, a Inglaterra passa a proibir o comércio de escravos. Os europeus, após destruir, em grande parte, a estrutura social, política e econômica da África, agora optam por explorar suas minas e fazer com que ela, a África, produza seu alimento.

Até o ano de 1880, 80% do território africano era governado por seus reis, rainhas, chefes de clãs e de linhagens, e impérios, reinos, comunidades e unidades políticas de porte e natureza variados.

No período de 30 anos, toda a África, com exceção da Libéria e Etiópia, estava dominada pela “força do homem branco”.

O imperialismo

Por volta de 1880, quando todo o mundo achava que o europeu já estava civilizado o bastante para trabalhar no sistema de independência

comercial, surge, na Europa, a Revolução Industrial, com toda sua demanda de matéria-prima.

A África passa a ser visada, mais uma vez, como a fonte da riqueza da Europa e, escondendo-se atrás de sonhos exóticos, espírito cristão, heroísmo, responsabilidade para com os cativos e até mesmo a hipócrita teoria da superioridade racial determinada por Deus, o homem branco invade, explora, humilha e abusa, covardemente, todo um grupo de representantes da nação humana: os negros africanos.

A Conferência de Berlim - (de 15/11/1884 a 23/2/1885)

Até 1880, Inglaterra, Portugal, França, Espanha e Turquia, estavam estabelecidos nas regiões costeiras da África: ali, exploravam as riquezas africanas, e dali, dominavam o comércio oceânico.

Nessa época, exploradores, representantes de vários países europeus, são mandados ao interior da África para “descobrir” novas riquezas: regentes europeus começam a se indispor uns com outros, por motivos que jamais incluíam o bem-estar da África ou dos africanos.

Entre 15 de novembro de 1884 e 23 de fevereiro de 1885, nações como Alemanha, Áustria-Hungria, Bélgica, Dinamarca, Grã-Bretanha, Holanda, Itália, Suécia, Turquia, reuniram-se a fim de “destrinchar” a África, que acabou por ser “destroçada”: em 23 de fevereiro de 1885, a “Ata Geral do Congresso de Berlim” é assinada pelos representantes das 14 nações presentes, reconhecendo a liberdade de navegação nos rios Congo e Níger, e decidindo como se daria o comércio no então chamado Congo que, à época, se estendia por toda a África Central, entre o Atlântico e o Índico.

A Ata, por outro lado, oficializava a doutrina de *hinterland* (zona interior), admitindo que toda potência europeia estabelecida na costa, tinha direitos especiais sobre o interior e podia avançar indefinidamente suas fronteiras, até encontrar zona de influência contrária.

Todas as 14 Nações, mesmo as que jamais chegaram a ser potências coloniais, partilharam dos ideais imperialistas e, naquele 23 de fevereiro, aprovaram, “legalmente”, o maior crime da humanidade contra a humanidade.

Uma “histeria coletiva” traçou, sobre o mapa da África, fronteiras que jamais levaram em conta as realidades históricas e sociológicas africanas: todas as potências coloniais tiveram, naquela época, a mesma visão da África como terra livre e sem senhores, quando a África subsaariana era, precisamente, um continente onde “os chefes de terra” têm importância determinante nas estruturas sociais e religiosas.

Assim sendo, cada fronteira “cortou” diversos grupos étnicos homogêneos, enquanto povos extraordinariamente diferentes foram reunidos sob uma só bandeira; como exemplo, no Congo Leopoldville, foram ignoradas as realidades históricas: o antigo Império Lunda de Mwata Yamvo, ficou repartido entre Angola e Congo, em área chamada Rodésia do Norte; ao norte, os azande foram “repartidos” entre a República Centro-Africana, Congo e Sudão. Exemplos como esses poderiam ser citados em todo o território da África subsaariana.

A África colonial

Uma vez usurpada e violentada, a África deveria passar a produzir para seus senhores: após a divisão “justa” feita pelo “mundo civilizado”, os seres humanos de pele escura já não eram mais escravos negros transportados de forma desumana para as Américas; agora, julgados livres pela lei dos homens de pele clara, eles eram submetidos à mais podre escravidão, que se esconde atrás da Igreja Cristã e da “Bondade Europeia”, que se assenta na afirmação de que o Progresso e os avanços sociocultural e econômico têm cor clara, segundo a palavra divina...

Deu-se, então, início às expropriações; ao trabalho forçado na agricultura e em minas; ao controle social e político das nações nativas; ao suborno; à invasão cultural; à destruição de valores sociais e religiosos; à mais absoluta e indecente lavagem cerebral, que levou o belo, branco e poderoso “senhor natural da África”, a acreditar-se sobre-humano...

A resistência africana

Aqui, leve-se em conta que, na verdade, até que nos aprofundemos no assunto, todos acreditamos que os africanos foram passivos e aceitaram, sem qualquer luta ou gesto de dignidade humana, a “tomada da África pela Europa”; mas, é preciso que se grite, em alto e bom tom: “houve resistência, e ela foi significativa”, porque cabe dizer que ela não implicou em uma luta desordenada e desesperada efetuada por ‘índios sedentos de sangue’, como alguns historiadores sugeriram.

Houve, sim, frentes movidas por ideologias racionais e inovadoras: documentos resgatados por historiadores, apresentam declarações de autonomia; desejo de manter a soberania; filosofia; enfim, a consciência dos chefes africanos quanto à questão da posse das terras africanas.

Vejamos trechos de alguns desses documentos:

“[...] prestei atenção a vossa mensagem sem encontrar razão para vos obedecer. Preferiria morrer. Não caio a vossos pés, pois sois uma criatura de Deus como eu [...]”. Sou Sultão aqui na minha terra, vós sois Sultão na vossa. No entanto, vêde, não vos digo para me obedecer, pois sei que sou um homem livre; quanto a mim, não irei a vossa presença; se sois bastante forte, vinde vós me procurar. (réplica do chefe dos Yao, ao Comandante Ari Herman von Wismann, em 1880).

[...] estou vendo como os brancos penetram cada vez mais na África; em todas as partes do meu país as companhias estão [...]. E preciso que meu país também adote essas reformas, e estou plenamente disposto a propiciá-las [...]. Também gostaria de ver boas estradas de ferro [...], mas meus antepassados eram maconde e maconde quero continuar a ser. (Makonde Hanga, Chefe do Barué, no nordeste de Moçambique, em 1895, a um visitante branco).

[...] pela cor e pelo modo de vida fazemos parte do mesmo todo, e esta África é, de maneira geral, a terra dos Capitães Vermelhos [quer dizer, dos africanos]. O fato de formarmos diferentes reinos e regiões, traduz, apenas, uma subdivisão banal da África. (o chefe khoi-khoi Hendrik Wittboi, herói nacional da Namíbia, registrou em seu diário).

[...] o Senhor estabeleceu diversos reinos na terra. Por isso, sei e creio que não é pecado nem crime que eu deseje continuar a ser o chefe independente da minha terra e do meu povo (Wittboi ao administrador alemão Theodor Lewtwein, em 1894).

[...] meu desejo é que nós, nações fracas, nos levantemos [...]. Que a África inteira combata os alemães, e antes morreremos juntos que em consequência de serviços, de prisões ou de qualquer outra maneira (o chefe Maherere escreveu ao velho Wittboi, em 1904, convidando-o a uma ação comum).

Embora, na África, não houvesse a intenção de servir ao europeu e, embora o povo africano repudiasse a escravidão, não aceitando, a princípio, o jugo, o europeu tinha, a seu lado, um argumento realmente convincente: os rifles; frente às forças militares e religiosas impostas a África de forma brutal, o resultado não poderia ser muito diferente do que este que conhecemos.

Conclusão

Depois de tantos aspectos vistos, ainda é difícil concluir a extensão dos fatores positivos e negativos que envolveram o colonialismo na África: segundo alguns africanistas, como L. H. Gann, Peter Duignan, Margery Perham e P. C. Lloyd, de modo geral, a influência europeia foi benéfica e, na pior das hipóteses, não prejudicial à África.

D. K. Fieldhouse, um historiador inglês, chegou à seguinte conclusão:

“[...] parece então que o colonialismo não merece os elogios nem as maldições que comumente se lançam, pois que, se fez relativamente pouco para superar as causas da pobreza nas colônias, não foi ele quem criou essa pobreza. O império teve importantíssimos feitos econômicos, alguns bons, outros maus [...]”.

Já o historiador negro Walter Rodney, junto a outros especialistas essencialmente africanos, negros e marxistas, afirma que os fatores positivos do colonialismo são praticamente nulos. Diz ele:

“[...] é costume dizer que de um lado havia exploração e opressão, mas que, de outro lado, os governos coloniais fizeram muito pelos africanos e contribuíram para o desenvolvimento da África. Para nós, isto é completamente falso. O colonialismo só tem um aspecto, um braço: é o bandido maneta”.

Quanto aos historiadores de “A História Geral da África”, a conclusão é que os efeitos positivos existiram, mas foram acidentais, nunca intencionais, resultados de medidas destinadas a defender os interesses dos colonizadores.

Enfim: a história da África colonial e suas consequências é ainda fonte de estudos que darão muito trabalho àquele que se dispuser a esclarecer todas as intenções essenciais do dominador e do dominado.

Resumindo

A atual configuração político-geográfica do continente africano subsaariano, foi definida na conferência de Berlim (15-11-1884 a 23-02-1885), sofrendo diversas alterações em função dos resultados das guerras ditas mundiais; em sua apresentação, a expositora analisou as circunstâncias que a precederam, bem como os resultados imediatos e suas características, que foram amplamente analisados.

Os 14 países signatários da Ata Geral do Congresso de Berlim (Alemanha, Áustria-Hungria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Holanda, Itália, Portugal, Rússia, Suécia e Turquia) em 23 de Fevereiro de 1885, estabeleceram, entre si, a liberdade de navegação nos rios Níger e Congo, e a liberdade de comércio no Congo (de costa a costa da África); guardou as conquistas coloniais anteriores, e estabeleceu a doutrina de *hinterland* (zona interior), através da qual todos os signatários estabelecidos na costa, tinham direitos especiais sobre o interior e podiam avançar sua zona de influência até encontrar zona de influência contrária.

Especial relevância foi dada à característica específica desta Conferência, que significou a “largada” para que os países europeus tomassem posse daquele continente, o que foi feito com algumas “justificativas”, inclusive religiosas, mas nenhum critério que levasse em consideração seus habitantes, nem suas vidas, usos, costumes e, sobretudo, a divisão sociocultural que, a priori, existia.

Naquele momento, já não se permite a retirada de escravos e, mesmo o processo de escravização do negro estava nos estertores: assim, entendiam os europeus que era necessário ocuparem o continente de imediato, resguardando áreas específicas para a exploração de cada país europeu.

A expositora, utilizando diversos recursos audiovisuais, forneceu dados referenciais dos períodos anterior e posterior à Conferência de Berlim, concluindo que “a história da África colonial e suas consequências ainda é fonte de estudos que darão muito trabalho àquele que se dispuser a esclarecer todas as intenções essenciais do dominador e do dominado.”

Mas, para os autores da História Geral da África, a conclusão é de que “os efeitos positivos existiram, mas foram acidentais, nunca intencionais, resultados de medidas destinadas a defender os interesses dos colonizadores.”

Eliégine e Marilda comentaram os aspectos odiosos do processo de colonização que, apoiados em fundamentos religiosos, deram base à manutenção do processo de escravização do negro africano, agora em sua própria terra.

Quilombo – como chegamos lá!

07 de outubro de 1995

Expositor e debatedores em mesa redonda

Sinopse: Conduzidos pelo Prof. Djalma Dias de Souza da Câmara de Estudos Históricos e Literários, abordaram-se aspectos do entorno histórico que envolve Palmares, sua característica enquanto grupo de povoados (e não “valhacouto de negros fujões”), ressaltando a plurietnia de sua população, e sua organização econômica.

Em sua origem, Palmares se formou pelo desejo de liberdade de escravos que fugiam: por todo o período de sua existência (± 1580/1694), a sociedade solidária que ali se construiu, se viu assediada, quase que permanentemente, por holandeses e portugueses; mas, conviveu com a resistência liderada por Ganga Zumba e, posteriormente, por seu sobrinho Zumbi.

A população estável do Quilombo de Palmares manteve, com seus vizinhos, ativa relação de comércio.

As expedições contra o quilombo foram basicamente infrutíferas: a vitória militar dos portugueses somente viria em 1694, quando a praça forte de Palmares, na Serra da Barriga, foi, finalmente, invadida e ocupada por Domingos Jorge Velho.

Zumbi, fugindo, deu margem a que se tivesse por morto; porém, ele pretendia organizar a resistência contra os invasores, com pequeno grupo de companheiros. Traído por um deles em novembro de 1695, é descoberto e morto.

É este o herói que, neste ano, é comemorado como símbolo da resistência e das lutas pela Liberdade.

Os participantes da mesa redonda, tendo por base a exposição inicial, fizeram análise de diferentes aspectos deste momento histórico (tão pouco conhecido), projetando-o para a vida do negro enquanto cidadão, na busca permanente do reconhecimento pleno de sua cidadania.

Quilombo – como chegamos lá! - II

04 de novembro de 1995

Expositor e debatedores em mesa redonda

Sinopse: Projetado o filme “Quilombo” (de Cacá Diegues, 1988), no qual é resgatada, em forma de romance histórico, a saga dos palmarinos.

Seguiu-se interessante debate, tendo dele participado: Patrícia, que assinalou aspectos do resgate da religião, aliada a um nascente sincretismo; Joel, que assinalou a dificuldade de assimilação das mudanças pelos mais velhos, como no caso de Ganga Zumba, no filme; Onildo ressaltou aspectos marcantes do filme, baseado na cultura nagô que, na época e naquela região, não eram predominantes; Ana Maria referiu-se à abordagem, no filme, do aspecto religioso de Zumbi: ter relacionamento com a Igreja Católica - envolvimento e ruptura - para mencionar que, já no século XVII, a Igreja tinha escravos. Os caminhos que levaram o negro ao Quilombo, são os mesmos que levam o negro, hoje: uma resistência positiva, com vistas ao aprimoramento das relações interétnicas.

Versões da criação do mundo na Filosofia Yorubá (Nigéria)

06 de janeiro de 1996

Expositor: Onildo de Deus Aguiar

Sinopse: A comunicação foi ilustrada por músicas de autores nigerianos. As versões da criação do mundo, segundo a filosofia yorubá, faz parte da tradição oral da Nigéria. Em todas elas, a cidade sagrada de Ifé é dada como centro da Terra, de onde teria surgido a raça humana.

1ª versão:

O grande Deus Olodumaré envia 16 deuses menores para ajudar na criação do mundo. Ele confia a Orinshalá (conhecido, também, como Obatalá), uma cabaça de areia e um frango com 5 dedos, para tanto.

Porém ele, quando desce à terra, toma muito vinho de palmeira, embriaga-se e acaba dormindo, alheio à missão para a qual foi mandado. Aproveitando-se do fato, o deus Oduduwa apossa-se do saco de areia e do frango e, chegando ao oceano, joga areia na água e põe o frango em cima: a pequena ave começa a ciscar, e acaba fazendo a terra, na forma como hoje está.

Neste momento, outros deuses se unem a Oduduwa, descendo graças a um fio ou corrente visível no bosque. Apesar do erro cometido, é dada a

Obatalá outra chance: cabe ao mesmo a honra de criar o ser humano; mas, o incorrigível deus embriaga-se novamente e passa a criar, por conta disso, anões, albinos e várias espécies de monstros.

Odudwa intervém novamente, anula a maioria dos monstros criados por Obatalá e cria seres bonitos, vigorosos: esta situação provoca uma guerra entre Odudwa e Obatalá; com a derrota deste, Odudwa torna-se o primeiro deus e Rei de Ifé: então, distribui coroas a seus filhos, para criar outros reinos fora da cidade sagrada.

2ª versão:

No começo não havia terra, somente água. Olorum envia Orinshalá (também tratado como Oxalá) para baixo, entregando-lhe uma quantidade de areia e dizendo: “Espalhe isto sobre a água”. Oxalá partiu mas, no caminho, pegou uma garrafa de vinho de palmeira e gostou muito do paladar deste: sempre que sentia sede, bebia um gole; então, sentindo-se cansado, dormiu, esquecendo-se do que Olorum lhe havia confiado para a missão. Odudwa, que era um homem forte, tomou consigo a carga de areia, desceu à terra e, fazendo do modo que havia sido recomendado, empurrou a água de lado. Olorum lhe deu um frango chamado Adjé-alesómanu, que tinha cinco dedos: este impele a água para um lado e, assim, faz o mar da forma que o vemos. Quando Odudwa e Oxalá terminam o serviço, já que o primeiro, ao acordar, foi perdoado por Olorum, foram a Ifé e criaram um reino próspero; depois, transformaram-se em pedras.

Até hoje, prestam-se homenagens a estas pedras, inclusive sacrificando-se um carneiro antes de pronunciar o nome de Oxalá, pois a autoridade desse Deus é temível.

3ª versão:

No começo tudo era água, mas havia, neste meio, uma ilha; nesta Ilha, chefes erraram sem saber o que poderiam fazer; depois de um período grande, Olorum veio do céu e, com outros deuses, se instalou na ilha. Olorum passou a dizer a Exu: “senta atrás de mim, Ogum à minha direita, Obatalá à minha esquerda; vós, outros deuses, coloquem-se ao redor”. Chamou os chefes e, pedindo a atenção de todos, disse que a cidade iria se chamar Ifé: “a colina sobre a qual estou sentado terá 3 palmeiras; dezesseis deuses vieram comigo, eles terão filhos e habitarão em volta de vós. Mas tu, Oni, reinarás aqui e mostrarás aos Alafin (súditos) a vontade dos deuses”. Assim, Olorum foi embora e nasceu a cidade de Ifé, onde habitaram os 16 deuses.

Considerações

Das duas primeiras versões, subsistem ritos religiosos com sacrifícios de carneiros, antes de pronunciar o nome de orixá (deus), e a proibição, aos adoradores de Oxalá, de consumirem vinho de palmeira em excesso; tudo, no sentido simbólico. A última versão, talvez um pouco menos simbólica e mais histórica, passa-se, possivelmente, na Idade do Ferro da Nigéria, o que remonta ao século V a.C.. Muito provavelmente os ibos tenham sido subjugados pelos yorubá, e os antigos habitantes foram persuadidos a acreditar que seus inimigos eram sobre-humanos ou, até mesmo, demônios.

As versões yorubanas da criação do mundo, em muitos aspectos, guardam similitude com a tradição bíblica; entretanto, apresentam alguns aspectos de originalidade que lhes emprestam significação especial, o que sugere que, mais do que serem tomadas como folclóricas, sejam vistas com o respeito que deve ser tributado a uma cultura milenar.

Negro: uma história à margem da lei

03 de fevereiro de 1996

Expositor: Leonil João de Lima

Debatedores: Bernardino Antonio Francisco; Air Sudário da Silva

Sinopse: o expositor abordou, da história do negro no Brasil, aspectos de sua mobilidade física ao sabor dos ciclos econômicos, não criando raízes, nem mesmo no país para onde veio nos navios negreiros, dentro do processo intensivo de migração forçada.

No pós-abolição, referiu-se ele à Lei da Terra, que distribuiu terras devolutas, mas limitou o acesso à propriedade rural àqueles que a comprassem, o que não era o caso do negro, egresso de longo período de escravidão.

Situou aí o primeiro óbice à igualdade, o que, ao longo do tempo, tornaria o negro um eterno “sem terra”, sujeitando-se às condições de trabalho do eito ou à alternativa de migrar para as periferias urbanas.

Neste aspecto, citou a condição diferenciada, à época, conferida àqueles que participaram do programa de imigração incentivada europeia, subsidiada pelo governo; neste ponto, afirmou: inverteram-se conceitos; a anterior presunção de que o negro era importante mão de obra, é substituída pela concepção, ainda hoje vigente, de que este é basicamente “vagabundo e malandro”.

Os estereótipos dominantes, hoje, no mercado de trabalho, ainda abrigam estas concepções: quando da seleção da mão de obra para determinadas ocupações, prioriza-se a “boa aparência” (vista sob ótica eurocêntrica).

Encerrou sua exposição com o apelo: “eu continuo com fome de pão e de trabalho, mas, acima de tudo, fome de Justiça. A verdadeira Liberdade ainda não chegou, mas a esperança permanece: a nova Palmares que está prestes a ver a luz!”

Debatedores: Bernardino enfocou os aspectos que devem, no conjunto e em nossos dias - origem, identidade, orgulho e brasilidade -, fundamentar e formatar a conscientização indispensável para a superação das dificuldades que atormentam nossos dias; aí, referiu-se à mesma conscientização que, oferecendo oportunidade de acesso à participação, vibra mais que uma dádiva, porque será sempre fruto da conquista.

Os demais participantes também se manifestaram sobre o tema, suscitando questões como negatividade do paternalismo, da manipulação política e dos processos que impedem a conscientização. Outros mencionaram a necessidade de empenho na preparação para a conquista das oportunidades. Também foram apresentados testemunhos pessoais, que envolveram subliminar a discriminação, que limita o acesso às oportunidades.

A existência de leis, a partir da Constituição Federal, cujo cumprimento é, no mínimo, discutível quando olhada pelo viés do negro, também foi examinada, levando à conclusão de que isto, em muitos casos, traz a frustração.

Ao final, a conclusão de que a conscientização é o mecanismo pelo qual a inserção do negro se dá, levando a comunidade nacional à utilização plena de seus valores.

Vieira e Palmares: uma relação inconsistente

02 de março de 1996

Expositores: Eliégine Miranda Silva Mendes; Eloísa Gonçalves Lopes; Joel Aguilar

Sinopse: A exposição abordou, adotando como fio condutor a figura do Padre Vieira (1608-1697), suas atitudes e práticas, relacionando-as com Palmares (1597-1695), num contexto de afloramento da resistência negra no Brasil Colônia.

Analisa as diversas formas de resistência (fuga, assassinato, suicídio, aborto), bem como fugas, incêndios, quilombagem, insurreições urbanas e guerrilheiras que, basicamente, tomaram conta do imaginário coletivo a partir do Quilombo de Palmares, por sua duração enquanto foco de resistência, e de sua organização enquanto aglomerado humano.

De Vieira, os expositores examinaram aspectos gerais de sua obra (sermões, profecias e cartas) e, especificamente, os aspectos relacionados aos negros; ainda mais diretamente, suas citações relacionadas a Palmares.

No primeiro aspecto, citou-se o Sermão XII - do Rosário, onde, com singeleza, Vieira define a distinção existente entre o branco e o negro “o nome, a cor e a fortuna” são as três causas que têm “os que se chamam senhores para grande distinção que fazem entre si e os seus escravos”, e menciona, como forma de respaldo ao domínio do branco sobre o elemento servil, que “onde não há porta, não há domínio”.

Interessa ressaltar: na série XXVII - Série Maria Rosa Mística, Vieira exorta os escravos a servirem aos seus senhores com boa vontade, a fim de serem verdadeiros servos de Cristo: compara a situação daqueles que, segundo ele, devem servir e sofrer, visando a redenção eterna.

Os expositores examinaram as contradições que caracterizaram as pregações de Vieira: humanismo, quando defendeu judeus e cristãos-novos; em algum momento, simpatizou-se pela causa do negro; o jesuíta, que tinha de manter a tradição de sua Ordem e defender o índio, e o estadista - um dos maiores da Restauração Portuguesa - que defendia a escravidão como sustentáculo para o desenvolvimento econômico do Brasil.

Nesse contexto, que não constitui nenhuma novidade, seu posicionamento decisivo no final da vida, quando sugere e apoia a última incursão a Palmares, sob a legenda “delenda Palmares”.

Apoiado em consistente bibliografia, o grupo concluiu que as contradições de Vieira eram típicas do contraditório fim do Renascimento, e que a

integração Igreja-Estado, mais que a lógica com que, em várias de suas obras, analisou o assunto, fosse subjugada pelas “razões de Estado”.

Os membros presentes acentuaram a clara divisão da emergente resistência do negro representada por Palmares e sua organização, o que fez com que as atenções de Portugal se voltassem àquele Quilombo precursor.

Referindo-se a Vieira, embora entendessem que ainda eram superficiais as informações trazidas, seu posicionamento em relação ao negro parece ter variado, sempre, ao sabor do interesse da classe dominante.

Saúde do negro na região de Sorocaba - II

13 de abril de 1996

Expositor: José Carlos Moura

Debatedoras: Marilda Aparecida Corrêa; Maria Lígia Conti

Sinopse: O expositor, neste seminário, retoma a matéria apresentada em exposição feita em 1º de abril de 1995, concluindo pelo pequeno avanço apresentado na questão da saúde quanto à implementação de algumas unidades de atenção básica, sem que, no entanto, se verifiquem ações preventivistas significativas.

Num contexto mais amplo, o recrudescimento do desemprego, no qual o negro é vítima preferencial, tem contribuído para que a qualidade de vida da população de baixa renda se torne ainda mais frágil, frustrando o sonho do resgate da herança atávica da exclusão.

Remarcou que os problemas suscitados, se afetam toda a população, têm efeito potencializado sobre o negro.

A redução dos investimentos do setor público em saneamento básico em decorrência da alegada queda da receita pelo erário público, contribui, também, para que o quadro exposto no seminário anterior se veja agravado, pelos seus efeitos.

A realização de pesquisas mais aprofundadas para a objetiva proposta de soluções concretas, continua a ser o objetivo da Câmara, afirmou o expositor.

Marilda, comentando aspectos sobre a saúde, afirma que a timidez já característica do negro, ou o faz conformado com o tratamento que recebe, ou quase nunca dele reclamando. Maria Lígia, analisando a conjuntura, situa parte da problemática no aspecto já quase que secularmente recorrente - o econômico que, como círculo vicioso, afeta todas as estruturas da sociedade.

O negro no mercado de trabalho - II

Emprego e subemprego no meio urbano de Sorocaba – 1888 a 1940.

Expositora: Ana Maria Souza Mendes

Debatedores: Eloísa Gonçalves Lopes; Vitor Joaquim do Carmo

Sinopse: A expositora apresentou notas finais de um trabalho que a Câmara de Estudos Sociais e Políticos vem desenvolvendo nos dois últimos anos.

Durante a apresentação, abordou três considerações sobre o estudo inicial acerca do cenário sociopolítico dos últimos cinquenta anos que antecederam a abolição, destacando a província de São Paulo, região onde está Sorocaba, foco do estudo.

Destacou a importância do ciclo do tropeirismo como sendo o fator determinante das características da região, num tempo em que a agricultura comandava a economia do país, e fez referências aos serviços urbanos, aos quais tiveram acesso os escravos, em função do transporte das tropas pelos caminhos do Sul do Brasil, bem como em função das feiras.

Esses serviços, com o tempo, passaram a constituir fontes de profissionalização para o antigo escravo que, após a lei Áurea, ou permaneceu no emprego entendido como a relação trabalhista propriamente dita, ou continuou executando-o em troca de alimentação ou moradia.

Mais uma vez, a expositora enfatizou as dificuldades encontradas quanto à localização de documentos que comprovem vínculos empregatícios no início do século, possível fonte de quantificação e reconhecimento, por etnia, na região de Sorocaba.

Os debatedores enfatizaram a vida do povo brasileiro, principalmente no que se refere ao contingente negro: se os negros eram responsáveis pelos piores serviços, nem a história nem a tradição se preocuparam em fazer registro das atividades por eles exercidas.

Eloísa destacou a imensa gama do que hoje chamamos profissão que, por força do tropeirismo, nos primeiros cinquenta anos após a lei Áurea, se desenvolveu na região, e se constituiu no “ganha-pão” regional.

O negro na literatura

Romantismo - 1835 a 1881.

Expositores: Eloísa Gonçalves Lopes e Joel Aguilar

Debatedores: Marinalva Cristiane Leandro; Vitor Joaquim do Carmo

Sinopse: Partindo da característica especial de que a literatura romântica decorre de visão do mundo centrada no indivíduo, caracterizada pela liberdade de criação, pelo sentimentalismo e por uma atitude inconformada com o mundo (o mal do século), a primeira expositora (Eloísa) analisou o romantismo no Brasil, concluindo que sua última fase, representada pela poesia de Castro Alves, foi marcada pela preocupação com o social, em meio aos desequilíbrios decorrentes da Luta Abolicionista, a campanha republicana e a queda da monarquia: “era natural que as obras da época retratassem criticamente os acontecimentos”.

Nesse contexto e de maneira sumária, houve referência a Luiz Gama (Luiz Gonzaga Pinto da Gama - 1830-1882), que se notabilizou como abolicionista e republicano, distinguindo-se por seus poemas satíricos e por sua vibrante oratória.

O segundo expositor (Joel) apresentou cronologia do período 1800 a 1889, grandemente influenciado pela Revolução Industrial e, no aspecto social, pela Revolução Francesa.

Caracterizou o período como de transformações profundas na vida do país, o que exemplificou com o bloqueio da Europa, que culminou com a transferência da família real portuguesa para o Brasil (1807-1808), a abertura dos portos, a assinatura de significativos tratados com a Inglaterra, a independência, o gradual processo abolicionista que culminou com a “Lei Áurea”, caracterizada, pelo expositor, como “Liberdade apenas jurídica”, face à ausência de mecanismos indutores da integração social, cujo reflexo, ainda hoje, persiste.

Marinalva, examinando o assunto pela ótica, ressaltou a necessidade de aprofundamento no processo de conscientização do negro. Por sua vez, examinou o aspecto da atuação do negro no pós-abolição, e sua longa caminhada em busca da sonhada integração.

Os funerais Yorubá

05 de outubro de 1996

Expositor: Onildo de Deus Aguiar

1ª versão

Nos costumes fúnebres tradicionais dos yorubá, o velório é ocasião de festa, não de tristeza; em geral, o velório é realizado uma noite após a morte da pessoa: o defunto é banhado, vestido de branco e deitado numa cama; os parentes trazem músicos, compram caixas de cervejas, jarros de vinho de palma e providenciam o sacrifício de um touro ou de um bode; os parentes e amigos chegam para cantar, dançar, comer e beber até o amanhecer.

Durante estas cerimônias, costuma-se colocar, aos pés do falecido, alimentos e um pouco de cabelo; as unhas dos dedos das mãos e dos pés do morto são guardadas para o que se pode chamar de “segundo sepultamento”, que ocorre dias, semanas e até anos depois: nesta ocasião, o pano branco em que foram enrolados o cabelo, as unhas dos dedos das mãos e dos pés, é atado a uma prancha, que é carregada até o túmulo e enterrada próxima à pessoa que ela representa.

Novamente há muita música, bebida e festejo. Para finalizar o funeral, dispara-se um tiro de revólver em direção ao céu.

OBS.: O tiro de revólver é uma adaptação do lançamento da lança, que ocorria em tempos dos ancestrais nagôs.

Considerando-se os costumes supracitados, o objetivo de tal velório é dar, ao espírito, uma boa despedida; a roupa branca é considerada de domínio espiritual; colocar alimentos aos pés, está associado à ideia de que os mortos comem pelo pé, pois são eles que, ao pisar o chão, tocam a natureza; portanto, precisam ser alimentados durante sua jornada à terra dos ancestrais.

Este povo acredita que o espírito, ao deixar o corpo, permanece junto aos vivos: não retorna aos ancestrais antes do segundo enterro. As pessoas temem que o espírito fique irado e assale os vivos com doenças ou morte. O disparo do revólver (lançamento da lança), significa “mandar o espírito para o céu”.

Dois ditados tribais:

- a Terra é uma feira, ao passo que o céu é o lar;
- todos os que vêm a este mundo terão de voltar para casa, não importa quanto tempo se demorem na terra.

2ª versão

O sepultamento é realizado alguns dias depois: o corpo é carregado num carro fúnebre, onde há lugares, ao redor do caixão, para quatro ou cinco pessoas da família. O povo segue, em geral, a pé, e cantando.

O cortejo é baseado em muita euforia e palmas: são cantados cânticos em louvor à divindade protetora do morto (Orisa ou Orixá), e é oferecido, ao mesmo, o alimento tradicional aceito por tal divindade; em caso específico de algumas divindades como Yemanjá (na África: Yemoja), Oxossi (Ososi), Oxum (Osun), Omulu (Emulu), são depositadas as oferendas alguns dias antes no mar, na selva, nos cemitérios ou nos rios, de acordo com o mundo divino de cada entidade.

Na maior parte da África subsaariana, e mais especificamente nas tradições yorubá na Nigéria e boa parte do Benin (antigo Dahomé), a morte de uma pessoa idosa é a constatação de que os deuses permitiram que ela habitasse este mundo por muito tempo, por entenderem que a mesma se tornou útil e sábia à sua crença ou à sua comunidade, por passar os muitos anos em que esteve trabalhando e residindo na mesma comunidade.

Ao contrário, a morte de um jovem ou até de uma criança, é associada à punição dos deuses por alguma coisa, ou melhor: que uma ofensa foi feita à essência da identidade do morto ou de algum membro da família do mesmo; ou, ainda, a mau procedimento de ordem ancestral.

Portanto, só a morte de um jovem é cercada de grande tristeza: neste caso, a festa se realiza ao ar livre, sob luz artificial quando chega a noite, e pode durar dias. Usam-se fios estendidos sobre estacas colocadas no chão.

Considerações finais

É claro que este costume do funeral yorubá é moderno, já bebendo em várias influências de ordem colonial, popular, filosófica ou até modismos peculiares de gerações atuais.

Boa parte dos yorubá adotou, além das práticas animistas, outras de fonte colonizadora, como o islamismo, o catolicismo (marca forte deixada pela estada portuguesa na região) e o protestantismo, sendo que a primeira tendência religiosa colonizadora do islã, se desenvolveu e se desenvolve mais que as outras.

As várias correntes destes preceitos religiosos sofreram mudanças, umas mais, outras menos, influenciando na condição, e até no objetivo, de cada funeral; mas, ainda é bem clara, neste modelo de funeral, a crença no mundo

melhor, para onde os bons irão, ou para outro mundo não tão bom, onde permanecem aqueles que devem algo à sua comunidade ou orisa (orixá).

As práticas que completam o funeral yorubá tem simbolismo vasto, onde o objetivo principal é resguardar a memória do morto, preparando, para a viagem, as várias dimensões do universo local.

Ilustrando a fala, foram apresentadas três faixas de música nigeriana (as três em idioma yorubá):

A primeira, cantada em versos simples em homenagem aos mortos, chama-se gungunas: a música consiste em frases soltas: “vós que estais em companhia de orixá (orixás) voltem a nós para dizer o que devemos fazer” (canto pela ópera egunguns).

A segunda, um canto para Obaluayê, entidade associada às doenças ou a cura delas, é um registro feito nas vozes do grupo Bembé, radicado em Nova York, do qual fazem parte nigerianos e cubanos que fazem vários trabalhos relativos à santeria (nome dado pelos cubanos ao culto das divindades yorubá).

O canto, que varia quanto ao objetivo da invocação, reza: “trabalhei com amor, respeitando os odores dos seus filhos”.

A terceira faixa, um pouco menos tradicional e mais folclórica, consiste numa comemoração do ano novo: chama-se “odun de odun de” (Feliz Ano Novo); “Bodum” (tempo) e “De” (chegar), acrescentando: “a cidade está em festa, a justiça está em paz, os deuses enfim descansam, a mãe e o pai ajudam” (registro de Michael Olatunji).

Aspectos da legislação aplicável à discriminação racial

01 de fevereiro de 1997

Expositor: Bel Leonil João de Lima

Debatedores: Vitor J. do Carmo; Rosângela Cecília da S. Alves

Sinopse: o expositor abordou, inicialmente, alguns dos diversos conceitos da palavra "igualdade", citando, por fim, parecer do jurista Paulo Bonavides a respeito do § 1º do art. 39 e os arts. 135 e 241 da Constituição Federal:

[...] igualdade fática é conceito-chave na interpretação da equivalência de direitos. Forma de isonomia natural, ela se quantifica juridicamente como regra que obriga o Estado, se necessário, à prestação positiva; os direitos isonômicos derivados do art. 5º da Constituição, são direitos de status positivo e ativo e não apenas do status negativo, conforme compreensão que da igualdade jurídica tinham alguns mestres do constitucionalismo clássico.

Na sequência, examinou aspectos da atual Constituição Federal, apontando que, apesar de tudo, as desigualdades com ela e a despeito dela, convivem. A este respeito, analisou o alcance dos princípios da igualdade contidos na Carta Magna, em três momentos: o que a antecedeu, o de sua elaboração e o de sua aplicação.

Neste último aspecto, asseverou que a Constituição e as leis não se tornam eficazes apenas por sua vontade intrínseca ou pela simples vigência; é preciso mais: nossa realidade está distante da eficácia plena, afirmou, pois é preciso desenvolver novas formas de participação política e diferenciar as lutas democráticas reivindicatórias que buscam o acesso aos bens materiais e imateriais indispensáveis à concreção do princípio segundo o qual todos nascem e devem permanecer iguais, em dignidade e direitos.

Examinou, a seguir, as leis aplicáveis à discriminação. Afirmou, inicialmente, que o arcabouço jurídico existente garante o tratamento igual a todos os setores da população, o que, na prática, não ocorre, face à dificuldade do acesso à justiça, especialmente pelas camadas marginalizadas da população, onde se encontra a maioria do povo negro.

Lembrou que os instrumentos legais mais importantes que regulam as relações sociais, foram instituídos nas primeiras décadas deste século.

Analisou a evolução da legislação desde Palmares, e a repressão sofrida pelos seguidores de Zumbi, passando pelo período da Regência, quando se legislou reafirmando o direito do senhor de castigar seus escravos, porém, com moderação: até cinquenta chibatadas/dia (o açoite era, segundo eles, o instrumento que dava o caráter humano e corretivo ao castigo).

A análise passou pela sequência de leis pré-abolicionistas, oriundas da pressão inglesa: o acordo de 1815, que proibia o tráfico de escravos, e que nunca foi respeitado; em 1831, a proibição da importação de escravos, declarando livres todos aqueles vindos de fora do Império: também, lei morta; a lei 581 de 4 de setembro de 1850 (Eusébio de Queiroz) que, afinal, realmente extinguiu o tráfico legal, embora o contrabando permanecesse ativo durante algum tempo.

Portanto, dessa sucessão de leis, somente a última resultou em eficácia relativa; mas, só em 1856.

Em 1869 (15 de setembro), foi proibida a separação da família escrava; em 1871 (28 de setembro) a Lei do Ventre Livre declarou livres os filhos de escravas que nascessem “desde a data desta lei”, o que, embora de amplo espectro, teve pífio resultado; a seguir, a Lei dos Sexagenários (de 28 de setembro de 1885), deu corpo a “mais uma perfumaria jurídica”: era utópico

imaginar que, no regime da escravidão, o escravo conseguisse viver por mais de 60 anos...

Finalmente, a lei Áurea, de 13 de maio de 1888.

Concentrando-se no após Lei Áurea, o expositor ressalva que, ironicamente, no dia 4 de junho (a menos de 30 dias da vigência da lei que não dispôs sobre o pós-abolição) era aprovada a primeira versão da Lei contra Vadiagem, que vigora até hoje, e que pune preferencialmente jovens negros desempregados nas grandes cidades.

Já nos albores da República, em 28 de junho de 1890, era determinado que apenas com autorização do Congresso Nacional poderiam ser admitidos africanos e asiáticos no território nacional... enquanto isso, muitas facilidades eram fornecidas aos imigrantes europeus.

Em 1945 (18 de Setembro), era decretado que todo estrangeiro poderia entrar no Brasil, “desde que satisfaça as condições estabelecidas em lei”, e ressaltava que, “atender-se-á, na admissão dos imigrantes, a necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características convenientes à sua ascendência europeia.”

A Lei Afonso Arinos foi uma decorrência do clamor popular, que não se conformava com o vexame público internacional a que o país foi submetido quando a bailarina afro-americana Katherine Dunhan foi impedida de hospedar-se em hotel na capital paulista, por ser negra.

Essa lei, teve de positivo, o reconhecimento da existência de racismo no Brasil; de negativo, teve o fato de não o ter incluído como crime, mas como mera contravenção penal - como multa por estacionamento em local proibido, por exemplo.

Já a Constituição de 1988, no inciso XLII do artigo 5º, caracterizou o racismo como crime - inafiançável e imprescritível, punido com pena de prisão; sobre esta nova disposição constitucional surgiu, em 1º de janeiro de 1989, a lei Caó (de autoria do Dep. Carlos Alberto de Oliveira), que pune, com rigor, os que forem por ela condenados (um a quatro anos de reclusão).

Em sua análise, o expositor enfatiza que o dispositivo legal vigente seria um avanço do ponto de vista político; porém, ainda não o é na prática técnico-jurídica, uma vez que as poucas vezes em que a lei foi testada, a sentença prolatada foi um exemplo explícito de intolerância racial do próprio julgador, como no caso do processo nº 256/93 da 8ª vara criminal de São Paulo.

Neste sentido, entende ele que percorremos um longo e árido caminho, mas agora é o momento de organizações não vinculadas ao aparelho

estatal exigirem a construção de políticas públicas que eliminem os desníveis sociais que, ao mesmo tempo, tornam inviável a plena aplicação da legislação.

Conclui afirmando que a estrutura legal e jurídica do Brasil sempre foi calcada na necessidade de se manter distância entre os senhores e seus serviçais, escravos ou libertos.

Assim, a legislação, durante o período colonial-escravista, não previa direitos aos negros; a abolição, que trouxe, em seu rastro, a república, em nada alterou a classe de pessoas, antes ressentidas com o império; desta forma, no novo regime, pretendeu-se manter o *status quo* intocável.

Assim se procedeu e se procede, até hoje: o Código Civil brasileiro entrou em vigência em 1915, e o Penal em 1940; toda a legislação que trata das relações raciais no Brasil parece feita para não ser cumprida.

É preciso reverter esta multissecular lógica, o que só será possível se não formos omisso no enfrentamento das discussões que buscam o aperfeiçoamento das instituições jurídicas no Brasil.

Luís Gama - de escravo a abolicionista

01 de março de 1997

Quero que o mundo,
me encarando,
veja um retumbante
Orfeu Negro.

Luís Gama

Expositoras: Eliégine Miranda da S. Mendes; Eloísa G. Lopes

Debatedora: Marilda Aparecida Corrêa

Falar de Luiz Gama é sempre um desafio, devido à escassez de material para uma pesquisa mais profunda a seu respeito.

Entretanto, a documentação encontrada nos fornece dados preciosos que permitem traçar um perfil a respeito deste incomum brasileiro.

Antes de falarmos de Luiz Gama, voltemos ao passado e à época para, então, entendermos o período histórico e literário daquele tempo.

No período histórico correspondente, temos grandes acontecimentos no período, tais como a Revolução Francesa, produzindo transformações na vida do nosso país.

Como exemplos marcantes destas transformações, podemos citar a vinda da Família Real para o Brasil, ocasionada pelo bloqueio da Europa, em 1807; os tratados com a Inglaterra; o processo abolicionista, e a chamada Lei Áurea, que extinguiu a escravidão no Brasil.

Já o período literário desta época, diz respeito às tendências gerais da vida e da arte predominantes de então: no século XIX, reinava o Romantismo, que tem, como característica, a subjetividade, ou seja, a visão do mundo centrada no indivíduo.

Essa característica é marcada pela liberdade de criação, o sentimentalismo e o mal do século, podendo este último ser traduzido como o inconformismo do homem diante da imperfeição.

Entre as tendências básicas da poesia romântica, temos a poesia social, pertencente à terceira geração desta última fase, marcada pela preocupação social e política, pela defesa ou combate aos direitos do homem livre; portanto, pelo término do processo escravista.

Natural seria que, em meio a tais desequilíbrios sociais, as obras da época refletissem criticamente esta realidade.

Luís Gonzaga Pinto da Gama - Advogado, jornalista, poeta, nasceu livre em São Salvador, Bahia, filho de Luíza Mahin - negra africana e figura importantíssima nos anos 1800, por ter participado intensivamente na Revolta dos Malês, com um branco fidalgo, que o vende como escravo aos 9 anos de idade; ele é levado para o Rio de Janeiro; depois, para São Paulo, onde conquista sua alforria.

Aos 17 anos ingressou na Força Pública; depois disso, exerceu inúmeras profissões - copista, amanuense, escrivão de polícia, jornalista, advogado, cultivando, também, a poesia (sobretudo como poeta satírico) e a oratória.

Principalmente como orador, bateu-se arduamente pela causa da abolição e também pela república; fundador do Centro Abolicionista, Luís Gama, baseando-se na Lei de 1931, conseguiu libertar mais de mil escravos, arrecadando fundos junto a simpatizantes da causa abolicionista, para pagar a alforria daqueles que não libertou usando a lei.

Os escravistas pediam sua morte; porém, Luís Gama era contra a violência: preferia resolver as questões escravistas nos tribunais; em São Paulo, era sempre recebido com alegria por onde passava.

Em 1881, Luís Gama já apresenta sinais de cansaço, não abandonando, porém, a luta por seus irmãos escravizados. Morre em 24 de agosto de 1882.

Em sua intervenção, a debatedora Marilda ressaltou a característica da resistência pelo ideal que norteou a vida de Luís Gama que, através da imprensa ou nos tribunais, dedicou-se à libertação de seu povo, o que se reflete especialmente em seus poemas satíricos publicados em “Primeiras trovas burlescas” do jornal Getulino, onde se inclui o famoso poema “Quem sou eu?” (mais conhecido como “A Bodarrada”).

Problema de saúde pública: anemia falciforme

05 de abril de 1997

Expositor: Dr. Hertz Moura de Jesus

Sinopse: Dr. Hertz discorreu sobre as células sanguíneas do corpo humano, entre as quais os glóbulos vermelhos que levam, em seu interior, a hemoglobina, proteína que dá coloração ao sangue.

Crê-se que a hemoglobina devia ser de um só tipo no início dos tempos, mas sofreu mutações provocadas, talvez, pelas mudanças que atingiram a Terra, ou por agentes orgânicos: assim é que a hemoglobina S, nos indivíduos homocigotos, determina a anemia falciforme, e crê-se que teve seu gene desenvolvido numa área na qual, há uns três mil anos, surgiu o “Plasmodium falciparum”, agente da malária, talvez contraído por antropóides (seres semelhantes ao homem).

Assim se espalhou o gene mutante da hemoglobina S, favorecido pela seleção natural.

Hemoglobinas hereditárias:

- Exclusivamente em negros = tipo anormal de hemoglobina nas hemácias;
- traços heterocigotos aparecem em pacientes assintomáticos;
- as alterações homocigóticas de hemoglobina (Hb) determinam, frequentemente, algum grau de anemia. A mais comum e mais séria, é a falciforme, que ocorre em 1/1500 dos negros norte-americanos;
- células-alvo aparecem em todas as formas, principalmente quando o traço C está presente;
- com exceção da falciforme, todas as anemias apresentam esplenomegalia (hipertrofia do baço);
- a anemia fetal, em pequena quantidade, também está presente na anemia falciforme (anemia - diminuição do número de hemácias; diminuição da taxa de Hb).

Os valores normais da hemoglobina são, em gramas por 100 cc:

- homem: 13 a 18
- mulher: 12 a 16
- criança: 11

Anemia falciforme: dados para diagnóstico

- Crises recorrentes de febre e dor nos braços e nas pernas ou abdômen, desde a infância;
- Anemia, icterícia, reticulocitose, teste positivo para células falciformes e demonstração de hemoglobina anormal.

Considerações:

- a Hb S (falciforme) é menos solúvel na forma desidrogenada (reduzida); consequentemente, a viscosidade do sangue total aumenta, provocando estase (obstrução do fluxo sanguíneo nos capilares) e oclusão vascular, com dor e edema dos órgãos atingidos;
- é um distúrbio hereditário, essencialmente limitado a negros;
- a hemoglobina S é transmitida como gene dominante;
- os portadores heterozigotos têm mistura de Hb falciforme e normal, nas hemácias.

Achados clínicos: sintomas e sinais:

- diagnóstico usual= na infância;
- tipo astênico, com pernas desproporcionalmente longas e finas;
- icterícia frequente de esclera;
- dor óssea e articular;
- abdome simula cirúrgico (rígido);
- trombose cerebral/cefaleias/convulsões/paralisia.

Achados laboratoriais:

- anemia severa (1,5 a 2 milhões hemácias/mm³);
- normocítica e normocromica;
- algumas hemácias falciformes;
- reticulose (15 a 20%);

- quando se mistura uma gota de solução de metabissulfito de sódio a 2%, ocorre a falcização da maior parte das hemácias;
- a medula óssea apresenta hiperplasia da série vermelha;
- bilirrubina indireta pode elevar-se até 2 mg/100 ml;
- raios x ósseos podem apresentar sinais de osteoporose difusa;
- abdome agudo + ruídos hidroaéreos.

Complicações

- úlcera de perna;
- necrose asséptica da cabeça do fêmur;
- osteomielite;
- cardiomegalia;
- hematúria macroscópica.

Tratamento sintomático

- repouso + analgésicos + sedativos;
- oxigenoterapia;
- transfusões sanguíneas obrigatórias para elevar Hb a 12 – 14 mg/100 ml;
- hidratação adequada;
- pesquisa de infecções – antibioterapia;
- na gravidez = transfundir até 10 – 12 mg/100 no 3º trimestre;
- pré-operatório = transfusão.

O grande amor de Castro Alves

07 de junho de 1997

Expositor: Bernardino Antonio Francisco

Sinopse: O ensejo do sesquicentenário (14-3-97) do nascimento de Antonio Frederico de Castro Alves, o poeta dos escravos, serviu de pano de fundo para a análise de sua vida, sua obra e de sua época.

O expositor partiu da vertente de seus amores pelas mulheres Eugênia Câmara, Idalina, Teresa, Nini, Consuelo, Maria, Manuela, cujos romances imortalizou em candentes e realistas versos, para chegar ao “grande amor de Castro Alves: a causa abolicionista”.

O expositor, ao mencionar tais amores do maior poeta do romantismo, afirmou que Castro Alves não limitou sua obra a cantar e decantá-los, mas dedicou-se à problemática social, especialmente aos escravos.

“Sua obra, como legitimamente se apregoa, é uma espécie de clímax do lento e progressivo movimento de valorização do negro, movimento que se iniciou na década de 30 [1830] com Gonçalves Magalhães, e ganhou forte impulso a partir da década de 50”, diz ele.

Para o expositor, a obra de Castro Alves “funciona, antes, como um espaço de síntese, no qual são reunidos e desenvolvidos muitos personagens criados pela linhagem abolicionista da literatura precedente [...]. É justamente esse caráter de síntese que faz dela um objeto privilegiado para o estudo da representação do negro.”

Na literatura daquela época, seus romances, dramas e poesias, eram portadores de um discurso antiescravista; entretanto, por mais absurdo que possa parecer, tal produção optava por destacar, na maioria das vezes, o mal que a presença do negro causava à família branca.

De alguma forma, sempre se destacava que a natureza, “bárbara e lasciva” do negro, introduzia a corrupção física e moral na “higienizada e colonizada” casa do branco. Neste sentido, são exemplos desta distorcida visão os romances “As Vítimas Algozes” de Joaquim Manuel de Macedo e “Casa de Pensão” de Aluísio de Azevedo, bem como os dramas “O Demônio Familiar” de José de Alencar e “O Escravocrata”, de Artur Azevedo e Urbano Duarte.

Sensibilizado, desde a infância, com a escravidão do negro, o poeta adulto luta pelo abolicionismo com a arma que domina com maestria: a poesia.

Em sua obra “Os Escravos”, totalmente dedicada à poesia do negro, podem ser encontrados os altos voos do condor: desde “A canção do Africano”, onde examina a disparidade entre a vida na escravidão e a liberdade do negro na África, até “Vozes d’África” e “Navio Negreiro”, encontramos um poeta empenhado, isto é, disposto a lutar, por meio da palavra, denunciando.

Castro Alves diferencia-se de outros escritores de sua época ao substituir “o branco corrompido pela barbárie negra”, pelo escravo, martirizado pela tragédia do cativo. Como exemplos dessa inversão, o expositor citou, entre outros, os poemas “O bandido Negro”, que descreve o negro humilhado que se revolta com a condição de escravo, tornando-se um vingador; em “A criança”, o sonho da criança negra, desamparada e cheia de sonhos, inclusive o de vingança; em “Tragédia familiar”, a escrava, enlouquecida devido às tragédias do cativo; em “A canção do Africano”, o escravo melancólico e saudosos da Mãe África, são imagens claras de um cotidiano real e vivido, e

transcrito com a candência de quem não se conforma com as barbáries perpetradas no escravismo.

Finalizando, o expositor lamenta que, finda a escravidão, “as vítimas do cativo que desfilaram pela sua poesia (de Castro Alves), se não caíram no esquecimento, tornaram-se, simplesmente, símbolos de um momento menos feliz da história pátria”.

Todavia, não se pode negar que sua obra, um libelo perene em prol da liberdade, “foi fundamental na busca da formação de uma mentalidade abolicionista, para tentar transformar um sentimento de piedade por uma raça julgada inferior, numa ação antiescravista”.

Assim, embora como já dito, o poeta dos escravos tenha amado e imortalizado com seus versos muitas mulheres, conclui o expositor: o grande amor de Castro Alves foi, sem dúvida, a Causa Abolicionista.

Pe. José Maurício - A história triste de um alegre compositor

05 de julho de 1997

Expositor: Air Sudário da Silva

Debatedores: Eliégine Miranda S. Mendes; Ademir B. dos Santos

Sinopse: O expositor, ao lado de dados biográficos de José Maurício Nunes Garcia (* 22-9-1767 - † 18-4-1830), carioca, negro, religioso, que se tornou um dos mais importantes compositores barrocos, situou sua época e o desenvolvimento de sua vocação. Sua vida enquanto compositor, quase sempre atrelada à religião, ao ensino da música, e à composição: neste campo, suas grandes obras quase sempre atendiam a eventos ou solicitações, inicialmente do vice-rei, depois do Rei (D- João VI) e, por fim, do Imperador.

Sua obra (mais de 400 composições, segundo o Visconde de Taunay), ainda hoje permanece: poucas são as partituras que restaram; porém, constituem-se em referencial de música barroca, e muitas vezes são ouvidas em celebrações religiosas.

Traços marcantes de sua personalidade, a humildade e o conformismo, quase sempre o impediram de aspirar a um reconhecimento maior para sua obra.

Viveu no período final do Brasil colônia, o reinado de D. João VI no Brasil, e os primeiros anos do Império; esteve distante de todos os movimentos libertários, dedicando-se, quase que exclusivamente, à música, isolado que ficava na condição de Mestre da Capela Real (antes, da Sé); o exercício de

encargos que o vinculavam aos poderosos do momento, o fez, de certa forma, alienado da efervescência política da época.

Como suas principais composições, o expositor registrou as seguintes:

- Totta pulchra est Maria, antífona - sua primeira composição;
- Te Deum - em ação de graças pelo retorno do vice-rei a Portugal;
- As duas gêmeas (ópera) para ser executada quando da inauguração do Teatro São João (hoje, Teatro João Caetano);
- Ofício e missa dos defuntos, composta especialmente para os funerais da Rainha Maria (a louca);
- Missa de Santa Cecília, composta em 1826, tida como sua última grande obra.

O expositor, ao final, comenta que, apesar de seu talento, o fato de ser filho de uma quase escrava, não permitiu que José Maurício desenvolvesse plenamente sua vocação artística: sua humildade, que quase chegava à subserviência em relação aos poderosos do Reino, de nada lhe serviu...

Nada exigiu. Nada conseguiu, a não ser a significativa obra musical que compôs, e que o correr dos anos levaram ao esquecimento - pessoa, etnia e obra - tendo muitas destas sido apropriadas por outros. E conclui perguntando: Hoje seria diferente?

No debate que se seguiu, foram enfocados os aspectos da falta de engajamento e de resistência. Hoje não seria diferente. Se não existir conscientização e coragem para resistir, o negro sempre poderá servir com o melhor de seu talento, e os resultados serão os mesmos - o esquecimento.

Ressalvou-se, no entanto, que tal análise em relação ao Pe. José Maurício se fez em relação à história, não se considerando as circunstâncias do momento por ele vivido. Pe. José Maurício pode ser sempre um exemplo a ser seguido enquanto aplicação e dedicação à arte; porém, jamais, como um parâmetro de resistência.

Jornais: fontes de pesquisa sobre a escravidão em Sorocaba 1843/1888

04 de outubro de 1997

Expositor: Geraldo Bonadio

Debatedoras: Marilda Ap. Corrêa; Eliégine Miranda S. Mendes

Sinopse: Em face das características da economia sorocabana durante o império, o número de escravos no município foi relativamente pequeno

quando comparado às comunidades agrícolas, cuja atividade se baseava na ocupação intensiva de mão-de-obra: o recenseamento de 1872 acusa um total de 9889 indivíduos livres, para 3070 escravos. Esse dado numérico tem levado a certa idealização das condições de vida dos afro-brasileiros em nossa cidade, supostamente menos ásperas que em outros municípios.

No entanto, uma análise dos jornais sorocabanos do tempo do império, permite constatar que as relações entre senhores e escravos obedecia, aqui, aos mesmos parâmetros de outras localidades e, para escapar delas, as fugas eram constantes.

Anúncios de recompensa por escravos fugidos aparecem no primeiro jornal com características tipicamente locais aqui editado, o Ypanema, de Joaquim Leme de Oliveira César, publicado em 1843 (nº 2); a partir de então, são encontráveis com frequência nos sucessivos jornais com que a cidade contou.

Formas mais elaboradas de rebeldia tiveram lugar na região, e foram registradas pela imprensa da época: em 1875, A Gazeta Comercial, editada por Júlio Ribeiro, noticia a existência, no município de Itapetininga, a duas léguas do Pinhal, de um quilombo de 12 escravos fugidos, entre os quais conta-se uma preta com cria, e dá conta do insucesso de uma escolta mandada ao local com a tentativa de capturá-los (nº 25, 2 jan.1875 - p 1).

Em seu conjunto, a análise daquele material lança luzes mais realistas sobre as características de que se revestiu a escravidão, como realidade social no contexto da vida sorocabana.

As missionárias

08 de novembro de 1997

Expositora: Maria Lígia Conti

Sinopse: A Profa. Maria Lígia apresentou o material colhido em uma entrevista com duas freiras da Ordem Beneditina, missionárias que estiveram, recentemente, em Angola.

As missionárias contaram do sofrimento do povo angolano, que vive os horrores do pós-guerra: o território está literalmente coberto de minas, impedindo qualquer movimentação, até mesmo do trabalho a que elas se dispuseram.

De Angola, as missionárias trouxeram peças que exemplificam a arte popular, como esculturas em ébano. Instrumentos musicais (um lê, em madeira esculpida e pele completa). Trouxeram, também, duas fitas cassete, com amostras da música popular que é ouvida nas rádios no momento.

Segundo a Profa. Lígia, existe um entusiasmo muito grande por parte das missionárias em torno de seu trabalho; elas acreditam que a vida sempre será possível numa terra onde o povo não perde a esperança.

A humanização das Leis

07 de fevereiro de 1998

Expositor: Leonil João de Lima

Debatedores: Bernardino A. Francisco; Eliégine Miranda S. Mendes

Sinopse: Em sua introdução ao tema, o Dr Leonil expôs que “há um sonho inato de liberdade, igualdade e fraternidade, em todo o ser enquanto pessoa, independentemente de raça, cor, sexo ou condição social: a dignidade humana, o decoro e respeito à imagem”.

Mencionou, ele, que “o sonho é parte integrante do homem: sem ele não há vida, e todo sonho deve ser alto o bastante para que possamos realizá-lo, ao menos a maior parte, que já seria o bastante. Assim como não podemos voltar ao passado para modificá-lo, também não podemos deter a marcha do futuro, buscando, a todo custo, dar uma direção para um mundo melhor que aqueles que nos precederam: nisto está a razão da vida”.

“O ser humano caminha para encontrar-se, ao final, à unidade plena (falando-se existencialmente) em um ponto comum, que é o pó da terra; daí a necessidade de vivermos entusiasmamente em harmonia no solo terreno”.

Abordou, em seguida, a filosofia do direito no aspecto da origem das leis, afirmando que os mais renomados juristas têm que a origem das leis é divina, mas a experiência vital a aperfeiçoou, aos moldes daquilo que a experiência humana experimentou e experimenta, numa evolução permanente e humana, conforme as necessidades de cada sociedade e dos novos acontecimentos sociais emergentes.

Assim, o Direito humaniza-se face aos acontecimentos e fatos humanos, por exemplo: antes de Hitler, o crime de genocídio (extermínio de uma raça) era tipo penal que não existia, o direito internacional não era profundamente detalhado e, também, não era obrigatório o seu estudo, como passou a sê-lo no pós-guerra.

Após essa introdução, passou a tratar do tema da humanização das leis, mencionando que o negro, desde os tempos idos e vividos, não foi considerado ser humano: no decorrer dos séculos, “deram-lhe alma”.

Após alguns direitos, que cuidadosa e vagarosamente lhe foram concedidos, com ímpios derramamentos de sangue e muita dor, a esse povo foi

aplicado, rigorosamente, o preceito que Maquiavel expõe em seu livro “O Príncipe”, quando diz: “o mal, faça-se de uma só vez, o bem, faça-o devagar e aos poucos”.

Abordando aspectos do direito individual, o autor mencionou que, em sua exposição, não se reportava apenas àquele direito individual inscrito na Constituição Federal, mas também, ao direito material, este contido no cidadão desde sua concepção; assim, afirmou que todo ser tem honra subjetiva e decoro, palavras que não são sinônimas: honra subjetiva diz respeito aos atributos morais, aos atributos físicos intelectuais, amor e respeito à imagem; dignidade é o sentimento de respeito à honra subjetiva e ao decoro. Em seguida, passou a tratar didaticamente das definições dos denominados crimes contra a honra inseridos no Código Penal Brasileiro e em legislações esparsas, e que se dividem em três grandes grupos: calúnia, difamação e injúria, assim definidos:

- calúnia é acusar falsamente alguém de ter praticado um fato considerado criminoso;
- difamação é dizer mal a respeito da boa reputação de alguém (desonestidade nos negócios, etc.);
- injúria é ofender a dignidade ou a honra subjetiva e ao decoro de alguém, ferindo o bom conceito que a pessoa faz dela própria.

Assim sendo a injúria, por ser subjetiva, atinge a alma (psyché) do ofendido; portanto, embora na calúnia e na difamação o ofensor possa, legalmente, provar a verdade daquilo que disse ao ofendido e/ou retratar-se, livrando-se de qualquer penalidade legal, na injúria, tudo muda: o ofensor não pode retratar-se, muito menos provar a verdade daquilo que disse ou fez, sob pena de ser duplamente punido; ou seja: não tem defesa.

A injúria pode ser feita por todas as formas possíveis e imagináveis: a manifestação do pensamento pode servir à injúria: a palavra oral ou escrita, o desenho, a pintura, o gesto, o ato, etc..

Também por omissão se pode injuriar: se uma pessoa chega a uma casa onde várias outras se acham reunidas e, cumprimentando-as, recusa, entretanto, a mão de alguma que lhe estende a destra, injuria-a.

Esta ofensa pode ser imediata, quando proferida pelo próprio agente; mas, é mediata quando se emprega outra energia, que pode ser humana, animal ou mecânica; no primeiro caso, por exemplo, se se ensina uma criança a proferir, contra alguém, palavras insultuosas; no segundo, se se ensina, p. ex., um papagaio a repetir a injúria ensinada.

O grande jurista Carrara menciona o caso de certa pessoa que ensinou o papagaio a injuriar o vizinho, toda vez que passava, concluindo que neste caso e no antecedente, a responsabilidade inteira recai sobre o inteligente que impeliu o irresponsável.

A injúria pode ser por meios mecânicos: p. ex., o fonógrafo, o gravador de som, outros instrumentos.

Ela pode ser direta, quando se refere a vícios ou defeitos do próprio ofendido; mas, é oblíqua quando, ao contrário, a referência diz respeito a alguém a quem o ofendido ama ou estima: p. ex. “teu pai é um falsário”.

É indireta ou reflexa quando, ofendendo-se alguém, atinge-se, também, a outrem; é explícita quando não há qualquer dúvida ou ambiguidade, mas é equivocada ao revés quando apresenta dubiedade, vacilações ou incertezas.

Algumas outras formas ainda podem ser apresentadas, segundo Hungria: é interrogativa (será você um gatuno?); dubitativa (talvez seja, Fulano, um intrujão); condicionada (quando se diz que alguém seria um canalha se tivesse praticado certa ação, sabendo-se que a executou); truncada (a senhora X não passa de uma p...); e simbólica (dizer que alguém é um cão, ou é azul; imprimir o retrato de alguém em folhas de papel higiênico; pendurar chifres à porta de um homem casado).

- Um caso concreto: em fevereiro de 1997, o cidadão negro Adão, residente em Sorocaba e funcionário de uma multinacional, em horário de expediente normal, foi drasticamente injuriado com piadas agressivamente pejorativas através de e-mail cuidadosamente elaborado por seus colegas Marco, Sineval e Carlos, todos brancos.

O negro Adão imediatamente abriu um boletim de ocorrência, e procurou um advogado; o delegado que recebeu a queixa encaminhou-a à justiça criminal de pequenas causas, JECRIM ; o advogado, representando o negro Adão, compareceu à audiência, e aguardou que a outra parte confessasse a prática do crime de injúria, pedisse desculpas e aceitasse a irrisória multa de \$. 28,00 (vinte e oito reais) cada um: desse modo, ocorreu a confissão do crime, e ficou provada a materialidade, ou seja: os autores jamais poderão negar a ocorrência.

No mesmo dia o causídico, que já estava preparado, ingressou com representação criminal na Justiça Comum, pedindo a anulação da decisão da JECRIM por incompetência em razão da matéria, conforme a lei 9459 de 13 de maio de 1996: por lapso, a JECRIM não observou que o crime de injúria relativo a raça, cor, etnia, religião ou origem, é apenado com a pena máxima de 3 anos de reclusão e multa correspondente à pena privativa de liberdade, e

a justiça criminal de pequenas causas só tem competência para julgar crimes cuja pena máxima seja de 1 ano.

Assim, o primeiro julgamento na JECRIM foi anulado, e o juiz encaminhou a queixa-crime para o Ministério Público da Justiça Comum, que apresentou denúncia (libelo acusatório) quanto a crime incluso no novo parágrafo 3º do artigo 140 do CPB (código penal brasileiro), conforme a nova redação da lei 9459 de 13/05/96 na íntegra:

o artigo 140 do Código passa a ser acrescido do parágrafo 3º, nos seguintes termos - § 3º: se a injúria consiste na utilização de elementos de raça, cor, etnia, religião ou origem. Pena: reclusão de um a três anos e multa.

Nova audiência foi marcada para o mês de abril de 1998 na Justiça Criminal, onde o interesse do ofendido fixou-se, apenas, em ver os acusados condenados por dolo na espécie, não ensejando produzir punição de pequeno ou grande porte.

Importante, no presente caso, é apenas a condenação criminal, pois já entramos com ação cível “ex delicto”, contra a empresa multinacional, objetivando a indenização do dano moral puro, ou seja: dano que afeta apenas um elemento subjetivo do injuriado “deixando ileso os bens patrimoniais”, entendimento que não era aceito nos tribunais brasileiros.

Após a Constituição Federal de 1988, o dano puro passou a ser aceito: discute-se, apenas, o “quantum debeatur”, ou seja, o quanto, em dinheiro, deve ser pago.

Há grandes correntes jurídicas doutrinárias discutindo o assunto; como exemplo, os consagrados juristas Rodrigues Alckmin Otávio Kelly, Oroszimbo Nonato, Pedro Lessa, Aguiar Dias, Pontes de Miranda, Philadelfo Azevedo, Espínola, entre outros.

Na ação civil de liquidação de danos morais que foi distribuída, foi seguida a orientação do mestre em Direito Civil da Universidade de São Paulo e professor na São Francisco, Cláudio Antônio Soares Levada, que sugere, em recente dissertação (página 69), quanto à nova redação do artigo 1553 do CC, parágrafo primeiro:

§ 1º - avaliada a extensão do dano moral, o juiz arbitrará o montante indenizatório, entre o mínimo de 1 e o máximo de 500 salários mínimos; se adequado ao caso concreto, poderá cominar prestação de fazer ou não fazer, isolada ou cumulativamente à pena pecuniária.

Conclui sua análise que, no caso, a empresa responde por “culpa *in vigilando*” ou “culpa aquiliana”; ao final, entende o expositor que, com o advento da lei 9459 de 13 de maio de 1997, a raça negra ganhou poderosa força que, se bem usada, poderá obter, pelo menos em tese, um reforço de respeitabilidade.

Eliégine mencionou a importância da nova lei (9459 de 13/05/97) quanto à sua aplicabilidade ao cotidiano do negro. Bernardino enfocou dois aspectos, sendo, o primeiro, o fim da impunidade de crimes da espécie, e o segundo, a necessidade de acompanhamento da aplicação deste novo e importante instrumento.

CAFUNDÓ - Haverá futuro?

7 de março de 1998

Expositora: Profa. Eloísa Gonçalves Lopes

Debatedores: Air Sudário da Silva; Lígia Galvão

Sinopse: A profa. Eloísa vem desenvolvendo pesquisa relacionada à preservação linguística no Cafundó. Neste sentido, vem ministrando cursos de extensão junto ao NUCAB, entendendo, por isso, oportuno compartilhar algumas informações a respeito do tema neste Seminário.

Inicialmente, a expositora analisou aspectos da história do Cafundó, apoiando-se em pesquisas desenvolvidas pelo linguista Carlos Vogt e, mais recentemente, pelo Prof. Sílvio Vieira de Andrade Filho, mencionando a origem das terras, a “descoberta” do quilombo, as instituições que interagiram nos primeiros momentos, a publicidade que se fez em torno do assunto, bem como alguns aspectos da história oral recolhida ao longo das já mencionadas pesquisas.

Mencionou, também, os aspectos da sobrevivência de idiomas, para abordar a “cupópia”, idioma praticado pelos moradores do Cafundó, sendo poucos dali que têm proficiência na prática do mesmo.

Expôs aspectos da estrutura da “cupópia”, analisando as características históricas e a triste realidade vivida pela comunidade.

Ao final, fez um questionamento a respeito do futuro desta manifestação linguístico/cultural/social.

Air Sudário mencionou a limitação das informações de que se dispõe a respeito do Cafundó. Tal limitação faz com que se conviva com imagens e metáforas, que nem sempre correspondem à triste realidade em que vivem os falantes da “cupópia”, especialmente os que vivem na comunidade do Cafundó.

Manifestou a esperança de que se possa elaborar um projeto consistente que assegure não só a preservação do idioma, mas, também, que possa assegurar a melhoria da qualidade de vida na comunidade do Cafundó.

Lígia Galvão referiu-se à perda cultural que acarretaria a extinção da “cupópia”, mencionando que todos os esforços são válidos para a reconstrução social e a preservação cultural do Cafundó.

Bioética – Uma abordagem preliminar

07 de abril de 1998

Expositor: José Carlos Moura

Debatedores: Maria Lígia Galvão; Celso Faustino Rodrigues Filho

Sinopse: A perspectiva da realização de experimentos de clonagem humana com sucesso, se torna cada vez mais próxima, como dá conta o noticiário.

Desde maio de 1997, o NUCAB conta com um grupo interdisciplinar de bioética, criado para acompanhar e manter seus membros informados a respeito da evolução deste tema.

Em sua primeira exposição a respeito do assunto, foram abordados os aspectos científicos e éticos, todos inconclusos, persistindo larga série de perguntas.

O medo do desconhecido tem levado ao tratamento do assunto de maneira preconceituosa e emocional: de um lado, cientistas, nem sempre habilitados, e sequiosos de visibilidade na mídia, lançam projeções de concretização pouco provável; por outro lado, instituições como o Instituto Roslin, de Edimburgo (onde foi feita a clonagem da ovelha Dolly), qualificam a ideia de antiética e desaconselhável; também governos, como o americano, começam a demonstrar preocupação com o “vazio moral” em que as pesquisas vêm sendo conduzidas.

Com a colaboração do médico Hertz Jesus de Moura, uma soma de informações técnicas básicas foi aduzida e, concluindo, o expositor afirmou que “ficar contra pesquisas científicas sem conhecimento de causa, só por ouvir falar, é preconceito ou simplesmente burrice. Puro rancor medieval”.

Entende ele que é mais produtivo conduzir um processo de discussão sobre o que é a clonagem, seus prós e contras, para então estabelecer, através de regulamentação clara, os limites sobre quem pode pesquisar como e até que ponto: com isto, se evitaria a clandestinidade, o uso criminoso de cobaias e, com certeza, um novo atraso brasileiro diante do resto do mundo.

Maria Lígia referiu-se ao pouco conhecimento que se tem, de um modo geral, a respeito de assunto tão relevante para a humanidade, levando quase sempre a conclusões precipitadas e preconceituosas.

Já Celso Faustino Rodrigues Filho, reportando-se a alguns trabalhos de seu conhecimento anterior, reforçou a necessidade do acompanhamento do assunto, face à sua relevância para a população mundial, lembrando que, como qualquer procedimento humano, e em especial neste assunto, os procedimentos científicos não devem ser dissociados dos fundamentos éticos.

Cruz e Sousa – O Cisne Negro ou Dante de Ébano¹

09 de maio de 1998

Expositoras: Ana Maria Souza Mendes; Eloísa Gonçalves Lopes

CANTIGA DA MISÉRIA – que fundas travas pesadas por esta noite sombria... que mágoa pelas estradas. Virgem Maria que tristes coisas soturnas, que noite, igual ao meu dia, que atroz lamento nas furnas.

Que sonhos, que pesadelos e tumba sinistra e fria. Que suor nos meus cabelos. Virgem Maria! Que angustiada e comprida a luta que me asfixia que negra via sem vida. Virgem Maria!

Prólogo

Com este poema, versos de um adolescente, publicado no jornal Desterro de 16 de julho de 1885, nº 151, p. 2, iniciamos nossas relações sobre um gênio, nascido na Freguesia de Nossa Senhora do Desterro, província de Santa Catarina.

Contaremos sua vida: curta, se a julgarmos pelos resultados de pesquisas científicas que apresentam a expectativa de vida em nossos dias, que gira em torno dos 70 anos; longa, se utilizarmos, como padrão de medida, suas dores, seu mundo interior, exposto em sua obra; a importância do conjunto, para compor um momento nas letras brasileiras de rara fidelidade ao estilo poético.

No dia 24 de novembro de 1861, em Nossa Senhora do Desterro, hoje Florianópolis, nasceu o filho do pedreiro e escravo Guilherme da Cruz e da negra forra Carolina Eva da Cruz, chamado João. O casal vivia na casa do Marechal Guilherme Xavier de Souza e sua mulher, dona Clarinda Fagundes Xavier de Souza.

O menino João foi criado pelos proprietários de seu pai: um casal sem filhos; passou a usar aquele sobrenome; essa quase adoção, posto que não documental, facultou ao menino a descoberta do mundo das letras, através do qual pode viajar, indo ao encontro da poesia.

¹ Trabalho apresentado na sessão ordinária da Academia Sorocabana de Letras.

Quando estudava ciência e estética no Ateneu provincial, na mesma Desterro, foi aluno de Fritz Müller, um naturalista, discípulo de Darwin. A educação do menino, para a época, poderia ser classificada como aristocrática, pois estudou os clássicos, lendo os franceses e os ingleses na língua original.

É de Fritz Müller esta observação: “esse preto representa para mim mais um reforço à velha opinião, contrária ao ponto de vista dominante, que é um ramo da raça humana em tudo inferior, incapaz de desenvolvimento racional por suas próprias forças.”

Com 20 anos de idade, conseguiu emprego como vendedor numa loja, em sua cidade; nessa época, fazia publicar, nos periódicos da província, sua produção em prosa e verso.

Foi nesse tempo também que passou por Desterro uma companhia teatral, e o moço João resolveu deixar a terra e seguir caminho, tendo sido contratado para a função de “ponto” da companhia; durante a “tournee”, publicou vários de seus trabalhos nos jornais dos lugares visitados.

De volta a Desterro, foi nomeado promotor público de Laguna, cargo que foi impedido de tomar posse por ser negro.

Em 1890, mais uma vez deixou a terra natal: desta vez, migrou para São Sebastião do Rio de Janeiro, capital do império; ali também a vida não lhe sorriu: casou-se com a negra Gavita Rosa Gonçalves e, para prover o sustento da família, aceitou um emprego de menor importância na estrada de ferro Central do Brasil.

Em 1893, fez publicar dois livros - os únicos publicados em vida - “Broquéis”, de poesias, e “Missal”, de prosa poética.

Do casamento com Gavita, nasceram quatro filhos: dois morreram recém-nascidos e os outros dois, na adolescência; Dona Gavita cedo apresentou sinais de demência, fazendo sofrer ainda mais o homem, mas enobrecendo, talvez, seu espírito, ao favorecer a construção das imagens poéticas, por vezes diáfanas como num sonho feliz ou fúnebres, tétricas, expressões de angústia e sofrimento.

Momento histórico

O simbolismo reflete momento histórico bastante conturbado, devido à transição do século XIX para o seguinte, que definiria um novo mundo a partir de sua segunda década: basta lembrar que o palco para as últimas manifestações simbolistas e as primeiras produções modernistas, é composto pela Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa.

No Brasil, serviram de cenário para o simbolismo a Revolução Federalista (1893/1895), envolvendo as províncias do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e, ao mesmo tempo, a Revolta da Armada (1893/1894), exigindo a renúncia de Floriano Peixoto que, após esmagar a revolta, consolidaria a República.

Das escolas literárias que tiveram seguidores no Brasil, o simbolismo foi a mais europeia delas, sendo, por isso, chamada de “produto de exportação”.

Características do simbolismo

“*Sugerir, eis o sonho*” (Stéphane Mallarmé - 1842 - 1898)

O simbolismo se pauta pela negação ao realismo e suas manifestações.

Nega, também, o cientificismo, o materialismo, o racionalismo: ao mesmo tempo, valoriza as manifestações metafísicas e espirituais, e a negação do naturalismo e do parnasianismo.

Quando se torna difícil analisar o mundo e entendê-lo racionalmente, é natural a sua negação voltar-se para o subjetivismo: segundo Freud, é neste momento que o subconsciente e o inconsciente são valorizados, e as tendências e espiritualistas renascem. O “eu” é importante, mas representa, antes, a essência do ser humano, no que tem de mais profundo e comum: a alma.

Como resultado, vem a sublimação: opõe-se matéria e espírito na busca da purificação, onde o Espírito atinge o espaço infinito, as regiões etéreas; mas esta oposição, esta liberação entre corpo e alma, só é conseguida através da morte.

O subjetivismo, concomitante à valorização do inconsciente, do subconsciente, dos estados d’alma, do diáfano, da busca do vago, da loucura do sonho, tem, como consequência, uma expressão literária carregada de “símbolos”: os tropos, que se traduz pelo desvio ou mudança de significados de uma palavra. A essa característica opõe-se uma linguagem literária mais impessoal.

Outra característica muito importante e forte na estética simbolista, é a musicalidade: conforme afirma Paul Verlaine, um dos mestres do simbolismo francês: “A música é tudo ... !” (*la musique avant toute chose*.)

Tudo é sugestão: os significados transcendem e, ao mesmo tempo, apelam para os sentidos, para a percepção total. Percepção essa, garantida pelo emprego de recursos como a simetria e aliterações, sinestesia e sensação.

A psicologia entende o termo como “relação subjetiva que se estabelece espontaneamente entre uma percepção e outra, pertencente ao domínio

de um sentido diferente (exemplo: uma flor que evoca uma cor, uma visão que evoca um perfume, etc.)”.

A aliteração consiste na repetição de formas para sugerir um som.

Lançando mão de tais recursos, o poeta cria, em sua obra, a ausência de limites entre o homem e o objeto, captando, também, elementos sugestivos proporcionados pela natureza, tais como o Sol, a lua, estrelas, neblina... todos fornecendo elementos mágicos, harmonizando cores, sons, perfumes, sensações: assim, o que se pode chamar de lirismo estelar.

O poeta Cruz e Souza

Cruz e Souza encontrou, na leitura de autores franceses como Villiers de Lisle Adam, Baudelaire, Verlaine, Nerval, Huysmans e Rimbaud, além das traduções francesas de Edgar Allan Poe, a direção estética de sua produção rumo ao simbolismo.

De Verlaine, aprendeu a musicalidade; de Mallarmé, o culto à arte e as formas transcendentais; de Villiers, o apego à atmosfera; de Baudelaire, os temas marginais e o satanismo.

Seus textos, na prosa em particular, revelam as leituras e a transfiguração das mesmas para outra realidade.

O poema em prosa “No Inferno”, é um verdadeiro manifesto a Baudelaire: Cruz e Souza encontra o mestre no inferno; eles são retratos: a face ensinou a calma; os olhos, o domínio; a boca, revolta, alegoria que descreve na mistura de ficção e realidade, revelando o poeta enquanto personagem de sua própria obra.

No mesmo “Inferno” é que se encontra a árvore das Flores do Mal, metáfora à obra de Baudelaire, “onde a alma dos meditativos e sonhadores, entediados, ondulam e vagam insaciavelmente...”.

De Baudelaire e também além dos temas do gênero em prosa, há a tensão de contrários, característica do novo gênero: poesia e prosa, destruição e construção, desejo de totalidade e urgência de fragmento, oferecendo, ao espírito de aventura, delírio e sonho, a perspectiva de refletir sobre os limites da linguagem.

Uma das primeiras noções para a leitura de Cruz e Sousa, consiste em entendê-lo como poeta pós-romântico, e não necessariamente como simbolista, etiqueta que não o caracteriza com amplitude nem com precisão.

Sabe-se que no setecentista, período em que se cristaliza a poética do antigo regime, a poesia era basicamente integradora, pois se subordinava à

celebração da hierarquia; nela, o eu era entendido antes como um lugar na ordem social, do que, propriamente, como uma individualidade psicológica.

Embora sejam poetas empenhados em perscrutar a emoção, nenhum dos poetas brasileiros atingiu o nível de rebeldia e auto investigação de Cruz e Sousa: ele é o primeiro poeta metafísico da poesia brasileira.

A liberdade dos românticos forma a corrente que aprisionou sua raça; apoiado, sobretudo, na experiência de Baudelaire (*Fleurs du Mal*, 1857), Cruz e Sousa conceitua o artista como um excêntrico, um desajustado e decaído.

Ele encarnou, como ninguém entre nós, o grito da dilaceração redentora, o que o fez sentir e expressar a realidade pelo prisma da surpresa e da imprevisibilidade, do lugar privilegiado de quem sente todas as forças contra si, sabendo-se idealmente superior: trata-se de uma postura demoníaca, cultuando, ao mesmo tempo, a perversão e a luz da consciência.

Criar indivíduo, o escopo e o primeiro grande significado de Cruz e Souza, frontalmente oposto ao ideal do artista clássico, que buscava a integração, mas lutava pela dissolução; ao impedir a livre expansão do indivíduo, a sociedade de seu tempo destruía a unidade do ser; assim, este poeta encarna, no Brasil, a tópica europeia do “poeta maldito”, expressão com que Paul Verlaine procurou caracterizar Rimbaud e Mallarmé.

Considere-se, agora, o segundo significado essencial da poesia de Cruz e Sousa: ele era um negro no período da escravidão negra no Brasil; descendia de escravos, tinha um passado de favor, favor daqueles que, durante mais de três séculos, escravizaram seus pais e seus antepassados.

A partir desse particular biográfico, o poeta legitimou a tópica do desterrado, do perseguido, do Maldito entre os Malditos. Poucas vezes terá havido tamanha identidade entre a tópica de natureza universal e o traço da condição individual.

Retórica e existência fundiram-se perfeitamente nesta união, constituindo-se em caso singular na poesia brasileira.

Esta fusão de categorias diferentes, produziu um discurso em que o fingimento poético se disfarça com perfeição na sinceridade emocional, transmitindo, ao leitor, a impressão de autenticidade expressiva.

Os poemas de Cruz e Sousa que abordam a tópica do artista condenado ao exílio social, refletem o sofrimento individual e conseguem, em sua maioria, aquilo que as verdadeiras obras alcançam: transportar o leitor do texto para a vida, do discurso verbal para o discurso social, propiciando, sempre, o enlevo e o alongamento, a revelação e o êxtase.

Estas afirmações se comprovam na leitura de *Faróis e Evocações* (ambos de 1898), livros em que o poeta conquista a maturidade metafísica para a poesia no Brasil, graças à fusão do discurso existencial (a condição do negro na América) com o discurso europeu, tradição da então recente vanguarda europeia.

Ao artista negro na América, restavam, apenas, o autoexílio e a hierarquia do Espírito, o refúgio numa arte de requintes formais e sofisticções conceituais: se andasse para a direita, encontraria a parede do preconceito; se andasse para a esquerda, a parede da crítica; como saída, apenas o auto sepultamento em vida, em que as pedras se sobrepõem a pedras, separando, para sempre, o poeta, da incompreensão de um mundo supostamente civilizado.

Estas duas obras, essencialmente marcadas pela metafísica do sofrimento, lugar retórico que incorpora a viagem pelo subterrâneo de um passado que destrói o presente: os filhos amados que serão odiados, a velha mãe escrava arrastando sua angústia nos pesadelos do poeta, a esposa subitamente conduzida à morte moral pela loucura, a própria “Persona”, que aspira a perfeição celestial e esbarra nas imperfeições do corpo e da vida social.

Há muita cor escura nestes poemas, ao contrário de “Broquéis”, em que predomina a euforia do branco e do vermelho; há, ainda, um Cruz e Souza combativo, absolutamente empenhado na luta contra a escravidão, momento juvenil em que se encontram poemas fortemente políticos; mas que o poeta jamais reuniu em livro.

Talvez o melhor exemplo desta fase embrionária, seja o soneto “Escravocratas”, que reproduzimos:

Oh!. trãnsfugas do bem que sob o manto régio
Manhosos, agachados - bem como um crocodilo,
Viveis sensualmente à luz dum privilégio
Na pose bestial dum cágado tranqüilo.

Eu rio-me de vós e cravo-vos as setas
Ardentes do olhar - formando uma vergasta
Dos raios mil do sol, das iras dos poetas,
E vibro-vos à espinha - enquanto o grande basta

O basta gigantesco, imenso, extraordinário -
Da branca consciência - o rutilo sacrário
No tímpano do ouvido - audaz me não soar.

Eu quero em rude verso altivo adamastórico,
Vermelho, colossal, d' estrépito, gongórico,
Castrar-vos como um touro - ouvindo-vos urrar!

A terceira noção para a leitura de Cruz e Souza reside no fato de se tratar de um escritor que trabalha tanto o verso quanto a prosa poética: nessa dicotomia, ele procura o equilíbrio da arte, comum a diversos romancistas brasileiros, mas muito raro nos poetas.

A absoluta maioria dos estudos acerca de Cruz e Sousa concentra-se nos versos, essencialmente reunidos em três livros: “Broquéis” (1893), “Faróis” (1898) e “Últimos Sonetos” (1905); todavia, parece que a integração dos versos com poemas em prosa (“Missal”, 1893; “Evocações”, 1898) revelaria aspectos essenciais para uma compreensão interativa da produção do poeta.

De fato, os poemas em prosa, sobretudo os de “Evocações”, além de valermos como soberbas representações dos espaços e escuros do sofrimento e da inconsciência dos delírios e dos desejos, funcionam como agenciadores da doutrina poética de Cruz e Sousa: em alguns deles, há inúmeros impulsos para a teorização, à maneira de Edgar Allan Poe e dos simbolistas franceses, sempre preocupados com a investigação crítica do processo criativo; esse aspecto tem sido praticamente desdenhado, mas constituiu-se em um dos traços significativos do poeta, para quem a prosa poética era tão importante quanto os versos.

O quarto princípio para uma possível leitura de Cruz e Sousa, consiste na investigação de sua relação com a estética simbolista: apropriando-se da poesia inconformada dos românticos, Cruz e Souza incorpora, também, as conquistas do simbolismo francês, tais como o transbordamento dos sentidos, a mistura de sensações, a investigação das neuroses, interação das harmonias, o jogo intenso das cores, a violação deformada dos objetos, o contato sensorial com os astros e a pesquisa de seus efeitos sobre a sensibilidade, o satanismo, que se biparte em decorações carnais do sexo e o êxtase de vitória diante da igualdade aniquiladora dos vermes.

Há a preocupação constante com a teoria da expressão e da construção do texto. Além disso, a percepção metafórica das coisas, o apego ao enunciado oblíquo.

Assim, a construção do mundo de Cruz e Sousa dá-se, sobretudo, através do envolvimento sensorial com a realidade: sua poesia é uma espécie de espelho, no qual a imagem do mundo sempre se reflete distorcida.

Sua sensibilidade parece uma lâmina delicada que se exacerba ao mais tênue estímulo exterior; a simples harmonia dos violões de rua desencadeia, no poeta, um desesperado acúmulo de imagens acerca do fluxo da existência, do fluido dos desejos e da permanência da dor (“Violões que Choram” em “Faróis”).

O simbolismo, repita-se, não define perfeitamente o poeta; mas, é preciso salientar que o próprio conceito do movimento não se limita a traços constringedores; ao contrário: pressupõe direções diversas, às vezes opostas.

Com certeza, o essencial ao conceito de simbolismo é a recusa da objetividade realista e a restauração da transfiguração imaginosa dos românticos, abrindo-se em conquistas formais e temáticas que anunciam o dilaceramento das vanguardas do século XX.

Essa parece ser a condição de Cruz e Sousa, cuja existência foi, de fato, incorporada por quase todos os poetas renovadores de 22, conforme se verá mais adiante.

Edmund Wilson classificou os simbolistas franceses em duas grandes famílias: a sério-estética (Baudelaire, Verlaine, Mallarmé), e a coloquial-irônica (Tristan Corbière e Jules Laforgue).

Cruz e Souza pertence à família sério-estética, na qual se pode vislumbrar a existência de dois ramos: a vertente construtivista, de inspiração mallarmaica, e a vertente neorromântica, de inspiração baudelarina e verlainiana: “Broquéis”, considerado o primeiro livro simbolista brasileiro, partilha da tendência construtivista.

O traço mais típico do simbolismo em Cruz e Souza, purifica-se no lirismo voltado para o esboço de atmosferas vagas, em composições muito próximas do estilo impressionista.

Presentes sobretudo em “Broquéis”, tais composições são dominadas pelas harmonias imitativas, pela alegria das cores, pela vagueza, pela abstração, pela configuração ondulante e volátil dos elementos e a fusão dos sentidos (sinestésias), como se observa nesses versos de “Cristais”: *Mais claro e fino do que as finas pratas. o som da tua voz deliciava... na dolência velada das sonatas. como um perfume a tudo perfumava.*

Publicado logo após a morte do poeta, “Faróis” pode, em alguns aspectos, ser interpretado como um avanço relativamente ao construtivismo de “Broquéis”, ainda preso a algumas imagens ao estilo parnasiano; assim como “Evocações”, “Faróis” instaura um estilo mais livre, mais adequado à investigação de significados existenciais, sem perda da tensão estrutural.

A feitura desse livro resulta da liberdade das mentes, organizadas para a expressão contida dos grandes sofrimentos; o que se percebe, sobretudo no poema metafísico “Luar de lágrimas”, lembra os melhores momentos de Drummond nesse tipo de poesia.

Tornou-se um hábito, na crítica brasileira, valorizar poetas do passado mediante associações com práticas consagradas no presente, mesmo que, com isso, se prejudique a historicização do fato literário. Cruz e Souza vale por si: não precisa de associações enobrecedoras.

Como poeta, situa-se muito acima da média dos modernistas, inclusive Mário de Andrade, cuja *Paulicéia desvairada* se funda, estilisticamente, no redimensionamento de alguns traços inaugurados pelo poeta negro, tais como a justaposição cumulativa de frases nominais, ao lado do uso abusivo da reticência, da rima interna, da aliteração e da maiúscula sem necessidade gramatical.

Tornando ao caso específico de Cruz e Sousa, reafirme-se a ideia de que “Últimos sonetos” (1905) representa a tentativa de uma poesia sapiencial, voltada para a síntese consagrada desta espécie poética no Brasil.

Dentre os textos do livro, há um, intitulado “O soneto”, em que se renova o apreço do artista pela forma lapidar e concisa, ainda que com inúmeras redundâncias e reiterações.

Pouca coisa desse livro lembra a energia construtiva de “Broquéis”, embora possa ser valorizado por um fluxo sintático mais espontâneo, em que a palavra se torna escrava das ideias, nem sempre expressas com suficiente energia verbal; mesmo assim, encontram-se aí alguns dos grandes espécimes da poesia brasileira, como “O assinalado”, “Cavador do infinito” e “Cárcere das almas”.

O primeiro desses sonetos reitera a ideia do artista como um louco genial, mas o tom dominante do livro já não é o de revolta, e sim, de resignação, em que se sobressai a tópica da modéstia, veiculada em estilo humilde.

“Triunfo supremo” condensa uma ideia que assume força de lenitivo, isto é, consolação em toda a obra do poeta: a noção de que o sonho, a ideia da arte e do dever cumprido, compensa todas as derrotas e motiva todas as batalhas.

Apropriando-se da tradição do soneto reflexivo de Antero de Quental, o último livro de Cruz e Sousa, talvez seja o primeiro na adoção sistemática do estilo maduro na poesia reflexiva brasileira: maduro no sentido de buscar soluções moderadas e naturais, que mais ocultam do que revelam os artifícios de linguagem.

Neste sentido, talvez se possa interpretar a atenuação da chave de ouro como um afastamento voluntário do efeito imediato do soneto parnasiano.

Longe dos jogos primaveris e impetuosos do estilo florido de “Broquéis”, os “Últimos sonetos” buscam compor um perfil de sabedoria e mansidão: estes poemas procuram impor-se mediante a beleza dos próprios conceitos e das verdades que imitam; é como se a personalística demonstrasse cansaço em investigar maneiras novas de imitar, confiando mais no valor intrínseco da matéria imitada.

Dono de um verbo ágil e desesperado, Cruz e Souza conseguiu imprimir, na prosa, a fúria e o desconcerto com o mundo que tanto inflamaram a sua poesia: a estreia literária do poeta deu-se como prosador, com “Tropos e Fantasias” (1885), escrito em parceria com Virgílio Várzea.

Em prosa poética são, também, “Missal” (1893), figurando como marco do simbolismo no país, e “Evocações”, publicado postumamente em 1898.

Apesar de irregular, a produção em prosa do poeta brasileiro oferece páginas primorosas, que revelam, entrelaçados, o retrato do poeta perseguido pela sua cor - signo e testemunho de uma época - e a consciência de crise do final do século.

Talhados por um sujeito melancólico, as páginas em prosa de Cruz e Sousa descortinam um mundo em ruínas - idealismo e desencanto, procura de si e alienação - movimento pendular que só se compraz com a iminência da morte.

Nos poemas em prosa de Baudelaire, o procedimento satânico consiste em utilizar as armas do inimigo para melhor atacá-lo: o narrador veste a máscara do burguês, e escancara a violência que encobre as relações sociais.

No caso de Cruz e Sousa, o satanismo também apresenta esta fase de inversão, ou “envenenamento” do ponto de vista: em “Consciência tranquila”, a voz é dada a um senhor de escravos: ao narrar com requintes de crueldade os castigos impostos a suas vítimas, o texto desnuda as relações de classe e os subterrâneos da esfera de produção.

Em ambos os casos, há uma substituição da representação realista e da compaixão pela perversidade: essa a instância capaz de horrorizar a civilização e desligar a violência que rege as relações de classe.

Mas, o satanismo em Cruz e Souza possui uma face mais abrangente, que é a do clamor às potências do mal e das imagens negras articuladas à escravidão: o lado noturno de sua poética apela para enigmas que vislumbram o cotidiano da servidão.

O poeta pede para que o anjo caído o auxilie na sua condição de excluído. Satã, o mesmo responsável pela “demonização” conferida aos negros durante o período colonial, figura como símbolo de resistência e revolta.

Baudelaire e Cruz e Sousa possuem duas crenças: a arte e o demônio; Cruz e Souza abraça a mesma crença na arte, mas seu Inferno é o sistema escravista, e Satã é eleito o porta-voz dos filhos de Cam: em páginas de profunda angústia e crueldade, o poeta brasileiro oferece seu sofrimento como sacrifício pela arte, pelos desvalidos e por si mesmo.

O narcisismo sádico do poeta parece procurar, na dor, a possibilidade de redenção: como um corpo com as marcas físicas do trabalho escravo e do labor artístico, escrevem-se, em seus textos, o culto à arte e a Satã, acrescidos da poesia que se volta para o submundo da matéria, o que abriu, ao poeta, as portas da estética do feio.

Em “Psicologia do feio”, Cruz e Sousa confessa que busca o “lascivo feio” somente amado pelas “artísticas sensibilidades nervosas”, pois ele é a instância capaz de negar a forma perfeita, símbolo de uma totalidade anacrônica, e fornecer a urgência poética da representação de um mundo em decomposição.

Só eu, numa suprema hora de spleen, de esgotamento de forças psíquicas, em que me falte extensamente o humor – essa bondade hilariante do Espírito – te idolatro e procuro, ó lascivo Feio! que da luxúria pantagrúelica dos vermes devoras na treva os sonhos – porque não os podes alimentar, nem ver florir, nem crescer! Sem que a diabólica verdade flagrante esteja a rir de teu amor e a pintar picarescamente caricaturas na quase apagada perspectiva da tua existência.

Só as artísticas sensibilidades nervosas, vibráteis, quase feminis, podem amar-te; enquanto que as individualidades ocas, estereis, áridas, duras, sem vibração sensacional, sem cor, sem luz, sem som e sem aroma, fugirão para sempre de ti como à repelência asquerosa de um putrefato.

Entretanto, eu gosto de ti, ó Feio! porque és a escalpelante ironia da Formosura, a sombra aurora da Carne, o luto da matéria dourada ao sol, a cal fulgurante da sátira sobre a ostentosa podridão da beleza pintada. Gosto de ti porque negas a infalível, a absoluta correção das Formas perfeitas e consagradas, conquanto tenhas também, na tua hediondez, toda a correção perfeita – como o sapo, coaxando cá embaixo na lodosa argila, tem, no entanto, a repelente correção própria do sapo; – como a estrela, fulgindo, lá, em cima, no precioso Azul, tem a serena e etérea correção própria d'estrela.

(extraído do poema “Psicologia do feio”, in “Missal”).

Na reflexão estética em Cruz e Souza, o Feio é, também, a imagem deformada do escravo: as imagens negras, a perversidade, a putrefação, o sadismo e o drama, misto de ficção e confissão do artista negro, são temas que redimensionam as influências de Baudelaire no sentido da leitura específica de outro contexto social.

Filiado aos temas baudelairianos, agora Cruz e Souza não abandona a fidelidade de seu contexto histórico, evidenciando uma espécie de dialética do local e do universal; a obra de Cruz e Sousa revela a apreensão da tradição

literária francesa, e engendra uma forma capaz de apreender as condições próprias ao meio brasileiro.

Se toda grande obra vem discutindo uma certa imagem do seu tempo, as contradições da obra de Cruz e Sousa - próprias ao poema em prosa ou relativas ao conflito entre o ideal elevado da arte e a dura realidade de poeta negro - essas são dualidades intransponíveis: luta de morte regida por Lúcifer.

Assim como para Baudelaire, sua situação de poeta marginalizado permite a afinidade com a massa de excluídos – mas, é através dessa que ele vislumbra o outro; não só os negros surgem em suas páginas de prosa: a massa de marginalizados inclui o louco, a meretriz, o bêbado, e o idiota.

Como os personagens de Cruz e Souza, os símbolos e os enigmas também tateiam espaço na constituição da alteridade: o poeta é o eleito, aquele capaz de transfigurar a realidade que observa em signo poético.

No poema em prosa “Asco e dor”, a multidão surge numa cena de carnaval, onde a turba ensandecida de negros dança, confunde-se e desfigura-se: marcados pela animalização, a agonia figura-se na máscara da festa e do riso.

Diferente de Baudelaire, para quem a multidão expressa uma face da modernidade, para Cruz e Sousa, ela serve como meio de observação da situação do negro: a inevitável desumanização desses homens reduzidos a objeto o afasta e enfeitiça.

Como um duplo, a imagem da “Turba miserável” lhe lembra a condição que deseja esquecer, mas, ao mesmo tempo, o ata à ameaça voluptuosa da ruína e da destruição.

Em Cruz e Sousa, o desejo de aniquilação contempla a face sádica do sacrifício.

O poeta negro, portanto, irremediavelmente atado à histórica condição de mercadoria humana, oferece sua dor em solidariedade à dor dos outros: “Dor negra”, poema em prosa, é quase um grito que concentra de outro manifesto, o que escancara o poeta dilacerado entre o idealismo da arte e a realidade aterradora, a percepção elevada e as dificuldades de um poeta negro, espécie de dissecação do sofrimento de metafísica, a um só tempo aniquiladora e purificadora, comum ao escravo e ao poeta negro.

Cruz e Sousa e a crítica

Roger Bastide situa o poeta ao lado de Mallarmé e Stefan George, na grande trilha harmoniosa da poesia simbolista; a partir de Bastide, cristalizou-se a ideia do negro desejoso de ser branco; daí sucederem-se artigos cujos

títulos já traem sua filiação: por exemplo, “o poeta negro”, “o poeta negro que tinha a poesia branca”, “O Cisne Negro”, “o Papa negro”, “o Dante negro”, e assim por diante; infundáveis vezes aparece a palavra negro nos títulos qualificando o poeta.

A obra de Cruz e Sousa, como tem acontecido com a maioria dos autores negros, é vista somente pelo aspecto cor: não raro, os críticos literários minimizam sua poesia, enfeixando as imagens que criam nuances de alvura, neblinas níveas e tantas outras com a mesma força, como se fossem resultados do mais puro desejo de branqueamento; ou do sofrimento por ser negro.

Não vamos ao ponto da negação do sugerido. Mas, daí concluir que as imagens por ele criadas são manifestações neuróticas causadas pela não aceitação da própria raça, nos parecem apressadas: passados tantos anos, nos parecem mais falta de vontade em reconhecer a fidelidade à escola de composição abraçada, em reconhecer a generosidade ao entregar seus versos, entregar-se por inteiro, numa exposição tão íntima que só os gênios são capazes.

Embora faça coro a essa opinião, Roger Bastide e tantos outros, mais novos, nossa visão negra nos leva a concordar com o que diz Massaud Moisés:

[...] não parece verdadeiro reduzir o núcleo da poesia de Cruz e Sousa ao fato de ser negro e, daí, admitir que, nele, vingava a revolta oriunda da indignação que a condição da cor lhe provocava, e, portanto, que sua poesia era uma forma de “*transfert*”, de compensação.

Por mais sedutora que seja (e é grande nos dias atuais) semelhante tese, sobretudo porque há certa atmosfera de verdade nascida do caráter “científico” que a mesma revela - não parece corresponder aos fatos, salvo como chega: é reduzir a pouco Cruz e Sousa, ou melhor, sua poesia, ao complexo de cor, essa conclusão imediata.

Por quê?

No mesmo trabalho, o ensaísta chama a atenção para o fato de que outros poetas observados sobre o aspecto cor, não revelam nada do que caracteriza a obra do poeta aqui enfocado, prova que não basta a cor para condicionar as forças motrizes, a grandeza ou pequenez de uma obra poética.

Algo mais é necessário para sua compreensão, e essa não está na vida psicológica do poeta (de rasteiro acesso, por mais que se conheça acontecimentos biográficos), mas no encontro daquilo que está para além do contingente, das efemérides históricas, e faz acreditar em “iluminados” ou em “predestinados” à criação da obra que acabam criando, seres de eleição ou privilegiados.

A mesma obsessão pelas “brancuras lunares, de véus lácteos, neblinas níveas, etc.” presentes nas obras de tantos outros autores, também de outras

épocas, são imagens privilegiadas no simbolismo, usadas por contemporâneos a Cruz e Sousa, e aqui chamamos, para exemplo, o branco, filho de portugueses, europeizado, Alphonsus de Guimarães. Como explicar nestes versos a presença do branco e afins?

É São que dorme ao Luar. Vozes de letras. Modulam Salmos de visões conítritas... que assombra sacrossanta dos Profetas. Melancolia ou canto dos Leviitas. As torres brancas, terminando em setas. Onde velam, nas noites infinitas, Mil guerreiros sombrios como ascetas. Ao céu as cúpulas benditas. As virgens de Israel as negras comas. aromatizam os ventos brancos, dos negros antes de mortais aromas... Jerusalém, as doze portas, Dorme: é o Luar que ele vem beijar os flancos, evoca ruínas de cidades mortas. (Poesias., 1995, v. 1, p. 187).

Conclusão

O poeta Cruz e Sousa, com tuberculose, foi tratar-se na cidade de Sítio, em Minas Gerais, vindo a falecer em 19 de Março de 1898; seu corpo foi trasladado de Minas para o Rio de Janeiro fora do esquife, num vagão de animais; chegado ao Rio, foi-lhe devolver a dignidade aquele que foi chamado tigre da Abolição, o eminente jornalista José do Patrocínio. Sobre este fato, abstemo-nos de comentários.

Resta-nos viajar na posteridade e, no encerramento, mostrarmos mais dois poemas, a serem publicados no volume “Dispersos - Poesia & Prosa”, coedição das editoras Giordano e Unesp, em lançamento.

Alvorada da Indústria

*Entre abre a natureza o Místico Pulmão,
Lembrando que esse é, aos tombos de letargo
e sente latejar do Rubro coração
o músculo a distender, hercúleo, brônzeo, largo
uivando - o Trem de Ferro - estende a cauda enorme...
Enquanto nuns estranhos, íntimos vocábulos
os passageiros azuis, nos bons conciliábulos
orquestra pelo ar, em bando Multiforme
... os seios tropicais se abalam da Floresta
e a menina capital, presente, toda em festa
que apagam-se da treva as nódoas e os estigmas
... rompe a exuberância audaz da natureza.
e as almas Patriotas, ébrias de surpresa
de cifrão ao porvir os rútilos enigmas!...*

Serenata

É luar! *chega a janela*
vai alta a lua irradia. alta e branca a lua Bela. e fria!...
Ó monja de áureo convento. *surgindo no peristilo,*
à tona do firmamento tranquilo...
dentre as celas aparece nas tuas vestes talaes
vem ver dos fluídos lunares. a prece...
essa Láctea claridade da noite profunda e vasta.
mais casta que a castidade. mais casta.
entre os trêmulos. e os magnetismos da Lua.
Ofélia a flor do Salgueiros. *flutua!*
o luar por tudo transborda. e tudo alaga e prateia...
Bandolins geme na corda. sereia!
na corda feita dos fios das Estrelas palpitantes.
dos raios, dos amávios radiantes!
ondulam silfos e amores.
Rendas, sedas e vidrilhos. imaculados alvares. e brilhos!
do fundo dos claustros
Raia. hóstia de ouro, monja doente!
envolva-te essa Cambraia. fulgurante!

Expositor: Ademir Barros dos Santos

Debatedores: Leonil João de Lima; Alomar Mendonça.

Origem histórica

Estamos na segunda metade do século VI da nossa era, em plena Arábia Saudita, Oriente Médio, por onde grandes rotas de comércio - exercido exclusivamente por caravanas - passam, ligando a Síria ao Iêmen, o Índico ao Mediterrâneo, a Europa à África.

Na esteira das caravanas, nascem grandes cidades: entre elas, Yatrib e Meca, onde chefes de clãs tornam-se importantes abastecedores dos viajantes.

O contato com funcionários e viajantes bizantinos e persas é tão constante quanto com outros povos, nômades e politeístas; deve-se destacar que, a essa altura, os bizantinos já eram cristãos.

Quanto aos árabes, desde tempos imemoriais nada ignoram sobre lendas bíblicas, posto que se consideram parentes dos judeus, visto serem descendentes de Ismael, o primogênito de Abraão, que foi expulso da casa paterna quando do nascimento de Isaque.

Sendo Isaque o pai de Jacó/Israel, a descendência árabe, portanto, vem do tio-avô daquele que deu nome ao povo bíblico; tanto assim que os árabes praticam a circuncisão - a prática instituída por Abraão enquanto prova do Pacto com Deus - e também não se alimentam de carne de porco, animal considerado imundo tanto eles, por quanto por judeus.

É neste ambiente que, escapando às perseguições religiosas impostas pela Roma Cristã, muitos judeus e cristãos dissidentes acorreram para a Arábia: ambas as religiões conquistaram adeptos ali, formatando fenômenos de sincretismo, posto que se adaptavam à fé e costumes dos povos nômades.

É nesta efervescência cultural e religiosa que nasce Muhammad (Maomé), em 570 D.C., na cidade de Meca.

Maomé

Maomé é o iniciador da mais recente das religiões originadas a partir de Abraão, chamadas religiões reveladas: o Islamismo.

Quanto à sua biografia, talvez existam tantas teorias quanto biógrafos, não se sabendo, ao certo, se sua instrução sacra tem origem em cristãos,

judeus, ambos... contudo, é certo que seu nascimento se deu em 570 d.C., em Meca, na atual Arábia Saudita, cidade onde, àquela época, existia um templo em forma de cubo, onde todas as crenças eram possíveis.

Desde o início intrigou, a Maomé, a diversidade de deuses que eram, ali, cultuados e, conseqüentemente, de crenças e rituais a que ele assistia, praticados pelos integrantes das caravanas que por ali passavam.

Bem cedo órfã, a criança, segundo alguns biógrafos, foi criada por seu tio, um rico comerciante: é provável que, assim, desde a infância, Maomé o tenha acompanhado nas viagens, visitando países de grande cultura; entre outros, a Síria, então cristã.

Aos 25 anos, ele se casa com Khadija, rica viúva, que lhe daria sustentação incondicional - quer financeira, quer filosoficamente.

No entanto o atormentou, sempre, a busca pela verdade religiosa; de tal forma tornou-se obcecado por esta busca da verdade, que se tornou costume retirar-se para longas meditações; em uma delas, já aos 40 anos, sentiu-se visitado pelo arcanjo Gabriel - o mesmo que anunciou a Maria o advento de Jesus - e este lhe ordenava: “Recita!”.

Atordoado pela visão, Maomé volta para casa e conta a Khadija sua experiência: esta não só acredita, como lhe aconselha a procurar novos encontros com o arcanjo, e a divulgar os acontecimentos.

Maomé, dessa forma, inicia sua pregação em Meca em 612 d.C.; aos poucos, vai conquistando adeptos. Adeptos esses que, digamos assim, passam a “secretariá-lo” durante suas visões, anotando os versículos que alega receber do arcanjo.

Tais anotações, dizem, eram feitas em qualquer meio, tais como cascas de ovo, pedaços de madeira, etc, etc... Durante dez anos Maomé permanece pregando em Meca.

Ainda segundo seus biógrafos, sua pregação, cujo fio condutor era a existência de um único Deus, passa a incomodar os comerciantes locais, visto que os grupos nômades que passavam pelo local eram, em sua quase totalidade, politeístas; por este motivo, Maomé foi expulso de Meca e, em 622 d.C., transfere-se para Yatrib - cidade a algumas centenas de quilômetros ao norte, habitada, em sua maioria, por judeus: a esta retirada dá-se o nome de Hégira, fato que se constitui no marco inicial da contagem de tempo islâmica: conta-se este tempo em a.H e d.H (antes e depois da hégira), como os cristãos contam a.C. e d.C. (antes e depois de Cristo).

O sucesso da doutrina monoteísta encontra fácil eco entre a população judaica e, portanto, também monoteísta, posto que o pesado e rígido ritual judaico perde importância no Islã, religião bem mais simplificada e tolerante, à época.

No entanto, o crescimento da nova fé entre a população, provoca a reação dos judeus de alta estirpe, “doutores da lei”, seguindo-se daí brigas e escaramuças; Maomé acaba por fazer uso da força, expulsando parte dos judeus e massacrando outros.

Segundo, ainda, parte de seus biógrafos, Maomé passa a governar a cidade que, por isso, passa a chamar-se Medina, ou seja: “a cidade do Profeta”.

Passando a acreditar, então, que sua missão era levar a nova fé a todo o povo árabe, Maomé dirige forças para Meca, sua cidade natal; com grande habilidade enquanto estrategista, consegue conquistar a cidade em 630 d.C.

Os dois próximos anos são calmos, e Maomé governa com serenidade e paternalismo; porém, em 632, quando preparava uma expedição à Síria, falece repentina e calmamente; mas, deixando o islamismo solidamente implantado em toda a Arábia Saudita.

Princípios e prática do Islamismo

Em primeiro lugar, é preciso salientar que o islamismo não nega a mensagem mosaica, nem a mensagem cristã: Moisés e Jesus ali são aceitos como profetas, sendo Maomé considerado o último, maior e definitivo profeta de Deus.

A este aspecto corrobora o Al Koran, afirmando, por boca do arcanjo Gabriel que “é certo que legamos a Torá e elegemos o povo do livro”.

Ainda nesta linha, proclamam, os islâmicos, que “só Allah é Deus e Maomé o seu Profeta”.

Quanto à prática efetiva, esta religião é caracterizada por sua simplicidade, bem como pelo arraigado da fé, e se baseia em cinco princípios ou pilares, a saber: ter absoluta fé em Allah, a quem se deve irrestrita obediência; sendo saudável, peregrinar a Meca, pelo menos uma vez na vida; dar esmolas; jejuar no Ramadã, e orar cinco vezes ao dia.

Como se vê, o ritual islâmico nada tem de complicado: a fé religiosa deve ser absoluta, de tal forma que “se somente Allah é Deus, não existem mais dúvidas sobre quem é Deus, deuses ou Deuses”: a palavra Allah, em árabe, significa literalmente “Aquele que é Deus”, e islã traduz-se por

submissão. Portanto, não é gratuito dizer-se que islã, talvez, signifique submissão a Deus.

A peregrinação a Meca deve-se ao fato de que lá se encontra a Caaba, ou seja, o templo em forma de cubo, onde se encontra um meteorito, preto, considerado sagrado pelos muçulmanos, por ser a prova material da existência de Deus.

Na época da infância de Maomé, como já visto, muitos ídolos eram, ali, venerados; na tomada de Meca, Maomé destruiu a todos, mantendo somente o meteorito - prova viva da existência de Deus; por isso, os muçulmanos rezam voltados para Meca.

O ritual de visitação a esta cidade, entre outras práticas, relembra a expulsão de Ismael por Abraão, posto que os fiéis simulam o desespero de Agar (mãe de Ismael) procurando água no deserto, para dar ao filho: daí as voltas em torno do templo.

Dar esmolas, para o muçulmano, é um ato de fé; e esta esmola não se limita às coisas materiais; pelo contrário: inclui a “doação” espiritual, maior prova de caridade; daí a original tolerância religiosa.

Deve-se destacar que esta religião, antes de tudo e por princípio, deve ser extremamente tolerante com seus “irmãos” de fé, correligionários em Abraão: prova disso foi a Espanha islâmica, denominada historicamente “Espanha das três religiões”, onde coexistiram e cooperaram, em relativa paz, o islamismo, o judaísmo e o cristianismo.

Isto porque é o próprio Al Koran - livro sagrado muçulmano que prega a proteção aos *dhimmis*, ou seja, àqueles que professam fé abrahâmica, mesmo que não muçulmana; a radicalização dos muçulmanos contra os cristãos, é importante frisar-se, tem origem nas Cruzadas cristãs que, dizimando populações islâmicas em nome de Cristo, desencadearam a *jihad* (guerra santa muçulmana).

O jejum do mês de Ramadã, por sua vez, parece ter-se originado nas práticas judaicas de jejum no *yom kipur*.

O jejum do Ramadã (nono mês do calendário árabe - calendário lunar, diga-se de passagem, assim como o é o calendário hebraico) é *sui generis*: a proibição quanto a qualquer tipo de alimento é radical, mas não atinge o período noturno; só não é permitido alimentar-se enquanto o Sol brilhar.

Quanto à oração, repetida cinco vezes ao dia - originada pelos costumes de Maomé - pode ser executada em qualquer lugar, não só nas mesquitas: basta, ao crente, que tenha como forrar o chão em que irá ajoelhar-se.

Este o costume que deu, por fruto, verdadeiras obras de arte em tapeçaria, produzindo peças que, em sua maioria, possuem desenhos indicando a posição de Meca - de tal forma que o fiel não tem como errar a direção em que se posta para rezar.

Desenvolvimento do islamismo

Após a morte de Maomé, a religião se expande rapidamente, quer por força das armas, quer por força da fé.

Note-se que a Guerra Santa (jihad) é aceita pelo islamismo, e tem por justificativa a manutenção do equilíbrio da vida em Allah; em outras palavras: o Islã deve retomar o que lhe foi tomado, porque pertencente a Allah, não aos homens que o tomaram.

Portanto, as terras da Palestina, que foram propriedade de Abraão, devem ser devolvidas a seus descendentes.

Entende-se, também, o porquê da resistência encarniçada às investidas dos Cruzados, ocorridas quando da expansão do cristianismo; tem-se que considerar, ainda, que a visão muçulmana de mundo busca a integração total, a *umma*, ou seja, o mundo todo em uma só comunidade.

A força da fé, enquanto fator de expansão do islamismo, tem por base, sobretudo, a simplicidade ritual do islã; assim sendo, em se considerando a tolerância com que o muçulmano original deve tratar as demais religiões, é fácil entrever-se a fácil aceitação que os ensinamentos de Maomé encontraram entre povos subjugados por dominadores intolerantes.

Com tais características, em poucos séculos o islã atingiu todo o norte da África, a Península Ibérica, e expandiu-se para o Oriente a partir da Palestina, chegando a atingir comunidades da Ásia.

É importante notar-se - e vem de encontro às nossas atividades - que o islamismo encontrou forte eco no norte da África, incluindo-se, aí, povos subsaarianos: levado principalmente pelos berberes, ele atingiu países banhados pelo oceano Atlântico, bem como a Península Ibérica; deste norte da África subsaariana, partiram escravos sudaneses destinados aos Estados Unidos, já islamizados, embora sincreticamente.

Portanto, grande parte dos negros norte-americanos traz ascendência islâmica, onde se pode começar a compreender líderes tais como Malcolm X, Muhammad Ali e movimentos como Panteras Negras.

Entretanto, nem tudo foi paz neste desenvolvimento: a prática religiosa das esmolas, por exemplo, talvez tenha levado o muçulmano a dar muito

a seus líderes religiosos, enriquecendo-os e despertando a cobiça; talvez por isso, assim como pela sede de poder, todos os primeiros sucessores de Maomé foram assassinados.

Parece possível crer que esta é a explicação para o surgimento do primeiro cisma maometano: os *xiitas*, o que significa “seguidores de Ali”.

Principais grupos islâmicos

A religião muçulmana, hoje, está subdividida em diversos grupos, com pouca diferenciação conceitual: os principais são os sunitas e os xiitas.

Os sunitas pregam, basicamente, a relação direta com Allah sem intermediários, e suas práticas religiosas buscam seguir os costumes de Maomé; quanto aos xiitas, pregam que Maomé tem continuadores, dentre os quais o maior foi Ali, sobrinho, primeiro sucessor e genro do profeta.

Enquanto prática religiosa, não há diferenciação visível, e xiitas se apresentam mais belicosos que os sunitas.

A hierarquia islâmica admite o Califa, sucessor do profeta, e o imã, autoridade religiosa, ou descendente direto de Maomé; também o ayatollah, mestre e líder condutor de povos e almas; esta hierarquia vigora, basicamente, entre os xiitas, visto que os sunitas só admitem a relação direta com deus.

O islâmismo continua se difundindo: por exemplo, na atualidade, vem conquistando o leste africano, onde vem instalando missões, a exemplo dos cristãos de outras eras.

Também nas Américas, especialmente do Sul e Central, instalaram-se instituições muçulmanas, com financiamento direto dos árabes para a construção de mesquitas, etc.

É de se notar, ainda, que a tolerância islâmica tende a produzir sincretismo, contra o qual se levantam xiitas e sunitas fundamentalistas, fazendo uso, por vezes da *jihad* - daí o terrorismo internacional árabe, tão em voga nos dias atuais.

Capoeira – Um comentário

01 de agosto de 1998

Expositor: Air Sudário da Silva

Debatedoras: Gleice Bárbara Marciano; Eloísa Gonçalves Lopes

O termo capoeira pode ser aplicado ao terreno com pouca vegetação, principalmente quando este terreno sofrer queimadas para plantio.

Mas, o que vamos comentar neste trabalho, é a capoeira, jogo atlético constituído por uma simulação de ataque/defesa: jogo de carácter individual e de origem genuinamente brasileira, surgido entre os escravos africanos bantu procedentes de Angola.

Apesar de intensamente perseguida até as primeiras décadas do Século XX, a capoeira sobreviveu à repressão e, atualmente, se amplia e se institucionaliza como prática desportiva regulamentada.

Um pouco da história da capoeira

Através das análises implementadas sobre os depoimentos dos velhos mestres, pode-se resgatar uma série de informações relevantes no tocante ao comportamento do capoeirista, na primeira metade deste século. Vamos a elas:

Capoeira angola e capoeira regional.

Geralmente se estabelece um corte para separar a capoeira “moderna” de sua vertente “tradicional”: respectivamente, a capoeira regional e a capoeira Angola.

Esta divisão, esquematicamente, pode ser representada da seguinte forma:

Capoeira Angola	Capoeira Regional
Original	Descaracterizada
Tradicional	Moderna
Jogo baixo	Jogo alto
Jogo lento	Jogo rápido
Recreativa e maliciosa	Agressiva e sem malícia
Envolta em religiosidade e misticismo	Secularizada, isenta de símbolos religiosos
Integrada à cultura negra	Expressão de dominação branca
Prática das camadas marginalizadas	Prática dos estratos médios e superiores

A proposta da capoeira chamada regional, elaborada pelo Mestre Bimba no início do século, continha algumas das características acima relacionadas; mas hoje, como apontam pesquisas sobre o tema, é difícil definir, com precisão, a capoeira como sendo Angola ou Regional; isto porque a capoeira é, na verdade, praticada com novas técnicas e treinamentos, e está sendo ensinada nas academias, em rodas abertas e seminários específicos.

Em Brasília, o jovem Mestre Onça disse: “a capoeira que se ensina, não é Angola nem Regional: a capoeira é uma só.”

Um artigo do antropólogo argentino Atepaudro Frigério intitulado “Capoeira: de Arte Negra a Esporte branco” (1989), procura estabelecer um

paralelo entre o desenvolvimento de dois setores da cultura negra no Brasil ao longo deste século: a capoeira e a religião.

Nesta análise, ele adota a teoria do “embranquecimento”, desenvolvida por Renato Ortiz (1978), para a interpretação do surgimento da umbanda a partir do candomblé tradicional.

É a partir daí, segundo ele, que o famoso Mestre Bimba cria a variante chamada “capoeira regional”, hoje praticada não só em todo o Brasil, mas, também, outros países.

Historicamente, a expressão “capoeira” tem designado, no Brasil, o malandro, o desordeiro, o que está mudando; mas, muitas pessoas ainda torcem o nariz quando alguém diz: “estou aprendendo capoeira”.

No século passado e início deste, os capoeiras tiveram seus feitos amplamente divulgados pela imprensa e pela literatura, embora tenham se tornado mais famosas as capoeiras do Rio de Janeiro, Recife, Salvador e São Paulo, que foram palco de algumas confusões aprontadas pelos capoeiristas.

Em 1890, a capoeira adquiriu *status* próprio entre os marginais e delinquentes, a ponto de ser mencionada em artigo no Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil - (decreto nº 487 de outubro de 1890 em seu Capítulo XIII - Dos Vadios e Capoeiras):

Art. 402. fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação de capoeiragem, andar em caveiras com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal. PENA: prisão celular de dois à seis meses.

Em uma das sessões da “Gazeta de Notícias”, Machado de Assis, sob o pseudônimo de Lélío, escreve uma crônica intitulada, “Balas de Estalo”, onde relata o temor provocado pelos capoeiras, com suas facas e navalhas, no Rio de Janeiro.

Lélío não se refere, necessariamente, ao praticante da capoeira; mas designa componentes de camadas subalternas da população do samba e das religiões afro-brasileiras.

Isto, talvez, porque constantes eram as arruaças em locais baianos como Estrada da Liberdade, Rua dos Capitães, Taboão, Cais Dourado e Cais do Porto: segundo Waldeloir Rego, o Cais Dourado, no fim do século passado, tornou-se famosíssimo pelo excesso de desordens e crimes, sobretudo por ser zona do meretrício, para onde convergiam, além dos capoeiras, marinheiros, soldados e delinquentes; era ponto de desafio entre os capoeiras do passado.

Como já dissemos, isto é passado. É história, na qual está inserida a participação de nossa raça e de nossos antepassados, no moderno jogo bonito; hoje, a capoeira, depois da natação, é considerado o esporte que mais movimenta as diversas partes do corpo, simultaneamente.

Rituais e mandingas

“Mandinga é isso, é sagacidade, é você poder bater no adversário, e não bater, é você mostrar que não bateu porque não quis”. (Mestre Curió).

Ao se referir às rodas de capoeira na primeira metade do século em Salvador, os velhos mestres destacam uma série de nomes famosos, que conheceram ou foram contemporâneos de seus Mestres.

Assim, aparecem os nomes de Traíra, Cobrinha Verde, Onça Preta, Piro, Nagô, Samuel Preto, Daniel Noronha, Geraldo Chapeleira, Mestre Bimba, Totonho de Maré, Juvenal, Canário Pardo, Aberrê, Lixino, Antonio Diabo, Bilusca, Cabelo Bom e outros tantos.

Por volta de 1940, a capoeira só era jogada aos domingos e, nas rodas mais tradicionais, nestes dias, alguns capoeiristas mais famosos faziam questão de se apresentar trazendo refinados ternos de linho branco, como era comum até meados do século.

Segundo mestre Paulo dos Anjos,

[...] seu Waldemar ia para a roda de capoeira vestido de linhos diagonal numa fazenda que não era qualquer um que vestia não. Chapéu Ramenzoni e sapato Clark; você que fosse jogar com ele e por descerto, sem querer, você encostasse seu pé sujo no linho diagonal do Waldemar... Não era nem louco de fazer isso...

“Capoeira que é bom não cai, e se um dia ele cai, cai bem” (letra da música “Berimbau”, de Vinícius de Moraes, cantada pela saudosa Elis Regina).

A capoeira nos anos 50

Historicamente, a capoeira sempre manteve postura de aversão às autoridades constituídas; isto porque a polícia representa a ordem contra a qual se insurge o universo da malandragem: os termos vadiação e malandragem ali, são usados no sentido pejorativo; por isso, a aversão à polícia, e à ordem constituída, estão presentes em diversas cantigas ainda hoje executadas nas rodas de capoeira.

Vamos quebrando coquinho
enquanto a polícia não vem
quando a polícia chegar
quebra a polícia também.

A marinha é de guerra
o exército é de campanha
o bombeiro apaga o fogo
a polícia é quem apanha.

Não estudei p´ra ser padre
nem também para ser doutor
estudei a capoeira
p´ra bater no inspetor (polícia)

A partir dos depoimentos, percebe-se que, em termos de estrutura ritual, a roda de capoeira mudou muito pouco ao longo dos últimos cinquenta anos; a estrutura ritual que envolve abertura, desenrolar e encerramento da roda, tem mantido seus aspectos fundamentais.

As alterações mais significativas têm ocorrido na execução dos toques de berimbau, nas cantigas, nos instrumentos utilizados e no jogo propriamente dito.

Como regra, os capoeiristas formam um círculo de, aproximadamente, 5m de diâmetro; no entorno da roda, destacam-se os instrumentos musicais: berimbaus, pandeiros e, ocasionalmente, agogô e reco-reco; os mestres mais antigos condenam o uso de atabaque, ou timbau; um velho mestre de Santo Amaro da Purificação, cidade próxima a Salvador, informa: “capoeira, antigamente, era dois pandeiros, dois berimbaus e um agogô. Hoje em dia é que tem timbau na capoeira.”

Isto porque o timbau na capoeira, por seu som alto, característico da percussão, esconde os outros instrumentos.

Retomando: no início desta apresentação, falamos das duas linhas de capoeira: a Angola e a Regional; mas, no decorrer da exposição, passamos algumas informações sobre como era o conceito que se tinha sobre a capoeira e seus praticantes; isto porque não é possível nos estendermos mais no assunto devido ao tempo disponível para tanto, embora seja necessário falar mais da capoeira, conforme hoje praticada.

Debatedoras: Gleice se referiu ao envolvimento positivo de seus familiares na prática da capoeira, lembrando que, nos primórdios, a capoeira era, ao mesmo tempo, um momento lúdico nas senzalas e um instrumento de defesa do escravo. Lembrou, também, que sua prática exige destreza e constante treinamento.

Eloísa acentuou que a capoeira, embora reprimida por muito tempo, constitui-se, hoje, no primeiro gesto de reconhecimento da cultura afrodescendente: uma forma de autoafirmação deste.

07 de novembro de 1998

Expositor: José Carlos de Moura

Debatedores: Joel Aguilar; Alomar Mendonça

No momento em que o mundo comemora os cinquenta anos da promulgação da Declaração dos Direitos Humanos, o NUCAB, em reunião anterior e com base em trabalho apresentado pela Profa. Ana Maria Souza Mendes, desenvolveu um seminário específico para examinar aquele documento, que pode ser considerado o marco das conquistas dos Direitos Humanos neste século.

No entanto, os avanços da Engenharia Genética impuseram, à humanidade, a necessidade de um documento mais amplo, que contemplasse não só os direitos humanos, mas, também, da constituição genética total do indivíduo - Genoma [(Gen (o) + (cromoss) oma)].

Assim, um comitê de especialistas governamentais foi convocado, em 1997, para conclusão de um projeto de declaração sobre o Genoma Humano, e examinou o esboço preliminar revisto, redigido pelo Comitê Internacional de Bioética.

Ao término de suas deliberações, em 25 de junho de 1997, o mencionado Comitê, no qual mais de oitenta Estados estiveram representados, traduziu, por consenso, o projeto de uma declaração universal do Genoma Humano e dos Direitos Humanos, que foi apresentada, para possível adoção, na 29ª sessão da conferência geral da UNESCO (de 21 de outubro a 12 de novembro de 1997).

A difusão deste novo documento, ainda em projeto, torna-se bastante oportuna, pois, além de abarcar os básicos “direitos humanos”, constantes da Declaração, trata, também, de aspectos éticos em relação à Engenharia Genética e seus múltiplos desdobramentos.

Com suporte no projeto do documento mencionado, e que é, a seguir, transcrito, foram feitas considerações a respeito das concretas possibilidades da clonagem e, de um modo geral, da Engenharia Genética.

Neste aspecto comentou-se recente entrevista do pesquisador brasileiro Dario Fiuza, do MIT (Época, 13/07/1998), que diz usar tecidos de feto para criar órgãos humanos e tratar de defeitos congênitos, através da engenharia de tecidos, utilizando técnicas ainda não muito difundidas, bem como da Constituição de um banco de órgãos e tecidos construídos em laboratório.

Na amplitude do tema, resulta a permanente preocupação com a ética nos procedimentos desta natureza, como, de resto, nos demais aspectos da vida humana.

Declaração universal do genoma humano e dos direitos humanos

Dignidade Humana e Genoma Humano:

Art. 1 - O genoma humano subjaz a unidade fundamental de todos os membros da família humana e também é o reconhecimento de sua dignidade e diversidade inerentes. No sentido simbólico, é a herança da humanidade.

Art. 2 - a) Todos têm o direito por sua dignidade e seus direitos humanos, independentemente de suas características genéticas. b) Essa dignidade faz com que seja imperativo não reduzir os indivíduos às suas características genéticas e respeitar sua singularidade e diversidade.

Art. 3 - O Genoma Humano que evolui por sua própria natureza, é sujeito a mutações. Ele contém potencialidades que são expressas de maneira diferente, segundo o ambiente natural e social de cada indivíduo, suas condições de vida, nutrição e educação.

Art. 4 - O Genoma Humano em seu estado natural não deve dar lugar a ganhos financeiros.

Direitos das Pessoas Envolvidas:

Art. 5 - a) Pesquisas, tratamentos ou diagnósticos que afetem o Genoma de um indivíduo, devem ser empreendidas apenas após a rigorosa avaliação prévia dos potenciais riscos e benefícios a serem incorridos, em conformidade com quaisquer outras exigências da legislação nacional. b) Em todos os casos, é obrigatório o consentimento prévio, livre e informado da pessoa envolvida. Se esta não se encontrar em condições de consentir, o consentimento ou autorização deve ser obtido na maneira prevista pela lei, orientada pelos melhores interesses da pessoa. c) Será respeitado o direito de cada indivíduo ser ou não informado dos resultados de seus exames genéticos e das consequências resultantes. No caso de pesquisas, os protocolos serão, além disso, submetidos a uma revisão prévia em conformidade com padrões ou diretrizes nacionais e internacionais relevantes relativos a pesquisas. Se, de acordo com a lei, uma pessoa não tiver a capacidade de consentir, as pesquisas relativas a seu Genoma só poderão ser empreendidas com vistas a beneficiar diretamente sua própria saúde, sujeitas à alteração e às condições protetoras descritas pela lei. As pesquisas que não previrem um benefício direto à saúde, somente poderão ser empreendidas a título de exceção, com restrições máximas, expondo a pessoa apenas a riscos e ônus mínimos. E se as pesquisas visarem contribuir para o benefício da saúde de outras pessoas que se enquadram na mesma categoria de idade, ou que tenham as mesmas condições genéticas, sujeitas às condições previstas em lei, e desde que tais pesquisas sejam compatíveis com a proteção dos direitos humanos do indivíduo.

Art. 6 - Ninguém será sujeito a discriminação baseada em características genéticas que vise infringir ou exerça o efeito de infringir os direitos humanos, as liberdades fundamentais ou a dignidade humana.

Art. 7 - Quaisquer dados genéticos associados a uma pessoa identificável e armazenados ou processados para fins de pesquisa ou para qualquer outra finalidade, devem ser mantidos em sigilo, nas condições previstas em lei.

Art. 8 - Todo indivíduo terá o direito, segundo a lei internacional e nacional, a justa reparação por danos sofridos em consequência direta e determinante de uma intervenção que tenha afetado seu Genoma.

Art. 9 - Com o objetivo de proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais, as limitações aos princípios do consentimento

e sigilo só poderão ser prescritas por lei, por razões de força maior, dentro dos limites da legislação pública internacional e da Lei Internacional dos Direitos Humanos.

Pesquisa com genoma humano

Art. 10 - Nenhuma pesquisa ou aplicação de pesquisas relativas ao genoma humano, em especial no campo da biologia, genética e medicina, deve prevalecer sobre o respeito aos direitos humanos, às liberdades fundamentais e à dignidade humana dos indivíduos ou, quando for o caso, de grupos de pessoas.

Art. 11 - Não serão permitidas práticas contrárias à dignidade humana, tais como a clonagem reprodutiva de seres humanos. Os Estados e as organizações internacionais competentes são convidados a operar na identificação de tais práticas e a determinar, nos níveis nacional ou internacional, as medidas apropriadas a serem tomadas para assegurar o respeito pelos princípios expostos nesta Declaração.

Art. 12 - a) Os benefícios decorrentes dos avanços em biologia, genética e medicina, relativos ao Genoma Humano, deverão ser colocados à disposição de todos, com a devida atenção para a dignidade e os direitos humanos de cada indivíduo. B) A liberdade de pesquisa, que é necessária para o progresso do conhecimento, faz parte da liberdade de pensamento. As aplicações das pesquisas com o Genoma Humano, incluindo aquelas em biologia, genética e medicina, buscarão aliviar o sofrimento e melhorar a saúde dos indivíduos e da humanidade como um todo.

Condições para o exercício da atividade científica:

Art. 13 - As responsabilidades inerentes às atividades dos pesquisadores, incluindo o cuidado, a cautela, honestidade intelectual e a integridade na realização de suas pesquisas e também na apresentação e na utilização de suas descobertas, devem ser objetos de atenção especial no quadro de pesquisas com o Genoma Humano, devido a suas implicações éticas e sociais. Os responsáveis pelas políticas científicas, em âmbito público e privado, também incorrem em responsabilidades especiais a esse respeito.

Art. 14 - Os Estados devem tomar medidas apropriadas para fomentar as condições intelectuais e materiais favoráveis à liberdade na realização de pesquisas sobre o Genoma Humano e para levar em conta as implicações éticas, sociais, legais e econômicas de tais pesquisas, com base no princípio exposto nesta Declaração.

Art. 15 - Os Estados devem tomar as medidas necessárias para prover estruturas para o livre exercício das pesquisas com o Genoma Humano, levando devidamente em conta os princípios expostos nesta Declaração, para salvaguardar o respeito aos direitos humanos, às liberdades fundamentais e à dignidade humana, e para proteger a saúde pública. Eles devem buscar assegurar que os resultados das pesquisas não sejam utilizados para fins não pacíficos.

Art. 16 - Os Estados reconhecem a importância de promover, nos diversos níveis apropriados, a criação de comitês de ética independentes, multidisciplinares e pluralistas, para avaliar as questões éticas, legais e sociais levantadas para as pesquisas com o Genoma Humano e as aplicações das mesmas.

Solidariedade e cooperação internacional:

Art. 17 - Os Estados tem o dever de respeitar e promover a prática de solidariedade com os indivíduos, as famílias e os grupos populacionais que são particularmente vulneráveis a serem afetados por doenças ou deficiências de caráter genético. Eles devem fomentar pesquisas "*inter alia*" sobre a identificação, prevenção e tratamento de doenças de fundo genético e de influência genética, em particular as doenças raras e as endêmicas, que afetam grande parte da população mundial.

Art. 18 - Os Estados devem envidar todos os esforços, levando devidamente em conta os princípios expostos nesta Declaração, para continuar fomentando a disseminação internacional do conhecimento científico relativo ao Genoma Humano, a diversidade humana e as

pesquisas genéticas e, a esse respeito, para fomentar a cooperação científica e cultural, especialmente entre os países industrializados e os países em desenvolvimento.

Art. 19 – a) No quadro da cooperação internacional com os países em desenvolvimento, os Estados devem procurar encorajar: 1. que seja garantida a avaliação dos riscos e benefícios das pesquisas com o Genoma Humano, e que sejam impedidos os abusos; 2. que seja desenvolvida e fortalecida a capacidade dos países em desenvolvimento de promover pesquisas biológicas e de genética humana, levando em consideração os problemas específicos desses países. 3. que os países em desenvolvimento possam se beneficiar das conquistas da pesquisa científica e tecnológica, para que sua utilização em favor do progresso econômico e social possa ser feita de modo a beneficiar a todos; 4. que seja promovido o livre intercâmbio de conhecimentos e informações científicas nas áreas de biologia, genética e medicina.

b) As organizações internacionais relevantes devem apoiar e promover as medidas tomadas pelos Estados para as finalidades acima mencionadas.

Promoção dos princípios expostos na Declaração:

Art. 20 - Os Estados devem tomar medidas apropriadas para promover os princípios expostos nesta Declaração, por meios educativos e relevantes, inclusive *“inter alia”*, por meio de realização de pesquisas e treinamento em campos interdisciplinares e da promoção da educação em bioética, em todos os níveis, dirigidas em especial aos responsáveis pelas políticas científicas.

Art. 21 - Os Estados devem tomar medidas apropriadas para encorajar outras formas de pesquisa, treinamento e disseminação de informações, meios estes que conduzam à conscientização da sociedade e de todos os seus membros quanto a sua responsabilidade com relação às questões fundamentais relacionadas à defesa da dignidade humana, que possam ser levantadas pelas pesquisas em biologia, genética e medicina e as aplicações dessas pesquisas. Também devem se propor a facilitar a discussão internacional aberta desse tema, assegurando a livre expressão das diversas opiniões socioculturais, religiosas e filosóficas.

Implementação da Declaração:

Art. 22 - Os Estados devem envidar todos os esforços para promover os princípios expostos nesta Declaração e devem promover sua implementação por meio de todas as medidas apropriadas.

Art. 23 - Os Estados devem tomar as medidas apropriadas para promover, por meio da educação, da formação e da disseminação da informação, o respeito pelos princípios acima mencionados e para fomentar seu conhecimento e sua aplicação efetiva. Os Estados também devem incentivar o intercâmbio e as redes entre comitês independentes, à medida que forem criados, com vistas a fomentar uma cooperação integral entre eles.

Art. 24 - O Comitê Internacional de Bioética da UNESCO deve contribuir para a disseminação dos princípios expostos nesta Declaração, e para fomentar o estudo detalhado das questões levantadas para suas aplicações e pela evolução das tecnologias em questão. Deve organizar consultas apropriadas com as partes envolvidas, tais como os grupos vulneráveis. Deve fazer recomendações, de acordo com os procedimentos estatutários da UNESCO, dirigidas a Conferência Geral, conselhos relativos à implementação desta Declaração, relativo especialmente à identificação de práticas que possam ser contrárias à dignidade humana, tais como intervenção nas células germinativas.

Art. 25 - Nada do que está contido nesta Declaração pode ser interpretado como uma possível justificativa para que qualquer Estado, grupo ou pessoa se engajem em qualquer atividade ou realize qualquer ato contrário aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, incluindo *“inter alia”*, os princípios expostos nesta Declaração. (Disponível em: http://www.ghente.org/doc_juridicos/dechumana.htm)

12 de junho de 1999

Expositor: Ademir Barros dos Santos

Debatedores: Marilda Aparecida Correa; Ruy Silva Santos

O presente estudo enfocará a visão religiosa de matriz africana conforme praticada no Brasil, comparando-a às demais visões sobre o tema e tendo, como fator de comparação, as religiões de maior difusão ocidental.

Justifica-se tal abordagem à vista dos incessantes discursos que demonizam aquela religiosidade, discursos estes já nascidos há mais de quinhentos anos e adotados, inclusive, como justificativa para a dominação europeia sobre a África, a partir do século XVI; mas que, no longo prazo, ainda produzem efeito.

Como segundo objetivo, também busca, o presente estudo, propor a apresentação desta religiosidade ao largo de qualquer proselitismo ou crítica viciada, com o que pretende possibilitar sua apresentação às mais diversas plateias, quer vinculadas ou não a qualquer credo, sem que, nelas, cause infundadas repulsas.

Para tanto, parte da abordagem etimológica de alguns termos aplicados a esta religiosidade, mas que, consistentemente, têm sido distorcidos; então prossegue, abordando os mitos de criação gregos, comumente considerados como fundadores da filosofia ocidental e, na esteira, traz os mesmos mitos conforme se apresentam para judeus e cristãos, para que, ao se comparar tais entendimentos com seu similar africano, os confrontos em que se assentam os discursos abordados restem enfraquecidos.

No momento seguinte apresenta, também comparativamente, as estruturas teológicas adotadas pelas religiões reveladas e por aquelas que creem na reencarnação, enfatizando as similaridades que estas estruturas trazem com a visão religiosa africana.

Desta comparação e por imprescindível, parte para as particularidades que a matriz africana traz como próprias, e que lhe concedem singularidade.

Prosseguindo a análise, aborda a reformatação que esta religiosidade sofreu por adaptação, quando transposta para a margem oposta do Atlântico, onde se recompôs e se diversifica, dinâmica e constantemente, sem perder, contudo, a raiz da qual se nutre.

Isto posto e iniciando a abordagem, vamos à etimologia, conforme exposto.

Etimologias

Candomblé, segundo Nei Lopes aponta em seu Novo dicionário banto do Brasil, p. 70, e dentre outras possíveis definições, eis a origem do verbete “candomblé”:

Tradição religiosa de culto aos orixás jeje-nagôs. Celebração, festa desta tradição, xirê. Comunidade-terreiro, onde se realizam essas festas – De origem banta, mas de étimo controverso. Para A. G. Cunha é híbrido de candombe mais o iorubá ilê, casa [...].

Neste ponto, é importante notar que o dicionarista atesta o étimo controverso e, mais adiante, o híbrido de candombe mais o jêje-nagô ilê, casa; no mesmo dicionário, o verbete candombe está assim definido: “Batuque, dança de negros [...]”.

Portanto, ao se aceitar tais definições, candomblé pode ser entendido como “casa de batuque, de dança de negros”, não trazendo, originalmente, nenhuma conotação religiosa; porém, como a celebração sagrada de matriz africana se processa entre cantos e danças que, afinal, são o formato original das rezas, que buscam, sobretudo, exaltar o orixá, estas festas, certamente, confundiam os senhores de engenho, que as viam, apenas, como diversão.

Se assim é, parece possível que a palavra candomblé, se formada por candombe, - festa, em bantu; mais ilê - local de convivência, casa, em yorubá -, ateste o surgimento, na diáspora, de novo idioma de base africana, resultante da mistura de falares trazidos da terra-mãe para a vala comum da senzala, a gerar novo formato cultural, mesmo mantendo as raízes originais.

Decorre daí tornar-se compreensível que este falar, ao ser utilizado pelos africanos para pedir ao senhor de engenho autorização para realizar um *candombe* no *ilê*, tenha repercutido, no sotaque português, como *candombe ilê*, dando origem ao verbete candomblé, no sentido atualmente utilizado.

- Babalaô ou babalorixá: embora, no Brasil, o termo babalaô se apresente como corruptela de babalorixá, para a religião original de matriz jeje-nagô apontam, eles, para funções e cargos diferentes; a confusão, no Brasil, provavelmente acontece porque, por aqui, as mesmas funções são, constantemente, exercidas pela mesma pessoa. Comumente, o sacerdote.

No entanto, babalaô é função daquele que conhece os oráculos e, pela interpretação destes, pode determinar as tendências de futuro do consulente, assim como recomendar-lhe oferendas, apontar-lhe a filiação sagrada e as funções e cargos rituais que lhe são destinados, quando os há.

Já babalorixá é o cargo do sacerdote religioso, a quem cabe zelar pela harmonia entre fiéis e orixá, bem como pelo bom funcionamento da comunidade que comanda, além de materializar o que, pelo oráculo, for recomendado.

- Pai e mãe de santo: embora de larga utilização no Brasil, tais termos não transportaram, para cá, o sentido africano que, de fato, têm.

Isto porque, na África ocidental, de onde as religiões de matriz africana foram transportadas para o Brasil, as funções sociais dos pais e mães diferem daquelas ocidentalmente adotadas; o que, talvez, tenha causado a confusão.

Explico: em yorubá, “pai” é “baba”; mas, ao pai africano, cabem as funções de prover e zelar por sua prole, bem como promover e manter a harmonia nesta e desta com a comunidade em geral; quanto à mãe, “yá”, que goza de relativa independência, tem, como principal função social, o dever de cuidar de todas as crianças, indistintamente; isto é: todas as crianças do grupo são vistas como filhos de todas as mães.

Como, na diáspora, as relações de parentesco são reformuladas a partir do ritual de iniciação, como se este promovesse o renascimento do iniciado que, a partir de então, passa a fazer parte de nova família ritualmente sacralizada, o correto seria considerar este “pai” ou “mãe” de santo, como “pai” ou “mãe” no santo, ou seja: como ancestrais na religião, onde o iniciado adquire novos irmãos, ritualmente mais novos e mais velhos, conforme o tempo contado a partir da filiação individual ao sacerdote comum.

Note-se que esta nova família se estende para fora da comunidade local, e o iniciando passa a fazer parte, também, da linhagem sacralizada de seu sacerdote, sendo considerado, por exemplo, neto dos pais religiosos deste, e assim por diante.

Mitos de criação

Ultrapassada a abordagem etimológica, é tempo de focar, embora muito sucintamente, a similaridade entre os diversos mitos de criação a seguir analisados. Ei-los.

- Gregos: presume-se que foi Hesíodo quem reuniu, em seu poema Teogonia, os mitos de seu tempo, de onde se extrai a base da religião grega; segundo ela, existiriam, primordialmente, Gaia, a terra, convivendo com Tártaro, a escuridão primeva, e Eros, a atração amorosa; deles, foram gerados Hemera, o dia, Nix, a noite, Urano, o céu, e Ponto, a água primordial.

A seguir, descendendo de Urano e Gaia, surgem os Titãs, Titânides, Cíclopes e outros seres; o titã Chronos, vencendo Urano, toma seu lugar; mas, termina vencido pelo próprio filho, Zeus, que o destrona e se torna o mais poderoso dos deuses, pai de todos os homens, além de senhor das chuvas, raios e tempestades.

Zeus, representando o Céu, casa-se com Hera, representante da Terra, provocando, assim, a união entre os dois universos.

- Judeus e cristãos: segundo o primeiro livro bíblico, Gênesis, Deus criou Adão do barro e deu-lhe vida. A seguir, deu-lhe Eva, a mulher com a qual veio a ter três filhos: Caim, Abel e Set.

Caim, matando Abel, foi amaldiçoado e banido da família; na descendência de Set vieram Abraão, Isaque e Jacob/Israel, patriarcas dos israelitas e fundadores do judaísmo, de onde, há mais de dois mil anos, provém o cristianismo.

Africanos

A África, ao norte do Saara, foi totalmente dominada pelos muçulmanos por volta de 700 d.C.; mas, ao sul do deserto, permaneceram vivas as religiões nativas, amalgamadas ou não ao islamismo, dentre as quais as praticadas na costa atlântica da África, entre o entorno do Golfo da Guiné e Angola, de onde provêm, nas Américas, as manifestações religiosas de matriz africana.

Nesta teogonia, segundo algumas fontes, a interpretação de base iorubana conta que Olodumaré, o Senhor Supremo do Destino, encarregou a Odudwa a criação universal; este uniu-se a Olokun, gerando três filhos: Ogum, Ishedale e Okanbi; a descendência de Ogum não sobreviveu; já da princesa Ishedale, nasceram as deusas conhecidas como Ayabá e, de Okanbi, os reis e heróis deificados, dos quais alguns vieram a ser conhecidos, no Brasil, como deuses/orixá.

Neste ponto, é salutar compreender o significado dos nomes citados:

Olodumaré	OLO = senhor; ODU = destino; MARÉ = supremo	Senhor supremo do destino
Odudwa	ODU = fonte, destino; DA = gerador; IWÁ = vida	Fonte geradora da vida
Olokun	OLÓ = senhora; OKUN = mar	Senhora do mar

Portanto, dizem os iorubanos que o Senhor Supremo do Destino encarregou, à Fonte Geradora da vida, a criação da humanidade; esta, unindo-se à Senhora do Mar, gerou três filhos, dos quais um não produziu descendência; de outro, surgiram as yabá; do terceiro, os orixá.

Similaridades

Conforme se verá a seguir, tais mitos trazem, entre si, diversos pontos comuns, posto que, comparando-se o mito iorubano ao grego, onde Eros uniu Urano e Gaia, da mesma forma agiu Olodumaré quanto a Odudwa e Olokun; se, para os gregos, Zeus tornou-se pai da humanidade, assim também Okanbi, para os yorubá;

Já à luz da fé judaico-cristã, é possível vislumbrar, em Odudwa e Olokun, mesmo que exigindo algum esforço, os mesmos Adão e Eva, também casal com três filhos; deste casal, Caim e Set têm descendência, assim como Ishedale e Okanbi, para a matriz africana; para além, em ambas as crenças, o ser humano foi criado a partir do barro.

Há, ainda, fontes que identificam, em Odudwa, o mesmo conquistador caldeu Nimrod, primo de Abraão e neto de Cam, cujos filhos, amaldiçoados, passaram a viver na África, segundo a tradição cristã.

Segundo esta vertente, teria sido Nimrod designado por Olodumaré para lhes levar a remissão, fato que dataria, aproximadamente, de 1850 a. C., mesma época em que Abraão, provavelmente, deixou Ur para tornar-se o primeiro patriarca dos israelitas.

Reforce-se que Abraão, em suas andanças, esteve no Egito que, como se sabe, fica na África, e se constituiu na mais poderosa civilização de seu tempo.

Quanto a Nimrod, é citado, na Bíblia, como o “primeiro homem poderoso sobre a Terra”: é fundador de Babel, futura capital da Babilônia, onde se elevou a famosa torre que teria dado origem aos diversos idiomas; também o é de Nínive, na região fenícia, além de outras cidades que se tornaram importantes à sua época.

Estruturas teológicas

Há ainda, entre as crenças aqui abordadas, identificações na forma de entender a interação entre o divino e o mundano que, mesmo divergindo na interpretação, não divergem na essência, conforme é possível demonstrar.

Religiões reveladas

Religiões que, baseadas em livros que, creem, foram outorgados diretamente pelo poder divino; entendem que o maravilhoso pode ser subdividido em quatro níveis:

- Criador: autor de tudo e ao qual tudo, ao final dos tempos, convergirá;

- Corte divina: composta por seres criados diretamente como espírito, energia;
- Santificados: essências espirituais daqueles que atingiram purificação tal que se aproximam da corte divina, servindo como exemplos para a humanidade;
- Natureza: matéria; onde a humanidade está.

Neste entendimento, o esforço humano é imprescindível para autodisciplinar-se, o que permite, ao fiel, atingir nível de purificação tal que o autoriza a tornar-se santo e, ao final dos tempos, aproximar-se do Criador e desfrutar da Graça e da Vida Eternas.

Esquemáticamente, é o que se apresenta, a seguir:

Religiões reveladas



* nem todas as religiões reveladas crêem nesta santificação antes do Julgamento Final

Fonte: esquema elaborado pelo autor.

Outras religiões

Outros entendimentos, dos quais partilham, por exemplo, o hinduísmo e o kardecismo, creem que o destino inescapável da Criação é purificar-se.

Em outras palavras: é destino humano, cuja essência, na maioria das interpretações, evoluiu de forças menores de criação - passando, inclusive, pelo estágio de não vida - depurar-se, purificando-se até tornar possível sua reintegração ou convivência com a divindade criadora.

Nesta visão, o ser humano reencarna seguidas vezes, aprendendo quando não matéria, e sendo testado quando rematerializado.

Se, nesta fase, ultrapassar as mazelas que a vida lhe apresenta, poderá ascender ao estágio de “espírito iluminado”, servindo como orientador e exemplo a quem ainda se encontre em estágio inferior; caso contrário, sua alma/espírito/essência será liberada para novo aprendizado em plano espiritual, retornando, posteriormente, para nova “prova”, em ciclo que só termina quando a evolução é atingida.

Em algumas concepções deste modelo – o hinduísmo, por exemplo – o retorno pode ser em forma inferior de evolução, visto que esta acontece como teste, não como prêmio; em outras – o kardecismo entre elas – o retorno não será, nunca, em nível inferior, já que o teste, neste nível, já foi ultrapassado.

Para melhor visualização e para fins de comparação, eis o seguinte esquema:



- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none">- para os kardecistas, o retorno é sempre em forma humana;- para os hinduístas, é possível o retorno em formas inferiores de vida. |
|---|

Fonte: esquema elaborado pelo autor.

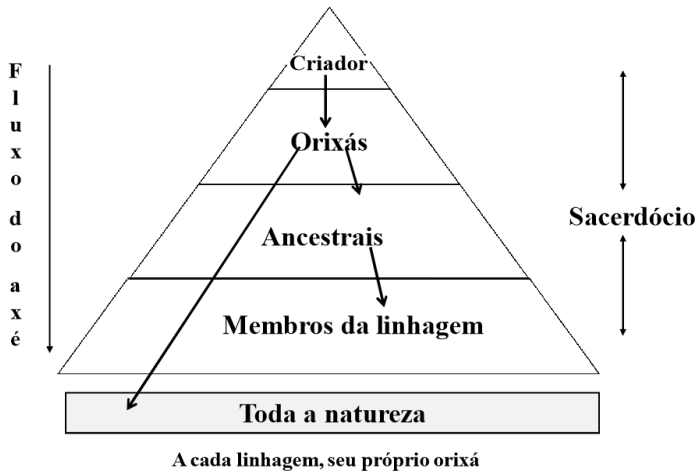
A matriz africana

Para esta matriz, não há testes nem purificações ou qualquer prática similar, já que nem o pecado, nem os demônios, fazem parte desta teologia.

Portanto, não há mérito ou pena decorrentes da ação humana; o que há é a indissolubilidade e interdependência plena da criação inteira: o ser humano é, também, essência da criação, assim como todo o universo.

Mas, é resultado de tudo o que seus ancestrais – a quem, até por isto, deve reverência ilimitada – fizeram, o que lhe impõe a obrigação, entre outras, de produzir prole e transmitir cultura, até como honra àqueles que, na origem, descendem de seus deuses, os orixá.

Como esquema, eis o que se apresenta:



Fonte: esquema elaborado pelo autor.

Convergências e divergências

Conforme visto, há similaridades mitológicas suficientes entre as diversas crenças aqui abordadas para que o conhecimento delas evite qualquer estranhamento não devidamente embasado.

Isto porque todas se subdividem, hierarquicamente, em quatro níveis, e todas buscam a aproximação da divindade, mesmo que por meios diversos.

Como decorrência, é de se crer que o conhecimento das diferenças não sustenta intolerâncias, o que é tão comum entre elas; isto, até porque, na matriz africana, a tolerância inter-religiosa é marca indelével, que permanece incólume, por filosofia, mesmo quando ofendida.

Oferendas

De forte enfrentamento pelas religiões oriundas de outra fonte, as oferendas rituais de matriz africana, no entanto, mantêm diversos pontos de contato com as daquelas que a contestam; mas que, no extremo, apenas a desconhecem e condenam.

Como exemplo: a oferta de animais aos orixá encontra imprevisto paralelo na própria Bíblia, em que se apoiam seus principais enfrentadores: confirmando esta afirmação está Levítico, especialmente os cap. 1 a 14, onde estão, claras, as prescrições sobre o tema, passadas aos judeus pelo próprio Jeová, via Moisés, o condutor deste povo e codificador da religião por eles praticada.

Se se atentar que o livro mencionado engloba as determinações sagradas destinadas aos levitas – ou seja: aos sacerdotes por descendentes de Levi, como o foram o próprio Moisés e seu irmão Arão, decano deles – é à luz da própria Bíblia que tais enfrentamentos não se sustentam.

Haverá quem afirme, com certa dose de razão, que o cristianismo recodifica o judaísmo; com isto as oferendas, no formato em que são praticadas pela africanidade, não fazem mais sentido.

No entanto é preciso lembrar, neste ponto, que Cristo era judeu, e que na festa da Páscoa em que condenou os vendilhões do Templo, executou o comércio, não as oferendas, já que estas fazem parte da lei judaica.

Os renitentes prosseguirão, desconhecendo, por exemplo, que o judaísmo, ainda na atualidade, preserva a oferenda de animais, que só podem ser abatidos por seus sacrificadores rituais – os *shochet* – que obedecem a regras rígidas de abate, quer para a preparação de alimentos *kasher*, quer para a oferenda de seu final de ano.

Isto, sem adentrar a substituição de Isaque pelo carneiro, fato que a Bíblia relata em Gênesis: 22, de onde o termo *Agnus Dei* aplicado ao Cristo.

Portanto, há que se compreender que as oferendas, em todas as religiões, representam, apenas, o “dar de si”, ou seja: a entrega, ao provedor divino, de parte do que se obteve, como sinal de agradecimento e submissão ao ser superior que proporcionou a aquisição dos bens ao ofertante.

É neste sentido que é salutar a lembrança de que a África inteira, desde o período pré-colonial, assim como grande parte dos demais povos do mundo, vivia da pecuária, agricultura e do que extraía da natureza, e que grande parte dos povos locais ainda têm, nesta extração e na atividade pecuária, sua fonte de riqueza e subsistência.

Evidentemente, as coisas, para os africanos, mudaram na diáspora, e a criação de gado, qualquer que seja, tornou-se proibitiva, até pela inexistência de propriedades africanas durante o período da escravização, o que se agravou com a colonização integral imposta ao continente de origem, em 1885.

Aliando-se a esta dificuldade, à introdução da moeda e à expansão do ambiente urbano, as oferendas das demais religiões passaram a ser representadas por dinheiro, especialmente na forma de dízimo; o que não foi acompanhado pela matriz africana, que adquire os animais para oferenda, mantendo a tradição.

A Crença

Afinal, em que o candomblé confia? É magia, e se dispõe a mudar destinos através de sortilégios, conforme é de larga crença entre não adeptos?

Não! Para a matriz africana, conforme acima visto, o mundo foi criado por Olodumaré que, para alguns autores e para a maioria de seus adeptos, pode ser identificado com o Jeová dos judeus, o deus dos exércitos.

Entretanto Jeová, enquanto deus judeu e conforme se apresenta na Bíblia, selecionou um povo entre toda a criação; somente após o advento de Jesus, que estende aos gentios e pela parábola do Bom Samaritano a possível adesão à crença judaica e à salvação divina, deixa Ele de ser deus exclusivo, e passa a Deus de toda a humanidade.

Já a africanidade não atribui a Olodumaré a seleção de um povo entre todos, posto que o considera como deus de toda a criação; ao contrário: segundo o candomblé, ele concedeu sua energia à totalidade da criação que, em linhas gerais, é gerida e distribuída pelos orixá, compondo, estes, o panteão de divindades cultuadas.

Portanto, os orixá são entendidos como sujeitos a Olodumaré, que não interfere diretamente na criação, nem exige culto de qualquer espécie. Isto porque a gerência da natureza, conforme já abordado, cabe aos orixá, almas da criação, que “habitam” nos ambientes que lhes são dedicados.

Por outro ângulo: aos orixá é concedida a energia da natureza, que eles comandam a favor da criação; quanto à humanidade, segundo a fé africana, subdivide-se em grupos com maior aproximação a alguns dos orixá, de quem são considerados filhos, descendentes por linhagem ou afinidade.

Assim sendo, à prática religiosa cabe harmonizar o filho com a energia de seu orixá, bem como com as demais que podem, com ela, interagir.

Portanto, o objetivo final da religião de matriz africana nada mais é que a busca da harmonia entre a humanidade, os indivíduos e a natureza, tudo comandado e submetido à ação dos orixá. Apenas isto.

Mas, de tal forma que, compreendendo esta matriz que a energia emanada de Olodumaré pode se apresentar em múltiplas formas, admite ela a existência de múltiplos orixá, inclusive desconhecidos, que podem receber rituais diversos daqueles que, comumente, pratica.

Daí a total inexistência de qualquer proselitismo e a convivência, sempre harmônica quando de sua parte, com qualquer outra crença, que é vista, apenas, como manifestação diversa da mesma filosofia.

Conclusão

A religiosidade de matriz africana praticada neste lado do Atlântico, até por força da mobilidade forçada por conta do processo escravista, difere daquela originalmente praticada na costa atlântica da África, embora mantenha as mesmas raízes filosóficas.

Isto porque, para cá, vieram mais de duzentas etnias, trazendo, consigo, os próprios rituais e os próprios orixá; mas, foram todos, em maior ou menor número, atirados à mesma senzala, onde tiveram que conviver, amalgamando crenças e costumes.

Por outro lado, é de se supor que não devia ser fato comum encontrar-se, na mesma senzala, sacerdotes conhecedores dos diferentes rituais que as diferentes etnias traziam consigo, além da inexistência de materiais necessários aos rituais, conforme praticados na África.

Portanto, as adaptações se tornaram imprescindíveis, sendo algumas delas necessariamente cozidas nas senzalas e temperadas por europeus com especiarias indígenas, compondo, assim, o gosto típico que, na atualidade, tornou-se inseparável para a compreensão da cultura brasileira.

Daí que a finalidade principal deste estudo é aguçar o interesse pela matriz cultural africana, especialmente quanto à sua religiosidade, que serviu como transporte, guardiã e mantenedora desta cultura, posto que a permeia e baliza, indelével e inseparavelmente, assim como nela se assenta parte importante da cultura americana.

Se atingida esta finalidade, o desenrolar deste estudo já terá valido a pena.

Comunidade negra no Cafundó

05 de julho de 1999

Expositor: Air Sudário da Silva

Debatedores: Eliégine Miranda da S. Mendes; Hertz de J. Moura

Breve histórico

O Cafundó é um bairro rural considerado antigo quilombo, a 12 km da cidade de Salto de Pirapora, distante 30 km de Sorocaba e a 150 km de São Paulo.

Sua população é predominantemente negra, composta por duas parentelas: Almeida Caetano e Pires Pedroso. Alguns de seus moradores detêm o título de proprietário legal dos oito alqueires restantes dos trinta e cinco alqueires originais do Cafundó.

Conforme informação dos moradores, as terras foram doadas a duas escravas ancestrais, pouco antes da abolição, em 1888; a doação foi feita a duas irmãs: Efigênia e Antônia, que estão nas origens das parentelas.

A especulação imobiliária e a ambição dos fazendeiros circunvizinhos, aliadas à falta de documentação legal, permitiram que estes se apoderassem das terras, diminuindo consideravelmente a dimensão destas para, apenas, oito alqueires.

Como característica local, alguns de seus moradores se comunicam por um dialeto africano.

A comunidade Cafundó tem, como tradição, práticas da cultura afro-brasileira, sendo reconhecida como patrimônio cultural brasileiro; dessa forma, por volta de 1978, muita gente, entre artistas, pesquisadores, antropólogos e mídia descobriram a comunidade, e tem-se utilizado dela como interesse científico e matéria de divulgação pelos veículos de comunicação.

Com vistas a reconhecer a propriedade definitiva das terras ocupadas pela comunidade, o Instituto de Terras do Estado de São Paulo vem atuando, ali.

Atuação da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social

A Divisão Regional de Assistência e Desenvolvimento Social, através do programa “Família - complementando a renda”, está ali atuando desde agosto de 1998, com quatro famílias, através da educação comunitária, tentando costurar os interesses da população na criação de espaços e oportunidades.

Composição dos grupos familiares

Visando conhecer a realidade para melhor atuar, foi realizado um levantamento *in loco*, onde se constatou que residem, no bairro, 14 famílias compostas por 79 pessoas, sendo 34 do sexo masculino e 45 do sexo feminino.

Idade	Sexo		Total
	Feminino	Masculino	
0 – 6	10	10	20
7 -12	8	4	12
13 – 18	8	5	13
Entre 18 e 60	18	12	20
Acima de 60	1	3	4
Total	45	34	79

A profissão da maioria das pessoas é a agricultura, ocupando-se com as atividades de chacareiro ou boia-fria fora do bairro: poucas famílias plantam o seu pomar; quase todas criam galinhas soltas, perdendo seus ovos; uma ou duas, tem vacas.

Outras ocupações: 13 homens são padeiros; as mulheres são empregadas domésticas, costureiras, benzedeiras; observou-se que seis desempregadas são analfabetas.

Por outro lado, constatou-se que mais de 50% dos habitantes são crianças e jovens, e que estão todos frequentando a escola fundamental; alguns cursam o ensino médio mas, quando chove e faz frio, as crianças e adolescentes deixam de comparecer às aulas.

As condições das habitações são muito precárias: quase todas as moradias são consideradas barracos de barro; apenas quatro moradias são de tijolos, possuem ventilação e iluminação necessárias; as restantes, são insalubres.

A maioria das famílias está em grau elevado de miserabilidade, pela falta de salubridade e das mínimas condições de higiene e saúde pública; observa-se, também, a alimentação precária, além da falta de atividades de lazer para os adolescentes, jovens e idosos; falta encaminhamento de deficientes para um tratamento especializado, etc.

Os recursos utilizados pela população do Cafundó, como Centro de Saúde e escola, ficam em Salto de Pirapora; falta condução própria para transportar os recursos necessários.

As famílias estão divididas em dois grupos religiosos: os negros mais velhos fazem parte do ritual do Candomblé, enquanto outras famílias

frequentam a igreja evangélica Cristã do Brasil, dificultando a união das mesmas.

Intervenção da secretaria

A Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social repassa R\$. 2.160,00 por mês para as famílias atendidas, com proposta de utilização desses recursos priorizando as necessidades básicas e melhorias das condições de moradia cedida, para aquisição de camas, colchões, caixas d'água, construção de galinheiro, paiol, cerca para horta, artesanatos, etc.

A metodologia de intervenção utilizada pelos técnicos desta divisão, é de reuniões quinzenais com as famílias integrantes do projeto, para discussão de seus problemas cotidianos; buscando parcerias com a Prefeitura de Salto de Pirapora para agricultura, saúde e educação através de ação comunitária, busca-se resgatar a cidadania dos moradores, na tentativa de organizá-los para implementar uma associação capaz de captar recursos e lutar por seus direitos, preservando suas raízes culturais.

Relatório

Foi apresentado um relatório avaliativo do projeto “complementando a renda” sobre a comunidade do Cafundó, particularizando situações relacionadas à aplicação dos subsídios, ao cumprimento de metas e à participação no programa.

Os subsídios concedidos no segundo semestre foram na ordem de R\$. 2.160,00 mensais: as famílias receberam os subsídios conforme o número de pessoas que cada uma possui, com propostas de utilização dos recursos priorizando as necessidades básicas de melhoria das condições de moradia, para aquisição de camas, colchões, caixas d'água, construção de galinheiro, paiol, cerca para horta, artesanato, etc.

Uma das condições para receber o subsídio, foi a participação nas reuniões socioeducativas realizadas na comunidade a cada quinze dias, dentro da metodologia de intervenção utilizada pelos técnicos, o que inclui a discussão de problemas do cotidiano com dinâmicas de grupo, abordando temas socioeducativos levantados no grupo durante discussões sobre planejamento participativo. Receberam foco os seguintes assuntos: - como lidar com animais (criação de cabras, aves e porcos); - alfabetização de adultos; - escola de música (SAMBA); - criação de uma escola de primeiro grau no Cafundó; - criação de serviços de saúde no local; - curso de aprendizagem de mecânica;

- escola de artesanato; - organização de festas típicas, para arrecadação de fundos.

Além disso e objetivando o compartilhamento de experiências, foi realizada uma excursão, em 6/11/98, para visitar o CPP - Centro de Profissionalização e Produção - em Capão Bonito, bem como as casas construídas pelo projeto “complementando a renda” daquela cidade.

Em avaliação efetuada em fevereiro de 1999, os técnicos concluíram que o projeto deverá ser aplicado para sete famílias durante 6 meses, totalizando o valor de R\$ 1.310,00 mensais e R\$. 7.860,00 (no período de março a agosto de 99).

Por outro lado, foi negociado, com a Prefeitura Municipal de Salto de Pirapora, a assunção de trabalho no projeto “fortalecendo a família”, visando a integração dos adolescentes nas ações realizadas na comunidade.

A Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, no entanto, deverá continuar realizando as reuniões com as famílias atendidas, bem como com outras famílias que queiram integrar-se ao trabalho de grupo; o grupo de artesanato deverá continuar com a proposta de melhorar a qualidade do trabalho, visando a geração de renda.

Debatedores: com base no relatório apresentado, os debatedores, bem como os participantes, compartilharam as diversas experiências vividas em relação ao Cafundó, constatando a significativa contribuição do trabalho desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social junto àquela comunidade.

Aspectos da saúde do negro

02 de outubro de 1999

Expositor: Hertz de Jesus Moura

Debatedoras: Eliégine Miranda da Silva; Lígia Galvão

Sinopse: O expositor fez consistente exposição a respeito das doenças geneticamente determinadas que têm berço hereditário, ancestral e étnico, afetando, majoritariamente, os afrodescendentes; como exemplos, a anemia falciforme, hipertensão e o diabetes (forma típica); mencionou, também, o conjunto de ocorrências e doenças derivadas de condições socioeconômicas, tais como alcoolismo, desnutrição, anemia ferropriva, toxicomania, tuberculose, abortos sépticos, elevados índices de mortalidade infantil e moléstias sexualmente transmissíveis; referiu-se, também, às doenças com

evolução agravada pelas condições negativas de sobrevivência: hipertensão, diabetes, coronariopatia, insuficiência renal crônica e câncer.

Preconizou o desenvolvimento de um programa, a ser implementado através de políticas públicas que contemplem ações de detecção precoce e tratamento específico, que envolvam a anemia falciforme (para esta, o diagnóstico precoce, o aconselhamento genético, a distribuição de medicamento e o acompanhamento ambulatorial e hospitalar), medidas que, espera-se, por se tratar de saúde pública, sejam adotadas pelas esferas governamentais.

Debatedoras: Face à complexidade, relevância e amplitude do tema, os debates cingiram-se a questionamentos formulados ao expositor, que teve a oportunidade de ampliar sua explanação, alcançando aspectos genéticos e etiológicos e, mesmo, respostas a questões de ordem prática, emergindo, sempre, o problema do acesso aos recursos assistenciais.

Palmares, realidade histórica

06 de novembro de 1999

Expositor: Jorge Narciso de Matos

Cronologia do Quilombo de Palmares

1597 - 40 escravos revoltosos fogem de um engenho ao sul da capitania de Pernambuco e criam a Angola Janga - angolinha (bantu), na Serra da Barriga (hoje, União de Palmares) Africanos, crioulos, mestiços índios e até alguns brancos fugitivos - passaram a viver em Palmares. Pluralidade étnica - um exemplo atemporal.	1665 - Zumbi retorna a Palmares.
1602 - O Gov. Diogo Botelho envia a primeira expedição contra Palmares e retorna com a falsa notícia de sua destruição.	1667 - nova expedição, com quinhentos soldados. É derrotada.
14-2-1630 - invasão holandesa - (até 1654) 26 mil escravos foram trazidos, durante o período, pelos holandeses (preço 43 florins + 50 fls. de alimentação e transporte - eram vendidos - 100 a 400 fl.).	1667/1677 - Ataques dos palmarinos no litoral para roubar armas, libertar negros e vingar-se dos senhores e feitores dos engenhos.
1635 - Guerra entre portugueses e holandeses, favorece a fuga de escravos. Palmares cresce. Fugir era a forma mais flagrante de resistência.	1677 - expedição de Fernão Carrilho, experiente em lutas, contra negros sublevados. Retorna com duzentos prisioneiros.

<p>1637 - Chegada do conde holandês Maurício de Nassau-Sieger, Gov. de Pernambuco.</p>	<p>1678 - Ganga Zumba vai ao Recife para firmar um pacto com o governador Aires de Sousa e Castro, que prevê a deposição de armas dos quilombos em troca da concessão de terras e da liberdade. A alforria só seria concedida aos negros nascidos no quilombo; os outros retornariam ao cativeiro. O pacto divide Palmares. Zumbi torna-se o líder da resistência ao acordo. Ganga Zumba abandona o quilombo.</p>
<p>1643 - a Holanda passa a enviar, sem sucesso, expedições contra Palmares.</p>	<p>1687 - o bandeirante Domingos Jorge Velho compromete-se com o governador da capitania de Pernambuco, Souto Maior, a destruir Palmares.</p>
<p>1654 - expulsão dos holandeses de Pernambuco.</p>	<p>1692 - Domingos Jorge Velho parte com exército formado por brancos, índios e mamelucos; após dias de caminhada, montam acampamento próximo a Macaco, o principal mocambo de Palmares.</p>
<p>1654/69 - Portugal retoma as expedições punitivas contra Palmares. Todas derrotadas: os quilombos adotavam a guerra de emboscada - abandonavam os mocambos atraindo o inimigo para dentro da mata.</p>	<p>1694 - 3 de fevereiro - chegam à Serra da Barriga, seis canhões e reforço de duzentos homens.</p> <p>5 de fevereiro - enfrentamento dos dois exércitos; os quilombolas são encurralados na beira de um despenhadeiro e centenas de negros caem no precipício; os quilombolas tentam a estratégia do refúgio nas matas, sem sucesso; são perseguidos e centenas de negros são degolados.</p> <p>7 de fevereiro - O Quilombo de Palmares é destruído.</p> <p>dezembro - surge a notícia de que Zumbi vive.</p>
<p>1655 - o Padre Antônio Mello “acolheu uma criança com poucos dias de vida” (Zumbi). Novas expedições; alguns palmarinos são capturados.</p>	<p>1695 - Zumbi é reconhecido com um grupo, roubando armas de um vilarejo de Pernambuco.</p> <p>novembro - Antônio Soares, homem de confiança de Zumbi, é capturado. Sofre tortura e, diante da promessa de sua liberdade, revela o esconderijo do antigo chefe na Serra Dois Irmãos.</p> <p>20 de novembro - Antônio Soares conduz um grupo de quinze bandeirantes paulistas ao local onde se encontra Zumbi. Soares aproxima-se de seu líder, ferindo mortalmente.</p> <p>21 de novembro - o corpo de Zumbi apresenta quinze ferimentos a bala e inúmeras marcas de arma branca. Seu pênis é cortado e enfiado na boca; a cabeça é tratada em sal fino e enviada ao Recife, onde é exposta em praça pública.</p>
<p>1663 - o capitão negro Gonçalo Rebelo comanda duzentos soldados contra Palmares. São cinco meses de luta. retorna com quarenta prisioneiros. Todos são degolados.</p>	

Palmares, realidade histórica, agora tomada como paradigma para os afro-brasileiros e tendo, como centro, a figura de Zumbi, foi o tema da mesa redonda desenvolvida, com a dinâmica de apresentação de cada uma das datas da cronologia do Quilombo de Palmares, seguida de comentários e discussão.

A adoção desta dinâmica de trabalho permitiu, ao lado dos aspectos históricos suscitados, abordar o cotidiano do afro-brasileiro em sua inserção na comunidade nacional; assim, aspectos atuais relacionados com a saúde, habitação, educação, mercado de trabalho, discriminação, exclusão social, entre outros, foram abordados, dando-se especial ênfase à análise conjunta da resistência do negro ao regime escravagista, projetando-a para a realidade dos dias atuais.

A amplitude das ideias fluidas permitiu, ao final, a formulação de uma soma de expectativas ante uma nova realidade de conscientização que começa a alcançar o afrodescendente: a necessidade de aprofundamento deste processo - trabalho que já vem sendo desenvolvido pelo NUCAB - é medida que se impõe, além da necessidade do desenvolvimento de políticas compensatórias que possibilitem oportunidades iguais de participação na vida da sociedade.

Embora sejam reconhecidas algumas conquistas, muitas geradas pelas lutas da comunidade negra, há, ainda, um vasto elenco de oportunidades que, em alguns casos, já estão consagradas na Constituição Federal e em algumas leis; mas, lamentavelmente, constituem-se em letras mortas, que somente a luta do afro-brasileiro poderá trazer para a prática cotidiana.

Já não se sonha somente com um país livre, mas, sim, com um país justo, que tenha a capacidade de eliminar as desigualdades sociais que afligem a maioria da população brasileira e, nessa, destacam-se os afrodescendentes, com os piores índices de mortalidade infantil, de renda *per capita*, desemprego, analfabetismo e outros.

Por este motivo, O Dia Nacional da Consciência Negra significa corajosa evocação do Capitão Zumbi de Palmares quanto ao sonho de igualdade no desenvolvimento, na partilha, e no respeito ao ser humano.

Notas

Principais Mocambos de Palmares - Macaco (\pm 500 casas), Cerca do Amaro, Sucupira, Osenga, Acotirene, Zumbi, Tabocas, Dambrasanga, Adam-balaquetuche; havia, também, mocambos móveis.

ZUMBI - Baixinho, magricela, coxo (perna esquerda) - aprendeu português e latim com o Padre Antônio Mello. Preferiu a morte à escravidão.

Sua história está sendo contada por aqueles que o combateram - tornou-se mito após sua morte; para os escravos, era símbolo da liberdade; para a sociedade colonial, um fantasma que ameaçava permanentemente a posse pacífica de escravos. (“não podemos permitir outro Palmares”).

Palmares - a visão romântica de alguns historiadores

Rocha Pita - refere-se aos palmarinos “estimando mais a liberdade entre as feras que a sujeição entre os homens”.

Oliveira Martins - “o mais belo, o mais heroico de todos os exemplos históricos do protesto do escravo”.

Nina Rodrigues - “justa admiração pelo valor e abnegação com a qual Palmares se defende, mas exalta a destruição da maior das ameaças à civilização do futuro povo brasileiro”, porque “teria plantado, no coração do Brasil, um novo Haiti, refratário a todo progresso e inacessível à civilização”.

Adoção do Dia Nacional da Consciência Negra

Alternativa ao mito da Princesa Isabel: esforço da comunidade negra em ser sua própria interlocutora.

No espírito dos palmarinos, bem como na visão e na liderança de Zumbi, existe o desafio inerente lançado a um sistema econômico e social que sempre exerceu negativo impacto sobre os pobres, os povos indígenas e sobre os descendentes de africanos.

A república de Palmares desafiou, por sua própria existência, o paradigma colonial clássico imposto ao Brasil.

Cabe lembrar que é no Brasil que está a maior diáspora negra.

A literatura brasileira em sua fase modernista

O segmento negro nesse contexto

05 de agosto de 2000

Expositoras: Eliégine Miranda da Silva; Eloisa Gonçalves Lopes

Debatedores: Wilson Roberto de Madureira; Adriana Aparecida Cândido

Introdução

Após a Primeira Guerra Mundial, verificou-se que o primitivismo evoluiu de uma reação ao estímulo artístico da Europa, para transformar-se em expressão de nacionalismo cultural.

Assim, graças a inovadores poéticos de São Paulo e a regionalistas do nordeste (décadas de 20 e 30), os africanos foram aceitos juntamente com índios e portugueses como uma das raças formadoras do povo brasileiro: é quando a igualdade “mestiça” começa a ser proposta como exigência do país por sua originalidade cultural, que se chamou Modernismo.

Nossa apresentação sobre o Modernismo no Brasil, será uma introdução para que conheçamos um pouco da presença negra nesse período: o momento de ebulição de referências no campo artístico que passava o país.

Vamos confrontar esta presença com o tratamento dado ao índio, isto é, a preferência dos escritores brasileiros pela figura indígena, por conta do pretendido estereótipo parecer mais positivo como defensores da cultura brasileira, apesar do histórico escravista e a forma como foram trabalhadas estas questões em torno dos padrões clássicos europeus e a busca da identidade local.

Sem dúvida, o modernismo foi um enorme despertar literário, artístico e, inevitavelmente, político: motivos culturais que se misturam, influenciam ou são influenciados pelas atitudes sociais e políticas, trazendo consequências positivas e negativas.

Nossa questão maior é investigar como o negro figura em todo este contexto, considerando que, somente nas artes plásticas, o chamado “misticismo” pretendeu incluir o espírito do novo negro, estereotipado, na alma nacional, como figura escrava.

As atitudes sociológicas, no período, continuavam simpáticas ao mestiço: a questão branqueamento era pregada, tanto como irreversível quanto desejável.

O modernismo - uma visão crítica

O movimento cubista, surgido em 1907, foi diretamente influenciado pelas formas estilizadas da escultura: a literatura oral africana foi valorizada através das pesquisas desenvolvidas pelo etnólogo alemão Léo Frobenius, que foram publicadas sob o título *“The black Cameron”*.

Na música, o aparecimento e a valorização, na Europa, das canções relativas ao trabalho, compostas por negros americanos, passaram a ser conhecidas como jazz primitivo.

A queda dos padrões tradicionais da burguesia e da moral cristã, também favoreceram: segundo as novas teorias de Freud, a noção de moral sobre a qual a cultura europeia estava estruturada era criticada, pois tais estudos provocavam, também, expressões artísticas como a dos surrealistas que, por sua vez, influenciaram os modernistas brasileiros.

O modernismo na América

O culto ao primitivismo espalhou-se pela Europa, e chegou até os Estados Unidos da América, inspirando o chamado *Harlem Renaissance* (Renascimento do Harlem) e estimulando o fascínio pela vida dos negros entre os intelectuais brancos: segundo a Universidade de Yale, usou-se o homem negro para combater as restrições artificiais da moral puritana.

Para surpresa destes mesmos intelectuais, o negro se tornou o símbolo desta liberação de restrições: toda a valorização do primitivo teve início; mas, no Brasil, esta era representada pelos indígenas.

O movimento influenciou também o México: foi através da produção mexicana (1910) que os intelectuais obtiveram apoio em sua reforma.

No Peru, o movimento surgiu da conscientização nacional, provocada pelo movimento reformista universal; mas, em Cuba, o movimento afro-cubano na literatura assumiu particular importância, pois sendo, praticamente, colônia americana, o país, à época, dependia, política e economicamente dos EUA; mas, seu território era relativamente próximo dos estados racistas do Sul norte-americano, o que lhe concedeu postura mais forte.

O modernismo no Brasil

As influências intelectuais e artísticas no Brasil têm origem na Europa, onde o interesse pelo exótico, especialmente sobre as culturas africanas, estimularam o comprometimento com a cultura clássica e cristã na arte.

Os modernistas paulistas não só foram os responsáveis pela introdução do surrealismo e técnicas vanguardistas, mas, também, pela presença do ameríndio e afro-brasileiro na literatura e na arte brasileiras.

Ao contrário de São Paulo e nas primeiras duas décadas do Século XX, entre a intelectualidade do Rio de Janeiro, então capital federal, se fizeram presentes o culto ao latinismo e uma correspondente reação contrária ao

negro, por associação com a desgraça nacional da escravidão; também assim contra o mulato, pela ameaça social que, supostamente, representava.

A ideologia da Nova República, que encontrou expressão literária através da recém-formada Academia Brasileira de Letras, deu ênfase ao retorno à cor branca, como consequência da imigração europeia e o constante abandono das massas de pele escura da população às doenças de toda a sorte; a ideia de um Brasil afro ameríndio deveria ser abolida, para dar espaço aos representantes da civilização europeia.

Se essa era a tese do momento, antes era representada por nacionalistas e antieuropeus como Lima Barreto e Monteiro Lobato; também e sem dúvida, por regionalistas nordestinos, como Xavier Marques e Gilberto Amado.

A presença do negro na fase modernista

Mesmo com a existência da população negra no Brasil, o negro não aparece como figura a representar o movimento modernista.

Os escritores Lima Barreto e ainda Monteiro Lobato, no primeiro momento influenciados pelo movimento fascista, propunham uma literatura nacional que incluiria o negro; os primitivistas, como eram também chamados, recorreram mais à figura do índio do que à do negro, pela tradição indianista da literatura brasileira, que foi construída pela própria distância temporal do índio, e seu isolamento dos efeitos da história colonial.

O fato é que o modernismo nasceu em São Paulo, onde a marca cultural afro-brasileira tinha sido apagada pelo influxo do grande número de imigrantes europeus; a literatura afro-brasileira, portanto, era produzida, em sua maior parte, por escritores nordestinos, como Jorge Lima, Ascenso Ferreira e Jorge Amado nos anos 30, todos mestiços.

No sul do Brasil, aconteceu Raul Bopp, poeta de origem suíça, cuja coleção de poemas, pouco conhecida e chamada “Urucunga”, não considera o negro como brasileiro, nem como participante de uma nova nação mas, sim, o exilado que viaja de volta para sua terra quando ouve as notas misteriosas do urucunga. Isto é: banzo.

Em São Paulo, Menotti del Picchia, em sua coletânea intitulada “A República dos Estados Unidos do Brasil” e Cassiano Ricardo, em “Martim Cererê”, ambos de 1928, lançaram mão da figura do índio, em poesia com acentuado sabor de nacionalismo; o poema “Juca Mulato” (1917) é a primeira obra de Menotti que antecipa o modernismo, apresentando os moldes do

movimento, pois fala do amor de um camponês mulato por sua patroa branca, que acabam chegando a um acordo devido à impossibilidade desse amor.

Os modernistas se voltaram mais para o índio em busca de material primitivo, tendo-o caracterizado como “selvagem nobre”, numa tentativa de descrever e evocar, no ambiente nativo, o desejo de substituir os valores culturais europeus por valores percebidos como indígenas.

No Brasil, esse tipo está no “Manifesto Antropofágico”, um cômico documento pela volta aos valores pré-colombianos, de autoria do poeta Oswald de Andrade, um daqueles chamados “canibais literários”; está, também, na revista Antropofagia que circulou em São Paulo nos anos 1928 e 1929: essa publicação protestava por ter perdido, o índio, a humanidade, pois foi forçado a desempenhar o papel de selvagem nobre, pouco parecido com a realidade.

A escola antropofágica era indianista, em oposição à afro-brasilianista; mas, seus propósitos eram muito semelhantes à ética da negritude.

Questões sociais

Atitudes voltadas para a terra, o clima, a raça: a cultura da antropofagia resumia-se na revolta da sinceridade, recalcada durante quatrocentos anos.

As prioridades eram amplamente espirituais, tanto dos antropofágicos como de todos os outros modernistas quanto à visão do papel do índio e do negro no Brasil: ambas as correntes simbolizavam o anarquismo espiritual, que os principais representantes do movimento queriam levar às artes; o afro e o indígena (o exótico), era o nativo, o ingênuo, a claridade natural, a sensação espontânea, mas não o ser humano de carne e osso para se defender socialmente.

A defesa social e racial era feita a favor do mestiço, não do negro ou do índio; essa fase primitiva era vista para concluir que o potencial cultural e originalidade brasileiras, não estão na tradição ameríndia e nem na afro-brasileira, mas em uma combinação das duas, juntamente com a tradição portuguesa.

É isso que o misticismo significava para o modernista Mário de Andrade, que foi quem o esposou de forma mais lógica e coerente; quanto aos misticistas do nordeste, influenciados pela nova estética literária vinda do Sul e pelo movimento regionalista, direcionavam seu talento artístico para o negro, no negro.

Jorge de Lima, de Alagoas, e Ascenso Ferreira, de Recife, são os maiores expoentes dessa fase: Jorge de Lima é apontado como o principal

representante nordestino do afro brasileiro, ou negrismo: sua visão da estrutura étnica brasileira nos tempos presentes e futuros, era uma visão na qual o mulato - e não o negro - tinha ou teria um papel a desempenhar; embora o mulato se despojasse de sua pigmentação preta, ainda assim preservava a espiritualidade de seus antepassados negros.

Lima Barreto

Afonso Henriques de Lima Barreto nasceu no Rio de Janeiro a 13 de maio de 1881, de pai português e mãe escrava; estudou em Niterói e, depois, no antigo Colégio Dom Pedro; ingressou, em 1897, na Escola Politécnica, onde cursou engenharia até 1902, quando teve que abandonar o curso para cuidar do pai.

Empregou-se, então, na diretoria do expediente da Secretaria de Guerra, o que lhe deu certa tranquilidade financeira. Mas, por alcoolatra, esteve internado duas vezes, em 1914 e 1919, no hospício nacional, como resultado de recorrentes crises.

Lima Barreto, segundo alguns analistas, deve ser estudado como pré-modernista, por sua visão da realidade brasileira, consciente de nossos verdadeiros problemas: ao mesmo tempo em que critica o nacionalismo ufanista exagerado utópico, herança da escola literária romântica, aproxima-se da linguagem jornalística que fazia escola entre vários autores, após 1922.

Em todos os seus romances, percebe-se um traço autobiográfico: suas experiências aparecem transpostas em alguns personagens, principalmente negros e mestiços, que sofrem com o preconceito racial.

Muito se discute sobre o reconhecimento de Lima Barreto como um dos mais importantes escritores da nossa literatura: no seu tempo, não foi reconhecido; há seguidas críticas por sua falta de estilo; entretanto, recentemente sua obra mereceu reavaliação, sendo colocada em lugar de destaque na literatura nacional.

Hoje, inegavelmente, um romance como “Triste fim de Policarpo Quaresma”, figura entre nossas obras primas, ao lado da melhor produção de Machado de Assis e Graciliano Ramos.

O primeiro escritor negro a lutar em favor do seu povo contra os ideais de branqueamento da sociedade, foi Luiz Gama, que também participou da campanha da abolição da escravatura, como jornalista e advogado: em poesias satíricas ele fez, abertamente, referências a si próprio como negro, dirigindo sua crítica a todos os descendentes afro-brasileiros que tentam escapar de sua origem, ocultando-se através da máscara de falso branco.

Seu poema mais famoso é, sem dúvida, “Quem sou eu”, conhecido popularmente como a Bodarrada, porque joga com a palavra bode, termo depreciativo para o mulato.

Gama rejeita o termo, preferindo chamar-se a si próprio de negro e, assim, sugere, em provocação satírica, que muitos outros deveriam fazer o mesmo, porque há poucos no Brasil que podem negar qualquer descendência afro-brasileira.

Semelhante a Gama em muitas de suas críticas aos valores artificiais e à falta de autenticidade da classe dominante, o romancista Lima Barreto que, como ele, poderia ser melhor classificado como opositor do contexto então vigente, escreveu, objetivamente, sobre o grande número de habitantes mulatos no subúrbio do Rio de Janeiro, no começo deste século.

Ele chegou a propor, em certa oportunidade, que o movimento literário negrismo seria um hino de louvor à sua raça; Gilberto Freyre atribuiu a atitude de Barreto ao fato de, ao contrário de Machado de Assis, ser pobre e escuro e, por isso, ser obrigado a ressaltar sua negritude; certamente há um fundo de verdade neste ponto de vista: Machado passou da extrema pobreza aos escalões mais altos da sociedade de então; Lima Barreto havia nascido na baixa burguesia suburbana, e nunca conseguiu apoio para subir socialmente.

Como Luiz Gama, filho autodidata de uma escrava, Barreto não devia agradecimentos a ninguém, e não tinha interesses egoístas a proteger. Por este motivo, podia ser plenamente honesto em sua descrição.

No pensamento deste autor, os valores distorcidos presentes na família mulata que aspirava à pequena burguesia são, assim, como perversos redutores, presentes como causas da desgraça de Clara, em seu romance “Clara dos Anjos”.

A atitude da família de Clara perante os valores da sociedade branca é de humildade, mas falta-lhe a força moral e o espírito prático para opor-se aos atos prejudiciais impostos a ela por esta sociedade, devido à sua cor.

Lima Barreto tinha uma visão pessimista do Rio em sua época, uma vez que o via como uma cidade que, vendo-se como elite, vivia como elite, mas em exílio espiritual: voltava a mente para a Europa, enquanto os mestiços e os pobres em geral viviam no exílio social do subúrbio, aparecendo na capital só durante o dia, para trabalhar.

No romance “Triste Fim de Policarpo Quaresma”, sua obra considerada mais importante, Barreto considera que a apatia dos pobres dessa época se explique em termos sociais, como reflexo da apatia dos líderes do país: o Brasil, segundo ele, seria um país que não tem ideal porque seus líderes não

estão interessados nele como nação, e sua população pobre é oprimida pela falta de ajuda e incentivo.

Os romances, além de inúmeros ensaios, crônicas e artigos de Lima Barreto tem, por ambiente, o Rio de Janeiro suburbano, com seus funcionários públicos aposentados, operadores, tocadores de violão, moças sonhadoras... todos tipos populares, pessoas simples e de classe média.

Lima Barreto morreu em 1º de novembro de 1922, 48 horas antes do falecimento de seu pai.

Conclusão

A reabilitação feita pelos modernistas no segmento não europeu do Brasil, resulta de seu interesse sobre a massa formadora do substrato social nacional, ou dos grupos indígenas em situação de exploração; por isso, advogavam um movimento reivindicatório que só poderia vir depois, como a Frente Negra Brasileira.

O negro, durante este período, compunha o estereótipo de despreocupado, que se conformava como intrinsecamente diferente dos brancos e como figura negativa; mas, a felicidade, a inocência infantil, a espontaneidade, a superstição, tudo confirmava a diferença pitoresca do negro, explicando sua independência social e econômica frente aos brancos.

Ao modernismo interessava a expressão do mestiçismo cultural: o aspecto positivo dessa postura, foi o verdadeiro desejo de integração entre todos os segmentos étnicos que haviam contribuído para fazer do Brasil o que ele era, o que gerou obras de grande originalidade artística: como, por exemplo, “Macunaíma” de Mário de Andrade.

Do lado negativo, o mestiçismo nada mais fez, exceto que se tornou instrumento de medida dos valores espirituais e humanísticos da América Latina, em comparação com o materialismo e o pragmatismo do norte *Anglo Saxon Protestant*: foi um mecanismo de compensação para o empobrecimento e a falta de poder político da América Latina.

Essas notas não esgotam assunto: como sugestão para novos nichos de estudo do segmento negro no modernismo, elencamos: Cuba e seu movimento literário; a polêmica racial em São Paulo; escritores nordestinos (destacamos o mestiço Jorge de Lima); a poesia e a imprensa negra em São Paulo.

Debatedores: Madureira comentou sobre a pouca difusão da participação do negro na construção da literatura brasileira; por sua vez, Adriana referiu-se à riqueza dos elementos apresentados como subsídios para o estudo da participação do negro em momento de grande efervescência cultural do

país; após, diversas opiniões foram exaradas, especialmente quanto à comparação do estilo literário e da militância entre Lima Barreto e Luiz Gama.

Discriminação: diversas facetas

03 de fevereiro de 2001

Expositor: Leonil J. de Lima (texto apresentado por Ademir B. dos Santos)

Debatedores: José Lucas Neto; Suzana Aparecida de Oliveira

O presente estudo escapa, embora pouco, daqueles anteriormente apresentados neste Núcleo, por se propor a enfocar a discriminação por diversas facetas, não apenas sobre o ângulo que afeta o negro, objeto principal de nossos estudos.

O texto aqui desenvolvido está baseado no livro “Discriminação”, obra comum coordenada por Márcio Túlio Viana e Luiz Otávio Linhares Renault, juízes e professores universitários, o que os qualifica, sem sombra de dúvida, à discussão sobre o assunto.

Naquele estudo, a discriminação é vista sob diversos ângulos, afetando todas as parcelas da população que, de alguma forma, não se enquadram no protótipo que a sociedade supõe como indivíduo perfeito.

Com esta visão, a postura discriminatória atinge não só os negros, mas, também, as mulheres, os deficientes, os presos, as prostitutas, etc..., etc..., etc...

Eis a amplitude do trabalho que será apresentado aqui, hoje.

O que é discriminação

Discriminação é separação, é colocar de lado, é tratar diferentemente. No entendimento social, discriminar é, em última análise, proceder à exclusão moral, motivada por características externas do indivíduo discriminado. A esse respeito, Dom Evaristo Arns traz a visão da CNBB, que assim se pronuncia:

[...] exclusão moral é o que fazemos quando colocamos pessoas ou grupos fora das exigências básicas de Justiça, sem que isso incomode muito. É como se achássemos que essas pessoas não merecem viver... é o que acontece quando há linchamentos, por exemplo: uma população, geralmente ordeira, acha que alguém “merece” morrer e massacrar o culpado, ou deixa que outros o façam sem protesto. O mesmo se passa quando há violência contra presidiários ou prostitutas, quando a polícia prende certo tipo de “suspeitos”, ou usa de meios ilícitos para conseguir comprovar a culpa.

Já vimos e vemos tudo isso acontecer: com o massacre do Carandiru, ou como ação policial “preventiva”, em favelas que transformam soldados em assassinos de trabalhadores.

Nós mesmos, que buscamos saídas válidas contra a discriminação sofrida por negros, por vezes advogamos a pena de morte, sem sequer a certeza de que se trata, mesmo, de um culpado, por nós já condenado sem julgamento. Isto é discriminação.

O que não é discriminação

Cabe, agora, expor a visão jurídica sobre o assunto: afinal, esta é a Câmara de Assuntos Jurídicos, e é por ela que este estudo vem apresentado.

Em princípio, qualquer discriminação é constitucionalmente vetada. Aparentemente, o artigo 3^a, IV, da Lei maior, veda e veta qualquer ação que exclua qualquer cidadão de qualquer atividade, por motivos fundados em origem, raça, sexo, cor, idade.

Disse aparentemente, não foi? Foi, e é: a própria Constituição, ao admitir que todos são iguais perante a lei, se mal interpretada, indiretamente impõe certa discriminação.

Explico: não há qualquer razoabilidade em expor, perante a lei, desiguais em situação igual, com o que se perpetua a desigualdade.

Como exemplo contrário, pode-se citar a Justiça do Trabalho, especializada em tratar desiguais: é evidente que o patrão possui maiores condições de fazer provas, de contratar advogados e, até mesmo, de recorrer, fazendo com que o processo se arraste indefinidamente.

Ora, esta desigualdade, evidentemente, vem em prejuízo do empregado que, assalariado, não pode esperar o final de um processo que não se conclui; portanto, esta Justiça pretende, mais que qualquer outra coisa, promover acordos entre as partes: se o empregado estiver satisfeito, considera-se feita a justiça.

Outro bom exemplo: por força da filosofia da lei processual, os processos devem ser, via de regra, propostos no domicílio do réu; isto porque um processo só passa a existir quando o réu é citado, e seria muito problemático se alguém, morando no Amazonas, promovesse, neste estado, uma ação contra um morador de São Paulo: neste caso, e como o processo só se inicia quando o réu é citado, toda e qualquer defesa ou ato similar exigido para o andamento do processo, deveria ser processado no Amazonas - é evidente o cerceamento da defesa, o que é expressamente proibido pela Constituição.

Nesta linha, o sistema Processual Civil brasileiro admite, por exemplo, que a mulher acione o marido em seu próprio domicílio, que os incapazes promovam ações no domicílio de seus representantes legais, etc.

Ora, se todos são iguais perante a lei, porque a mulher e o incapaz têm direitos que outros não têm? Por que estão em situação de desigualdade, e a lei deve agir de forma a equilibrar legalmente os oponentes.

Enfim: não há discriminação quando estão atendidos dois princípios, que norteiam o reconhecimento do proceder discriminatório; são eles: a razoabilidade e a isonomia.

Razoabilidade

Não haverá discriminação quando o fator que exclui certos elementos guarda relação direta com a tarefa que se espera deles; assim, é possível exigir-se sexo masculino para a contratação em serviços que exijam força constante, ou altura mínima para jogadores de basquete; também não será discriminatória a vedação de pernetas para jogar futebol, se o time é formado por quem tem duas pernas. Até aqui, parece claro e evidente.

Enfim: é razoável discriminar quando há compatibilidade entre o meio e o fim. Além disso, é imperativo que o valor jurídico promovido com a desequiparação discriminatória, se mostre mais relevante que aquele sacrificado por ela: evidentemente, não se pode proibir menores de dez anos de frequentar a escola de primeiro grau porque, ainda crianças, não são tão disciplinados quanto a escola gostaria.

Isonomia

A palavra isonomia pode ser entendida, sem nenhum prejuízo, como igualdade, e é o princípio refletido na Constituição, já acima citado, quanto à igualdade de todos perante a lei.

Ora, como já visto, pode-se dizer que é razoável discriminar quando a justificativa para o ato encontra amparo razoável, e não é expressamente impedido pela lei.

Por exemplo: encerrado um movimento grevista e cumpridas as exigências que o acordo aí formado imponha, o patrão resolve dispensar parte de seus empregados porque participaram do movimento.

Há, aí, discriminação, se a participação na greve for o único motivo alegado: se há dispensa de alguns grevistas, há que haver dispensa de todos os envolvidos, sob pena de ofender-se o princípio da isonomia...

A discriminação em ação

Vamos, agora, em rápidas palavras, citar alguns exemplos de discriminação ativa, que ainda grassam em nossa sociedade.

Mulher

Embora diversas normas de direito, nacional e internacional, venham tentando eliminar a discriminação contra a mulher, esta persiste: é notória a diferença salarial entre os sexos, mesmo quando seus representantes exercem a mesma função.

“Em 1981, nos Estados Unidos, a remuneração global das mulheres que trabalhavam em tempo integral equivale a 65% daquela auferida pelos homens...”, informa estudo que, no mesmo período, aponta: “estatísticas levantadas no Brasil [...] revelam que as mulheres recebiam [...] 33% do salário pago aos homens, apesar de possuírem um nível de instrução mais elevado”.

Populações tradicionais do Brasil

Sob este título o autor, Virgílio M. Viana engloba não só o índio como, também, as populações com tradição rural.

A discriminação, aqui, se assenta nas decisões legais sobre o destino destas populações, sempre tomadas por governantes que não as ouvem.

Segundo constata o autor, “a discriminação das populações tradicionais no processo de definição de sistemas de manejo dos recursos naturais e das políticas públicas apropriadas para a sua conservação, é trágica”.

Explica:

o êxodo rural cria novos problemas tanto para as pessoas que partem quanto para os ecossistemas que ficam. Os que saem levam seus conhecimentos para locais onde não lhes será inútil. Os ecossistemas que ficam deixam de ser conhecidos por aqueles que acumularam um saber empírico, ao longo de gerações.

Em outras palavras: aqueles que conhecem o *habitat* natural, dali expulsos que são por condições econômico-financeiras alheias à sua vontade, trazem para as cidades conhecimentos agora inúteis; em contrapartida, o meio-ambiente passa a ser tratado por quem dele não tem conhecimento, e degrada-se; como resultante, degrada-se o homem e o ambiente, distribuindo, equitativamente, prejuízos a todos os envolvidos no processo.

Como efeito praticamente inevitável, o elemento rural, indígena ou não, marginaliza-se na cidade que não conhece e que não o conhece: engrossa favelas e estatísticas de marginalização e de marginalidade.

Ao mesmo tempo, o campo degrada-se e as ações governamentais, conhecimentos de laboratório, nada fazem de positivo: antes, promovem desastres bem-intencionados, e criam sem terras e sem tetos, depois combalidos, combatidos e combatentes; a ordem social, enfim, é gravemente atingida e, por vezes, tende a falecer.

Portadores de lesões por esforços repetitivos, do vírus HIV e deficientes físicos

Muito interessante o artigo de Maria Elizabeth Antunes Lima, por tratar de assunto recente e pouco explorado: há discriminação, sim, para os portadores de LER, e nós nem sabemos disso...

Em primeiro lugar, o difícil diagnóstico traz, ao empregador, uma dúvida: há, mesmo, lesão, ou mera preguiça? Se há lesão, é física ou psíquica? Deverá ser tratada por fisioterapeuta ou psiquiatra?

Estas dúvidas, segundo a autora, não são exclusividades dos patrões: colegas de trabalho, via de regra, compartilham do mesmo sentimento, especialmente quando sobrecarregados em suas funções por cobrir as constantes ausências de quem se afasta.

Um dos casos citados no artigo merece especial atenção, por sua gravidade; o que nos leva a, aqui, repeti-lo:

G. N. tem 37 anos e trabalhou durante 12 anos na mesma empresa, quando as dores que sentia nos punhos estenderam-se para os cotovelos e ombros. [...] Hoje, ela afirma que está impossibilitada de realizar as atividades mais banais do seu dia a dia. [...] afirma também que, de todo o sofrimento pela qual têm passado, o mais insuportável é a indiferença que percebe no tratamento dado ao paciente no INSS [...] sua perícia foi negada quatro vezes, e tem medo de retornar. Na empresa, o tratamento não foi diferente; em dezembro de 97, foi colocada a seguinte observação na sua CAT: possui antecedentes psiquiátricos de depressão.

Não é diferente o tratamento dado aos pacientes de AIDS; ou melhor: é muito pior. Ele é visto como um condutor de peste, que espalha o demônio por onde passa.

Já o portador de deficiência física, se não é visto como disseminador do demônio em forma virótica, espalha a pena por onde transita. É visto sempre como incapaz, digno de ser tratado como criança, improdutivo por definição. Entretanto, deficientes brasileiros provaram, em Sydney, que a realidade pode ser bem outra. Mas nós, cegos de alma, ainda não os enxergamos assim.

O passado negro

Sobre os negros, vimos discutindo há longo tempo. Basta relembrar, aqui, que a discriminação contra os involuntários imigrantes africanos vem de longa data, sendo, mesmo, elemento indispensável ao processo escravagista sobre o qual se assentou o Brasil, em seus primórdios, o que se perpetuou, sob outros títulos e formas, dos quais o mais evidente é o racismo - mesmo quando disfarçado em mera discriminação.

Antes de qualquer análise legal, pode-se focar a tão propalada alforria, instituição que permitiu ao escravo conseguir a liberdade, mediante pagamento ou não.

Primeiramente, é importante notar que a alforria materializava-se como carta, entregue a um, via de regra, analfabeto: daí, como defender-se contra arbitrariedades?

Mas, de posse da pertinente carta, o ex-cativo obtinha, teoricamente, liberdade plena. Teoricamente, enfatize-se: a verdade é que qualquer negro, de posse ou não da carta, poderia ser preso, sob suspeita de fugido; tanto assim que qualquer ajuntamento de negros poderia ser considerado quilombo: uma família numerosa de negros, habitando um lugar qualquer de difícil acesso, poderia, portanto ser, a qualquer momento, desfeita, por suspeita de quilombo.

Do conjunto de leis que implicam em discriminação contra negros, vale a pena visitar algumas, destacados pelo Prof. Jorge Narciso em trabalho acadêmico.

Inicia-se este estudo com a Constituição de 1824, que vem a ser a primeira de nosso país, até 2 anos antes não independente de Portugal. Esta Constituição proíbe aos leprosos e negros o acesso à escola: aos primeiros, pelo risco de contágio físico; aos segundos, certamente, o perigo é o do contágio social e intelectual, pois negros letrados, já àquela época, promoviam rebeliões que lutavam pelo fim do regime escravo.

Já à época o governador da Bahia questionava a visita de uma comissão diplomática do Daomé à Bahia, por formada por “negros da pior espécie”, visto que letrados e muçulmanos; entretanto, o Daomé foi o primeiro Estado estrangeiro a reconhecer a independência do Brasil, no mesmo ano de 1824 - um ano antes da Inglaterra, potência e polícia mundial da época.

A seguir, inicia-se o movimento antiescravista propriamente dito: em 1850, a lei 601, chamada Lei da Terra, proíbe ao governo a doação de terras, como até então vinha fazendo, sob a forma de sesmarias; a partir de então, as terras só poderiam ser alienadas por compra, o que excluía os negros do acesso a ela, visto que escravos ou descendentes de escravos, portanto, de pouca posse.

É interessante notar que a mesma lei dispunha que o valor obtido na venda das terras, deveria se destinar à formação de um “fundo” para a importação de “colonos” descendentes de raças civilizadas, o que, de pronto, excluía os incivilizados africanos e seus descendentes brasileiros: a ideia vingou em 1890, com o decreto 528 que, apenas dois anos após a extinção do regime escravo, priorizou a mão de obra estrangeira, exceto negros e asiáticos,

que só poderiam entrar com autorização específica do congresso. Quanto aos negros libertos, nada.

O ano de 1871 vê a Lei do Ventre Livre, primeiro ato oficial destinado ao término do regime escravo; de real, a lei determina que os nascidos após aquela data estariam livres, terminando com o regime “*partus sequitur ventrem*”; mas, condiciona esta liberdade: o nascituro poderia ficar sob guarda do dono de sua mãe até os quatorze anos, quando deverá trabalhar até os vinte e um, indenizando este dono quanto à guarda anterior; se o senhor não quisesse permanecer com a criança, esta seria entregue a instituições oficiais, sendo indenizado por isto: aí está o embrião da roda dos enfeitados, das instituições penais que tratam jovens infratores, e dos menores abandonados.

Mais quatorze anos, e a Lei do Sexagenário cria novo instituto social: a velhice desamparada; esta lei, ao não dispor sobre o que fazer com aquele escravo gasto, simplesmente isenta seu senhor de permanecer sustentando um imprestável e desdentado diabo velho.

Enfim, após mais três anos de intensa luta política, permeada por rebeliões e fugas em massa, temos a lei Áurea. No mesmo teor das leis anteriores, nada dispõe sobre o destino dos escravos libertos.

Mas, ao “vadio” se impõe a Lei da Vadiagem, que torna possível prender quem não tem trabalho, o que era o caso da grande maioria dos libertados que, como visto, também não tinham terra; portanto, como promover o próprio sustento, a partir de então?

Se se lembrar que as cidades – melhor dito, os centros urbanos – eram habitados por fazendeiros, que os formaram, vê-se o porquê de as periferias acolherem tantos negros, desocupados, destinados à vadiagem e ao crime... tudo sem esquecer que a Lei Áurea tem, somente, cento e doze anos: ou seja, o espaço de aproximadamente três gerações.

Inclusão social

Na atualidade, existem leis com o fim explícito de extinguir ou, pelo menos, minimizar, os efeitos da discriminação: é o caso da Lei CAÓ, por exemplo, que transforma em crime inafiançável manifestações de racismo.

Porém, são inóculos seus efeitos, mesmo quando o racismo é denunciado: ninguém foi, ainda, rigorosamente penalizado por ela.

Entretanto, esperanças há, e aos montes: a sociedade civil, através de instituições não governamentais, vem-se posicionando, e de forma positiva:

por todos os cantos do Brasil surgem iniciativas privadas, criando organizações destinadas à plena inclusão social de mulheres, idosos, deficientes, negros.

É o caso, por exemplo, da Cohab 100%, das Fundações Ayrton Senna e Xuxa Meneghel, do Mangueira do Amanhã, e outras tantas mais; também devem ficar registradas atividades voltadas essencialmente à escolaridade dos negros, que vêm se disseminando pelas universidades federais.

É o caso, ainda, de nossa Fundação Cafuné, que já produziu formados de alta qualidade, com os quais temos o prazer de conviver, aqui.

Debatedores: José Lucas Neto assinala a persistência da discriminação que ainda afeta a prática da capoeira; Suzana assinalou as dificuldades de desenvolver suas atividades no magistério frente ao compartilhamento das experiências de vida entre os estudantes, que colocam o negro em condições quase sempre de inferioridade.

A festa do rei do Congo

03 de março de 2001

Expositor: Air Sudário da Silva

Debatedoras: Ana Maria Souza Mendes; Eloísa Gonçalves Lopes

O presente trabalho pretende contar um pouco das coisas bonitas e importantes da terra Mãe, a África: no trabalho, enfocaremos a dança do Rei do Congo.

O Congado é uma das manifestações folclóricas da cultura popular afro-brasileira: em Minas Gerais há o mais antigo registro a seu respeito, em “Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas”, escrito em 1711 por André João Antonil, que viajou pelos vales e montanhas mineiros em 1705 e 1706, e assistiu a festa promovida, em Vila Rica (Ouro Preto), pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, composta exclusivamente por negros.

Segregados por brancos e proibidos de entrar nas igrejas, eles se reuniam e, mais tarde, criaram suas próprias irmandades, construíram seus templos, e constituíram, com seus reis, rainhas, príncipes e princesas, embaixadores e outros cortesãos, o reinado de Nossa Senhora.

As imagens apresentadas por Antonil, resultam de viagens contínuas às cidades de Poços de Caldas, Divinópolis, Cláudio e Oliveira, durante seis anos.

As personagens ali retratadas são vividas por pessoas simples que, por meio do congado, passam de pai para filho, ao longo de gerações, as crenças e os costumes dos antepassados que vieram da África, há mais de quinhentos anos.

As manifestações da dança do Rei do Congo estão entre as mais ricas manifestações populares e culturais, embora nem sempre corretamente prestigiadas nos meios de comunicação.

A notícia que se tem sobre Congada perto de Sorocaba, é a do mestre de Congada Benedito Pereira de Castro, senhor de 64 anos, operário de construção já aposentado, e que impressiona por seu porte altivo e pela consciência da própria raça e sua história.

Neto de escravos, Benedito nasceu em São Luiz do Paraitinga do Vale, no Estado de São Paulo, um reduto de congadeiros e moçambiqueiros.

O senhor Benedito mora em Cotia, SP, no Bairro Central, em frente à praça dos Palmares. Está neste lugar a 39 anos. Tem mulher e quatro filhas, e lidera a Congada mais famosa da região.

Nosso trabalho é uma compilação da entrevista realizada pela jornalista Ieda Abreu para a revista Leitura, da Imprensa Oficial do Estado, e as fotos de Alex Salim (expostas quando do seminário).

Pergunta - suas filhas dançam a Congada?

Benedito: Sim. Elas dançam desde crianças, não casaram ainda porque não quiseram largar a devoção, e uma delas é a secretária da Congada. É ela quem organiza a festa de 13 de maio, que é a nossa maior festa. Eu já estou ruim da vista, não posso sair sozinho.

Pergunta: O senhor sabe de que região da África eram seus avós?

Benedito: Não sei: acho que eles vieram do Congo. A África é um país muito grande, tem raças diferentes. Os negros do Congo têm esse rosto, já os de Moçambique tem o nariz bem grande. Meu pai nasceu em liberdade, seis meses depois do fim da escravidão, mas até 18 anos de idade ele ainda sofreu muito. Depois da escravidão, digo, da Abolição, os negros ficaram sem saber para onde ir. Se trabalhassem comiam, se não trabalhassem não tinham o que comer. A Princesa Isabel deu liberdade, mas os negros ficaram sem emprego. Quando eram escravos ainda comiam polenta. Quando veio a lei, eles ficaram livres, mas tiveram que procurar lugar para morar, cuidar da vida e plantar. Os donos das fazendas diziam que se precisassem deles, pagariam, mas mesmo assim, o que pagavam era pouco. Naquele tempo a moeda era o vintém, um vintém, dois, uma pataca; ainda tenho umas moedas daquela época, guardei

para mostrar para família como era no tempo do meu pai. Eu cresci sabendo do sofrimento dele.

Pergunta: Como o senhor se tornou congadeiro?

Benedito: Aprendi com meu irmão Alcides, hoje ele tem 84 anos e também é moçambiqueiro e mora no interior; ele aprendeu congada com os mineiros. Eu danço qualquer dança afro, isso desde que vim da minha terra; fui aluno desse meu irmão, é voluntário; hoje sou mestre, mestre Comandante. Minha congada é fundada em Cotia no ano de 1951 e a sede fica aqui na rua de cima, Rua Princesa Isabel. Todas as outras ruas por aqui têm nomes ligados à história dos negros: tem Praça dos Palmares, Rua da República, Rua da Abolição, nomes que foram surgindo por causa da congada que eu trouxe para cá.

Pergunta: Qual o papel do Rei e da Rainha na Congada?

Benedito: Eles são figuras simbólicas. Os personagens, rei e rainha, representam os dois pretos; tem a Princesa Isabel, o príncipe D. Pedro II, as colônias portuguesas, as crianças, a bandeira de Portugal e do Brasil, tudo aquilo que representa a nossa história.

Pergunta: Como é que seu grupo passa essa história para o povo?

Benedito: Dançando e ensinando ele nas horas certas. Cada momento da história tem uma dança, uma música. Tem hora marcada da Princesa Isabel assinar o livro, a lei. Nessa data, o príncipe era pequeno, teve de ser carregado. D. João VI ficou no lugar dele até ele atingir a idade de poder governar. (O senhor Benedito faz uma pequena confusão). A Princesa Isabel ia muito em São Luís (hoje, São Luiz do Paraitinga, SP) e ainda hoje tem lá a hospedaria onde ela ficava. Na Congada, a gente fala de outras pessoas, de outras figuras que deram força para a Abolição, como o poeta Castro Alves, o preto Eusébio de Queiroz, o grande médico Oswaldo Cruz, que era dono de quase toda São Luiz do Paraitinga. Oswaldo Cruz, depois, repartiu suas terras com as pessoas pobres. Eu tenho uma espada do tempo do D. Pedro, e uma estátua da Princesa Isabel.

Pergunta: O senhor acha a Princesa Isabel uma figura importante da história do Brasil?

Benedito: Acho. Não foi D. Pedro que libertou os negros. Se fosse por ele, a gente ainda era escravo. Quando ele foi para Portugal falou para a princesa: “O que você fizer está bem feito”; então, ela reuniu com o Castro Alves, José Bonifácio, Eusébio de Queiroz e dessa reunião saiu a nossa libertação. Uma semana antes da festa de 13 de maio, levo a estátua da princesa para Câmara Municipal para ser vestida para ficar bonita, com brincos e coroa.

Pergunta: O senhor sabe sobre a história da Congada?

Benedito: Onde tem mais Congada no Brasil é em Minas: alguns mineiros vieram fazer vida em São Paulo, e trouxeram as raízes da Congada para cá, e meu irmão Alcides entrou no meio. Eu, com 12 anos mais ou menos, entrava também, brigava para ficar olhando e querendo aprender. Demorou muito tempo para a turma ficar conhecendo. Antes, nós dançávamos lá na roça no sítio do Padre Inácio. Quando a gente vinha para Cotia, as pessoas se admiravam, diziam que tinha uma turma de pretos dançando uma dança gozada, e chovia de gente para a gente ver.

Pergunta: Como se organiza a Congada?

Benedito: É como dar aula: a gente ensina a virar de quatro em quatro, de dois em dois, ensina a cantar os pontos, e vai ensinando até eles aprenderem. Alguma coisa a gente escreve no papel: no dia da apresentação, tem que estar tudo direitinho. Se a gente mentir, pode ser processado por que está mexendo com a história do Brasil.

Pergunta: Todos que participam são da mesma família?

Benedito: Geralmente as pessoas são da mesma família. Vão casando com gente que gosta da congada; quando é de raiz, pai, mãe e filhos, todos ali dançando, nossa... é outra coisa. Tenho sobrinhada, sobrinho-neto de cinco e seis anos que já fica no meio dos grandes. Eu estou na quarta geração da minha família. A coisa vai refinando a cada geração. Na realidade, a dança mais antiga dos pretos velhos, de 200/300 anos atrás, é o jongo, dança de umbigada.

Pergunta: Qual é o significado da Congada?

Benedito: Lá na África, era a religião dos negros, dos orixá; aqui no Brasil, se continua dançando como uma devoção. A Congada é católica, mas eu acho que ela é mais espírita que católica. Os santos que nos protegem, nem sempre a Igreja Católica aceita. Todos aqueles pontos dançados nos centros espíritas, são os pontos dos negros, dos caboclos daquela época. A religião católica não quer saber disso, nós não podemos dar esse tipo de dança falando, que é contra os católicos; não podemos entrar na igreja. Falam que é de macumba.

Pergunta: A Congada de hoje é a mesma ou se modificou?

Benedito: Mudou bastante. Antigamente, o pai bate uma caixinha, e só com aquilo, nós cantávamos e dançávamos. Hoje, é mais sofisticado, tem instrumentos diferentes, as roupas, os fardamentos e tudo; é mais caro: antes, com uma seda simples, fazia uma fantasia. No tempo dos escravos, todo mundo dançava descalço, usavam só uma tanguinha.

Como dissemos, fizemos uma síntese da entrevista realizada com o senhor Benedito, congadeiro em Cotia.

Resumindo: a Congada, organizada pelo Sr. Benedito, é uma entidade organizada e registrada em cartório, com CNPJ e publicação no Diário Oficial do Estado, etc.; não recebe subvenção dos órgãos públicos, apenas ajuda da prefeitura por ocasião das apresentações, quando então podem comprar alguns uniformes e peças de fantasia.

Quando convidados por outras prefeituras, geralmente têm suas despesas pagas.

Debatedoras: Ana Maria avaliou que a congada, como outras manifestações desta natureza, constitui-se, ainda, em verdadeiras representações da cultura afro-brasileira, e é, a seu ver, uma transposição cultural. A manifestação está, sempre, baseada na história ancestral, marcada pelos momentos de saída da terra natal e sobrevivência na senzala. Mesmo incluindo fatos recentes, os grupos de Congada se empenham em conservar vivos e icônicos os reis Congo, o Senhor do grupo e as outras figuras. Considera, também esta, uma forma de resistência.

Eloísa lamenta a pouca divulgação, especialmente nas escolas, onde deveriam estar as informações que enriqueceriam a formação dos jovens; a entrevista transcrita constitui o resgate de um pouco da história da presença do negro no Brasil.

Ademir comentou a característica especial da Congada, que é religiosidade que tudo permeia, representando, também, quase que um registro do processo abolicionista, na ótica que foi transmitida aos “novos libertos”. A congada é uma eloquente manifestação do sincretismo religioso.

A África dos nossos sonhos

05 de maio de 2001

Expositora: Ana Maria Souza Mendes

"Sempre será permitido sonhar".

A história do mundo é marcada por momentos em que a fantasia ganha espaço para prever outros, para os quais o ser humano cria novidades, em busca da harmonia sonhada pelo Criador: todos os seres, vivendo em liberdade, cada um desempenhando sua função, cooperando para o equilíbrio, que é fonte da vida em sociedade.

Chamamos de fantasia ao fruto da criatividade, da necessidade nossa de adaptação ao entorno. Ou adaptação dele mesmo, cujo resultado deve ser o bem-estar que, em última análise, pode ser entendido como progresso.

Neste 25 de maio, nosso calendário de efemérides marca a criação da Organização da União Africana, o Dia da África.

Este é o Dia da África dos nossos sonhos: um continente onde os seres vivos, racionais ou não, cumprem seu papel na equilibrada cadeia pré-estabelecida.

Na África dos nossos sonhos, tudo vai bem. Não há guerras: os males do corpo são devidamente assistidos pela medicina; a terra produz; as crianças, os jovens, frequentam a escola; os velhos estão amparados, existe emprego para todos.

Mas, a volta à realidade não é o que se pode chamar de um simples despertar. É um horrível despertador, provoca um grande mal-estar que, parece, está fadado a durar para sempre.

Falar de África é falar da evolução genética dos seres vivos, dos primeiros concentrados humanos, de um modo de vida ainda pouco entendido no mundo chamado civilizado. Quando os primeiros navegadores chegaram àquele continente, por certo estavam alimentados pelos bons sonhos da conquista, da superação de si mesmos e também dos pouco confiáveis sonhos de riqueza e da ampliação de domínio.

Não há como negar a vitória sobre os primeiros habitantes locais, mas a humanidade, infelizmente só agora, começa a questionar como foram cumpridos os sonhos de riqueza e de domínio: a África de hoje não difere, na essência, do continente daquele tempo.

Tudo estava lá. Só não estavam as armas de fogo, as armas químicas e a organização política posta pelos Estados Modernos, invasores e, mais que isso, detratores de um modo de vida que não conheciam.

Foram eles, os invasores, com o seu modo de vida, com características diferentes daquelas encontradas no continente então “descoberto”, os portadores da destruição que modificou a natureza, que confundiu e modificou o homem da terra.

A visão da África dos nossos sonhos de criança, principalmente alimentados pelo cinema, com belas paisagens habitadas por animais selvagens, não passa de uma ilusão a que fomos levados crer, depois do mal muito bem feito.

Os parques nacionais são, na verdade, hoje, tão artificiais quanto os jardins públicos que conhecemos. Lá, o “jardineiro” que devastou os reinos economicamente sustentados na pecuária, foi um microrganismo, o vírus da peste bovina que chegou ao continente a partir de 1887, quando da invasão, sobre a Eritreia, por tropas italianas.

Em dez anos, toda África ao sul do Saara estava infestada pela mosca tsé-tsé, hospedeiro transmissor da peste, e o rebanho estava reduzido em 90%; os reinos massai, tutsi e outros, tradicionais criadores que viviam da carne e do sangue da sua maior riqueza, aniquilados, transformaram-se em presa fácil do processo de dominação.

Para se ter noção da catástrofe, incluam-se as palavras de um ancião massai, referindo-se ao número de mortos: “eram tantos e tão próximos uns dos outros, que os abutres esqueceram como voam”.

De um acidente, até certo ponto natural para a época, podemos, com certa facilidade, estabelecer pontos de similaridade com a pandemia que vitima as populações africanas na atualidade: a contaminação pelo HIV. Estranho. Muito estranho.

De uma batalha entre um órgão de cooperação, a UNICEF, e uma indústria de leite em pó, ocorrida no ano passado, objeto do noticiário internacional nos últimos meses do ano, fica a impressão de que não interessa ao mundo chamado civilizado, trabalhar para criar condições de salvar vidas; principalmente se estas vidas forem negras.

O que dizer das tantas guerras étnicas em curso no continente? Se diferenças existem entre os povos, certamente elas serão menores que a xenofobia levada a extremos e, portanto, há tantos anos que já não dá mais para se distinguir quais os objetivos das contendas; mas, são guerras alimentadas por armas e braços do mundo “civilizado”.

Enquanto homens, mulheres e crianças tombam nos campos de batalha e nos campos de concentração, mortos ou vilipendiados até a exaustão, para além da fumaça das armas, voam os aviões carregando o contrabando de tudo que de precioso ainda resta no subsolo do berço de todas as gentes.

Não se pode julgar aquele que, por um pouco de comida, na tentativa de mitigar a fome que tem a mesma idade do próprio corpo, senão mais, transgride. Também não é possível implementar soluções sem considerar para quem, e onde elas serão aplicadas.

O mundo “civilizado” facilmente condena os saques, e com maior presteza esconde o lucro obtido por este estado de caos.

Na África, as soluções têm sido impostas por quem nunca viveu lá; por quem nem mesmo é africano, por quem não está completamente interessado, nem mesmo, no soerguimento de sua gente.

Não são consideradas as vidas; estas, continuam não sendo consideradas.

Apenas são ressaltados os índices de pobreza, de distanciamento tecnológico, numa atitude igual à dos primeiros visitantes do continente.

Poucas são as vozes a contestar sobre o futuro da gente africana.

São diferentes sim; mas, iguais na essência.

O negro na publicidade

02 de junho de 2001

Expositora: Eliégine Miranda da Silva.

Este pequeno ensaio, não pretende analisar como o segmento negro aparece na mídia jornalística de maneira geral: certamente, a observação desta presença seria negativa e restrita a determinadas colunas, como policial ou internacional; ou, ainda, seria notada sua ausência nas colunas sociais.

Desse modo, o que pretendemos registrar é o progresso, ou um olhar positivo sobre a figura do negro nos veículos publicitários: isto, porque ele, agora, aparece na publicidade, fazendo com que negros e não negros comecem a reconhecer talentos e a desmistificar o preconceito sofrido pelo afro-descendente brasileiro.

Neste enfoque, pretende-se analisar a participação negra nos meios de comunicação, considerando as propostas institucionais e privadas, o recado das empresas através da propaganda subliminar, e as ações politicamente corretas.

Temos que nos ater para o detalhe do caráter econômico que fez com que este segmento tivesse sua vez no mercado: no Brasil, a publicação da revista Raça é um marco para a comunidade afro-brasileira.

Mas, isso não aconteceu por acaso, mas, sim, com base em uma pesquisa sobre o perfil do consumidor brasileiro, no qual se revelou que 28% dos negros são economicamente ativos; portanto, com poder aquisitivo suficiente para consumir.

O negro e o consumo

O que os ingleses pretenderam há mais ou menos duzentos anos com a extinção da escravidão negra, era transformá-los em compradores/consumidores, o que, no entanto, só veio a acontecer agora, no final do século vinte, no Brasil.

Dados do IBGE - pesquisa Nacional por amostra de domicílios/PNAD, de 1998, nos mostra as seguintes informações sobre a população brasileira:

54,8%	Branços
39,5%	Pardos
5,7%	Negros

Fonte: Raça Brasil (set., 2000).

O quadro acima demonstra que 45,2% da população é composta de mestiços e negros, numa interpretação étnica bem brasileira; esta porcentagem significa, aproximadamente, 75 milhões de consumidores; nesta pesquisa, não foi considerada a área rural que, certamente, apresenta configuração diversa.

A classe média negra no Brasil, é formada por 7 milhões de habitantes, segundo pesquisa encomendada por uma agência paulista: em 1997, ela forma 1,7 milhões de famílias, com dois a três filhos, dos quais 45% concluíram o ensino médio, 35% completaram ensino superior e são possuidores de renda mensal de, aproximadamente, dois mil reais.

O mercado brasileiro acordou para o consumidor negro em todas as áreas comerciais, que apostavam não só em cosméticos e moda étnica, mas, também, seguro de vida, cartões de crédito, produtos eletrônicos, redes hoteleira e automobilística, etc.

Modelo negro

Para seduzir o novo consumidor, a propaganda, que é “ a alma do negócio”, teve que mudar e, pode-se dizer, mudou para melhor, incluindo o segmento que faltava - o negro: em alguns filmes publicitários, a pluralidade racial é tão bela de se visualizar que, também, acaba passando a ideia de que a democracia racial pode não ser uma utopia no futuro.

Antes, no passado recente, o negro era chamado para trabalhos publicitários normalmente considerados exóticos (e como tal também era assim considerado): a escolha era definida para, simplesmente, participar de trabalhos que envolvessem o esporte; mas, mesmo fazendo uma correlação desse período com os Estados Unidos e a Europa, a participação desses profissionais não era nada significativa.

Atualmente, estamos diante de mercado mais tendente a contratar modelos negros, motivados, sempre, pela questão econômica e a boa aceitação desses modelos pelo público: pode-se, agora, analisar a intenção das empresas que pretendem ganhar/conquistar estes consumidores.

Existem empresas que os contratam por acreditarem na igualdade racial e nos direitos humanos: são consideradas empresas politicamente corretas; outras, contratam porque investem em produtos para negros, e acreditam que um negro é capaz de vender para outro, por meio da identificação.

Outras, ainda, os contratam porque investem em pessoas famosas, onde a cor não é tão importante, mas, sim, exemplo de vida que o então modelo representa: nesta categoria pode-se citar Pelé e a cantora Daúde, por exemplo.

Os anúncios e a propaganda

Neste ensaio, os anúncios e propagandas estão sendo examinados em dois grupos: os institucionais e os da iniciativa privada.

Institucionais

São as propagandas veiculadas por órgãos governamentais, onde a presença negra é obrigatória, por *vontade política* de seus gestores. Às vezes funciona como a *ação afirmativa*, onde o segmento negro, como minoria, encontra a oportunidade de mostrar seu talento, ou não; mas, sua presença é garantida.

Outro aspecto que se pode observar nos anúncios institucionais, é que, ao passar a mensagem governamental, mostram o segmento negro em sua dura realidade, ou seja: a de poder aquisitivo mais baixo, a ausência de educação e, até, em alguns casos, na prostituição. O olhar governamental nos foca somente pelo lado negativo.

As empresas privadas

Trabalham com a intenção de vender seus produtos ao segmento negro, onde se encaixam as situações analisadas anteriormente, na contratação dos modelos que, com ele, se identificam.

Acrescente-se, apenas, a intenção subliminar, aquela que não está expressa, onde se pode observar, por exemplo, a maneira como o negro aparece no anúncio do jornal: ela pode demonstrar a filosofia da empresa em relação a este segmento.

Conclusão

Neste breve ensaio sobre o negro na publicidade, pode-se concluir pelo saldo positivo, mesmo que tardio, no Brasil: é muito bom estarmos nos vendo de forma saudável e agradável, por todos, negros e não negros.

O saldo é sempre positivo por melhorar a autoestima do afro-brasileiro, e servir como demonstrativo de que ele pode atuar na publicidade, onde um dos principais valores, além do potencial para o trabalho, é a beleza.

Sendo assim, estamos em uma sociedade que nos assiste, constatando o que já sabemos: que negro é lindo!

O pensamento de Milton de Almeida Santos

07 de julho e 2001

Expositora: Ana Maria Souza Mendes

No dia 25 que passou, o noticiário brasileiro inseriu, em várias edições, uma única Manchete: morreu Milton Santos.

Cada agência, mesmo que em breves palavras, contou ao público quem foi este homem que deixa a vida terrena, após 75 anos de vida participativa.

Para definir a pessoa Milton Santos, sem poder usar a palavra militante, já que ele dizia não ser “*militante de coisa nenhuma. Essa ideia de intelectual, apreendida com Sartre, de uma independência total, distancia de toda forma de militância*”, nos faz recorrer ao termo pensador pois, como poucos, soube ampliar a compreensão da realidade.

Professor de geografia, sociólogo, antropólogo social, fez do mundo e das pessoas que nele habitam seu laboratório de análise, encaminhando propostas e solução em várias de suas obras.

Sua vida acadêmica se estende de São Paulo a Toulouse, Bordeaux e Paris, na Europa; de Nova York e Toronto, vai a Lima e ao Rio de Janeiro nas Américas, e também na África: em todas as universidades por onde passou, deixou sua contribuição e, com tal apuro, que lhe valeram vinte títulos de “*honoris causa*”.

Deixou análises, próprias dos grandes pensadores, quanto aos destinos da humanidade, o que lhe valeu o prêmio Vautrin Lud em Geografia, um reconhecimento, maior talvez, que o próprio Nobel, porque só conferido após votação entre representantes de cinquenta dos maiores centros de saber do mundo.

A contribuição e aprimoramento no sentido de visada, fez com que se reúna seu conhecimento do mundo de seu tempo, pensando as necessidades do Brasil.

Em toda a sua obra, que se compõe por mais de quarenta livros e um sem número de artigos publicados aqui e no exterior, fica muito clara a sua opção pela conquista de melhor condição de vida para o povo, apesar das elites; de sua preocupação com o processo de exclusão imposto a tantos pelo mecanismo da discriminação, sempre presente, quando se trata de garantir a hegemonia de poucos.

Ao colocar expressões como exclusão e discriminação, nos ocorre ressaltar que a manifestação prática dos termos esteve presente ao longo de sua vida: na adolescência, descobriu a força dessas ações, quando foi desaconselhado, pelos colegas, a não se candidatar ao cargo de presidente da associação dos estudantes secundários da Bahia, órgão que ajudou a fundar, por que, sendo negro, não conseguiria conversar com as autoridades.

Também não foi cursar engenharia, porque soube da barreira contra negros, que o impediria de cursar a Escola Politécnica. “*O fato de eu ser negro e a exclusão correspondente, acabam por me conduzir à condição de permanente vigília*”, ele confessa. Essa “vigília” perene, em sua vida, ensejou reflexões que resultaram em verdadeiros tratados, como o clássico o “Espaço dividido”, editado primeiro em Paris, em 1975, e no Rio de Janeiro em 1978; ou, “Pensando o espaço do homem”, de 1982.

Escolhi, para este momento, um de seus artigos, “os deficientes cívicos”, publicado no ano que passou pela Folha de São Paulo, para compartilhar o pensamento do brasileiro, negro e baiano, Milton de Almeida Santos.

Em tempos de novas ideias, compete aos sábios sua ordenação, propagação e o claro entendimento, para que elas possam ser absorvidas por uma dada sociedade; no artigo, Milton Santos, na função de sábio, alertava quanto a consequências, numa sutil agulhada aos, digamos, equívocos cometidos em função das necessidades daqueles que tentam classificar as minorias subdividindo-a em grupos, até para que não saibam quantos são os que estão à margem.

Ele fazia uma acurada reflexão sobre educação para globalização. Entendendo que a educação deve estar disposta a contemplar, a um só tempo, interesses sociais e individuais; chama a atenção para o que denomina “*Um jogo de espelhos*”: a globalização utiliza-se do marketing político sobre cidadania, democracia, república, individualidade forte, para, na verdade, implantar o popular “salve-se quem puder”, onde tais valores não serão, ou terão, mais que efeitos de retórica.

Se tomarmos por base um desses valores, a cidadania, por exemplo, vamos perceber melhor onde e o quanto de manobra existe para os países subdesenvolvidos, propondo a ampliação das relações sociais, postulando por aparelhar o indivíduo para uma leitura histórica e dinâmica do seu tempo.

O objetivo da educação está, então, voltado para a pessoa que será capaz de atingir a realização, através da sua *“Inserção efetiva e intelectual, na sua proporção pelo trabalho, na garantia de que a dinâmica social não será excludente”*.

O resultado, nos parece, não está sendo obtido com sucesso, a contar pela massa de excluídos do mercado de trabalho, da visão caótica oferecida na observação dos concentrados urbanos, das dificuldades da interação do indivíduo com a própria sociedade.

Pensando no Brasil, um sistema educacional, fruto e formador de uma sociedade que vem, a quinhentos anos, sempre reproduzido o modelo de quem efetivamente mandava ontem ou manda hoje, não vai, mesmo, conseguir fazer coisa melhor.

Quando, hoje, a partir da conscientização - e agora, cuidado, pois o espelho é como aqueles abaulados, onde o gordo é refletido magro, ou o alto, baixo, etc. - para a valorização individual como forma de se erguer o coletivo, são dois os discursos: o primeiro, sobre como a sociedade viveu ao longo da história; o outro, aponta para o indivíduo, dando-lhe a obrigação de se destacar no grupo, pelo conhecimento e titulação, visando um objetivo específico, sem considerar seu entorno.

Fica, então, decidido que “os fins justificam os meios”, como costumamos dizer, sem atentar para as condições de momento que permitiram formar seres individualistas, sem consideração pelo humano e seu entorno.

Certamente, a simples informação para o atendimento do mercado de trabalho, isto é, a instrumentalização de pessoas, fará com que, a médio prazo, democracia, república, cidadania, sejam arcaicos pressupostos; daí o título do artigo: não há como ignorar o processo de globalização em marcha; mas, o que se espera é que a escola, fonte da direção que toma o mundo, seja capaz de bem julgar o que está na moda, de sorte a conferir se universalidade, igualdade, progresso, para não ficarem esquecidos, não serão tratados superficialmente.

“Deficientes cívicos” poderão dar lucro; mas, infelizmente, não serão capazes de práticas inspiradas no respeito à individualidade, à identidade grupal, à diversidade na sociedade que todos idealizamos.

O sábio é desprovido de temporaneidade: suas ideias atravessam os séculos, e são, sempre, marcos na vida estudantil; com a obra de Milton Santos, não será diferente.

A reflexão sobre causas e efeitos na proposta, será, sempre, ponto de partida para a análise no campo do conhecimento das sociedades, desde que elas cuidem para não formar um exército de “deficientes cívicos”.

Morreu o mestre: lamentos; mas, o pensador fica na fantástica dinâmica que move os seres humanos, hoje, ontem, amanhã e sempre.

Biotecnologia

04 de agosto de 2001

Expositor: Ademir Barros dos Santos

Debatedores: Marilda Aparecida Corrêa; William M. R. Thomas

Introdução

A engenharia genética nos promete, ao modificar o DNA, um futuro mais sadio, alimentos abundantes, menor poluição ambiental, longevidade ampliada e melhor qualidade de vida.

Este assunto, no entanto, possui longa tradição, havendo sido pano de fundo para obras de ficção científica, tais como “Admirável Mundo Novo” de Aldous Huxley que, já em 1932, escreveu, passo a passo, o que seria a produção em série de seres humanos.

Os tempos mudaram; mas, a ficção tende a se tornar realidade: aí está a preocupação generalizada com *transgênicos*, *clonagens*, *terapias genéticas*, etc., práticas que, embora científicas, têm se expandido em ritmo acelerado, mas sem qualquer controle, sem qualquer norma estabelecida.

O que é preciso conhecer sobre a engenharia genética

Em primeiro lugar, é preciso curiosidade crítica sobre o assunto que está em pauta: é preciso preocupar-se em não nos deixarmos levar pelas informações dadas por terceiros e pela imprensa, sem qualquer senso crítico, sem qualquer filtragem, e procurar entender para que lado o mundo caminha com a pesquisa genética. Antes de mais nada, é preciso entender os aspectos sociais que esta pesquisa pode afetar.

Efeitos da biotecnologia

É impossível prever os efeitos futuros do avanço biotecnológico, assim como é impossível afirmar que os próprios cientistas conheçam plenamente o caminho que só o futuro apontará.

Não há como aprovar ou condenar, pura e unicamente, a pesquisa genética; sem dúvida, ela nos trará grande progresso: poderá possibilitar, entre outras coisas, a criação de remédios específicos e individualizados, sem efeitos colaterais, por exemplo... mas, o avião também foi inventado para fins pacíficos, e se tornou pai dos mísseis, armas típicas de guerra.

Não se pode dizer, hoje, que a biotecnologia está caminhando para o bem ou para o mal, até porque não é possível conceituar com exatidão o que é o bem ou o que é o mal.

Certamente, a ciência ainda está se descobrindo neste campo: o Projeto Genoma, por exemplo, não está totalmente concluído; nem os projetos de análise sobre o funcionamento do cérebro humano.

Podemos estar caminhando para o “Admirável Mundo Novo”, de Huxley, onde tudo é felicidade e ordem, e a sociedade é perfeita, embora toda artificial: afinal, o Prozac já existe.

Também podemos nos encontrar, inexoravelmente, a caminho de “1984”, de Orwell, onde a liberdade individual é nula, a informação toda manipulada, e a vida comandada pelo “Grande Irmão”, invisível e todo poderoso.

Estamos nesta encruzilhada, hoje.

É evidente que, como tudo na vida, o caminho mais lógico é o caminho do meio, conforme Aristóteles já ensinava, em tempos que não voltam mais.

Mas, qual é o meio? Certamente vamos conviver com a vigilância institucionalizada, que tende a aumentar: embora pareça invasão de privacidade, ao mesmo tempo pode aumentar a segurança individual, diminuindo a criminalidade.

Não é de crer que chegaríamos ao extremo da vigilância ideológica de Orwell, pois o mundo político já não aceita este tipo de controle; mas, o que deve aumentar é a vigilância da ordem social, com câmeras espalhadas pelas ruas, lojas, lugares públicos, etc. etc., vigilância que pode facilitar a medicina a distância, por exemplo, pelo monitoramento individual de sinais vitais.

A tecnologia, que nada mais é que a ciência popularizada, pode proporcionar, também, a melhor distribuição da renda mundial, pois a disponibilização dos bens de vida certamente aumentará.

Talvez não se trate da renda no sentido de dinheiro, mas sim de qualidade de vida, ou seja: há a possibilidade de consumir sem utilizar moeda corrente; até mesmo, sem precisar comprar...

A tecnologia pode fornecer, enfim, enorme gama de facilidades; mas, certamente, há coisas que, embora, no primeiro momento, nos pareçam boas, são ruins a longo e médio prazo; e vice-versa: o bebê clonado e encomendado, aqui, é um bom exemplo.

Novas formas de discriminação

Assunto controverso é a discriminação que, à primeira vista, poderá adquirir novas formas, com as novas tecnologias: é possível; mas, certamente, não serão desenvolvidas formas duradouras, pois a tendência da pesquisa genética, é a mesma de qualquer ciência - converter-se em tecnologia, ou seja: abandonar os laboratórios de pesquisa, ganhando as ruas, embutida em produtos, facilidades, atitudes, procedimentos, etc.

Pois bem: o que aconteceria com os discriminados? Simplesmente seriam eliminados, pelo uso da tecnologia!

Vamos lembrar do “Admirável Mundo Novo”, onde há quatro classes sociais, todas produzidas em laboratório: os antigos discriminados não mais existem, pois, não sendo produzidos, desaparecem, sendo eliminados.

Ali, os “alfas” comandam o mundo, e os “deltas”, essencialmente serviços, portadores de deformações físicas que os adapta ao serviço executado, embora criados para servir, sentem-se extremamente confortáveis em sua posição; e, mais: sequer entendem como os “alfas” podem ser felizes sendo o que são.

Já é possível entrever-se hoje, por exemplo, a aplicação de tratamento intrauterino na criação de “raças fortes”, digamos assim, destinadas a trabalho específico, que exija força; na mesma linha, talvez se possa imaginar outros resultados adaptados para outros serviços...

Receios com a utilização da biotecnologia

O maior receio, sem dúvida, é a invisibilidade do processo. É o receio de que alguém, em determinado momento, se arvore em absoluto conhecedor de todas as técnicas, em *expert* da biotecnologia, e passe a tomar decisões que pareçam acertadas e definitivas no momento em que são tomadas; mas que, a prazo mais alongado, acabem trazendo mais confusão, quando não hecatombes insolúveis e incontroláveis.

Cientistas há que afirmam que o vírus da AIDS é produto industrial, disseminado por descuido; decisões tomadas em momentos em que alguém pensa que domina todas as variáveis, várias vezes são totalmente irracionais.

Por exemplo: porque, hoje em dia, modernos *kamikazes*, envoltos em bombas, explodem, e passam a ser heróis? Apenas porque, em determinado momento, alguém disse que essa era a melhor solução para sua ideologia!

A biotecnologia comercial

Este é o destino inevitável de qualquer tecnologia - popularizar-se, gerando lucros. Daí que o futuro dos investimentos em biotecnologia é o mesmo de qualquer investimento de fundo capitalista: gerar lucro aos investidores.

Assim sendo, os países e povos sem condições de investir em biotecnologia, serão, obrigatoriamente, transformados em consumidores dela, fragilizando-se econômica e socialmente por decorrência, pois a experiência tecnológica de risco será, fatalmente, transferida para lá.

Os transgênicos e o controle populacional

Se nos lembramos que somos, principalmente, o que comemos, é fácil entender que alimentos transgênicos permitem, por exemplo, criar cretinos e desenvolver idiotas: basta que se alimente a mãe de forma a prejudicar, cientificamente, o desenvolvimento hormonal ou cerebral dos filhos ainda em gestação.

Alimentos transgênicos, se não rigidamente controlados, serão consumidos para onde forem exportados, sem qualquer certeza do importador quanto à eventual modificação genética do alimento importado. Não se pode esquecer, também, do desenvolvimento de armas bioquímicas e biológicas.

Como irá, alguém, controlar qualquer micro-organismo solto na atmosfera? O controle absoluto é impossível: qualquer micro-organismo pode ser inserido em qualquer alimento, sem que se avise ao alimentando.

Ficção: caso os americanos cismem de acabar com o restante da população mundial, eles, que são os principais exportadores do mundo, podem distribuir produtos modificados de forma a produzir efeitos negativos em quem os consome.

Por exemplo: algum tipo de câncer de fígado ou esterilidade, que só se manifeste em vinte ou trinta anos; é claro que os países atingidos estarão fadados a queda populacional bastante acentuada; ou, no mínimo, à debilidade provocada sobre os pouco remanescentes.

Agora, se quiserem avisar, no rótulo de seus produtos, que se trata de veneno, avisam; mas, quem ousa obrigá-los, caso não queiram?

Os próprios cientistas americanos alertam para o perigo mundial que é a poluição industrial; mas, o governo americano se recusa a cumprir, sequer a assinar, qualquer protocolo de intenções para diminuir esta poluição...

A voz do cientista não atinge a Casa Branca, que só busca o ganho financeiro no desenvolvimento industrial; e nada mais.

Clonagem ou transgênicos

Sem dúvida alguma, os transgênicos representam maior perigo que a clonagem. Por sinal, esta também já é estória antiga, assim como a alteração genética do ser humano: Menotti del Picchia, em “A Filha do Inca”, trata do assunto que, naquele momento, não passou de ficção. Hoje, já não é mais tão ficção assim...

Enfim: a clonagem, especialmente com fins bélicos - o que exige grande número de clonados - não poderá ser tentada disfarçadamente, à vista da tecnologia de espionagem hoje disponível.

Há mais: para se formar um exército, há que se formar humanos bélicos; a clonagem forma o corpo, mas não a personalidade, que depende de outros fatores, não necessariamente genéticos.

Imagine-se, por exemplo, a clonagem de nosso amigo Hitler: alguém consegue projetar dois Hitlers passeando, tranquilamente, pelos jardins alemães, enquanto planejam, de mãos dadas e sob o alegre chilrear de inocentes pássaros, qual será o próximo país a ser destruído? Ou ainda, tranquilamente sentados frente à TV, enfrentando a noite do rigoroso inverno alemão, calma e friamente decidindo, entre dois copos do melhor vinho da Renânia, o próximo capítulo da história, como quem escolhe o próximo morto de “A Próxima Vítima”?

Todo o investimento em clonagem pode cair por terra em um momento, caso se tenha, disponível, tecnologia para monitoramento global: se é possível detectar-se, por satélite, qualquer pequeno foco de incêndio em qualquer ponto da Amazônia, que dizer dos campos de fabricação de clones bélicos...

Depois, quanto tempo deveria durar qualquer guerra tocada por clones, para dar tempo de formar o tal exército? Ou estaria a guerra planejada com tanta antecedência - vinte anos, por exemplo - para que se investisse tanto dinheiro em tão arriscado empreendimento?

Quem investiria pesadamente, durante muitos anos, para formar seres humanos unicamente para morrer na guerra?? Parece contrassenso, não?

Agora, como “cortina de fumaça”, é um bom argumento: enquanto o mundo se preocupa acompanhando clonagens difíceis de conseguir, altera-se geneticamente o que se quer, sem qualquer possibilidade de detecção... Certamente, o medo deve estar em outro lugar...

Por outro lado, as técnicas de clonagem permitem - ou certamente permitirão - o desenvolvimento de órgãos humanos para transplante, não através da produção industrial de natimortos, mas, sim, a partir de células-tronco que, aparentemente, podem ter seu desenvolvimento direcionado à formação de qualquer órgão, como foi o caso daquela bizarra orelha nas costas de um rato: já que foi possível fazer até a orelha, para fazer-se um coração, um fígado, etc., certamente apenas basta um pouco mais de desenvolvimento científico.

O futuro

Sobre o futuro, não parece possível dizer nada. O que se pode, simplesmente, é rezar pelo bom senso, e manter a expectativa de que Aristóteles ainda esteja certo; e que, realmente, possamos escolher o caminho do meio, otimizado.

Resta, ainda, uma boa dose de esperança: a natureza acaba, sempre, se sobrepondo à vontade do homem. Portanto, batemos de frente com o imponderável.

A verdade é que, por qualquer caminho, a ciência seguirá até o fim; a nós, pobres mortais, passivos espectadores do processo, não resta muita coisa a fazer, exceto assistir, rezar, e resistir, se for possível.

Ou, em último caso, simplesmente, chorar...

Debatedores: Tanto Marilda Aparecida Corrêa quanto William M. R. Thomas destacaram o senso crítico que deve nortear as ações individuais e de governo com relação à biotecnologia.

Marilda lembrou das iniciativas na divulgação de combate aos transgênicos, por exemplo, que não podem ser minimizadas, pois, neste momento, quando nem todos os estudos estão concluídos, estas são, no mínimo, um exercício a provocar o aprofundamento no assunto.

Para Thomas, iniciativas populares de combate deveriam passar, primeiro, por uma cobrança aos membros do Poder sobre o conhecimento da matéria, e sobre o que está realmente sendo feito em defesa da população.

Expositora: Eloísa Gonçalves Lopes

Folclore

O termo folclore foi adaptado do original em inglês, a partir do alemão *folk-lore*, palavra que significa “saber popular” ou “cultura popular”; criada pelo estudioso William Thomas, caracteriza-se pelo conjunto de atividades, maneiras de sentir ou pensar e agir, das camadas populares de uma região.

Para o criador da expressão, folclore significa o conjunto de “antiguidades populares”, conceito que se dirige especialmente aos objetos de arte popular, aos artesanatos. Mas, ele menciona ainda, e de maneira bastante explícita, os “usos, costumes, cerimônias, crenças, romances, refrão, superstições, etc. dos tempos ‘antigos’”.

Sendo assim, tal termo abrange uma variedade muito grande de atos, modos de pensar e sentimentos de um povo.

O Dia do Folclore é comemorado em todo o mundo no dia 22 de agosto.

As categorias do folclore

Os autores e estudiosos costumam agrupar o universo folclórico em algumas categorias básicas:

- Linguagem: O falar típico de uma região: modismos, provérbios, expressões antigas usadas no presente e etc.;
- Música e dança: instrumentos musicais como o berimbau, a cuíca, o tambor, ritmos como o frevo pernambucano ou o maxixe carioca, o samba de maracatu, rancheira do Rio Grande do Sul ou, ainda, a marcha-rancho dos carnavais, o pastoril Folia de Reis, Reisado de Congada, Bumba meu boi, Guerreiros, capoeira, fandango, etc.;
- Usos e costumes: os mais difundidos referem-se à alimentação, e os exemplos podem ser vistos através de comida típica de cada região, estado ou país. Há, também, rituais como o noivado, o casamento e o enterro, as formas de curar doenças e os remédios caseiros;
- Crendices: rezas, “mau-agouros”, fantasmas, lendas, simpatias, mitos;
- Brincadeiras infantis: músicas, cantigas e brincadeiras de roda;
- Festas e jogos: festas juninas e religiosas, cavalcadas, vaqueirada e vaquejadas, carnaval;
- Literatura: literatura de cordel.

O objetivo deste trabalho é refletir sobre a contribuição da cultura africana para a formação da cultura brasileira, o que, em muitos momentos, torna-se um pouco difícil, devido à adaptação dos povos, tanto africanos quanto europeus que para aqui vieram, incorporando aos seus costumes locais.

A dificuldade está em diferenciar-se, após algum tempo, o que é influência africana do que é costume indígena ou europeu, vez que estas culturas, interagindo, acabaram por criar, ao meu entender, diversificações ou ramificações de cada uma delas.

Porém, o estudo dos costumes e da cultura africanas permite delimitar a influência típica do continente africano através da história e dos relatos históricos já muito estudados em nosso país.

Hoje, no Brasil, em cada estado, há sempre uma ou mais manifestações religiosas ou espirituais, como candomblé, macumba, benzimentos e outras.

Há que se salientar, também, que estas influências variam em todo o Brasil, em acordo com a região da África a que pertenciam os escravos que eram comercializados nos mercados e diversos estados brasileiros.

O Lundu

Assim, começaremos, a partir de hoje, a falar sobre manifestações culturais, sendo a primeira delas o lundu, ou lundum, uma dança de origem africana; vale a pena transcrever, aqui, o texto do Prof. Ribeiro, folclorista pesquisador e autor do livro “Brasil no folclore”, a respeito do lundu: “[...] dança expressivamente lasciva e sensual de origem africana”.

Em princípio, foi uma dança lúdica e ardente dos negros, tendo passado, depois, para os salões como dança brejeira, afinal se perdendo na transformação incessante de novas formas.

O lundu é acompanhado por bandolim, e não há acompanhamento de canto. Seu ritmo é 6 por 8 animado, lembrando a dança escocesa.

- Coreografia: os componentes da dança sentam-se em torno de uma sala e esperam o início; uma mulher se levanta e se dirige para o centro do círculo, com passos provocantes; um homem sente a sua atenção despertada pelos seus requebrados e segue seus movimentos; os instintos entram em exibição, e a volúpia apodera-se dos dançarinos em escala crescente: dança-se em volteios sensuais, até que a mulher, desfalecendo, cai nos braços do homem, e cobre seu rosto com lenço, para ocultar sua emoção.

O consagrado folclorista brasileiro Luís da Câmara Cascudo, a respeito do lundu, desenvolve interessantes considerações que, por sua oportunidade, são inseridas neste ensaio:

O Capuchinho italiano Bernardo Maria, mencionava o Lundu como uma das danças de uso abominável em Angola, onde foram missionários apostólicos e Prefeito das Missões, compreendendo o Congo. O seu dicionário da língua bunda ou angolense, explicada na Portuguesa e Latina, imprimiu-se na imprensa Régia, Lisboa, 1804. Podia dar depoimento sem ver a idade de contestação há mais de 150 anos passados.

Nas primeiras décadas do Século XVI, o Lundu estava em Portugal e tão insistentemente bailado que o Rei D. Manuel o proibiu, ao lado do batuque. O veto valorizou a dança que, tentando como cousa defesa, foi seduzindo as gerações até à contemporaneidade.

Quando apareceu no Brasil essa dádiva coreográfica e melódica de Angola é que não será possível apurar. Não adiantará dizer que mineiros e mineiras da Vila Rica adoravam o Lundu, mencionando o quente Lundu nas cartas chilenas, guardando costumes nos finais do século XVIII. Bailavam teimosamente, [...], homem diante de mulher, ou vice-versa, com palmas, castanholas e requebros.

Derramou-se o Lundu pelo Brasil e a memória bailarina nacionalizara-o sem recordar os bamboleios iniciais em Luanda e, com variantes e acréscimos no dinamismo das ancas, do Zaire ao Cunene, não exilando Cabinda na prática do saracoteio. Antônio de Moraes Silva, brasileiro, senhor do engenho novo de Muribeca em Jaboatão, perto de Recife, dono de escravos e escravas que se desmanchariam no Lundu frenético, registrou, no seu dicionário da língua portuguesa: “Lundu, e não Londum: Dança chula do Brasil, em que as dançarinas agitam indecentemente os quadris.

Gostavam do lundu brancos e pretos. João Maurício Rugendas, visitando as regiões do Sul de 1821 a 1826, anotara: “outra dança negra muito conhecida é o Lundu também dançada pelos portugueses, ao som do violão, por um ou mais pares. Talvez o ‘fandango’, ou ‘bolero’ dos espanhóis, não passem de uma imitação aperfeiçoada dessa dança.”

Charles Ribeyrolles, 1858-1860, conseguiria uma pincelada energética: “mais além é uma dança louca, com a provocação dos olhos, dos seios, e das ancas. Espécie de convulsão inebriante a que chamam lundu.”

Rugendas documentou o lundu com dois desenhos, deliciosos, de precisão e movimento; Spix e Martius, em atlas de sua viagem ao Brasil, 1871-1820, registram um batuque, dança de negros, realmente um Lundu, pelos braços tipicamente erguidos. Frei Miguel do Sacramento Lopes Gama do Carapuceiro (novembro de 1842, Recife), lembrava nas festas de bodas e batizados:

Ao som de cítara e viola
também era muito usado
o dançar as umbigada
o Belo Lundum chorado.

Era o meigo Lundum gostoso que Domingos Caldas Barbosa cantava, ressoando na “função”, evocada por Nicolau Tolentino, na Lisboa do Príncipe Regente Dom João:

Em bandolim marchetado
os ligeiros dedos prontos
Louro peralta adamado
foi depois tocar os pontos
o doce lundum chorado.

O lundu era dançado com instrumentos de percussão e depois de corda. Não seria cantado em Angola e menos inicialmente no Brasil. Mas, pelo século XIX, o lundu ganhou esta característica: anteriormente, seria apenas o ritmo; então, o lundu cantado ganhou popularidade no plano da simpatia.

Silvio Romero (*Estudos sobre a poesia popular do Brasil*, Rio de Janeiro, 1888) escreveu: “Os lundus são uma variante das modinhas, são mais entrecortados e lascivos na música, e mais explosivos na letra. São populares e festejadas até nas trovas anônimas com os seus tipos especiais de poesia, o que se vê destes versinhos:

Eu era pequenina,
e aprendia o B-A-BÁ,
minha mestra me ensinava
O lundu de marruá.

Antes, publicando na “Revista brasileira” (tomo VI, Rio de Janeiro, 1880) as pesquisas sobre a poesia popular no Brasil, Romero divulgara o mesmo cantar de 1888, mas o versinho citado era outro:

Quando eu era pequenina
e aprendia o B-A-BÁ
minha mestra me ensinava
o lundu de Mon Roy!

Esse lundu de Mon Roy era português do século XVIII, e Pinto de Carvalho informava vê-lo manuscrito na Biblioteca de Lisboa (*História do fado*, Lisboa, 1903). Nos cantos populares do Brasil (Rio de Janeiro, 2ª ed. 1897), a quadrinha reaparece modificada:

Minha mãe mandou-me à escola
aprender o B-A-BÁ
me ensinou
o lundu de marruá.

Esse lundu de marruá (novilho, touro) foi a dança preferida na cidade de Salvador, conforme Emanuel Quirino descrevia o bailado entre elegantes da Bahia: “O Lundu de Marruá - duas pessoas, na posição de dançarem a valsa, dançavam o começo do lundu; depois, apartavam as mãos, levantavam os braços em posição graciosa, a tocar castanholas, continuando a dança desligadas.”

Esse lundu estava despido das umbigadas que davam sal e pimenta para a patuleia devota. Mas, à volta de 1880, já não era bailado muito conhecido e sim canção, notada por Silvio Romero. Foi essa a forma sobrevivente.

O barão de Santana Nery explicou, em Paris (1889), os sortilégios do lundu; a música mereceu atento registro de Oneyda Alvarenga (*Música popular brasileira*, Porto Alegre, 1951), estudo especial de Rossini Tavares de Lima (*Da conceituação do Lundu*, São Paulo, 1953).

Quanto à sua importância, é suficiente esse trecho de Oneyda Alvarenga: “Mário de Andrade acentuou (em estudo inédito que me revelou) a importância social dos negros que eram considerados um mundo à parte, que o branco escutava e via condescendência, mas não permitia que entrasse no seu alvo mundo.”

Continua:

O lundu foi a primeira forma de música negra que a sociedade brasileira aceitou e, por ele, o negro deu, à nossa música, algumas características importantes dela, como a sistematização e o emprego da abaixada.

Não sei de sua presença portuguesa, assinalada na segunda metade do século XIX. António Arroyo dividia, em 1909, a temática coreográfica lusitana em quatro zonas, e os tipos essenciais eram a chula, o fandango, as saias e o corridinho. Nunca ouvi mencionar o lundu em Portugal. Desapareceu em Angola. Viveu como canção, no Brasil.

Cor, emprego e subemprego

06 de outubro de 2001

Expositor: José Carlos Moura

Debatedores: Jeferson de Assis Moura; Daniela Andrade Lopes Sena

Sinopse: O expositor, por sua larga experiência em atividades nos setores empresariais que envolvem os recursos humanos, em um painel, fez uma análise conjuntural a respeito de vários aspectos relacionados à seleção de pessoal e à prevalência dos estereótipos.

Informou sobre pesquisa informal que fornece o escandaloso percentual de negros que, estando empregados em 1998, hoje amargam o desemprego: 68% deles.

Reportou o tipo de empregos que mais são ocupados por negros: geralmente os mais penosos, os que exigem menor qualificação e, sobretudo, os de menor remuneração. Nesta situação, o segmento negro brasileiro ainda sofre maior cobrança quanto ao resultado do seu trabalho, diferente do que acontece com seus colegas.

Quando o empregado é qualificado, não raro tentam impor-lhe obrigações além do rol de sua habilitação, numa tentativa clara de desvio de função, situação que pode até ser utilizada como causa de demissão ou de recolocação na grade funcional da empresa.

Referiu-se, também, à seleção dos empregadores que, quase sempre de maneira preconceituosa, precede a escolha de empregados, por assentada em estereótipos, quase sempre em detrimento de candidatos negros.

Neste aspecto, citou a ocorrência de caso em que, sendo negro o responsável pela seleção, ainda assim o procedimento era o mesmo: a justificava para tanto era os “usos e costumes” da empresa, e a busca da forma de “agradar” superiores, mesmo sem a certeza de selecionar o melhor qualificado.

Não deixou de analisar os aspectos do trabalho da mulher negra: sua retribuição salarial em relação à mulher branca (que já tem uma redução em relação ao homem branco) é, consistentemente, menor.

Enfatizou, ao final, que tais ocorrências nas relações de trabalho, de modo geral, sancionam uma indesejável quebra da autoestima e, no círculo vicioso, geram posições estereotipadas e negativas em relação ao negro.

Resumindo: discussões como as que hoje estão sendo desenvolvidas, podem ajudar na superação do problema; porém, fundamental é que se adotem ações afirmativas que assegurem uma isenta concorrência interétnica no campo do trabalho.

Jeferson salientou, por sua experiência de vários anos na indústria, que a situação descrita genericamente pelo expositor, é o quadro que prevalece nas relações de trabalho. Daniela referiu-se às fontes do estereótipo imposto ao negro, que o coloca fora do setor produtivo, o que restringe as oportunidades a este acesso.

Expositor: Ademir Barros dos Santos

Debatedores: Jeferson de Assis Ferreira; Eliégine Miranda da Silva

A revista *Raça* de junho de 2000, p. 14, trouxe importante notícia: sob o título “Promessas do fim da pobreza”, diz ali, entre outras coisas, que a União Europeia não iria perdoar a dívida africana, que equivalia a 350 bilhões de dólares naquela data.

É verdade que parte dela foi posteriormente perdoadada, com o que pode, a África, constituir novas dívidas, em substituição às impagáveis dívidas antigas.

Porém, é obrigatório admitir-se: há, certamente, algum mal-entendido naquela notícia; afinal, quem deve o que a quem? Se são dívidas contraídas por governos coloniais, então é dívida entre europeus - o africano não tem nada com isso. Não lucrou nada com isso.

Se não, então não há dívida, pois, o europeu tirou da África muito mais do que cobra, em intermináveis quinhentos anos de contínuo e implacável esbulho possessório, cujo montante ainda não foi apurado, reconhecido ou pago.

Só se pode entender tal dívida como o resultado de um bem elaborado plano de lavagem de dinheiro: a Europa esbulhou a África durante longos séculos, e a deixou exaurida; logo depois, na saída, emprestou-lhe parte do saque, convertendo-o em dívidas que, assim, virou dinheiro limpo!

Em resumo: o ladrão emprestou o que roubou ao roubado que, de roubado, passou a devedor do próprio ladrão! Plano de gênio!

Após cavar minas e mortes em terra africana, esburacar o solo e a alma africana, esbulhar minérios e orgulhos africanos, a Europa deixou, à África, apenas dívidas e entulhos. Sobretudo, fabricados entulhos humanos.

Cascalhos inúteis: hoje, Congo, Uganda, Ruanda, tudo o mais, se esforcem como titãs para deixar de ser restolhos de portugueses, belgas, franceses, ingleses, outros mais.

Entulhos, nada mais. Entulhos negros. Semimortos que teimam em viver, e que mostram, vez por outra, em terras distantes e a impassíveis televisões, olhos opacos e brancos pendurados em caras pretas, assustadas, sempre paradas em meio a feridas, fomes, sujeiras, sem que nada se possa fazer, além de chorar.

Chorar por meus primos africanos. Parentes distantes, de sangue. Que eu não conheço.

Primos meus, que talvez morem no Congo, de onde belgas arrancaram mais do que vidas, e muito mais que a borracha, com a qual se pretende apagar a história; deceparam-se, ali, as mãos que colheram a tal da borracha, para que não escrevessem, em árabe talvez, a verdadeira história desentortada.

Ou, talvez, estes meus desconhecidos primos habitem Angola ou Moçambique, onde ainda é possível que, sem qualquer aviso ou guerra, repentinamente voem pernas, arrancadas pelas minas que sobraram de intermináveis guerras civis.

Congos sem mãos, Angolas sem pernas, Etiópias sem nada: resultados do progresso europeu em terras de África - que, além de tudo, ainda deve pagar por isso!

Mas, não se trata apenas da África: trata-se, sobretudo, das vidas africanas, que insistem em permanecer, inacreditavelmente, vivas!

Vivas? Nem tanto. Meras carcaças que se movem, buscando comida e paz; que se matam, buscando comida e paz; que empestieiam o ar que respiram com seu fedor permanente de morte, apenas buscando comida e paz.

Meros zumbis, atacados por vampiros europeus que, não contentes com o sangue sugado de suas vítimas, ainda insistem em lambe-lhes as feridas ressecadas.

Mas a Europa, causadora de tanta desgraça, informa que a África lhe deve; e imperdoável é a dívida.

Imperdoável, mesmo, é que a Europa não tenha, ainda, se arrependido pela indevida ocupação que, diziam, pretendia preparar o futuro africano - que, afinal, chegou. Como o vemos, hoje!

A Europa eliminou, pelo menos, trinta milhões de vidas com sua intervenção: dez milhões, no Congo, dito belga; outros dez, caçados vivos durante quatrocentos anos de escravidão para exportação; mais dez entre os mortos naqueles anos, ou a chicote e bala nas minas da África do Sul, Namíbia, Rodésias e adjacências; portanto, se a Europa indenizar, à África, algo em torno de U\$ 12. 000,00 por vida eliminada, a dívida estará paga!

Pois que pague! Não aos afrodescendentes - ou melhor, aos escravos descendentes, nem em dinheiro vivo, como querem alguns: isso seria impossível.

Mas que apenas se devolva à África, em escolas, hospitais, saneamentos, etc., pequena parte do que a Europa lucrou, e não há mais que se falar em

perdão de dívidas ou em programas de erradicação da pobreza - que o europeu implantou, e agora utiliza, politicamente, fingindo cooperação.

Afinal, devolveu-se aos judeus o que lhes foi roubado em oito anos de declarada guerra mundial: nada mais justo; porém, ao africano, ainda desprezado por inútil, nada se devolve do que lhe foi arrancado por mais de quinhentos anos, mesmo sem a existência de qualquer guerra. Isto é injusto.

A Europa finge esquecer-se que espalhou, sobre a África, em sua saída do continente, governos comandados por bonecos teleguiados, impostos por interesses políticos, destinados unicamente a perpetuar o colonialismo, e que esta é a fonte primeira de todas as guerras que ensanguentaram – e, talvez, ainda por muito tempo ensanguentem - o continente subsaariano, bem como de toda a corrupção que grassa por lá.

Parece que a África ainda se encontra amarrada à carcaça fantasma de estranho tumbeiro, perdido e à deriva no Mar das Tormentas, do qual é quase impossível livrar-se e desembarcar.

Mas nós, escravodescendente espalhados pelo mundo, estamos atentos; e haveremos de livrá-la deste longo tormento, ao reconduzi-la, pela mão e com imenso carinho, para dentro de nós; de onde, efetivamente, nunca deveria ter saído.

Por que nós?

07 de dezembro de 2012

Expositor: Ademir Barros dos Santos

Por que nós? Esta é a pergunta que atormenta os negros desde a segunda metade do século XV, e que ainda hoje não obteve satisfatória resposta.

Por que nós? Mesmo quando feita a europeus – que, de visitantes, passaram a conquistadores e escravizadores de África – não há quem responda consciente e claramente a esta pergunta; será que os europeus sabem por que cometeram tão profunda barbárie?

Estará nos livros a ansiada resposta? Não, não está: talvez nenhum pesquisador, mesmo os mais dedicados à história africana, tenha, em algum momento, sequer formulado a instigante questão; por certo, se a fez, pouco encontrou em suas análises e conclusões.

Para além, nem mesmo os escravodescendentes que, por sua própria origem, deveriam questionar seu passado, parecem ter-se preocupado com tal indagação.

Por que nós? Afinal, a resposta não se encontra fácil em nenhum lugar; e não adianta procurá-la por aí, aleatoriamente. Certamente se esconde, ela, entre fios históricos encadeados, enovelados, emaranhados, retorcidos e retrançados pela evolução econômica, política e social; mas que, é possível, não tenham sido devida e conjuntamente desfiados; talvez por isto caiba, aqui, a tentativa de desemaranhá-los, mesmo que sem nenhuma certeza de sucesso na tentativa.

Por outro lado, é possível que a procurada resposta se dilua, sorrateira, entre filosofias que não se admitem, conscientemente, causadoras da ignomínia escrava.

Ou estará em algum outro, desconhecido e disfarçado lugar?

É neste vazio que se coloca o presente estudo; não porque tenha, de alguma forma, destampado o buraco em que a resposta se esconde; mas, sim, porque busca lançar talvez incerta luz àquele momento histórico, em que a humanidade resolveu voltar-se para os africanos. Para escravizá-los.

Primeiro fio: escravos na história

Muito se tem dito, muitas vezes incorrendo em graves erros, sobre o sistema de escravidão já existente, na África, antes da chegada dos portugueses: diz-se, por exemplo, que a escravidão europeia imposta à África, só foi possível porque africanos escravizavam africanos, não lhes sendo, portanto, novidade a escravidão dos inimigos; antes, por culpados, deveriam pagar, com a mesma moeda, o erro cometido.

É verdade. Em parte: já antes da incursão europeia, africanos escravizavam africanos vencidos, ou por dívida. Algumas culturas ofereciam, ainda, seus filhos, como garantia de empréstimos que, se não honrados, transformavam crianças em escravos do credor.

É verdade. Mas, esta escravidão era temporária, e compatível com o valor da dívida. Quanto aos vencidos em guerra, via de regra, tornavam-se tributários dos vencedores. Não seus escravos.

Neste caso, e quando a escravidão acontecia, no mais das vezes tinha, por finalidade, assimilar os vencidos aos costumes dos vencedores. Aos quais eram, posteriormente, integrados: essa a escravidão que vigorou, por exemplo, em Palmares e entre os fula, conforme autobiografia Amadou Hâmpaté Bâ, em seu “Amkoullél, o menino fula”. Assim também entre os imbangala, de quem Nzinga foi rainha.

Outro ponto: se a preexistência de escravidão como instituição social plenamente aceita é justificativa para o sistema cru de banimento compulsório

que, a partir dos portugueses, passou a vigorar para a África, porque não se escravizou, por exemplo, os judeus, que também escravizavam judeus, do que nos dá prova a própria Bíblia?

Ou que se escravizassem muçulmanos: afinal, foram eles os vencidos nas guerras de Reconquista; e também mantinham seus escravos! Só que escravos protegidos pelo direito civil, que dispunha, entre outros pontos, sobre casamentos entre escravos e livres, além de autorizar juízes a libertar escravos submetidos a maus-tratos, conforme documentam Peter Demant em seu “O mundo muçulmano”, e León Poliakov, em seu “De Maomé aos marraños”, além de outros autores de similar porte!

Não é demais lembrar que a dinastia dos mamelucos teve início com um escravo que assumiu o califado, no Egito muçulmano...

Enfim: a escravidão dos vencidos sempre foi instituição histórica; que não se despreze o fato de que os gregos se desenvolveram assentados na escravidão! Há quem diga, inclusive, que a democracia só foi possível porque havia escravos na Grécia, o que permitia aos cidadãos, donos de todo o tempo livre e ocioso, filosofar.

Entre os romanos, é famosa a história de Spartacus, o escravo cuja revolução abalou as estruturas do Império...

Por outro lado, há que se lembrar que o regime escravo, à época em que se inicia, pode ser considerado verdadeira evolução da sociedade: é a partir da escravidão que os vencedores param de matar, pura e simplesmente, seus vencidos, apenas para conquistar-lhes a terra.

Ainda mais: núbios e egípcios integravam os vencidos à sua sociedade, através da escravidão; não é outra a história dos judeus; especialmente a do ex-escravo José que, sujeito apenas ao faraó, acolhe no Egito sua família; da qual todos os judeus descendem, porque é naquele país, africano, que, de pequena família, transformam-se em nação!

Não foi outra, também, a posição dos babilônios quando escravizaram os judeus: permitiram que Daniel, por exemplo, se tornasse o profeta que se tornou. Por outro lado, diz a Bíblia que Joaquin, o Exilarca “até o fim de sua vida, [...] comeu na mesa do rei de Babilônia”.

Daí que novidade, mesmo, não foi a escravidão: foi, sim, a forma, o descaso, o fim e o intuito com que ela foi aplicada à África.

Para entender tal mudança de atitude, é preciso rever o ambiente que a propiciou, do qual se apresenta, a seguir, o que parecem ser alguns dos pontos principais.

Segundo fio: a evolução religiosa

Maomé vai à montanha

O período compreendido entre o final do século VII e o início do VIII, assistiu ao nascimento, crescimento e difusão da mais recente religião mono-teísta hoje conhecida: o islamismo, de rápida expansão.

A nova fé logo se estendeu: a partir da Península Arábica, atingiu, a leste, a China; conquistou a Indonésia; dominou a Síria; espalhou-se para oeste, chegando ao Atlântico.

No caminho, conquistou o Egito e todo o norte africano. Logo a seguir, em 711 d.C., pelas mãos de Tarik, o mouro, foi levada a atravessar o Mediterrâneo, pelo estreito de Gibraltar – cujo nome, em árabe, significa, exatamente, montanha de Tarik.

Da montanha, a religião de Maomé espalhou-se por todo o sul da Península Ibérica, onde permaneceu durante quase oito séculos, só saindo definitivamente às portas do século XVI.

Neste período, é bom que se ressalte, viveu-se ali, com todos os percalços que o confronto político naturalmente traz, época de forte expansão cultural, sob batuta muçulmana: é período marcado pela tolerância entre judeus, cristãos e muçulmanos, que trabalhavam em estreita cooperação, produzindo cultura e evoluindo em diversas ciências, dentre as quais a astronomia, as matemáticas, a filosofia, etc.; tanto assim que, para os historiadores, este é o período em que a atual Espanha é chamada “das três religiões”.

Mas, os reinos ibéricos sempre resistiram à ocupação e, em nenhum momento, o domínio islâmico deixou de enfrentar guerras, por que tais reinos não combatiam simplesmente por política, por reconquista de território, mas, sim, pela defesa da fé, já que os muçulmanos, embora aceitando Cristo, o colocavam – e colocam – no mesmo patamar que Abraão e Moisés: um profeta entre profetas, dentre os quais se destaca Muhammad – Maomé – que, para eles, além de mais recente, é definitivo.

Como resultado, da guerra política passou-se à guerra religiosa, já que, aos muçulmanos, é sagrado defender o que o Islã conquista; mas, para os cristãos, Cristo é Deus.

Maomé e Cristo, em decorrência e por seus antagônicos seguidores, adquiriram poder crescentemente retroalimentado por poderoso apelo, talhado no fogo da guerra e no tinir implacável de espadas cada vez mais afiadas, sangrentas, resistentes e mortais. Que se digladiam ainda hoje.

Cristo, assim ressuscitado, reconquista a Península Ibérica; nesta luta pelo domínio da Península, os cristãos, no impulso da Reconquista, vêm até

Ceuta, Fez, Alcácer-Quibir, etc., na África, estendendo para lá a guerra: era preciso, enfim, destruir o poder muçulmano onde quer que se encontrasse, posto que só assim garantir-se-ia a segurança peninsular, com a certeza que Maomé não estaria preparando indesejáveis contra-ataques.

É neste ambiente que surgem heróis como os condes D. Henrique e seu filho Afonso Henriques, de tanta influência em nossa própria história, por consolidadores do Condado Portucalense, hoje Portugal; também Rodrigo Dias de Bivar, chamado El Cid.

A partir de então, a fé dos Reis Católicos se espalha e permeia todas as suas ações: em janeiro de 1492, é firmado o pacto de rendição de Granada e os Reis recebem, das mãos do rei mouro, as chaves desta cidade; então, fazem o juramento solene de manter intacta a população local, bem como suas instituições, costumes, religiões e tradições.

Mas, é pensamento não revelado destes Reis, cuja bandeira ideológica é “um só território, um só povo, uma só fé”, que os muçulmanos, vencidos, devem ser expulsos da Península, retornando ao norte da África – de onde, segundo eles, nunca deveriam ter saído.

A então instalada intolerância da fé cristã alcança, também, os judeus, considerando-os espúrios e nocivos à pureza religiosa: assim é que, em menos de três meses após o pacto de rendição – em 31 de março do mesmo ano de 1492, em que Colombo chegaria às Américas – é expedido o Édito de expulsão dos judeus, que recebem o prazo de quatro meses para abandonar o solo hispânico, sob pena de morte e confisco de bens!

É interessante notar que grande parte destes judeus gozava de apreciável fortuna, sendo financiadores do reino e dos municípios; Abravanel, um dos principais judeus financiadores do reino, publica nota de protesto contra a expulsão; mas, para Fernando, o Rei Católico, era então imperiosa a unificação religiosa, com rigoroso poder eclesiástico a servir de sustentáculo poderoso a seu governo, que pretendia centralizado e forte.

É lógico que o confisco de bens dos ricos judeus deve ter tido alguma influência nisto, já que ajudaria, e muito, na obra sacra, especialmente pelo implícito perdão às dívidas que o reino mantinha junto aos expulsos...

É então que grande parte dos filhos de Moisés parte para Portugal, que os acolhe, e que é vizinho da Espanha, tão amada pelos agora expulsos.

Mas, é tempo de peste em Portugal: mal chegados os judeus, e ela, que lá grassava há vários anos, alastra-se; e o povo português, fanático e supersticioso, imaginou que estava perante castigo de Deus, causado pela acolhida aos

hereges, matadores do Deus Vivo; é evidente que o ânimo contra os judeus, nativos ou recém-chegados, azedou-se.

Como fator de complicação, D. João II, de Portugal, na mesma época casava seu filho único, D. Afonso, com Isabel, a primogênita dos Reis Católicos; mas, o casamento dura pouco: apenas oito meses depois, D. Afonso, durante um passeio, sofre queda de cavalo, morrendo instantaneamente; a viúva, supersticiosa e fanática, culpa, por esta morte prematura, a tolerância de D. João II para com os judeus, a quem passa a odiar, implacavelmente.

Daí que, doente, meio louco, instigado pelo clero, D. João II resolve converter à força os judeus nativos de Portugal, começando pelos da Corte; mas, em 25.out.1495, ele morre, envenenado; como seu filho único, D. Afonso, estava morto, seu sobrinho, D. Manuel, Conde de Beja, sobe ao trono português.

Porém, D. Manoel ambicionava o poder sobre toda a Península Ibérica, e propõe aliar-se à Espanha, casando-se com a viúva, ainda jovem, de seu primo morto; a ideia é bem vista pelos Reis Católicos, que também desejavam alianças com os portugueses, ambicionando concretizar interesses políticos contra outras monarquias europeias.

Porém, a infanta havia, conforme já acima exposto, jurado ódio aos judeus e, a conselho de sua mãe, também fanaticamente católica, escreve ao noivo, informando que não pisaria o mesmo solo que acolhia os pés sujos dos odiados judeus.

D. Manoel concorda e, em 05 de dezembro de 1496, a assinatura do contrato matrimonial decide o destino dos filhos de Israel em Portugal: ou se convertiam, ou deveriam deixar o país no prazo de dez meses, sob pena de morte e confisco de bens!

D. Manuel espera o dia em que iria vencer o prazo da emigração compulsória, ordenando que ninguém saísse do país senão pelo porto da capital; no dia fatal, mais de vinte mil pessoas ali apinhadas são comunicadas que havia expirado o prazo para a saída: ou aceitavam o batismo cristão, ou seriam, a partir daquele momento, propriedade do Estado e escravos do rei... Repise-se: escravos do rei...!

Como ato material, os judeus, apinhados, são batizados. Em pé. Eis aí o surgimento dos cristãos-novos que, a partir de então, passam a ser depreciativamente denominados “marranos”. Ou porcos, no jargão popular de então.

Entre a cruz e as Cruzadas

Embora os muçulmanos tenham mantido o poder na Península Ibérica por vários séculos, já por volta do ano 1000 os cristãos iniciam a retomada da Península: avançando rumo ao sul, demonstram eles, aos olhos do político observador, que podem vencer, e que é possível retomar Jerusalém, e encontrar, por lá, o Santo Graal, retomando o controle e a guarda do túmulo do Messias, então sob domínio muçulmano.

Este o motivo religioso justificador das oito Cruzadas, que se iniciam em 1096 e só terminam em 1272.

É certo que o Santo Graal não foi encontrado; mas, já a Primeira Cruzada cria o reino latino de Jerusalém e, a partir de então, a Cruz se espalha; mas se concentra: depois de dois fracassos retumbantes, a Quarta Cruzada resulta, em 1204, na criação do Império Latino de Constantinopla; mas, provoca o Cisma no poder papal, de onde nasce a Igreja Ortodoxa.

A seguir, a Quinta Cruzada obtém, em 1221, a retomada da Santa Cruz, em poder do muçulmano Saladino desde 1187; a Sexta tem, por característica, a diplomacia: é através dela que os Cruzados conseguem, em 1229 e pelo tratado de Jaffa, a recuperação de Jerusalém, Nazaré e Belém, cidades sagradas do cristianismo.

Fracassada a Sétima, a Oitava merece destaque não só por ser a última, mas, sim, porque nela perece, no cerco à cidade de Túnis, em plena África, o rei francês Luís X, que se torna S. Luís, o rei canonizado.

Ora: é entre a cruz ibérica e as Cruzadas que fica a África, caminho natural entre a Europa e Jerusalém.

Cristo se divide

Não se pode esquecer que a época da expansão dos reinos ibéricos através dos Grandes Descobrimentos, coincide com as turbulências do cristianismo tradicional, que enfrenta cismas diversos: entre o final do século XV e por quase todo o século XVI, de Henrique VIII a Calvino e Zwingli, da Alemanha à Inglaterra, surgem novas interpretações da fé cristã, enfraquecendo o poder papal de Roma.

A reação da Igreja Romana, talvez por pura defesa, talvez por puro ataque, exacerba a dedicação aos dogmas papais, o que faz, principalmente, a partir dos Reis Católicos, paladinos da Reconquista e da consequente expulsão de judeus e muçulmanos; portanto, a fé cristã original encolhe, ficando restrita à Península Ibérica e ao poder papal de Roma, que se torna refém político da realeza peninsular.

Territorialmente também, o catolicismo não vai muito além desta Península e da Itália, já que boa parte da França e a Inglaterra, além de quase toda a Europa ocidental, enfim, está protestante, embora sob diversos matices; ao sul da Península, reinam absolutos os muçulmanos. Ao norte e ao oeste, resta o mar.

Terceiro fio: a ciência como arma

Os conhecimentos árabes

No mundo medieval, nem sempre mouros e cristãos foram adversários; com efeito, os europeus da Era das Descobertas aparentemente obtiveram grande parte de seus conhecimentos de geografia das obras de eruditos árabes.

Assim é que, por volta do século XII e graças à invasão muçulmana, a Península Ibérica conhecia as obras de Ptolomeu – o maior geógrafo da Antiguidade, cujos conceitos quanto às dimensões e à configuração da Terra dominaram o pensamento científico por mais de mil anos.

Mapas, mapas e mais mapas

Quanto aos judeus, é certo que deveriam, por questões religiosas, conhecer profundamente e desde sempre, pelo menos a astronomia e as estações do ano; este conhecimento era-lhes imprescindível e sagrado, pois dele dependia a fixação das datas das festas religiosas; tanto assim que, enquanto houve Sinédrio, o controle do calendário era visto como tarefa sacerdotal.

Entretanto, o ano de 133 d.C. vê a destruição do reino de Judá e o conseqüente desaparecimento do Sinédrio, o que passa a impedir o conhecimento exato das datas festivas.

Como ansiada solução, é no século IV d.C., quando a opressão e a perseguição passam a ameaçar a existência dos judeus, que o patriarca Hillel II toma a extraordinária decisão de, para preservar a unidade religiosa, praticar a heresia santa de tornar público o sistema de cálculos do calendário.

A partir de então e por decorrência das obrigações religiosas, passa a ser competência individual de cada judeu acompanhar a evolução do tempo para comemoração das festas santas – o que só podia ser feito pela observação astronômica, especialmente a inclinação do Sol em relação ao horizonte, além do acompanhamento dos sinais das estações.

Como consequência e por motivos que são exclusivos do conhecimento divino, surgem, na ilha de Maiorca, judeus que, unindo seus conhecimentos religioso-geográficos às informações trazidas por viajantes como Marco Polo,

tornam-se grandes cartógrafos; isto, no momento histórico que precede imediatamente à época das chamadas Grandes Descobertas ibéricas que, em Portugal, são comandadas pelo infante D. Henrique, a partir de Sagres.

Cabe lembrar que, nos primeiros tempos da navegação, ainda anteriores à fundação de Sagres, os nautas pouco se afastavam da costa e, quando o faziam, fixavam a posição da nave pelo rumo e pelas distâncias percorridas; nas viagens subsequentes, os pilotos colhiam novos elementos, e os que vinham depois os aproveitavam, procurando ir um pouco mais além, colhendo novos elementos e elaborando mapas mais completos.

Foi com esta técnica de pesquisa e exploração, até por medo das superstições que cobriam o Oceano Atlântico – até então Mar Tenebroso – que os portugueses atingiram a foz do Senegal e, posteriormente, Angola e Moçambique, além de terras orientais.

É durante este período que a evolução da pesquisa e da ciência deu, por resultado, novos métodos para o cálculo de latitudes, dentre os quais as tábuas de declinação do Sol.

Quarto fio: o infante D. Henrique

No promontório sagrado de Sagres, o filho do Mestre de Avis, longe da corte, quase isolado do mundo, estudava as obras astronômicas e geográficas de Ptolomeu e, auxiliado pelo catalão Jácome de Maiorca, perito na fabricação de bússolas e no traçado de cartas de marear, dirigia a preparação das expedições que, de lá, partiam, por ordem sua, a explorar os segredos dos mares.

Nascido no Porto em 1394, o infante era o terceiro filho de D. João I e da inglesa D. Filipa de Lencastre; profundamente religioso, o infante via suas explorações como forma de propagar a fé cristã, assim como de prover poderio econômico e político a Portugal.

Apesar de cognominado o Navegador por ter fomentado ativamente as grandes navegações portuguesas do século XV, o infante nunca comandou uma expedição; preferiu, antes, permanecer em Sagres, no extremo sudoeste de Portugal e, dali, ao longo de quase quarenta anos, dirigir seus capitães e suas tripulações no reconhecimento gradual da costa ocidental da África.

Isto porque, na alma do infante português, ardiam duas paixões: o amor a Cristo e a Portugal, além do ódio ao Islã, que ameaçava a ambos; foram estas as paixões que o levaram, primeiramente, a Marrocos, para ali combater a raça odiada e, depois, a Sagres, para preparar as navegações que, esperava ele, haviam de levar os portugueses a combatê-la na Ásia.

Com efeito, os muçulmanos ameaçavam a Europa pelo oriente e pelo sul e, para destruir a fonte de seu poder, era preciso aniquilar, na Índia, seu comércio com a Europa, visto que era este que, na visão de D. Henrique, lhes dava as rendas que precisavam para manter seus temíveis exércitos; mas, para tanto, era necessário ir por mar, circundando a África.

D. Henrique, cujo ódio ao Islã, que o levava a Ceuta e Tânger, se avivara com a derrota sofrida nesta última cidade, exacerbando-se, por certo, com a lembrança dos sofrimentos de seu irmão D. Fernando, futuro santo, então prisioneiro em Fez; portanto, ele estava em perfeitas condições para comandar a empreitada, que assumiu a partir de então.

Mas, ele morre em 1460, com 66 anos de idade, no seu paço na ponta de Sagres: à época, seus capitães já haviam contornado o Golfo da Guiné, começando a se dirigir para o sul, rumo ao extremo do continente africano.

Quinto fio: a África, no imaginário português

A traição da geografia

O continente que viu nascer o ser humano, não soube se esconder: ficou à mostra, talvez expondo ao mundo o orgulho de haver servido tão bem à divina função de ter sido a maternidade que viu parir a humanidade.

Assim, postado está, orgulhoso, entre o Atlântico e o Índico, do Equador ao sul, logo aos pés de Espanha e Portugal; a leste, os árabes; a oeste, o oceano; logo após, o Novo Mundo.

Ali colocado, o continente está no caminho das Índias; se não por terra, está por mar; e provocou, nos portugueses, a escolha do segundo caminho, já que o primeiro era monopólio árabe: ou seja, do inimigo muçulmano.

Exibido, o continente atraiu os portugueses para suas terras, e lhes mostrou suas riquezas, disposto, até, a partilhá-las. Só que os portugueses, naquele momento da Idade Média, precisavam muito mais de dinheiro que de amizades.

Depois, mostrou aos portugueses, cujo exemplo logo foi seguido por diversos outros europeus, o caminho aberto em pleno mar, onde era fácil a navegação, pela falta de ciclones; caminho que, partindo da África, segue, vela ao vento, direto ao leste americano, porta de entrada para o escravismo que se seguiria.

Exibido ainda, o continente lhes mostrou seu povo – que não conhece a propriedade individual da terra que ocupa, pois entende que a terra pertence aos deuses; e que não teme os estrangeiros, vez que, possuindo tudo, nada possui; portanto, nada lhes pode ser roubado. Daí que não se defendia contra

estranhos. E não conhecia a escravidão de exportação, indústria de degredados, dos quais se arranca a alma para usar o corpo, até a prematura morte.

Terra de Ninguém, pareceu a África aos intrépidos portugueses. É que a geografia, pródiga com a África, a colocou, larga, entre dois oceanos; mas a colocou no caminho das Índias e de Jerusalém, entre povos em guerra, que não a respeitaram, e a escravizaram, à busca de tesouros indefesos, sob a desculpa que a religião, desde que monoteísta e fundamentalista, lhes fornecia justificativas para tanto.

As notícias do ouro

Ali, naquele continente tão exposto, a natureza deixou riquezas que, aos exóticos povos em guerra, interessavam como fonte de financiamento ao esforço bélico. Depois, riqueza sempre interessa a todos, especialmente a quem tem ganância suficiente para matar por ela.

Aliado a tudo estava o imaginário medieval, encravado entre as tradições greco-romana e cristã; para além, nobres e clérigos, da mesma forma que o homem comum, também anseiam por um mundo melhor: afinal, todos têm os mesmos medos, as mesmas inquietações e superstições.

Daí o terreno fértil para o florescimento de utopias, que povoavam o imaginário da época: todos viviam sob constante pressão, pois o medo andava à solta. Para o homem medieval, as catástrofes, quer naturais, quer desencadeadas pelo homem, representavam castigo dos céus: secas, inundações, guerras, pestes, eram vistas, mais que tudo, como ações do demônio monoteísta, inimigo da perfeição, e que não se cansa de rondar a alma humana, posto que anda à espreita de fraquezas da carne, levando ao pecado; a Igreja de então fortalecia a visão do fogo do inferno após a morte, com o que mantinha seu sagrado domínio e seu intenso poder.

Assim, o medieval precisava dar asas à fantasia, para aliviar o medo; e nela, busca as Ilhas da Felicidade, o paraíso terrestre, a Fonte da Juventude, que garante permanecer longe da morte.

É com este ambiente que sonham os poderosos; e esta visão de sonho, que povoava o imaginário da época, foi fortalecida pelos incríveis relatos do mundano Marco Polo, que tantos tesouros descreveu como existentes nas fabulosas terras exóticas percorridas.

Ao lado disto, documentos anônimos e em vários idiomas percorrem a Europa, simulando correspondência direta com o poderoso Preste João, rei cristão, dono de riquezas incalculáveis e possível descendente de Salomão com a Rainha de Sabá.

Considerando esta linha de pensamento, o trabalho dos cartógrafos passa a ser essencial para o percurso de novas rotas que, pretensamente, levariam à conquista das tão sonhadas riquezas; no Atlas de todo este universo, mesclando lendas e realidade, onde se insere o imaginário medieval, um ponto é certo: as utopias estão cheias de ouro e riquezas, sinônimos de felicidade.

Ora, acontece que os judeus transmitiam, em seus mapas e relatos, informações sobre a zona onde se localizavam as minas do ouro que comerciavam; é nos mapas feitos por judeus de Maiorca que começam a aparecer referências às incríveis riquezas africanas: no mapa de África do Atlas Catalão, de 1375, de Abraão Cresques, está desenhado um rei africano – possivelmente Mansa Musa, do Mali – com enorme pepita de ouro na mão; a seu lado, um caravaneiro árabe.

Diante deste mapa, os europeus concluem: o rei é Preste João e, para além do deserto do Saara, há riquezas incalculáveis!

Mas, este mapa não era o único; havia muitos outros aliciantes desenhados pelos judeus de Maiorca e por outros cartógrafos, incluindo, sempre, ilhas fantásticas a par de reais, além de monstros marinhos e figuras imaginárias de animais e de homens.

Então, era assim: pouco se sabia do mundo, misturando realidade e fantasia, terrores e sonhos de grandeza, infernos e paraísos; para que os homens viessem a conhecer o mundo como de fato é, alguém tinha que romper com séculos de tradições enganosas... e foram os portugueses que primeiro enfrentaram o desconhecido.

Contra ventos e marés, obrigados pelo poder do infante e vencendo o próprio medo, espantados pela peste e dispostos a vencer os monstros, se os houvesse, e a contornar os abismos de que falavam os antigos, se existissem, zarparam em busca da tal terra de ouro e de Preste João das Arábias...

O Reino de Preste João

Mas, onde Preste João assenta seu trono de ouro? Nas Índias? Ou na África misteriosa, reduto longínquo do ouro inatingível?

Estas as perguntas que se faziam eles, a partir da lenda, que se difunde a partir do século XII, visto que Marco Polo afirmava ter viajado por terras deste lendário rei, dizendo-o cristão, e a crença na existência deste reino negro se torna tão arraigada que, frequentemente, os cartógrafos o desenhavam em seus mapas – a princípio na Ásia; depois, na África.

D. Henrique, que acreditava que aquele rei, mítico e rico, seria o da Etiópia, reino cristão desde o século IV, esperava encontrá-lo para que se tornasse seu aliado na luta contra os mouros. Os tão odiados mouros.

O reino português da escravidão

Em 1520, os portugueses chegam, por fim, à Etiópia. Na passagem, encontram o Senegal; lá descobrem, sobretudo, imensas riquezas: marfim, ouro, especiarias, etc.... e encontram um povo mesclado, talvez um pouco mais negro que os mouros.

Depois, trata-se de um povo estranho, que vive em clãs, comandados por reis sujeitos a anciãos, onde nada é de ninguém, já que tudo é de toda a sociedade; que crê nos antepassados como parte atuante da família, só que vivendo no mundo intermediário localizado entre deuses e viventes; que não vê, no ouro, tanta riqueza; que não estranha estrangeiros, pois acredita que eles, também, têm seus próprios deuses; e seu próprio clã.

Mas, é um povo que possui seus deuses e ouro, mesmo sem saber que existe Cristo; portanto, se torna imperioso cristianizá-los e livrá-los, por hereges, de qualquer pretensa riqueza material; daí que, até por obra pia, acontece o inevitável início da escravidão africana, que tem data marcada: 08 de agosto de 1444.

Esta a grande aventura dos descobrimentos portugueses: desenrolada no exato momento entre a Idade Média e a Moderna, culmina com a conquista do Novo Mundo; mas só se consolida porque apoiada sobre mão de obra escrava, já que a geografia colocou a África no lugar que, por ganância estrangeira, se mostrou errado, e a tornou provedora onipotente e onipresente de mão-de-obra que, além de ingênua, mostrou-se próxima, possível e natural.

Mas... não para por aí

Essa a grande aventura dos Descobrimientos Portugueses: embora aos lusos o Novo Mundo apresentasse condições climáticas bastante adversas, aos africanos apresentavam-se elas até mais amenas que na terra natal: portanto, estão eles, naquele momento, perfeitamente acostumados ao inferno climático americano!

Decorre a dedução lógica: basta acostumá-los, também, às senzalas novas, navegando em linha reta entre Angola e Pernambuco, em mar aberto, sem temer as quase inexistentes tempestades e, de quebra, convertê-los à fé cristã – tornar-se-ão, inevitavelmente, tão inimigos dos muçulmanos quanto

qualquer outro cristão, protegendo a costa africana contra possíveis ataques de hereges inimigos!

Depois, há tantos tesouros a conquistar...

É, talvez, Fernão de Loronha – ou Fernando de Noronha -, capitão hereditário de Pernambuco – dentre todas, a capitania que mais deu certo – quem converte ideia em prática e, aproximadamente em 1551, resolve pedir autorização à Coroa para importar mão-de-obra africana, já escrava, como há mais de cem anos acontecia em Lisboa.

O Reino aceita a ideia; e o clero, por pura obra pia, abençoa a decisão, dando início à construção do Novo Mundo: sobre costas curvadas e exiladas de africanos, convertidos à força à fé cristã, embora espoliados de vontades, riquezas, costumes e clãs. Espoliados de humanidade, enfim.

No momento seguinte, já conquistadas as Américas e o ouro americano começando a fluir, à larga, para os cofres ibéricos, ávidos ingleses, franceses, holandeses, já não sujeitos ao Papa e por motivos já não mais acobertados como religiosos, resolvem entrar na guerra de conquista americana. Sobre braços africanos, que estavam logo ali, disponíveis, para a formação forçada deste Novo Mundo Atlântico.

Eis aí a nova escravidão, que destina negros à senzala social; de onde está difícil sair; mas, a História continua.

Conclusão

Não está aqui a resposta à impertinente pergunta “Por que nós, os negros?” Não, não está. Não está porque demanda, por certo, maior afinco de pesquisa, mais alento e maior talento do pesquisador.

Mas talvez congregate, em suas poucas páginas, alguns dos tópicos em que, se melhor olhados, se esconde, arredia, a ansiada resposta; que dorme, tranquila, seu sono dos injustos.

**SOBRE ALGUNS
PAÍSES DA ÁFRICA**

BREVES VISÕES

Gleice Bárbara Marciano

Na busca de compreender as próprias raízes históricas e culturais, neste Núcleo de Cultura Afro-Brasileira não poderia negligenciar a aproximação, mesmo que sem se aprofundar nos meandros de povos e países tão antigos, das fontes de sua ancestralidade.

É com este intuito que buscou pesquisar, conhecer e apresentar, embora sucintamente, as características de alguns países africanos, inclusive aqueles não diretamente ligados à diáspora, o que se deve à tentativa de conhecer a África em toda a sua complexidade, para além das origens das populações exiladas para as Américas: com este intuito, dos cinquenta e quatro países que compõem o continente, um terço foi estudado nas reuniões do NucaB; a estes, foram acrescentados Egito, Moçambique e Mali, nesta publicação.

Como metodologia, a abordagem optou pela apresentação em ordem alfabética, embora não tenha sido essa a opção das reuniões mensais do Núcleo: porém, este formato facilita, para o eventual leitor, a localização do país africano que, acaso, lhe interesse abordar.

Ao final de cada país, foram acrescentados os ganhadores locais de prêmio Nobel: afinal, é a disseminação do conhecimento sobre a África e as africanidades o que se busca como principal objetivo desta publicação.

Portanto e com este foco, não se poderia optar por outra ordem que não aquela que melhor facilite a busca dos esperados futuros pesquisadores.

É o que se faz, a seguir.

África do Sul

Setembro de 2001

O extremo sul da África foi povoado, há milhares de anos, por grupos khoi e san, caçadores e coletores, que ali deixaram sua marca e numerosas pinturas rupestres.

No início da Era Cristã, povos bantu empreenderam intensa migração através da África; conhecendo o ferro e tendo organizações sociais complexas, gradualmente avançaram para o sul e o oeste do continente, quase expulsando os khoi e san (hotentotes e bosquímanos) para as zonas mais pobres do deserto Kalahari.

Quanto aos europeus, tomaram contato com a região em 1487, quando o navegador português Bartolomeu Dias contornou o Cabo da Boa Esperança: ponto estratégico na rota comercial para as Índias e habitada por diversos grupos negros (xhosa, zulu, hotentotes, bosquímanos), a região foi colonizada por imigrantes, holandeses em sua maioria; franceses e alemães começaram a chegar à região no século XVII; tais colonos brancos (chamados bôeres ou africânder), fixaram-se ali e desenvolveram cultura comum e idioma próprio, o africâner.

Em 1806, os ingleses tomaram a Cidade do Cabo e lutaram contra os negros e bôeres que, com os choques, migraram para o nordeste (A Grande Jornada) em 1836, onde fundaram duas repúblicas independentes: Transvaal e Estado Livre de Orange.

A descoberta de diamantes, em 1867, e do ouro, dezessete anos depois, iniciou a chamada “Revolução mineral”, o que permitiu o crescimento econômico, mas acompanhado de significativa imigração, o que intensificou a subjugação dos povos autóctones e a guerra entre bôeres e britânicos.

Assim sendo, duas guerras surgiram entre os dois grupos: entre 1880 e 1881, os bôeres, valendo-se de técnicas de guerrilha, venceram; mas, os britânicos retornaram bastante reforçados em 1899, e a guerra foi por eles vencida, em 1902.

Sete anos depois, o chamado *Ato da África do Sul de 1909*, criou a União Sul Africana, implantada em 31 de maio do ano seguinte: este Ato impunha domínio britânico sobre as antigas colônias holandesas, bem como sobre as repúblicas do Estado Livre de Orange e do Transvaal.

A partir de 1911, a maioria branca, composta por africânders e descendentes de britânicos, promulgou uma série de leis que consolidaram seu poder sobre a população autóctone, majoritariamente negra; contra tais injustiças, os negros formaram, em 1912, o Congresso Nacional Africano (CNA), grupo

de direitos civis criado que, de início, lutou contra o regime autoritário branco assentado na política de não violência.

Porém, entre as leis acima citadas, destaque-se a Lei de Terras, de 1913, que passou a impedir o acesso dos negros à propriedade e à participação política, obrigando-os a viver em zonas residenciais separadas dos brancos; casamentos e relações sexuais entre pessoas de grupos diferentes, tornaram-se crime.

Quanto ao CNA, informe-se que foi liderado por Nelson Mandela que, em 1952, depois de ser forçado a desligar-se oficialmente do partido, liderou o programa de desobediência civil às leis racistas do *apartheid*.

Em 1931, a União, promulgando o Estatuto de Westminster, tornou-se independente do Reino Unido e, em 1934, os partidos Sul-Africano e Nacional fundiram-se, formando o Partido Unido; mas, este se divide sobre a entrada da União na segunda guerra mundial como aliada ao Reino Unido, decisão a que os membros provindos do Partido Nacional se opuseram.

Em 1948 o Partido Nacional alcança a presidência do país e implanta o regime de *apartheid*, utilizando, como justificativa básica, a necessária liberdade de evolução social independente entre os grupos negros e brancos.

Em 1960, a polícia matou sessenta e sete negros indefesos que participavam de uma manifestação: esta a chacina que se tornou conhecida como o Massacre de Shaperville, favela situada a 80 km de Johannesburgo, o que provocou protestos no país e no exterior.

Como consequência, o CNA optou pela luta armada contra o governo branco, sendo declarado ilegal; além disso, Mandela foi preso dois anos depois.

A partir de então, o regime segregacionista tornou-se ainda mais intolerante e violento, chegando a definir territórios tribais chamados bantustões: favelas artificiais, onde os negros eram classificados, separados em grupos étnicos e linguísticos, amontoados e confinados; o bantustão mais conhecido é o de Soweto onde, até hoje, há a maior aglomeração humana do país.

Coube ao Ministro do Trabalho fixar o número de negros para trabalhar em cada região, mas estes residiam em bairros separados e, na área de mineração, eram parte do próprio complexo mineiro.

Em princípio, não podiam circular na zona europeia, onde precisavam justificar sua presença, apresentando licença de trabalho (passaporte); nem mesmo durante a vigência do contrato, sua família podia sair da reserva.

A distribuição de empregos foi definida por várias leis, sobretudo de 1953 a 1963: alguns setores foram interditados aos negros, que só trabalhavam

em empregos abertos a eles até que o contrato expirasse, quando, obrigatoriamente, tinham de voltar à sua reserva tribal, conforme acima mencionado.

Como decorrência desta política segregacionista, as melhores terras pertenciam aos brancos, mestiços e asiáticos (indianos), nesta ordem, que praticavam cultura altamente racionalizada; já as terras onde viviam os negros, eram pouco férteis: a eles restou a prática da cultura de subsistência, que não era o bastante para manter toda a população.

Com o fim do império colonial português na África (1975) e a queda do governo de minoria branca na Rodésia, atual Zimbábue (1980), o domínio branco na África do Sul entrou em crise e, assim, lentamente, começou o processo para acabar com o *apartheid*.

A comunidade internacional e a ONU (Organização das Nações Unidas) passaram a fazer pressão pelo fim da segregação e, acudado, o então presidente, Pietr Botha, fez modificações; mas, manteve o essencial do regime; ao mesmo tempo, o mundo todo clamava pela liberdade de Nelson Mandela.

Muitas mudanças ocorreram com a posse de Frederik de Klerk, que não teve outra saída: condenar oficialmente o *apartheid* e libertar líderes políticos, entre os quais, Mandela.

A partir deste momento, outras conquistas foram obtidas: o CNA foi legalizado, de Klerk e Mandela receberam o Prêmio Nobel da Paz (1993), uma constituição não racial passou a vigorar, os negros conquistaram o direito ao voto e, em 1994, foram realizadas as primeiras eleições multirraciais no país, com vitória de Mandela, pelo CNA, como o primeiro presidente negro da África do Sul.

Após as eleições, foi aprovada a Lei de Direitos sobre a Terra, restituindo propriedades às famílias negras atingidas pela lei de 1913, que destinou 87% das propriedades do país à minoria branca.

Em 1996, todos os ministros do Partido Nacional foram substituídos por simpatizantes do CNA, em consequência da retirada do partido de de Klerk do governo: a decisão do PN foi motivada pelo fato do partido discordar de alguns pontos da nova constituição, aprovada em maio de 1996.

Nesse processo de mudanças, em 1995 foi criada, para investigar e julgar crimes contra os direitos humanos praticados durante a vigência do *apartheid*, a Comissão de Reconciliação e Verdade (CRV), que trabalhou até agosto de 1998, sem conseguir cumprir plenamente seu objetivo: reconciliar os cidadãos sul-africanos.

Pesquisas revelam que as mais de 7.000 confissões recebidas pela CRV - presidida pelo arcebispo Desmond Tutu - pioraram as relações raciais no país: destacam-se os depoimentos de cinco policiais brancos, que assumiram o assassinato do ativista negro Steve Biko em 1977; também o fato de que a ex-mulher do presidente, Winnie Mandela, com seu grupo de guarda-costas e colaboradores, ter sido responsabilizada por, pelo menos, seis assassinatos ocorridos entre 1988 e 1992.

O relatório final da CRV acusou de violação dos direitos humanos, tanto autoridades do regime racista quanto do *antiapartheid*; Mandela se negou a decretar anistia geral para os acusados.

As eleições parlamentares de junho de 1999 foram vencidas pelo CNA, que obteve 266 cadeiras na assembleia nacional, uma a menos que o necessário para atingir a maioria absoluta; o partido também ganhou cinco dos sete cargos legislativos provinciais.

O pleito realizou-se sem incidentes, e o resultado confirmou a escolha de Thabo Mbeki, indicado por Mandela, para ocupar a presidência do país.

Mbeki assumiu em 16 jun.1999, tendo, à frente, grandes desafios, entre os quais garantir a continuidade do regime democrático, reduzir as diferenças sociais entre brancos e negros e combater a epidemia de AIDS, que atingiu cerca de 20% da força de trabalho sul-africana.

O governo de Mbeki adotou uma série de medidas batizadas de “ação afirmativa” para promover o desenvolvimento da maioria negra: a principal delas, aprovada em 1998, determinou que as empresas refletissem, em seus quadros, a composição racial e sexual da sociedade, contratando mais negros (70% da população), mulheres (45%) e deficientes físicos (5%).

Pelos padrões internacionais, a África do Sul não é um país pobre: está no pelotão intermediário, com bolsões de grande desenvolvimento; mas, enfrenta extremos de riqueza e de pobreza.

As muitas heranças tristes e distorcidas do *apartheid* refletem-se na atualidade, pois cidades como Joanesburgo e Cidade do Cabo têm ótima infraestrutura e redes de serviços; mas, quase um terço das residências do país não têm eletricidade e água encanada.

O país precisa de mais investimentos: a educação melhorou, mas é preciso ter empregos; a burguesia negra, embora solidária àquela maioria negra que trabalha informalmente nas ruas e feiras, comporta-se como a velha elite branca, porque acha que o governo é quem deve tomar atitudes para mudança.

Contudo, pode-se observar que, enquanto em 1990, a maioria das pessoas em posições de gerência ou em cargos técnicos era branca, atualmente pelo menos metade dessas pessoas é negra.

Nelson Mandela, o maior líder

Nascido em 1918 em Umtata, Transkkei, filho de família nobre da etnia xhosa, formou-se advogado. Ativista e político sul-africano, nome de maior projeção na luta contra o *apartheid*, foi um dos líderes do processo de negociação que conduziu a maioria negra ao poder, e se tornou o primeiro presidente negro da África do Sul.

Em 1944, ao lado de outros líderes, foi membro fundador da Liga da Juventude do Congresso Nacional Africano (CNA); cinco anos mais tarde, tornou-se secretário nacional desta organização.

Preso por traição em 1956, foi absolvido cinco anos depois; mas o massacre de Sharpeville (1960) levou Mandela a ajudar na fundação do braço armado do CNA; por isso, foi preso em 1962, sendo condenado a cinco anos. Mais tarde, em 1964, sua pena foi ampliada para perpétua.

Na prisão, Mandela assumiu o compromisso de nunca negar seus princípios políticos, e essa atitude sempre foi uma fonte de força para outros prisioneiros.

Durante os anos 70, ele recusou a oferta de revisão de pena e nos anos 80, rejeitou a oferta de liberdade se ficasse calado sobre as injustiças do governo; passados vinte e oito anos, Mandela foi libertado e reassumiu a liderança do CNA.

A partir de então, negociou a nova constituição com o governo de Frederik de Klerk, com quem dividiu o Prêmio Nobel da Paz de 1993.

Após as primeiras eleições multirraciais no país, Mandela foi eleito presidente; no ano seguinte, 1994, o CNA tinha mais um desafio: “*fazer uma África mais humana e com melhores condições de vida para a maioria da população: os negros.*”

É o que está a caminho.

Prêmios Nobel

Ano	Ganhador	Modalidade
1951	Max Teiler	Fisiologia / Medicina
1960	Albert Luthuli	Paz
1979	Allan M. Cormack	Fisiologia / Medicina
1984	Desmond Tutu	Paz
1991	Nadine Gordimer	Literatura
1993	Nelson Mandela	Paz
	Frederick de Klerk	Paz
2002	Sydney Brenner	Fisiologia / Medicina
2003	J. M. Coetzee	Literatura
2013	Michael Levitt	Química

Angola

Novembro de 1996

O país que mais forneceu africanos para o Brasil, dividiu com ele o domínio português e, portanto, também é lusófono, embora tenha diversos outros idiomas, próprios aos diversos grupos de sua população; entre eles o ovimbundo, kimbundo, bakongo.

Localizado no sudoeste africano, possui área de 1.246.700 km² e clima tropical.

O nome do país é reminiscência da própria história: Angola é derivada de *Ngola*, nome dado ao rei de uma dinastia de povos, designados, posteriormente, por *ambundu* que, vindos até o rio Kwanza, ali fundaram poderoso reino; outra hipótese, é que o nome provenha do kimbundu *Ngola*, vassalo do Rei do Congo que, ao conquistar a região, erigiu um reino, dando-lhe seu nome.

Descoberta em 1482 pelo português Diogo Cão, Angola recebeu os primeiros colonos brancos no final do século XVII: fixando-se no litoral, fundaram os núcleos de Luanda e Benguela; ainda naquele século e no seguinte, o território foi progressivamente ampliado para o interior, acompanhando a busca de possíveis escravos, para serem vendidos no litoral.

Por volta da metade do século XIX, a corrida por matérias-primas que a Revolução Industrial originou na Europa, fez com que as várias potências colonialistas disputassem, diplomática e militarmente, todos os territórios

africanos conquistados até aquele momento; disto resultou a Conferência de Berlim que, em 1885, encerrou a chamada Partilha da África, reconhecendo o domínio de Portugal sobre Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné Bissau.

Em 1935 o território angolano foi declarado, pela metrópole, parte integrante de Portugal, medida que trouxe alterações favoráveis à população branca, agora com acesso à cidadania portuguesa; contudo, os africanos negros continuaram sob o regime de “indigenato”, programa que previa a gradativa elevação social do nativo e lhe possibilitava assumir, de membro de sociedade considerada primitiva, o *status* de cidadão assimilado (para os portugueses, sinônimo de civilizado), embora de segunda classe.

Para tanto: este devia ter mais de 18 anos, falar corretamente o português, exercer profissão que tornasse sua família autossuficiente e ter cumprido com suas obrigações militares; mas, embora teoricamente aberto a todos, o indigenato não mostrou bons resultados e, em 1950, 15 anos após, Angola havia assimilado, apenas, 0,75% da população local.

Neste mesmo período, a luta contra o domínio português começou a tomar corpo: funda-se o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) em Luanda e, em 1956, surge o UPA (União das Populações de Angola).

O indigenato foi abolido no início de 1960, e a luta armada teve início em fevereiro do ano seguinte, quando o MPLA desencadeou grande ataque contra edifícios do Governo e da polícia em Luanda.

Em 1966 foi fundada uma terceira organização: a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), comandada por Jonas Savimbi.

O MPLA, chefiado por Agostinho Neto, foi o mais importante dos movimentos, assumindo, então, a liderança da guerrilha no país e, a partir de 1968, passando a controlar região sempre maior do distrito angolano de Moxico, fronteira com o então Zaire, atual República Democrática do Congo.

Em 11 de novembro de 1975, Angola consegue sua independência; porém, enfrenta a ausência quase absoluta de quadros técnicos de base, médio e superior, uma vez que a súbita fuga, em massa, de colonos, tanto técnicos quanto com funções burocráticas e administrativas, ocorreu após este acontecimento.

A destruição causada pela guerra interna e a mudança, mal planejada, da economia fechada (nos moldes da ex-URSS) para a economia de mercado, jogaram o país em gravíssima crise social e econômica.

Quanto às artes, o processo cultural angolano efetivou-se historicamente segundo duas linhas: pela integração do homem português em terras angolanas, e pela integração do homem angolano na cultura portuguesa, constituindo-se, sobre elas, os suportes humanos e sociais desta cultura.

Os primeiros resultados deste modelo na literatura remontam ao século XVII; mas, é em 1845 que surge a imprensa oficial, sendo que, somente a partir do final daquele século aparece a primeira geração de escritores angolanos, cuja continuidade é representada pelos atuais Luandino Vieira, Pepetela, Agualusa, Uanhenga Xitu, Ondjaki, Mário Pinto de Andrade, entre outros.

Na música, Angola tanto influenciou a produção brasileira quanto se deixa influenciar por ela; por sua origem bantu, a música folclórica local tem considerável riqueza, com instrumentos de criação própria, tais como o chissanje, de palhetas metálicas, a marimba, formada por placas de madeira constituindo um xilofone, e diversos outros.

Como influência brasileira, note-se, por exemplo, que a audiência de nossas novelas por lá, pode ser considerada relativamente mais extensa que no Brasil, sendo que o maior mercado de Luanda, capital de Angola, recebe o sintomático nome de Roque Santeiro.

Cabo Verde

Julho de 1996

Este arquipélago, localizado ao largo de Guiné Bissau, Senegal e Mauritânia, serviu, aos portugueses, como primeiro entreposto de venda de escravizados africanos para o Novo Mundo.

Com o formato de flecha apontando para o continente, o país é composto por dez ilhas e cinco ilhotas, todas desabitadas antes da chegada dos portugueses, e que são divididas em dois grupos: barlavento, as mais ao norte, e sotavento, ao sul, em se considerando a ilha de Boavista como a ponta da flecha; sua capital, Praia, está localizada na mais populosa das ilhas, Santiago.

Dinis Dias, navegador português, deu a este arquipélago este nome em 1444, devido à vegetação luxuriante que cobre o Promontório, em contraste com a aridez das terras do interior, visto que se trata de ilhas de origem vulcânica, profundamente atacadas pela erosão e apresentando topografia muito acidentada, com vales profundos e cristas aguçadas.

As ilhas mais orientais (Sal, Boa Vista e Maio) têm relevos muito mais suaves, com grandes áreas planas e alguns cones vulcânicos. A maior altitude

do arquipélago está na Ilha do Fogo: o monte Cano, com 2.829m no cone principal.

Cabo Verde tem clima de tendência árida: quente, do tipo tropical seco, porque se localiza na transição entre as faixas de baixa pressão equatoriais e de altas pressões subtropicais, ao largo da faixa desértica da África do Norte, de onde sopram ventos quentes e secos.

O fato de ser atingida pela convergência intertropical durante poucos meses, é o principal fator dominante em seu clima; distinguem-se duas estações durante o ano: a seca ou das brisas, de novembro a julho, de tempo fresco, e a úmida ou das águas, de agosto a fins de outubro, mais quente, com chuvas irregulares.

A ocorrência de neblina densa, similar ao *fog* inglês, não é raridade por lá.

Conforme acima informado, o arquipélago, ao ser descoberto, estava despovoado: toda a população inicial, portanto, foi introduzida pelos portugueses, a partir de aventureiros desta nacionalidade, que para lá levaram sudaneses, senegaleses e guineenses nativos de nações africanas, tais como felupes, papéis, balantas, bijagós e, em menor número, mandingas e fulas, do que restou a típica cultura local: o *crioulo* cabo-verdiano.

Cabo Verde foi importante entreposto no tráfico de escravos para todas as Américas; porém, a tecnologia de navegação, ao permitir a travessia do Atlântico sem a escala obrigatória em Cabo Verde e a entrada de outros atores europeus no tráfico negreiro, além dos insistentes ataques piratas, em que se destaca Jacques Cassard, bem como outros fatores locais, tais como epidemias recorrentes, provocaram a decadência econômica do arquipélago.

A independência foi obtida em 1975, como consequência da Revolução dos Cravos, que derrubou a ditadura em Portugal, no ano anterior: Cabo Verde e Guiné-Bissau (antiga Guiné portuguesa) passaram a constituir Estados separados, mas sob a direção do mesmo partido, o PAIGC, de orientação marxista.

Aristides Pereira, secretário-geral do PAIGC, foi o 1º presidente de Cabo Verde, mas a pretendida unificação com Guiné-Bissau, objetivo primeiro de Amílcar Cabral, herói comum aos dois países, foi interrompida em 1980, por um golpe de estado no continente.

Neste golpe o presidente da Guiné-Bissau, Luiz Cabral (cabo-verdiano) irmão de Amílcar, foi deposto e colocado em prisão domiciliar; o governo de Cabo Verde condenou o golpe, e a ala cabo-verdiana do PAIGC se separou, formando o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV).

O regime de partido único persistiu até 1990, quando pressões populares forçaram a adoção do pluripartidarismo.

O Movimento para a Democracia, da oposição, ganhou as eleições em 1991, e seu líder, Carlos Veiga, assumiu o comando do governo no cargo de 1º Ministro. O novo governo adotou um programa econômico de transição para o capitalismo, que permanece até a atualidade.

Camarões

Novembro de 1999

Os mais antigos habitantes da região onde hoje se localiza Camarões, foram os twas, chamados pigmeus; o país é constituído por três principais grupos étnico linguísticos: bantu, sudaneses e bantóides.

Sua capital é Iaundê, e fala-se francês, inglês, idiomas nacionais, além de, antigamente, também o alemão.

O norte do país parece ter sido habitado, desde o século XIII, pelos saos, prováveis ancestrais dos kotokos, que formaram, nos vales dos rios Logone e Benuê, pequenos principados submetidos à suserania de Bornu (século XVI).

No nordeste foi fundado, no século XV, o reino de Mandara, que se emancipou da tutela de Bornu três séculos depois; no oeste do país, o povo mum, superficialmente islamizado, constituiu um reino, e os bamileques formaram vários grupos autônomos na região de Mungo (século XVII).

Em fins do século XVII, o sul foi invadido pelos fangs, vindos da região de Buar (hoje, República centro-africana), que se estabeleceram na floresta; em 1804, a parte setentrional de Camarões foi conquistada pelos peuls que, sob o comando de Usmane dan Fodio, criaram um sultanato, impondo o islamismo; porém, em 1822, Modibo Adama apoderou-se de Mandara, chocando-se com a resistência dos kirdis.

A região costeira foi visitada pelo português Fernando Pó por volta de 1600, e ocupada por povos vindos do Sul (Gabão, Congo), como os dualas, que passaram a controlar o comércio de escravizados, marfim e óleo de palma, primeiramente com portugueses e holandeses (séculos XVII e XVIII), depois com os britânicos; os europeus criaram feitorias na costa (por volta de 1860), para onde enviaram os primeiros missionários contrários à escravatura.

Em 1868, os alemães formaram uma Casa de Comércio em Duala e, em 1884, Gustav Nachtigal assinou, com os chefes locais, o primeiro tratado de protetorado, pelo qual os Camarões ficaram submetidos ao domínio alemão.

Administrado como colônia, o país teve sua fronteira meridional estendida até os rios do Congo, pelo tratado de 1911, firmado entre a França e a Alemanha.

Ocupados pelos Aliados na I Grande Guerra Mundial (tomada de Iauandê, janeiro de 1916) como efeito da derrota alemã neste conflito, os Camarões foram divididos em duas zonas (março de 1916), colocadas sob o mandato (1916 e 1922) e, depois, sob tutela (1946) da Grã-Bretanha e França.

Sob pressão dos movimentos nacionalistas - em especial da União das Populações dos Camarões, fundada por Rubem Nyobé - a parte francesa adquiriu autonomia interna em 1º janeiro de 1959, e independência em 1º de janeiro de 1960.

Em 1961, um referendo anexou os ex-Camarões franceses à parte meridional dos antigos Camarões Britânicos, cuja zona norte foi anexada à Nigéria: constituiu-se, então, uma República Federativa, unindo os Camarões Ocidental e Oriental (outubro de 1961), sob a presidência de Ahmadou Ahidjo, chefe do partido único, a União Nacional do Povo de Camarões.

Em 1972, Ahidjo extinguiu o regime federativo, reunindo os dois Camarões numa república unitária, cuja estabilidade era ameaçada por conflitos entre animistas, muçulmanos do norte e populações cristianizadas do Sul: afastado do poder em 1982, Ahidjo foi substituído pelo primeiro-ministro Paul Biya, seu sucessor também na direção do partido único, que se tornou, em 1985, a Reunião Democrática do Povo Camaronês (RDPC).

Apesar das promessas de liberalização, Biya acentuou a radicalização do poder e as eleições de 1987 e 1988 confirmaram a hegemonia do RDPC.

Rivalidades étnicas e dificuldades econômicas persistiram em 1989 e 1990; o governo adotou medidas rigorosas para reduzir as despesas públicas, mas manifestações populares reivindicaram o pluripartidarismo, introduzido em meados de 1990.

Por ocasião das eleições legislativas pluralistas em março de 1991, boicotados pelos principais partidos de oposição, o antigo partido único obteve maioria relativa no parlamento.

Em outubro do mesmo ano, a eleição presidencial foi vencida por Biya, que obteve, oficialmente, 39,9% dos votos, contra 35,9% de seu principal adversário, Ni John Fru Ndi, líder da frente socialdemocrata: o resultado foi fortemente contestado pela oposição e, também, por observadores internacionais, que denunciaram fraudes e irregularidades.

Congo (República Democrática)

Junho de 1997

Na segunda metade do século XIX, as potências do Velho Mundo voltaram os olhos para um continente ainda não dominado, valiosa fonte de matérias-primas, mercado promissor e região estratégica para a política internacional: assim, a África começava a sofrer a “segunda corrida colonialista”.

Isto porque o continente apresentava “facilidades” que iam desde a proximidade geográfica com a Europa, até a existência de populações ditas “selvagens”, o que significava, de imediato, uma tranquila dominação e farta mão de obra, barata.

Até então os portugueses, traficantes de mercadorias e escravos, tinham, ao longo de três séculos, limitado sua presença praticamente à faixa litorânea de Angola: dali até os principais reinos do sul do Congo, o comércio estava nas mãos de intermediários africanos locais.

O rio Congo ainda era praticamente desconhecido, correndo em meio à floresta fechada, e tendo o curso inferior interrompido por perigosas corredeiras: pouco valia como via de penetração.

No entanto, seus afluentes conduziam diretamente ao grande objetivo dos comerciantes da época: as regiões de Katanga, Kivu, Burundi, Ruanda e Uganda, onde se localizavam algumas das civilizações mais avançadas da África subsaariana.

Assim sendo, enquanto o grande rio permanecia inaproveitado, fazia-se o comércio com aqueles reinos centrais, principalmente pelo lado do Índico, beneficiando árabes e suaílis da costa oriental da África; foram a disputa em torno desses mercados e a conseqüente exploração do rio, que deram origem ao que são, hoje, a República Democrática do Congo e a República Popular do Congo.

Em 1842, os portugueses reconheceram a foz do rio, mas evitaram, prudentemente, avançar para o interior do continente, que continuou pouco conhecido durante mais de três décadas.

Mas, entre 1874 e 1877, o inglês Henry Stanley cruzou a África Central, descobrindo o curso do rio; porém, como a coroa inglesa não se interessou em explorar aquelas vastas regiões, Stanley se pôs a serviço do rei Leopoldo II, da Bélgica: como conseqüência, em 1908 a então colônia passou a ser chamada de Congo Belga.

A partir de então, o Congo passa a ser propriedade particular do rei belga, que o arrendou para, entre outras atividades, a extração de borracha a

ser fornecida para a então nascente e excepcionalmente rentável indústria de pneus; como resultado, instala-se a escravidão interna, apoiada no mais cruel regime de domínio europeu sobre a África, onde o castigo de decepar a mão de filhos de africanos que não conseguissem extrair a quantidade de borracha exigida por seus azeites, se torna prática corriqueira.

O movimento nacionalista começou na década de 50, sob a liderança de Patrice Lumumba; mas somente em 30 de junho de 1960, o Congo se tornou independente, assumindo, Lumumba, o cargo de primeiro ministro, e Joseph Kasavubu, o de presidente: neste momento, a maioria dos colonos europeus deixou o país.

Neste momento, o país adota o nome de República Democrática do Congo, mais conhecida como Congo-Kinshasa, para diferenciá-lo do vizinho Congo-Brazzaville.

Em 4 de julho de 1960, eclodiu uma rebelião contra Lumumba, liderada por Moise Tshombe, que declara a secessão da província de Katanga; tropas belgas são enviadas pela ONU para restabelecer a ordem, o que foi conseguido em 1963, com a fuga de Tshombe e de seus homens para Angola.

No mesmo ano do início da rebelião de Tshombe, Kasavubu afasta Lumumba do cargo de primeiro-ministro: este luta para voltar ao governo, mas é sequestrado em janeiro de 1961, e assassinado por rebeldes.

As tropas da ONU retiram-se em junho de 1964; logo depois ocorre uma reviravolta, e Tshombe regressa ao país para assumir a presidência, com o apoio da Bélgica e dos EUA.

Em novembro de 1965, Tshombe foi derrubado por golpe militar liderado por Joseph Mobutu, mais tarde chamado de Mobutu Sese Seko, que estabeleceu uma ditadura na qual sua vontade era absolutamente soberana.

Em 1971, o país passa a chamar-se Zaire, e a capital tem seu nome mudado de Leopoldville para Kinshasa.

Líderes políticos rivais uniram-se no início de 1988, para organizar a oposição a Mobutu, mas quase todos foram presos ou forçados a se exilar.

Porém, pressões internacionais levaram Mobutu, em 1990, a adotar o pluripartidarismo; em outubro de 1991, o líder opositor Étienne Tshisekedi foi nomeado primeiro-ministro, mas se recusou a prestar juramento de fidelidade a Mobutu, sendo substituído por Bernardin Mungul Diaka.

Os EUA puseram em dúvida a legitimidade do governo, e a Alemanha cortou a ajuda de US\$ 100 milhões anuais; em dezembro, Mobutu cancelou as eleições que havia prometido.

Em abril de 1992, uma conferência nacional presidida pelo arcebispo Laurent Monseguo declarou-se soberana, e Mobutu, em troca da desistência de mudar o nome do país, reconduziu Tshisekede ao cargo de primeiro-ministro.

Em 14 de janeiro de 1993, o Alto Conselho da República, criado no ano anterior à conferência nacional, ordenou o desligamento de Mobutu dos negócios do Estado, e convocou uma greve geral; porém, Mobutu ignorou a resolução.

No final de janeiro, o exército amotinou-se quando ele tentou pagar os soldados com notas de 5 milhões de zaires (cerca de US\$ 2), já recusadas, em dezembro de 1992, por serem destituídos de valor. O motim deixou mais de mil mortos.

Mobutu acusou Tshisekede de ser o responsável pela rebelião, e nomeou Faustin Birindua como chefe de um “governo de União nacional”; os EUA e a atual União Europeia (UE) não o reconheceram, e apoiaram o governo de transição formado por uma aliança opositora e chefiada por Tshisekede; para complicar a situação, ingressaram, no país, mais de 2 milhões e 500 mil refugiados ruandeses.

Em janeiro de 1994, Mobutu demitiu o primeiro-ministro, substituindo-o por Kengo Wa Dondo, em junho; em abril de 1995, o governo demitiu 300 mil funcionários públicos, provocando greve; no mesmo mês, o período de transição política foi prolongado por dois anos. As eleições gerais de julho não se realizaram.

Mobutu prometeu eleições presidenciais e legislativas multipartidárias para maio de 1997, mas em abril de 1996 e em agosto, o presidente foi operado, na Suíça, de câncer na próstata.

Neste mesmo ano, Zaire e Ruanda assinaram um acordo para a repatriação de mais de 1 milhão de refugiados hutus ruandeses abrigados em quarenta e dois campos no leste do país, mas o processo não se iniciou por falta de apoio da ONU.

Neste momento, rebeldes banyamulenges, tribo tutsi que vive no Zaire há mais de duzentos anos, atacaram os campos de refugiados hutus, burundineses e ruandeses: o objetivo dos banyamulenges, que agiam com apoio do governo tutsi de Ruanda, foi promover a volta dos refugiados hutus a seus países de origem (Ruanda e Burundi) e, também, derrubar o presidente Mobutu, a quem acusaram de corruptor, tirano e de negligenciar os tutsis.

O governo do Zaire defendeu-se, acusando o presidente ruandês de ter usado os rebeldes banyamulenges para conquistar uma parte do território zairense; ao longo de outubro e novembro, os banyamulenges travaram combates

com o exército zaireense, e avançaram na conquista de cidades e aeroportos. A escalada da ofensiva levou, pelo menos, quinhentos mil refugiados hutus ruandeses a voltarem a seu país.

Em novembro, o Canadá propôs a formação de uma força de paz para o país; a esperança de Mobutu foi que ela inibisse o avanço das tropas rebeldes, já que o país estava à beira da desintegração e, pela primeira vez, o regime de Mobutu esteve ameaçado; porém, não mais conseguindo conter a situação imposta pelas tropas de oposição, lideradas por Laurent Desiré-Kabila, Mobutu Sese Seko entregou o poder em 17 de maio de 1997, aos 66 anos e após ter governado por 32 anos: o líder rebelde zaireense Kabila anunciou estar assumindo as funções de chefe de Estado, enquanto suas tropas entravam na capital, Kinshasa, sem encontrar resistência do exército.

Neste novo governo, o país passou a ter a denominação de República Democrática do Congo, nome que tinha após a independência (1960), mudado por Mobutu para Zaire, em 1971.

Prêmio Nobel

2018	Paz	Denis Mukwege
------	-----	---------------

Congo (República Popular)

Agosto de 1996

Ao que parece, a palavra Congo significa “devedor” ou “tributário” em alguns idiomas da família bantu.

Entenda-se: três estados prósperos existiam, no século XV, ao norte e ao sul do curso inferior do Rio Congo: eram os reinos de Luango, Anzico e Congo, sendo que este ocupava território de 300.000 km² que, atualmente, abrangeria parcelas de três países: os dois Congos e Angola.

Quanto a este Congo, o navegador português Diogo Cão chegou à embocadura do rio de mesmo nome em 1482, estabelecendo relações amistosas com o rei, o Mani Congo (rei do Congo), iniciando um período de influência portuguesa na região.

Devido à intervenção de missionários e artesãos portugueses, os soberanos congolezes tentaram assimilar técnicas que julgaram mais adiantadas da Europa, mas esse objetivo não pode ser plenamente alcançado, em parte pela oposição gerada no reino, e em parte, pelas lutas travadas em torno do tráfico de escravos, disputado ao manicongo pelos portugueses de São Tomé.

Invadido pelos jagas em fins do século XVI, o Congo perdeu sua preeminência em favor do vizinho reino, Angola.

O reino de Loango, habitado pelos babilis e situado na costa, era tributário do Congo; o tráfico negreiro valorizou seus portos, onde franceses, ingleses e holandeses disputaram o comércio de escravos.

O rei Bangu conseguiu impedir que os europeus se instalassem no país, montando um sistema de caravanas para conduzir, ao litoral, os escravos do interior (século XVII).

O tráfico, no entanto, desagregou o reino: chefes hereditários, normalmente localizados no interior, perderam terreno para chefes subalternos que, fixados na costa, enriquecidos com a venda de escravos, adquiriram armas e se tornaram autônomos; o trono ficou vago por vários anos, e em fins do século XVII, essa fragmentação do poder abriu caminho para a dominação europeia.

Quanto ao reino de Anzico, era habitado pelos batékes, que moravam nos planaltos ao norte de Brazzaville, e mantinham o domínio da margem direita do Congo, detendo o monopólio do tráfico negreiro da região do Pool, que durou até 1750.

Com a prosperidade obtida no comércio negreiro e de marfim, foi abandonada a fabricação de pirogas e a fundição de ferro, passando-se a usar armas de fogo, e incorporando alimentos americanos à agricultura, trocando, por exemplo, milho e mandioca por escravos.

Em Mbe, capital dos batékes, o rei Makoko assinou, com o historiador francês Pierre Brazza, um tratado que colocou o reino sob a dependência da França (1880).

As explorações de Brazza iniciaram a colonização francesa no Congo, cuja implantação se prolongou até 1931; após o primeiro tratado, a ocupação se estendeu até Loango, impondo um tratado aos reis dos babilis; a penetração francesa contou com a rivalidade dos portugueses e do Rei Leopoldo II, da Bélgica.

Fundada a colônia francesa do Congo, Brazza foi nomeado comissário do governo (1882- 1898), cargo que permaneceu ocupando após a Partilha da África (1885); durante sua administração, instalaram-se, no país, grandes concessionárias, que chegaram a ocupar 90% do território, exercendo exploração altamente predatória, ao mesmo tempo em que cobravam pesados impostos dos africanos.

Em 1903, a colônia passou a ser chamada de Médio Congo que, juntamente com as colônias do Gabão, Ubangui-Tchad e Tchad, passaram a fazer parte da África Equatorial francesa (AEF), capital Brazzaville (1910).

Entre 1921 e 1934, foi construída a estrada de ferro Congo-Oceano, ligando Brazzaville a Pointe-Noire, uma das realizações mais polêmicas da França na África, porque teria custado um homem por dormente.

O país obteve sua independência em agosto de 1960, tendo, como presidente, o abade Fulbert Youlou; mas, em 1963, uma revolução derrubou o governo conservador e neocolonialista de Youlou, formando novo governo, provisório, com o apoio do exército e de sindicatos.

Assim, Alphonse Manamba Débat foi eleito presidente, como concorrente único. Porém, em 1968, o exército deu um golpe de estado liderado pelo capitão (posteriormente Major) Marien Ngouabi, que assumiu o poder; dois anos depois, o país adota a denominação de República Popular do Congo, e adere, oficialmente, ao marxismo-leninismo, impondo o monopólio do poder ao Partido Congolês do Trabalho (PCT).

Ngouabi foi assassinado em maio de 1977, e Joachim Yhomb-Opango, pertencente à etnia kuyu, torna-se presidente, mas é obrigado a deixar o poder em 1979; quem o sucede é o Coronel Dessis Sassu-Nguesso, da etnia minoritária mboh, que esmaga, em 1987, uma rebelião de oficiais kuyu.

O então presidente exerce seus poderes até 1989; em 1992, Pascal Lissauba é eleito presidente. Choques armados entre forças do Governo e da oposição prosseguiram durante o resto do ano, impedindo que, ali, se desenvolvessem qualquer atividade capaz de produzir a paz e a elevação social.

Costa do Marfim

Abril de 1998

Logo após sua descoberta pelos portugueses, na segunda metade do século XV, ativou-se, ali, o comércio de marfim, nascendo então o nome do lugar: Costa do Marfim, que é grafado das seguintes maneiras: Costal del Marfil (esp.), Côte d'Ivoire (fr.), Ivory Coast (ing.).

O território desta república teve, no século XVII, seu ponto de maior povoamento: naquela época, ali se instalaram vários Estados, dos quais o mais importante foi, na região central do país, os baluê: este povo, notável pela escultura em madeira e pelo artesanato em ouro e que faz parte do grupo akan, assim como os ashanti, origina-se por volta de 1730, quando a rainha Accra Pokum, irmã de um pretendente vencido na disputa pela sucessão do trono, emigra para o Oeste.

Os primeiros contatos com os europeus aconteceram no século XVI, com o tráfico de escravos empreendido por portugueses e holandeses; em fins do século XVII, os franceses, que ali havia montado uma feitoria,

estabeleceram boas relações com os povos do litoral, de tal forma que o herdeiro do reino, Assinie, visitou, em 1843, a corte de Luís XIV.

Ainda como efeito desta aproximação, os reis Aigini, do litoral e Attokpora, do interior, colocaram-se sobre a proteção de Luiz Felipe, da França, por meio de tratados que precederam à ocupação colonial; mas, como decorrência, sofreram conquista francesa e o reino entrou em decadência.

A implantação de entrepostos pela França, mantendo exclusividade, deu-lhes vantagem na exploração do território; como decorrência, a Partilha da África lhes permitiu a penetração que, entre 1887 e 1889, se fez com grandes dificuldades, sobretudo no norte: declarada colônia francesa em 20 de março de 1893, somente em 1915 a resistência africana na Costa do Marfim viu-se totalmente vencida.

O processo de independência começou em 1946, com a nomeação de Félix Houphouet-Boigny para a presidência da Reunião Democrática Africana (RDA), organização política de massa, que desencadeou amplo movimento de independência, obtida em 1960, fruto de negociações entre Félix e o governo francês.

O RDA foi o único partido legal no país até 1990. Houphouet governou ditatorialmente, e se manteve graças à prosperidade econômica, o que lhe permitiu obter apoio de setores da população.

Porém, a queda dos preços agrícolas em 1989, determinou a crise do modelo político, gerando manifestações e greves que forçaram o governo a permitir o pluripartidarismo.

Em dezembro de 1993, com a morte de Félix, a presidência foi ocupada por Henry Konan Bédié, que manteve a mesma linha política.

Manifestações de protestos passaram a agitar a capital, e o governo de Bédié censurou a imprensa; em março de 1995, o governo lançou um projeto de lei que introduziu a pena de morte para os culpados de crimes violentos.

Um golpe de estado foi sufocado pouco antes das eleições presidenciais de outubro de 1995, que deram vitória ao governo PDCI-RDA; em dezembro do mesmo ano, o partido também venceu as eleições legislativas.

Outras informações

O país, líder mundial na produção de cacau, localiza-se na costa ocidental do Golfo da Guiné; seu clima é propício, também, ao cultivo de banana e café.

Dependente dos preços dos produtos no mercado mundial, a economia oscila conforme estes preços se comportam neste mercado, o que produz instabilidades constantes, incentivando, conseqüentemente, a migração interna.

Em 1980, o país introduziu reformas para tentar reaquecer a economia e tornar-se menos dependente dos produtos agrícolas; mas, os resultados foram insignificantes.

O país também é conhecido como terra de lendas e de hábitos excêntricos: em Yamoussoucro, há uma réplica da catedral do Vaticano, construída por Félix Houphouët-Boigny, presidente por 33 anos, em sua cidade natal: a igreja tem capacidade para abrigar 300 mil pessoas, num país com, apenas, três milhões de católicos.

Há mais de sessenta grupos étnicos na Costa do Marfim: imigrantes de países vizinhos formam ¼ da população.

O país tem dois patrimônios mundiais: os parques nacionais de Tai e o Komoe.

Djibuti

Junho de 2001

Habitado por grupos nômades convertidos ao islamismo no século IX, o país, situado no leste da África, nasceu como colônia, denominada Somália francesa, estabelecida em 1862.

Ocupando 23.206 km², sua capital, Djibuti, cidade portuária que concentra metade da população, tem sido ponto importante de comunicação entre a África, a península árabe e o Oriente, desde a 2^a Guerra Mundial (1939- 1945).

A partir de 1958, a então colônia francesa adquiriu o *status* de território ultramarino com autonomia limitada, passando, então, a chamar-se Território Francês dos Afars e dos Issas, em referência aos dois grupos étnicos que compõem sua população.

Em junho de 1977, o país proclamou sua independência, adotando o nome de Djibuti após plebiscito que aprovou a proposta de separação da França. Hassan Gouled Aptidon (da etnia issa) foi eleito presidente, concorrendo como candidato único.

Na década de 80, o poder absoluto de Gouled foi desafiado por grupos étnicos apoiados pela vizinha Etiópia; os choques entre issas e afars, em 1989, geraram várias mortes; em abril de 1991, os rebeldes formaram a Frente pela

Restauração da Unidade e da Democracia (FRUD), e ocuparam territórios no norte do país: o favorecimento dado aos issas pelos colonizadores franceses, estava na raiz do conflito.

Em 1992, Gouled aceitou a liberdade partidária, por pressão da França. A reforma política foi rejeitada pela oposição, que boicotou as eleições de maio de 1993: metade dos eleitores se abstiveram, mas Gouled foi eleito, com 60% dos votos.

O fim do conflito foi negociado com o governo em 1994, por Ougoureh Kifleh Ahmed, então novo líder do recém-formado Conselho executivo.

Kifleh e o ministro do interior assinaram, em dezembro do mesmo ano, um acordo que previa a incorporação de parte do exército da FRUD às forças armadas nacionais, assim como a criação de um conselho de ministros multiétnico, e uma reforma eleitoral, entre outras coisas, antes das eleições gerais.

O último estágio do processo de paz foi concluído com o reconhecimento da FRUD como partido político, em março de 1996 - o quarto do país, número máximo permitido pela constituição de 1992.

Outros dados

Antiga colônia francesa no chamado “chifre da África”, Djibuti é uma das áreas mais quentes e áridas do planeta: seus desertos contêm lagos salgados, sendo arável apenas 1% de suas terras.

Quase todos os alimentos e produtos consumidos são importados; o país vive de serviços e do comércio, o que corresponde a 80% do PIB.

Sua localização estratégica faz a França, a ex-metrópole, investir na modernização do porto, das ferrovias e do aeroporto - meios de transporte compartilhados por países vizinhos e pelas grandes potências, como aconteceu durante a Guerra do Golfo (1990- 1991).

Egito

Maio de 2001

Senão a mais antiga civilização do mundo, o Egito certamente está entre elas, e é, possivelmente, a que maior influência exerceu sobre a Antiguidade. Seu domínio alcançou até a mesma a Síria, província só perdida sob o reinado de Akhenaton que, na 18ª dinastia, recusou-se a combater a revolta daquele povo, permitindo-lhe a independência política e social ao final do processo.

O Egito servia de abrigo a todos que o procuravam durante as “vacas magras”. Segundo o livro de Gênesis, 12:10-20, Abrão ali se abrigou em tempos de fome; assim também seu neto Jacob e família que, segundo contam os capítulos 42 e 43 do mesmo livro, formaram, por lá, o povo judeu.

Sobre ele, Elisa Larkin Nascimento aponta, Heródoto, geógrafo e historiador grego que viveu entre 484 e 425 a. C., visitou Egito e região circunvizinha, onde conheceu os Kolchu, povo de pele negra que vivia na Cólquida, região próxima ao litoral armênio do Mar Negro; ao redor, somente povos com a pele clara; pois bem: em *Euterpe*, seu segundo livro sobre a história egípcia, assim se posiciona ele:

É, de fato, evidente que os colquídeos são de raça egípcia [...]. Muitos egípcios me disseram que [...] os colquídeos eram descendentes dos soldados de Sesóstris. Eu mesmo refleti muito a partir de dois indicadores: em primeiro lugar, eles têm pele negra e cabelos crespos (na verdade, isso nada prova, porque outros povos também os têm), e, em segundo lugar – e este é um indicador mais consistente – os egípcios e os etíopes foram os únicos povos, de toda a humanidade, a praticar a circuncisão desde tempos imemoriais [...]. Essas [os colquídeos] são as únicas raças que praticam a circuncisão [entre seus vizinhos], e deve-se observar que a praticam da mesma maneira dos egípcios.

Dentre outros e diversos depoimentos sobre a negritude dos egípcios, há que se destacar o fornecido por Volney, cientista italiano que conheceu o Egito entre 1783 e 1785. Diz ele, sobre os coptas:

Todos eles têm faces balofas, olhos inchados e lábios grossos; em uma palavra: rostos realmente mulatos. Fiquei tentado a atribuir essas características ao clima, até que, visitando a Esfinge e olhando para ela, percebi a pista para a solução do enigma. [Contemplando] essa cabeça, cujos traços são todos caracteristicamente negros, lembrei-me da conhecida passagem de Heródoto [...]. Em outras palavras: os antigos egípcios eram verdadeiramente negros, da mesma matriz racial que os povos autóctones da África; a partir desse dado, pode-se explicar como a raça egípcia, depois de alguns séculos de miscigenação com sangue romano e grego, perdeu a coloração original completamente negra, mas reteve a marca de sua configuração.

Resumido

Os egípcios, sua ciência, política, estrutura social e cultura, bem como seus faraós antes das invasões não africanas, eram autóctones.

Eis o resumo histórico desse famoso império: as vinte primeiras dinastias foram comandadas por faraós africanos, puros; o período de instabilidade e declínio político inicia-se na 21ª dinastia, quando uma família de origem Líbia – portanto, ainda africana, embora não negra - apossa-se do trono, sendo, ao final do período, substituída por assírios; o período dura pouco mais de três séculos.

Esses assírios, provavelmente, constituem a primeira invasão de conquista externa à África que, comandada por Sargão II, derrotou o exército do

faraó por volta de 720 a.C.; é esse o mesmo Sargão II que, à mesma época, destrói o reino de Israel, dando origem às Dez Tribos Perdidas.

Porém, o rei Shabaka, africano do Sudão, invade o Egito e, sob seu comando, unifica os dois países, formando a 25ª dinastia, que dura cinquenta e cinco anos; é quando os assírios contra-atacam e, depois de inúmeras campanhas, vencem os sudaneses.

No momento seguinte, os persas, comandados por Cambises, ocupam o trono e fundam a 27ª dinastia, praticamente finalizando a história do Egito como potência independente: até a 30ª dinastia, os persas reinam, absolutos.

Mas Alexandre, o Grande, os derrota, dando início ao período Ptolomaico: é ao final desse período que pertence Cleópatra, rainha que chega a unir-se aos romanos, mas acaba morta, aos pouco mais que trinta anos de idade, no último século antes da era cristã.

A partir de então, o Egito já não mais se pertence: passou à dependência total do Império romano; depois, à do Império Bizantino, quando aquele Império dividiu-se em dois; por fim, foi conquistado pelo poder islâmico, de quem ainda herda muito da cultura, além da religião.

Núbia

Localizada ao sul do Egito e dispendo, entre suas riquezas naturais, de ouro, incenso, marfim, ébano e outros bens, a Núbia manteve, com seus poderosos vizinhos do Norte, relações comerciais, de cooperação e cordialidade.

Tal aproximação terminou por provocar a incorporação da Núbia ao Egito, o que ocorreu durante a 18ª dinastia desse, sob o comando do faraó Amosis; depois, Ramsés II, da 19ª dinastia, efetuou intensa atividade de engenharia na região, construindo, entre outras obras, o famoso palácio de Abu Simbel, na margem esquerda do Nilo, região da Baixa Núbia.

Foi também durante essa dinastia que a administração local viu-se totalmente reformulada, incorporando sistema e funcionários administrativos em sua maioria egípcios. Talvez por isso e por estar localizada entre o sul do Egito e norte do atual Sudão, a Núbia tornou-se completamente “egiptalizada”.

Prêmios Nobel

1978	Paz	Muhammad El Sadat
1988	Literatura	Naguib Mahfouz
1999	Química	Ahmed Zewali
2005	Paz	Muhammed El Baradei

Etiópia

Junho de 1997

Em aramaico, *Yaityopia Nigusa Ngagasi Manguist*; do latim *Aethiopia*, Etiópia.

Heródoto (c. 484 – c 420 a.C.) aponta esta origem no grego *aithiós*, “rosto queimado”; já Homero (c 850 a.C.) crê na alusão à cor da pele dos povos da região, como derivativo do grego *aithen*, queimado, e *ops*, rosto, face.

Há, ainda, outra hipótese: a que deriva o nome do antropônimo *Etióps*, filho de *Cush*, *Cus*, figura bíblica: segundo a tradição, *Etióps* é pai de Aksumawi, cujos filhos seriam os fundadores de Axum e Aksum, antigo império de Sabá, localizado ao norte do país.

A antiga Abissínia (nome que se acredita derivado do nome da tribo *habashat*, plural do árabe *al-Habash*, *al Habashah*, Osso da Arábia, que formou o reino de Aksum; os árabes a chamavam, depreciativamente, de *beled el Habech* ou *bled el Habach*, “terra de povos misturados”), atual Etiópia, é um dos países mais antigos do mundo e, também, a nação africana independente há mais tempo: em acordo à tradição, a monarquia etíope foi fundada no ano 1.000 a.C., por Menelik I, filho de Salomão e da Rainha de Sabá.

Os etíopes são originários de dois troncos principais: hamitas e semitas, ambos da Arábia. Os hamitas chegaram primeiro, em tempos imemoriais; os semitas, procedentes do Iêmen, estabeleceram-se no país por volta do século VII a.C.; primeiramente, o país era habitado por povos negros, hoje radicados mais ao sul.

Entre os séculos VII e V a.C., grupos procedentes da Arábia meridional estabeleceram-se no país, fundando o primeiro estado etíope, que tinha, à frente, um *nagash* (da raiz *ngsh*, hoje *negus*), ou Rei dos reis.

A transformação do Egito em colônia romana (30 a.C.), aumentou a importância política de Aksum, pois Roma queria assegurar o tráfico de seus navios pelo Mar Vermelho, para comerciar com a Índia.

Foi através dos negociantes greco-romanos que o cristianismo chegou à Etiópia, no século IV, em sua versão monofisista (de monofisismo = doutrina

daqueles que admitiam que Jesus Cristo tinha uma só natureza), igreja copta de Alexandria, dando motivos para uma invasão de muçulmanos, interessados no predomínio comercial e militar do Mar Vermelho.

No final do século VI, uma guerra contra o Iêmen marcou o início da decadência do reino etíope e a vitória do islamismo na Arábia, ao cortar o acesso da Etiópia ao Mediterrâneo.

Os portugueses, interessados no domínio do comércio indiano, voltaram as vistas à Etiópia como chave para o Mar Vermelho: deve-se ao Padre Francisco Alvarez, integrante de uma embaixada lusitana ao país, aquela que deve ter sido a primeira descrição detalhada da Etiópia: *Informação das terras de Preste João (1520)*.

Auxiliados pelos portugueses, os etíopes derrotaram os islamicos em 1541 sem, contudo, afastar inteiramente o perigo.

Em 1632, os missionários católicos deixaram o país, em consequência de perseguições iniciadas por uma querela teológica. Paralelamente, o reino viu-se dividido por disputas entre as grandes famílias, que promoveram longas lutas desgastantes, até em meados do século XIX, quando centralizou-se o poder sob o rei Teodoro II, que o transmitiu a seus sucessores, João IV e Menelik II.

Quando Menelik II terminava o processo de centralização, lutando pela reconquista do sul do país - então em posse de grupos árabes - novo acontecimento histórico mudou os destinos da África: a Partilha pelas potências europeias, com o que os franceses e ingleses dominaram vários territórios na Somália: Eritreia e Mar Vermelho foram dominados pelos italianos, que aspiravam o domínio da Abissínia.

Em 1881 os etíopes resistiram, com sucesso, à invasão dos italianos, que tentaram transformar o país em colônia.

Após a morte de Menelik II, ocorrida em 1913, sua filha Zauditu subiu ao poder: isto, em 1916. Como regente, assumiu Ras Tafari, o que significa soberano, membro da família Tafari; seu nome cristão era Selassié.

Em 1925, um acordo anglo-italiano transformou a Etiópia em área de influência italiana; cinco anos depois, em abril, falece Zauditu: Selassié assume o poder a 2 de novembro do mesmo ano.

Durante o início da II Guerra Mundial a Itália tenta, novamente, invadir o país: era 1935, Selassié parte para o exílio, em Londres. Tropas do Reino Unido expulsam os italianos em 1941, e reconduzem Selassié ao trono.

A seguir, a Eritreia é incorporada à Etiópia por decisão da ONU, formando uma federação desigual, sob soberania da coroa etíope; porém, a federação não vigora.

Durante uma visita de Selassié ao Brasil, em 1960, um golpe de estado tentou substituí-lo, mas a rebelião foi esmagada. A federação foi dissolvida em 1962, quando a Eritreia foi anexada como província da Etiópia; guerreiros eritreus deflagraram a luta pela secessão.

Selassié foi destronado em 1974, num golpe liderado pelo General Amam Michel Andom, que proclamou a República em 12 de setembro; em 1975, Selassié morreu na prisão, e instalou-se no poder o Dergue, conselho revolucionário presidido pelo General Teferi Benti que, após divergências internas, foi fuzilado com seus auxiliares.

Mengistu H. Marian assumiu o governo, e fez uma reforma agrária, nacionalizou as empresas privadas e colocou o país na esfera de influência soviética.

Vários ataques e invasões aconteceram, até que o Dergue reagiu, com uma campanha de regeneração conhecida como “Terra Vermelha”, que matou dez mil pessoas entre 1977/78; a fome devastou o país que, em 1984, passou a ter um dos maiores índices de mortalidade da África.

Em 1989, irrompe a sublevação da Frente Democrática Revolucionária do Povo Etíope (FDRPE), apoiada pelos guerrilheiros eritreus. Uma ofensiva rebelde, em 1991, provocou a queda do regime de Mengistu, que fugiu do país.

Os rebeldes tomaram Adis Abeba, a capital etíope, em junho, e instauraram um governo provisório encabeçado por Meles Zenaul que, em seguida, foi confirmado presidente.

O novo governo enfrentou a oposição dos estudantes fiéis ao regime deposto, havendo reivindicações autonomistas em várias províncias. Mas, a promessa de apoiar a causa da Eritreia foi mantida, sendo que esta alcançou a independência em maio de 1993.

Como curiosidade, a Etiópia abrigou o falashas, negros provavelmente descendentes da tribo de Dan, que deixou Israel após a morte de Salomão; talvez por isso, a música local é de tradição religiosa, e remonta aos tempos daquele rei e de seu pai, Davi.

Há, ainda, o uso de tambores imperiais e vestígios da música antiga egípcia (com o uso de sistros e tambores nas igrejas); entre os instrumentos musicais autóctones, há liras (keiar e bangan), a viuela (massanega), trombetas (sinba, malakat), sistros, timbales, tambores e instrumentos atribuídos,

tradicionalmente, aos hebreus. A música popular etíope é naturalmente influenciada pela dos países vizinhos.

Prêmio Nobel

2019	Paz	Abiy Ahmed
------	-----	------------

Gana

Março de 1998

Pais da África ocidental no chamado Golfo da Guiné, membro da Comunidade Britânica das Nações, limita-se, ao Norte, com Burkina Fasso, ao sul com o Oceano Atlântico, a leste com a Costa do Marfim e a oeste, com o Togo.

Embora sua localização não seja a mesma do império de quem herdou o nome, este lhe é dado (aportuguesado Gana) desde sua independência, ocorrida em 1957; tomou o nome ao antigo império de Gana (também conhecido como Uagadu), que floresceu do século IV ao XII.

Ghana, que significa “chefe de guerra” é, originalmente, um dos atributos do rei do antigo império de Ghana, Kaya Maga, “chefe da terra” ou “chefe do ouro”; tunka, “rei”, ou “príncipe”, foram outros títulos usado pelo soberano.

Portanto, Ghana é, primeiro, título de rei; depois, denominação do antigo império; a partir de 1957, nome do país.

Por sua antiga tradição islâmica, os muçulmanos tinham doze mesquitas, bazares e centros de ensino, embora o cristianismo e as crenças tradicionais, que permanecem ativas mesmo que amalgamadas às demais, também fazem parte da cultura local.

O desenvolvimento do comércio em lombo de camelo através do Saara, entre a África do Norte e a região sudanesa, propiciou a formação do império de Gana, estabelecido, no século IV, numa área que compreende o Mali e o sul do Mediterrâneo atuais.

O império não correspondia, portanto, ao atual território de Gana; cronistas árabes do século VIII, que são as principais fontes sobre a história do império, descreviam Gana como a terra do ouro.

Indispensável à economia do islã, na área mediterrânea, bem como à Etiópia medieval, o ouro, razão do poderio, era do interesse principal de caravanas árabes que o trocavam por tecidos, cobre, sal, joias, tâmaras e figos.

No século X, o império foi dominado pelos sarakele (ou soninkê) da dinastia sessê, que estenderam a soberania de Gana das regiões auríferas do Senegal (Ramhuk) à curva do Níger e à orla do Saara, envolvendo vários reinos vassallos, alguns deles berberes, como de Alldagoste.

Kumbi Saleh, capital de Gana (hoje Kumasi), era uma das maiores cidades do mundo medieval: o cronista árabe Al Bekr, que a visitou em 1068, deu-a como constituída por duas partes: a cidade imperial e a cidade comercial, considerada cosmopolita.

Na primeira, além do castelo real, todo o conjunto, compreendendo as residências dos dignitários e centenas de casas, era rodeado por muralhas; no bosque sagrado viviam os sacerdotes e ficavam os túmulos reais e as prisões.

Durante sete séculos o império de Gana exerceu sua autoridade sobre um território quase tão vasto quanto o da Europa ocidental; o poderio militar do império assentava-se em um exército de duzentos mil homens, liderado pela cavalaria e por quarenta mil arqueiros. Fundado em base territorial e não étnica, Gana serviu de modelo aos impérios africanos posteriormente surgidos no chamado Cinturão Sudanês.

Sua decadência ocorreu quando os berberes nômades de Sahel sudanês, conhecidos como almorávidas, aderiram à nova seita muçulmana ortodoxa, e saquearam Audagoste para puni-la por pagar tributos ao rei pagão de Gana.

Temerosos do exército ganês, os almorávidas atravessaram o estreito de Gibraltar e fundaram, no século XII, um império euro-africano que se estendia de Senegal à Espanha.

Em 1076, um exército almorávida comandado por Abu Bekr ibn Oman, conquistou Kumbi Saleh após quatorze anos de campanha; morto Oman, Gana aproveitou a dissidência entre os vencedores e reconquistou sua independência em 1086; mas, não sua grandeza.

O atual território de Gana começou a ser explorado em 1471 pelos portugueses, que o denominaram Costa do Ouro, devido ao grande reservatório do metal.

Outros dados

País com forte tradição tribal, cultural e religiosa, é origem da maioria dos escravizados negros destinados a Cuba e vendidos aos norte-americanos.

A população cultua festas em datas socialmente marcantes, como a colheita, o início da puberdade, casamentos e nascimentos.

Seu principal produto de exportação é o cacau: está entre os dez maiores produtores mundiais; extrai, também, grande quantidade de manganês e diamante, de onde resultam graves problemas ambientais causados pela mineração, como rios poluídos e devastação de matas ciliares; grande parte de suas florestas foram destruídas para dar lugar a plantações.

O norte é habitado por grupos de cultura Mossi-Grussi; o sul, por grupos Kwa, ambas subfamílias da Níger-Congo; entre os Kwa, os Akan são numérica e culturalmente dominantes.

As mulheres ashanti oferecem interessante exemplo de socialismo mercantil: dominam o comércio de Kumasi, capital de Gana, através de um sistema de associações de produtos, cada uma comandada por uma líder eleita.

Estas, conhecidas como “rainhas-mãe”, têm autoridade para expulsar outros comerciantes do mercado e controlam a qualidade e quantidade dos produtos vendidos, beneficiando todas as participantes; por extensão, suas famílias.

Foi o ganense Kofi Annan, quando secretário-geral da ONU, que ajustou o acordo com Saddam Hussein, então presidente iraquiano, pondo fim à crise com os EUA.

Prêmio Nobel

2001	Paz	Kofi Annan
------	-----	------------

Guiné Bissau

Setembro de 1996

O nome Guiné, se origina de *guinea* (*Geni, Jenné, Djenée*), denominação de um reino que floresceu na bacia do Níger no século VIII; outra possibilidade é que se origine pela deturpação do nome Gana, antigo e poderoso império com quem faz fronteira, assim como ainda faz com o país que leva este nome. Outra possibilidade, é que as duas suposições tenham convergido para a hipótese de Guiné ser um empréstimo do idioma berbere do Marrocos aos ibéricos, porque, naquele dialeto, o primeiro conhecido na África por portugueses e espanhóis, há o vocábulo *Akal-n-Iguinawen*, “país ou terra dos negros”, em oposição à “terra dos mouros”, que habitavam o norte da África.

Embora incerta a origem, o nome já aparece em mapas de meados do século XIV; mas, só se torna de uso corrente na Europa, no século XV.

Pode-se identificar sua história a partir do século XIII, quando agricultores que se encontravam na região da Costa da Guiné (balantas, cassangas, mandjacos, papéis, bijagós, etc.) entraram, progressivamente, em contato

com o interior. Logo após, a região foi frouxamente dominada pelo Império do Mali, através de governadores regionais (farins).

No século XV, as populações litorâneas estavam, em parte, submetidas aos farins mandingas islamizados do interior, que governavam verdadeiros Estados.

A região foi encontrada por Nuno Tristão em 1444, ano em que o comércio de africanos escravizados tem início, a 8 de agosto, no Algarve; desde então, tornou-se importante centro deste tráfico de injustamente degredados.

No século seguinte, estabeleceram-se algumas feitorias ao longo dos rios e, em 1690, a Coroa portuguesa criou a companhia do Cachéu e Cabo Verde, que tinha, como objetivo maior, o comércio de escravizados e a resistência às contínuas tentativas de estabelecimento de feitorias e entrepostos por parte de franceses e ingleses.

No século XIX ocorreram incursões e guerras numerosas no interior do país, consequências da tomada do poder, no Futa Djalón, pelos peuls maometanos, com as quais termina o domínio dos mandingas.

Uma parte destes e dos beafadas foram, então, escravizados pelos fulas, o que só foi detido pela ocupação europeia; por isso, os fulas não chegaram a dominar as populações animistas ao norte de Geba, cuja submissão aos portugueses viria a ser auxiliada, no início do século XX, por mandingas e fulas islamizados.

As revoltas nativas foram finalmente esmagadas por João Teixeira Pinto (1913-15) e, a estas guerras, seguiu-se quase meio século de tranquila administração portuguesa. Em 1942, a capital da província da Guiné portuguesa foi transferida para Bissau.

A província não escapou aos efeitos da ascensão do nacionalismo africano após a II Guerra Mundial e, em 1956, Amílcar Cabral fundou o Partido Africano para a Independência da Guiné e do Cabo Verde (PAIGC).

Em 1961, o PAIGC iniciou guerrilhas contra as tropas portuguesas: sua ala militar, o Exército da Libertação Nacional passou, em 1962, a mover guerra aberta contra aquelas forças: até 1972, conseguiu controlar dois terços do país.

Cabral foi assassinado em 1973; no mesmo ano, os guineenses proclamaram unilateralmente a independência, com Luiz Cabral, irmão de Amílcar, como presidente.

As pesadas baixas sofridas pelos portugueses nas colônias africanas, alimentaram o descontentamento militar, que resultou na derrubada da

ditadura em Portugal (25/04/1974); no dia 10 de setembro de 1974, a independência do país foi reconhecida e o PAIGC, de orientação marxista, assume o poder, como partido único.

O governo de Luiz Cabral recebe, dos portugueses, um país devastado, em que falta praticamente tudo, de hospitais a profissionais de nível universitário.

Erros econômicos do governo provocam a escassez de alimentos. Cabral é deposto em 1980, em golpe militar liderado por João Bernardo Vieira, que assume o poder e sela a separação entre o PAIGC da Guiné-Bissau e o de Cabo Verde, abortando o processo de unificação dos países, que rompe relações, só as reatando em 1982.

A abertura política só começou em novembro de 1989, sob a influência do colapso do comunismo no leste europeu, em maio de 1991; o PAIGC deixa de ser partido único em 17 de março de 1993 mas, às vésperas da eleição presidencial, é assassinado o major Robalo de Pena, importante chefe militar, o que leva o governo a adiar indefinidamente as eleições.

Quanto à produção cultural, os manjacos e os balantas sobressaem na olaria; os nalus em cestarias, os fulas e mandingas conhecem ourivesaria; os manjacos e os papéis, tecelagem.

Trabalhos em pele ou couro: chinelas, almofadas, bolsas, sacolas, bainhas de alfanjes e de punhais, guarnições de vasilhas, anexos e outras peças em couro, saídas das mãos de artífices fulas, chegaram a ter fama (apesar dos processos rudimentares empregados na curtimenta), assim como o ofício de ferreiro que, antes da indústria europeia abarrotar o mercado local de machados, enxadas, braceletes, etc., era profissão de muito prestígio social.

Entre os bijagós, o ferreiro ainda goza de privilégios que nenhum outro ofício confere, pois passa a fazer parte do tribunal dos anciãos, porque subsiste, no grupo, a crença de que ele domina o segredo das partes em litígio, como domina o fogo e o ferro.

Nas artes plásticas, os bijagós e os nalus sobrelevam todos os demais: especialmente os bijagós, cujas esculturas adquiriram fama no conjunto da escultura africana.

A genuína escultura guineense é eminentemente funcional; o escultor da Guiné não trabalha para fazer arte pela arte, segundo conceitos europeus: para ele, a função da arte não é deleitar o espírito na contemplação do belo mas, sim, satisfazer uma necessidade de caráter coletivo, produzindo obras úteis à vida social.

Isto porque a escultura é um símbolo, um suporte visível de uma alma, de um espírito invisível – elo de ligação entre o mundo visível e o invisível.

Kênia

Dezembro de 2002

O nome Kênia, inicialmente referido, apenas, ao famoso monte nevado que é o segundo ponto mais alto da África, passou, por extensão, a designar toda a região.

Famoso pelos parques nacionais, o país integrou, na antiguidade, as rotas de comércio operados pelos egípcios, fenícios e gregos.

No século VIII, os árabes instalaram colônias no local, e desenvolveram trocas de mercadorias com as populações do interior: este contato favoreceu o desenvolvimento do idioma suahili, que adicionou palavras em árabe à matriz bantu.

Os portugueses chegaram no final do século XVI, e controlaram a costa até 1729, quando a região foi integrada aos domínios dos sultões de Omã.

Exploradores ingleses chegaram à região no final do século XIX; com a divisão do continente entre as potências coloniais na Conferência de Berlim de 1885, o atual Kênia passou a ser administrado pelo Reino Unido.

É com o descontentamento dos kikuio - a tribo mais numerosa - com esta indevida dominação e a perda de suas terras, que se dá, em 1952, a rebelião dos Mau-Mau, sociedade secreta que lutou contra o domínio colonial dos britânicos, que oprimiram duramente os membros dessa sociedade; mas, se viram obrigados a fazer concessões aos nativos, que formaram o legislativo local em 1957.

O Kênia obteve a independência em 1963, elegendo seu primeiro presidente, Jomo Kenyata, o mais importante líder kikuyo, preso dois anos antes, acusado de ligações com os Mau-Mau.

Kenyatta morreu em agosto de 1978, sendo substituído pelo vice-presidente Daniel Arpa Moi, eleito presidente dois meses depois, e reeleito em 1983, 1988 e 1993.

Na década de 80, Arap Moi assumiu, gradativamente, poderes ditatoriais, passando a reprimir qualquer tentativa de organização oposicionista.

Em 1990, é fundado o Partido Democrático Nacional, que convoca uma conferência sobre o futuro do país, dissolvida pela polícia; em represália, governos ocidentais, que impulsionavam a democratização, suspendem os

programas de ajuda econômica; Arap Moi recua, libertando presos políticos e aprovando o pluripartidarismo.

A divisão da oposição, em 1992, favorece Arap Moi, que vence as eleições gerais de 10 de dezembro do mesmo ano: assume, então, seu quarto mandato, em janeiro de 1993 e, imediatamente, suspende o parlamento por tempo indeterminado, ignorando os protestos da oposição.

Na atualidade, os quenianos vêm-se destacando fortemente no atletismo, especialmente em provas de longa distância, e é de ascendência queniana e etnia luo o primeiro presidente negro dos EE. UU, Barack Hussein Obama.

Prêmio Nobel

2004	Paz	Wangari Maathai
------	-----	-----------------

Libéria

Abril de 1996

País localizado na África ocidental, no chamado Golfo da Guiné, tornou-se independente muito antes de qualquer outro estado da África subsaariana: o país é fundado, sob decisão norte-americana, como colônia destinada a receber escravos libertados naquele país.

Assim sendo o país, como decorrência desta finalidade principal, recebe o nome Libéria, e sua capital foi denominada Monróvia em 1824, como homenagem ao então presidente James Monroe, que consolidou a colônia um ano antes.

Assim formada por escravos libertos, mas oriundos de diversas etnias africanas, os retornados ainda precisaram confrontar-se com os nativos, o que, como decorrência, promoveu mais a discórdia que a consolidação social.

Assim sendo, a partir do início do século XX, o auxílio financeiro e militar dos EUA consolidou-se sobre a Libéria, e fez com que o país reorganizasse sua economia.

Porém, com a Primeira Guerra Mundial, a economia foi abalada, conseguindo a estabilização somente a partir de 1926, com a instalação de plantações de seringueiras da Firestone e com o empréstimo de 5 milhões de dólares americanos, o que fez com que 30% de exportação fosse para os EUA.

No plano político e social, é evidente a divergência entre os descendentes dos colonos retornados, que estão estabelecidos e moram no litoral, e os grupos indígenas; além disso, há divergências culturais entre os grupos: a

maioria da população é muçulmana, e convive com cultos animistas; a elite é cristã.

Embora o idioma oficial do país seja o inglês, cada grupo tem seu próprio idioma; a grande maioria da população é representada pelos diversos grupos autóctones, pertencentes a quatro grupos linguísticos básicos: mande-tan: grupos vai e mandingo (maioria muçulmana); mande-fu: kpelle, loma, gbande e mano (zona norte e central); semi-bantu: kru, gassa, grebo e de (região sul); Atlântico-ocidental: gola.

Prêmio Nobel

		Ellen Johnson Sirleaf
2011	Paz	Leymah Gboewee

Mali

Junho de 2019

Quando Sogolon, a mulher búfalo, entregou aquela bengala àquele menino franzino e feio que, aos três anos de idade, ainda mal falava e não sabia andar, apenas queria que ele, nela, se apoiasse, tentando se levantar; mal desconfiava que estava lhe entregando o instrumento da profecia, porque aquele menino, seu primogênito, que tinha grandes olheiras e parecia, de tão frágil, que não sobreviveria, repentinamente encorpou, cresceu e levantou-se por suas próprias forças; o que, por ninguém, era esperado.

A seguir, resoluto, pisando firme, peito estufado, olhar altivo, caminhou diretamente para o imenso baobá que representava a continuidade do reinado de seu pai que, segundo a vontade deste, a ele pertencia; mas que estava indevidamente ocupado por seu meio-irmão que, deste baobá, colhia folhas e as atirava à sua mãe e a ele, como sinal de desprezo e humilhação, pois que, deles, assim escarnecia.

Inesperada e corajosamente, agarrou o grosso baobá, que não podia ser abraçado por menos de dez homens. Mas o menino, abrindo largamente os braços, apenas empurrou a imensa árvore, que desenraizou; a seguir, atirou-a, desprezadamente, ao chão.

Nascia, ali, Sundiata Keita, o Leão do Mali. Estava, assim, realizada a profecia: e o filho daquela mulher corcunda e feia, do clã Traoré, iniciava a estória do reino mais rico que já existiu sobre a Terra.

Assim contam os *griots*.

Porém, como não é possível que um menino de tenra idade, franzino e destinado a precoce morte, encorpe repentinamente a ponto de arrancar, sozinho, desenraizando, um imenso baobá, o que não é tarefa fácil nem mesmo para muitos homens robustos juntos ou, até mesmo, para um grupo de Hércules acompanhados por vários titãs, é preciso esmiuçar um tanto mais esta estória para tentar segregar, nela, o que é verdade, do que é mito.

Isto, até porque Sundiata é, de fato, figura histórica. Existiu. Portanto, nem tudo o que dele se fala é, apenas, fantasia; o que faz com que, para entender todo este embrulho, se torne preciso recuar um tanto quanto no tempo.

Não muito. Entre três e cinco anos a partir do evento milagroso, já parece tempo suficiente. Porém, mesmo aqui, não há como escapar do que contam os *griots* porque, de Sundiata, toda a história reside só na memória destes negros tão especiais. Aventuremo-nos.

Contam eles que Naré Maghann Konaté era casado, dentre outras, com Sassouma Bereté, com quem tinha, como primogênito, Dankaran Toumani Keita, potencial sucessor daquele rei mandinga.

Porém, um dia qualquer, um mago, em visita ao reino, avisou ao rei que era seu destino casar-se, também, com outra mulher, feia, de quem teria um filho, que se tornaria poderoso rei; por isto, o crédulo e bondoso Naré Konaté, quando recebeu, em suas terras, dois caçadores do clã Traoré, que vinham acompanhados por Sogolon Dalata, aquela mulher verruguenta, tão feia e corcunda que parecia um búfalo, enxergou, nela, a possibilidade do cumprimento da profecia. E resolveu casar-se com ela.

É deste casamento estranho que nasce o bebê doente, fraco, portando imensas olheiras, que recebe o nome Sundiata; é essa a criança que produz o fantástico feito citado no começo desta estória.

Isto posto, é momento de separar mito e realidade, o que não parece fácil; mas, também, não parece tão impossível assim.

Em primeiro lugar, é preciso saber que, para o africano comum e tradicional, nada no mundo acontece por acaso; além disto, para ele, a palavra tem poder; conforme ensina o insigne professor Kabengele Munanga em seu festejado *Negritudes: usos e sentidos*, em África, a palavra mata.

Portanto, não é de se admirar que Naré Konaté tenha, de fato, acreditado na profecia do mago que lhe previu o casamento com Sogolon; também não é de admirar que, desta união, tenha nascido, em 1.190 d.C., uma criança débil, feia como a mãe, que, até os três anos de idade, mal sabia falar; e que não podia andar; debilidades, feiuras e anemias ainda são tão comuns em nossa modernidade!

Porém, o mito dá, ao pequeno Sundiata, o protagonismo do milagre: sarou de uma hora para outra, apenas por tocar a bengala que, talvez e segundo ainda contam os *griots*, seria o cetro real.

Ora, é possível que, conhecedora da profecia, Sogolon tenha, de fato, entregue o que sabia ser o cetro a seu pequeno e frágil rebento; mas que, deste toque, tenha resultado o milagre, é algo que só os *griots* ousam afirmar.

Portanto, cabe entender que, talvez, o menino tenha recuperado a saúde paulatinamente, ao mesmo tempo em que ouvia histórias sobre a profecia que envolvia seu nascimento; talvez tenha daí nascido, nele, a vontade de ocupar o trono que, por profecia, era seu de direito; o que pode ter sido exacerbado por ver-se constantemente humilhado por seu meio irmão, então rei, e pela mãe dele que, talvez também como reação a tão esdrúxula profecia, a ele e a Sogolon atiravam folhas do baobá que representava seu poder.

Pode ser que caiba, neste momento, pequeno parêntese: na África, o baobá é considerado árvore sagrada: é a “árvore da palavra”, sob a qual se reúnem os anciãos e os notáveis de cada grupo, para decidir os destinos da comunidade; ela representa, enfim, a divindade e a autoridade.

Portanto atirar, desdenhosamente, folhas daquele baobá ao pequeno e frágil pretendente ao trono e à sua mãe, era ato que carregava o mesmo efeito que desprezá-los por suas convicções; mas não era, só, ato de desprezo; era, também, de escárnio e humilhação.

Porém, o reinado de Dankaran Tumani, assim como o escárnio que ele e sua mãe aplicavam a Sundiata e Sogolon, estavam fadados a chegar ao fim: é o que acontece quando Sumaôro Kantê, rei sosso vindo de Gana, no afã de expandir seus domínios, ataca o então pequeno reino mandinga e dizima toda a família real; apenas Sogolon e Sundiata, este por feio, pequeno, frágil, incapaz, escapam, exatamente porque, pela aparência da criança e aos olhos do invasor, soavam inofensivos.

Assim sendo, parece que até mesmo a fraqueza de Sundiata fazia parte da profecia. Mas, é de se supor que, aos olhos do pequeno, as humilhações sofridas não se apagaram facilmente; assim também o baobá, símbolo do poder que transitara de seu meio irmão para o conquistador, talvez também não tenha sido esquecido.

Pois bem: após o massacre, Sundiata e sua mãe refugiam-se em Gana, onde são bem recebidos; lá, estabelecem-se em Nema, onde o rei, impressionado com as habilidades e coragem do já então forte adolescente, lhe concede grandes responsabilidades.

Sogolon falece após grave febre, quase ao mesmo tempo em que representantes do povo mandinga, em comitiva e sentindo-se oprimidos por Sumaôro, pedem, a Sundiata, que comande a retomada do reino para sua dinastia.

É o que Sundiata faz: reunindo os exércitos independentes que haviam sido formados por cada clã mandinga, Sundiata, considerado chefe de sua geração, parte para o enfrentamento; mas, neste ponto, parece que a lenda, novamente, supera a realidade.

Isto porque, contam os *griots*, Sumaôro, o conquistador, era grande feiticeiro, sendo invulnerável às armas metálicas: somente o esporão de um galo branco poderia atingi-lo, assim como, na lenda grega, Aquiles só poderia ser fragilizado se atingido no calcanhar.

É com este conhecimento que Sundiata prepara uma flecha especial, em que, na ponta, prende tal esporão; e parte para o enfrentamento; o que acontece em Kirina, cidade hoje de difícil localização, já que a Kirina que hoje existe, segundo os arqueólogos, é muito mais recente do que aquela que assistiu a esta batalha.

São, ainda, os *griots* que recontam os desafios que, entre os dois e como ritual da declaração de guerra, aconteceram naquela longínqua 1.235, às vésperas da batalha:

- Eu sou o inham selvagem das rochas: ninguém me fará sair do Mali – grita Sumaôro.
- Tenho, no meu acampamento, sete ferreiros que te despedaçarão. Então, inham, eu te comerei – replica Sundiata.
- Eu sou o musgo venenoso que faz vomitar os valentes.
- Eu sou o galo voraz. O veneno não me preocupa.
- Tem cuidado, Sundiata, ou queimarás o pé, porque eu sou um carvão em brasa.
- Pois eu sou a chuva que apaga o fogo.

Assim prosseguem e, afinal, se enfrentam. É quando Sundiata atira sua flecha especial, que raspa o ombro esquerdo de Sumaôro; este sente-se perdendo as forças; então, foge; a batalha resta vencida por Sundiata que, assim, recupera o trono que era de seu pai.

É de se crer que, a seguir e no afã de simbolizar esta retomada de poder, Sundiata, já agora rei e Leão do Mali, tenha mandado arrancar o baobá que tanto o havia humilhado, ao simbolizar o poderio de seu meio-irmão e o escárnio da primeira mulher de seu pai.

A partir deste ponto, a estória deste rei parece seguir caminhos bastante confiáveis: Sundiata invade e arrasa Kumbi-Saleh, então capital de Gana;

estabelece a capital de seu reino em Niani, hoje na Guiné-Conacri; a seguir, consegue firmar alianças com os reinos a seu redor, unindo todo o povo mandinga sob seu comando; assume o título Mansa que, em malinke, seu idioma, significa imperador, rei dos reis.

Então, define a estrutura política do império pela Carta de Kurukan Fuga que, firmada por consenso entre Sundiata e seus apoiadores na chamada Gbara, ou Grande Assembleia, admite, como estrutura administrativa, o formato confederação, ou seja: mantém-se o comando e os costumes de cada localidade, sujeitando-os às determinações centrais, que os compatibiliza, a espelho dos procedimentos que asseguraram a chamada Pax Romana. Também, a formatação inicial dos Estados Unidos que, até por isso, carregam este nome.

Como decorrência, o Império vem a ser governado por duas formas: no centro, o controle direto do rei; na periferia, reinos protetorados, onde os reis reconhecem a soberania do imperador, a quem pagam impostos, sem perder o estatuto de reis.

Assim sendo o Mali, embora governado por imperador muçulmano, passa a conviver com locais onde as religiões tradicionais permanecem vivas; mas, em perfeita harmonia com a religiosidade oficial.

Prosseguindo: é durante o reinado de Sundiata que o Mali começa a adquirir o poderio de que disporá por longo tempo, posto que, futuramente, chegará, inclusive, a englobar todo o território antes ocupado pelo Império de Gana; e ido muito mais além.

É sob seu comando que a agricultura se desenvolve, com o cultivo, dentre outros, de arroz, favas, inhame, cebolas e algodão; o artesanato, especialmente de tecidos, ganha grande importância, com Sundiata controlando todo o comércio transaariano, especialmente o que transita pelas regiões de Kumbi-Saleh, Timbuctu e Gao, além de fartas minas de ouro.

Sundiata reina por vinte anos; sua morte, ocorrida em 1.255, é fato que, assim como seu nascimento, está envolto em mistérios, posto que se afirmam diversas possibilidades, entre as quais:

- que foi vítima de “flecha perdida” em uma festa ou cerimônia, da qual participava;
- que se afogou nas águas do rio Sankarani, em condições não explicadas: neste rio, a 10 km a montante de Niani, encontra-se o lugar que tem por nome Sundiata-dun (água profunda de Sundiata), onde o rio é muito profundo e agitado por redemoinhos.

Mas, Sundiata, de fato, morreu? O que se sabe é que ele foi tão grande, que muitas são as homenagens que o povo mandinga ainda presta a seu herói, o Leão do Mali:

- onde ocorreu seu suposto afogamento, os Keita de Niani estabeleceram locais de culto em ambas as margens: ali, se reúnem periodicamente, para rituais de oferendas e louvação;
- em Kirina, hoje no Níger, são feitas oferendas em uma floresta sagrada;
- em Tigan, a nordeste de Niani, dizem haver, em lugar específico, calçados, uma faca e um traje de guerra que teriam pertencido a Sundiata;
- em Kangaba, a cada sete anos, celebra-se o culto no santuário chamado Kamablou, que também conteria objetos pertencentes ao Leão do Mali.

O certo é que o reino do Mali, cujo poderio foi iniciado por Sundiata em 1.235, dura até meados do séc. XVI, quando é vencido pelo império Songhai.

Porém, mais certo ainda, é que Sundiata não morreu; isto porque, mesmo abandonando o corpo aos caprichos da morte, o Leão do Mali, o mito, permanece vivo; pelo menos para o povo mandinga, que o venera até os dias atuais.

Depois, ele tem, de fato, continuidade gloriosa e viva.

Isso porque há quem diga, cheio de convicção: “Os primeiros a atravessar o Atlântico em direção às Américas, eram mandingas, africanos do Mali”.

Dizem mais: que foram os mandingas que formaram o primeiro povo não americano a se estabelecer nas Américas; isto, apesar de nunca ter sido encontrada, neste lado do Atlântico, qualquer evidência desta afirmação.

Mas, se assim é, porque alguém sustentaria tal discurso? Com base em quê? Talvez afirmações soltas, partindo de algum africanista doido? Apenas isto? Será?

Não! Al-Umari, historiador e viajante árabe da Idade Média, afirma que, em sua estada no Egito, ouviu a seguinte estória, que havia sido ali contada por Mansa Musa, então senhor do Mali:

O governante que me precedeu não acreditava que era impossível alcançar a extremidade do oceano que circunda a Terra, e queria chegar ao final dele. Assim, equipou duzentos barcos cheios de homens, e muitos outros cheios de água, ouro, e provisões suficientes para vários anos. Então, ordenou ao capitão que não voltasse até que eles chegassem ao outro lado do oceano, ou até que estivessem esgotadas as provisões e água.

Mas, apenas um barco retornou. Quando questionado, o capitão deste barco respondeu: “Navegamos por longo período, até que vimos, no meio do oceano, um grande rio que flui de forma maciça. Meu barco foi o último; os outros, que seguiam antes de mim, foram afogados num grande redemoinho, do qual não saíram de novo. Eu

naveguei de volta para escapar da corrente.” Mas, o sultão não se deu por satisfeito: ordenou que se preparasse dois mil barcos para ele e seus homens, e mais mil para a água e provisões. Em seguida, conferiu a regência a mim durante sua ausência, e partiu com seus homens, para nunca mais voltar; nem para dar um sinal de vida.

Assim sendo, há quem acredite que o governante desaparecido, Abu Bakr II, tio-avô de Musa, não retornou porque desembarcou nas Américas, do que não há qualquer prova ou evidência. Mas, há provas suficientes da existência, atuação e pujança daquele que o sucede com o título de Mansa, como eram denominados os reis dos reis do Mali.

Portanto, cabe saber quem foi Mansa Musa.

Segundo consta, Kanku Musa, nome que significa algo em torno de “Moisés, filho de Kanku”, foi o 10º imperador do Mali, sucedendo a larga série de imperadores efêmeros e relativamente fracos. Isto, aproximadamente em 1312, quando tinha algo em torno de 32 anos.

Musa era sobrinho-neto de Sundiata Keita, que havia fundado o Império pouco menos de 80 anos antes. Por muçulmano, embora vinculado ao islamismo com face africana, resolve, em 1324, cumprir um dos cinco pilares de sua religião: a *hajj*, que determina que o crente adulto e sadio deve visitar Meca pelo menos uma vez na vida.

Isto porque, possivelmente, já os outros quatro pilares – a submissão incondicional a Allah, a esmola dada aos pobres, o jejum durante o Ramadã e as cinco rezas diárias – é de se supor que, certamente, já vinham sendo constantemente seguidos.

Portanto, é com o intuito de cumprir o pilar que faltava que o Imperador se destina a Meca; e para isto, leva consigo, segundo contam fartas testemunhas da época e historiadores vários, tais como Ibn Batutta, algo, no mínimo, suntuoso:

- 60.000 homens;
- 12.000 servidores, vestindo seda e portando vasos com ouro;
- 80 camelos, carregando entre 50 e 300 quilos de ouro em pó, cada um;
- 500 servas, trazidas por sua esposa sênior, Inari Kunate.

Havia, ainda, incontáveis cavalos, selados ou portando ouro, além de bandeiras e arautos ricamente vestidos, exibindo pompa muito maior que a ostentada por todos os seus antecessores em viagem a Meca.

Esta viagem, segundo ainda historiadores da época, durou, pelo menos, um ano, posto que o Mali, aquele tempo, tinha margem no Atlântico, e

Meca está na Península Arábica: portanto, foi preciso atravessar todo o norte africano subsaariano, do ocidente ao oriente, para ir além do Mar Vermelho.

Na passagem Musa, seguindo o rio Níger, visitou diversas cidades importantes: algumas, eram pujantes entrepostos de caravanas e centros de comércio na África Central, para onde a comitiva atraiu comerciantes de tão longe quanto Maiorca e Egito, além de pessoas comuns, incluindo judeus e, logicamente, muçulmanos.

Já no Egito, enviou um presente de 50.000 dinares ao sultão, mesmo antes de decidir-se a permanecer, por lá, por três meses; o sultão, em retorno, lhe emprestou o palácio de verão, certificando-se que sua comitiva fosse muito bem tratada.

Ali no Cairo, assim como durante toda a viagem até a Península, veio ele sempre negociando e doando ouro, em pó ou não, por onde transitava; de tal generosidade aproveitaram-se os comerciantes egípcios, que passaram a vender seus produtos com algo em torno de 500% de aumento, o que, segundo é contado, desvalorizou de tal forma a moeda egípcia, por conta da inflação assim provocada, que a economia local não conseguiu recuperar-se durante, pelo menos, os próximos vinte anos!

De volta ao Mali, Musa soube que Sagmandia, um de seus generais, havia recuperado a cidade de Gao, que tinha sido centro de império e de comércio; de posse desta notícia, ele resolveu desviar-se da rota original, visitando a cidade reconquistada, onde recebeu, como reféns, os dois filhos do rei de Gao, Ali Kolon e Nar Suleiman.

Com eles, retornou à sua capital, passando a educá-los em sua corte. Aliás, neste retorno, Mansa Musa trouxe, consigo, muitos estudiosos árabes e arquitetos; inclusive o andaluz Abu Es Haq es Saheli, a quem, segundo consta, pagou 200 kg de ouro para construir a suntuosa e imponente mesquita Djinguereber, em Timbuktu, que ainda permanece em pé!

Portador de tanta pompa, pode-se assumir que Mansa Musa foi responsável, em grande parte, pela expansão do Islã no norte da África subsaariana, por onde espalhou madrassas, como são chamadas as escolas muçulmanas. Fiel a esta confissão, também trouxe, em seu retorno ao Mali, quatro descendentes do Profeta, para que o país fosse “abençoado por suas pegadas.”

Mas, não só de religião viveu o reinado deste impressionante imperador africano: também a expansão e consolidação do império a ele devem ser creditadas; foi por suas mãos, ou melhor, durante seu reinado, que o Mali que, antes, se limitava aos territórios do antigo Império de Gana, à região de Melle e circunvizinhança, também dominou Koumbi Saleh, Djenée, Futa-Djalon

e, entre outras cidades, a já mencionada Gao, dando, ao Mali, seu contornos finais.

Nestes novos contornos, abarcou o pequeno reino de Kukia que, ironicamente, nunca mais sairia da história do Mali. Com esta expansão, este impressionante império passou a controlar minas de ouro extensamente produtivas, além de ricas rotas de comércio, que se estendiam do Egito ao Marrocos, o que lhe permitiu forte incremento nos negócios, que envolviam, além do ouro, marfim, sal e produtos diversos.

No auge do poder, o Império continha, pelo menos, 400 cidades, quase todas densamente povoadas.

Mansa Musa também investiu fortemente na educação: em seu governo, determinou a construção ou revigorou as universidades de Timbuktu, Sankore, Djenée e Ségou que, atraindo estudiosos de todo o mundo muçulmano e indo muito mais além, espalhou o Islã através dos mercados, fazendo de Timbuktu prestigiada área de pesquisa, estudo e produção acadêmica, para onde afluíram não só doutores da lei islâmica como, também, historiadores, astrônomos, filósofos, matemáticos e intelectuais outros, diversos.

Para além, também passou a apoiar artistas e eruditos que, atraídos pelo potencial do Império, não demoraram a chegar, estabelecendo-se por lá.

A fama do país, ancorada em sua pujança, bem como a de seu governante, assentada em sua generosidade, capacidade administrativa e habilidade econômica, acabou por viajar por todo o Mediterrâneo e sul da Europa, onde comerciantes de centros dinâmicos tais como Gênova, Veneza, Granada, logo acrescentaram Timbuktu a seus mapas de viagem, aí incluindo seus mercados e rotas de comércio, onde trocavam bens por sal, marfim e ouro, entre outras especialidades.

Esta pujança, evidentemente, carregou para o Mali tamanha fortuna que Mansa Musa é, hoje, considerado o homem mais rico que a humanidade já viu: segundo relação elaborada pelo site *CelebrityNetworth.com* em 2012, que inclui as vinte e cinco fortunas então consideradas as maiores de todos os tempos, Musa, em valores atualizados, disporia de algo em torno de US\$ 400 bilhões, o que é superior ao dobro da fortuna de Bill Gates, o único listado ainda vivo entre todos que o site relaciona!

Portanto, é um africano, competente administrador público, altamente letrado, mecenas, fortemente religioso, que viveu no séc. XIV e foi imperador do Mali, o detentor da maior fortuna que o mundo já viu!

Este fato contraria, indubitavelmente, todo o discurso de apoio ao escravismo moderno que, um século depois, passou a afirmar que os africanos

não tinham instrução ou deus, sendo incapazes de civilizar-se ao largo da tutela europeia, discurso este que, mesmo mais de quinhentos anos depois, ainda encontrou assento na pseudociência sustentada por Lombroso, Nina Rodrigues e tantos outros de seus pares.

Note-se que de tanta riqueza dispunha Musa, que Abrão Cresques, autor do Mapa Catalão de 1375 – portanto, apenas cinquenta anos após a *hajj* deste Imperador – ali o retratou com uma pepita de ouro nas mãos, de que se aproxima um mercador árabe montado em um camelo, e a cidade de Timbuktu, então capital do Mali, a seus pés.

Como resultado, talvez não se mostre exagerado imaginar que este mapa tenha levado o Infante D. Henrique a associá-lo ao Preste João, cuja lenda, à época, corria a Europa, afirmando haver um poderoso rei, nas Índias, Arábia ou Etiópia, ao qual o Infante talvez tenha imaginado juntar-se para bloquear o que acreditava ser a fonte de financiamento dos muçulmanos que, então, ocupavam a Península Ibérica; e aos quais o Infante dedicava interminável guerra.

Se assim é, talvez tenha, esta crença, levado o Infante a determinar, em 1436, que seus navegantes cruzassem os cabos Branco e Bojador em direção à África, dando início, por desdobramentos outros, ao lamentável processo que culminou com a implantação do escravismo moderno que vitimou africanos, com efeitos altamente perniciosos sobre sua descendência, que ainda perderam, mais de meio milênio depois.

Prosseguindo: o reinado de Mansa Musa durou vinte e cinco anos; ao final deste período, ele foi substituído por seu filho Maghan I que, em meados de 1341, acabou deposto pelo Mansa Suleyman, irmão de Musa.

Era o início da decadência do império que, esgarçando-se em disputas políticas, esfarela-se em pequenos reinos, até ser suplantado pelo Songhai, em 1546.

A ironia final é que o Songhai formou-se a partir do pequeno reino de Kukia, conquistado em 1325 por Mansa Mansa, conforme acima citado; ou seja: no mesmo ano em que ele voltou de sua portentosa *hajj*.

Qual a ironia? Talvez o Songhai, pouco mais de dois séculos depois de ser conquistado, tenha conseguido se vingar...

Moçambique

Setembro de 2019

Supõe-se que o nome Moçambique derive de um comerciante árabe, Mossa Al Bique ou Ben Mussa Mbiki, estabelecido na ilha que dá nome ao país, há longa data.

Isto leva a crer que, havendo comerciante, havia comércio; e que, havendo comerciante árabe no sul do Índico, o comércio entre o Oriente Médio e esta região deveria valer tanto a pena, que havia deslocado um árabe para comerciar por lá.

O que se sabe, mesmo, é que, talvez, os primeiros habitantes da região sul de onde hoje está este país africano, tenham sido os povos khoi-khoi e san, hoje conhecidos pelos depreciativos nomes de hotentotes e bosquímanos.

É possível que estes povos tenham se deslocado para a Namíbia e adjacências, onde hoje se encontram, obrigados pela expansão bantu, ocorrida, possivelmente, entre os séculos I e IV de nossa era.

Historiadores indicam o período entre os séculos I e XII para a chegada de populações oriundas do golfo Pérsico à região, sendo que geógrafos e arqueólogos convergem ao indicar pujante comércio entre a Índia e as terras de Sofala neste período, incluindo trocas de tecidos, ferro, ouro e outros metais.

Como moeda local, eram utilizados os tubos das penas da asa de pato cheias de ouro, denominadas metical – o mesmo nome da moeda que, a partir de junho de 1980, é hoje corrente em Moçambique, no que serve de afirmação da independência local.

O que se sabe é que, há muito tempo, a região tornou-se importante polo comercial no Índico; isto, de tal forma que seu crescimento deu origem a diversos estados, iniciando-se pelo Zimbábwe.

O Estado do Zimbábwe

Instalado na região por volta de 1250, o estado durou algo em torno de dois séculos; seu nome, que significa “Grande Muralha”, deriva de suas monumentais construções de pedra, cujas ruínas, se é que assim podem ser consideradas, ainda podem ser encontradas na região.

Crê-se que a economia, além da pujante agricultura assentada na impressionante fertilidade local, também tinha, por base, a mineração e a metalurgia, especialmente do ouro.

Por volta de 1450, entretanto, a região foi abandonada, por razões ainda não conhecidas.

O Império Monotapa

Data desta época a conquista do planalto do Zimbábwe, o que deu origem a novo império: o Monotapa, também denominado Mwene Mutapa.

No século seguinte, este império já exercia influência entre os rios Zambeze e Limpopo, estendendo-se entre o Oceano Índico até próximo ao deserto do Kalahari.

Com economia também baseada nas minas de ouro e na criação de gado, dominou as rotas comerciais entre o Zambeze e Sofala.

O ouro atraiu, para a região, árabes do Golfo Pérsico – talvez, entre eles, aquele cujo nome foi posteriormente adotado pelo país aqui apresentado – e portugueses que, em sua busca pelo Caminho das Índias, ali aportam em 1497.

Os portugueses

À vista dos fatos acima relatados, percebe-se que quando Vasco da Gama chega a Moçambique, já encontra pujante comércio, principalmente comandado por árabes, que trouxeram, para a região, hoje norte moçambicana, o islamismo.

Mas os portugueses foram se infiltrando entre os monotapas, quer firmando acordos políticos ou comerciais, quer por força de armas movidas por exércitos particulares.

Assim sendo, em 1530 fundaram a povoação de Sena; em 1537, estabeleceram-se em Tete, no Zambeze e, em 1544, em Quelimane, já no Índico, assenhoreando-se da rota entre as minas e o oceano.

Em 1607, sentindo-se donos das terras dominadas, obtiveram, do rei de Portugal, a concessão das minas de ouro; vinte anos depois, deposto o rei Monotapa hostil aos portugueses, conseguiram converter e batizar seu sucessor, que se declarou vassalo de Portugal.

O Império Marave

Fixados ao norte do atual Malawi, os maraves, provenientes do sul do Congo, formaram, entre 1200 e 1400 d.C., pequenos reinos que se tornaram importantes pontos de apoio para a penetração portuguesa.

Isto porque um dos clãs ali formados, os Phiri, firmaram constantes alianças com linhagens locais, tornando-se o clã dominante, e sua cultura,

baseada na matrilinearidade, foi apropriada pelos portugueses ao adotar o regime dos prazeiros.

Estes, em quase perfeita aderência à prática dos cobradores de impostos dos tempos bíblicos, em que surge Levi, tornado Matheus ao se tornar discípulo de Cristo, são assim denominados porque adquiriam, do rei de Portugal, o direito de administrar e cobrar impostos na área territorial acordada, o que era feito mediante contrato com prazo de três gerações; daí o nome prazeiros.

O início desta prática remonta à virada do séc. XVI para o XVII, quando Portugal começa a enviar, para a região moçambicana, diversos colonos; muitos, de origem indiana, posto que havia estabelecido colônia em Goa, naquele país.

Casando-se com filhas de chefes locais, estes colonos estabeleciam linhagens que, pelo exercício do comércio e da agricultura, podiam tornar-se poderosas, especialmente quando estabelecidos em prazos.

O Império de Gaza

Por volta do primeiro quarto do séc. XIX, formou-se o poderoso império de Gaza, abrangendo toda a área costeira do rio Zambeze, e tendo sua capital na hoje província que deu nome ao império, que comercializava apenas marfim com os portugueses.

A sucessão do trono, acontecida em 1859, causou guerra entre os possíveis sucessores, de onde, em 1864, saiu vencedor Mzila, que mudou a capital para a atual província de Manica.

Em 1884, seu filho Gungunhana o sucedeu no trono; mas foi preso pelos portugueses seis anos depois; estes, ali, impuseram a administração colonial.

A Partilha da África e o mapa cor e rosa

Neste mesmo ano, possivelmente como efeito da consolidação da Alemanha como estado-nação, o que ocorreu em 1871, o primeiro ministro Otto von Bismarck convoca nações europeias para decidir o que fazer com a África.

Note-se que, a esta altura, a Inglaterra vinha pesadamente atacando o tráfico negreiro, do que havia resultado, para Portugal, o final do comércio de gentes no Oceano Índico, o que se estendeu, oito anos depois, para todas as colônias portuguesas.

Portugal viu-se, de início, excluído desta convocação; como reação apresentou, à Conferência reunida em Berlim, reivindicações sobre os territórios que já ocupava, notadamente São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique.

Aproveitando a oportunidade, levou à discussão o mapa dos territórios que pretendia, o que abrangia toda a faixa africana que vai do Oceano Atlântico, onde estão Angola e São Tomé e Príncipe, até Moçambique, país banhado pelo Oceano Índico.

Dessa forma o mapa, apresentado em cor rosa, também abarcava áreas então dominadas pelo milionário inglês Cecil Rhodes – à época, Rodésias do Norte e do Sul, hoje Zâmbia e Zimbábue, respectivamente.

É claro que a reivindicação não foi aceita; mas, Portugal restou alertado que ou ocupava, efetivamente, as regiões que alegava ser suas, ou elas seriam tomadas por outros parceiros que compunham a Conferência de Berlim.

Esta se encerra em 26 de fevereiro de 1885: a Portugal restou o domínio sobre as áreas que formaram as nações-estado africanas atualmente lusófonas, quais sejam: Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique.

A administração colonial

Antes de aprofundar o tópico, é preciso reinformar que a administração moçambicana não foi exercida pela Corte mas, sim, por sua colônia indiana, bem estabelecida em Goa; daí, talvez, se compreenda a posterior e importante presença de soldados indianos nas forças de controle e repressão coloniais, onde eram denominados sipaios.

Esta administração direta, que se voltava, principalmente, ao controle do comércio - primeiro, o ouro; depois, o marfim e escravos - não conseguia atingir satisfatoriamente seu objetivo.

Como alternativa, a Corte resolveu terceirizar a administração e, já em 1686, formou a “Companhia dos Mazanes”, formada por comerciantes indianos; mas, a situação financeira da colônia não reagiu satisfatoriamente.

Assim sendo o Marquês de Pombal, em 1752, retirou a administração de Goa, e nomeou governador-geral para a colônia.

As companhias majestáticas

Como, já em 1842, Portugal havia sido praticamente forçado a abolir o comércio de escravos, deu às companhias o poder de cobrar impostos, fonte de renda que lhe restava: disto resultou a instituição, em 1913, do imposto

da “palhota” que, podendo ser substituído pelo trabalho forçado – o “chibalo” – obrigou as famílias locais a cultivar algodão, tabaco, etc., a favor das companhias.

Mas, com as finanças combalidas e a administração de pouca eficácia, Portugal viu ameaçada sua pretensa soberania sobre o território moçambicano, forçando-se a ocupá-lo. O que faz, terceirizando a administração.

A Companhia de Niassa

Formada em 1890, a esta companhia foi cedida a administração do norte moçambicano.

Durante a Primeira Guerra Mundial, o território chegou a ser invadido pelos alemães a partir da então chamada África Oriental Alemã, hoje Tanzânia, o que provocou a abertura de uma estrada de mais de 300 km, que resultou na ocupação definitiva do planalto de Mueda, majoritariamente habitado pelo povo maconde, que opôs forte resistência aos representantes da companhia.

Esta, sem ter obtido qualquer resultado significativo, extingue-se em 1929; porém, as estruturas administrativas já se encontravam solidificadas no território.

A Companhia de Moçambique

Formada em 1891 com capital alemão, esta companhia administrou territórios da área central de Moçambique, detendo poderes para explorar mão-de-obra e cobrar impostos, mas pagando 7,5% dos lucros a Portugal.

Sua administração também não produziu resultados significativos, e o território retornou à administração direta portuguesa em 1942.

Administração direta

O sul de Moçambique é área rica em minerais, e próxima às minas de ouro da África do Sul e da então Rodésia - cujo regime também adotou o *apartheid*.

Esta proximidade, além da fixação da capital moçambicana em Lourenço Marques – hoje, Maputo – traz, ao sul, alguma prosperidade, pelo desenvolvimento e adoção, entre outros fatores, de tecnologias externas, o que deixa o sul moçambicano em posição bastante vantajada em relação às outras regiões, quer do ponto de vista econômico, quer social.

É preciso informar que, na tentativa de aculturar o povo moçambicano, Portugal institui, em 1926, o Estatuto do Indigenato, que dura até 1961;

neste, havia a admissão do trabalho forçado, segundo previsto no imposto da palhota; porém, em 1955, Portugal recorre a outra estratégia: o Instituto do Assimilado, que previa vantagens aos nativos que comprovassem haver-se aderido à cultura europeia.

A estratégia fracassa: três anos depois de instituído, o sistema é extinto, encontrando apenas 28 moçambicanos reconhecidamente assimilados; o que corresponde, à época, a 0,0736% da população, então estimada de 6.000.000 de habitantes.

Resistência ideológica

A partir dos anos 30 e alavancado pelo pós-guerra, surge o pensamento pan-africanista, incitando todos os africanos, quer da diáspora quer não, a se irmanarem na derrocada do regime colonial.

Note-se que este movimento encontra gênese fora da África, especialmente em países anglófonos, com destaque para Jamaica, de onde fala Marcus Garvey, e Estados Unidos, de onde soa forte, entre outras, a voz de W.E.B. Dubois; internamente, é do senegalês Cheik Anta Diop que flui o pensamento pan-africanista.

Como eco a ONU, em 1945 – final da 2ª Grande Guerra – edita a “Declaração sobre os territórios não autônomos” que, no cap. XI, art, 2º, recomenda a descolonização.

Efeitos da administração colonial

Para prosseguir, é necessário citar que o contato com árabes e portugueses produziu, em Moçambique, a inversão cultural apontada por Paulina Chiziane.

Esclarecendo: o norte moçambicano vem de tradição matriarcal e matrilinear, onde, como efeito, não existe a poligamia; no entanto, o forte, antigo e permanente contato com os árabes e indianos, trouxe, para a região, a tradição patriarcal e a poligamia; conseqüente, desestruturador embate social.

Na outra ponta, o sul vinha com tradição patriarcal, patrilinear e poli-gâmica, o que contrastou com os dogmas cristãos, bilineares e monogâmicos, trazidos pelos portugueses.

A desestruturação cultural, nos dois casos, parece evidente.

Quanto à administração portuguesa, por seus modos diversos, produziu importantes distorções políticas, sociais e culturais em Moçambique: como, ao norte, as companhias se dedicaram à produção rural, mas o sul

desenvolveu economia de serviços, com base na exploração mineral, o norte permaneceu com sua tradicional economia comunitária, com produção rural sem tendências à acumulação, voltada à sustentação comunitária e à sobrevivência; mas o sul, na outra ponta, desenvolve-se europeizado, voltado à economia de acumulação.

Isto posto, ao norte passou a atrair a política chamada de “esquerda”, na busca da distribuição equalitária das riquezas; mas o sul passou a tender para a “direita”, com estado mínimo, individualização e livre comércio.

Talvez isto explique o diverso desenvolvimento das organizações de resistência.

A resistência

Em 1959, há a formação da Udenamo – União Democrática Nacional de Moçambique – com sede da Rodésia do Sul; seus integrantes provêm das províncias sulistas de Manica, Sofala, Gaza e Lourenço Marques.

No mesmo ano e com sede no Kenia, se forma a Manu – União Nacional Africana de Moçambique – de origem maconde; portanto, extremo nordeste do país.

Dois anos depois é formada a Unami – União Nacional Africana de Moçambique Independente – com sede no Malawi, e composta por oriundos de Tete, Zambézia e Niassa, ao norte.

Em 25 de junho de 1962, estes grupos se juntam e, com sede na Tanzânia, formam a Frelimo – Frente de Libertação de Moçambique.

A guerra de libertação

O estopim acontece em junho de 1960, no planalto de Mueda, terra da etnia maconde: líderes locais, no dia 11, voltam a pedir audiência à administração portuguesa, para negociar a independência de forma diplomática; note-se que, sendo o planalto habitado por macondes – portanto, extremo nordeste – sequer havia a consciência de território do que viria a ser Moçambique como, atualmente, se conhece: parte dos líderes imaginavam libertar-se para unir-se à Tanzânia, onde estava a sede da Frelimo, fortemente apoiada por Julius Nyerere, então presidente local.

A administração ajusta a reunião para o dia 14, mas no dia marcado, a transfere para dois dias depois quando, com muita gente apinhada esperando a solução das tratativas, os administradores se dispõem a receber os emissários africanos e, logo, anunciam que estes aceitaram as condições que

foram propostas; porém, o povo se revolta ao ver que, na verdade, os emissários estão sendo levados, presos e algemados.

Do tumulto, a segurança armada da administração dispara aleatoriamente sobre a multidão: estima-se mais de 600 mortes resultantes desta ação; 16, apenas, oficialmente reconhecidas.

A Frelimo resolve pegar em armas.

A Guerrilha

Com início em 25.set.1964, as ações guerrilheiras começam no mesmo planalto de Mueda, onde Alberto Joaquim Chipande comanda doze homens no ataque ao posto administrativo de Chai, matando o chefe e mais seis soldados; três anos depois, a Frelimo já controlava mais de 20% do território nacional, com ênfase no norte moçambicano.

Em 1970, Portugal desencadeia o que denomina operação Nó Górdio; esta, que empenha 35.000 soldados, consistia no emprego de táticas americanas aplicadas no Vietnã, quais sejam: ataques rápidos com apoio de helicópteros e pesado bombardeio aéreo.

Porém, São Pedro não concorda com isso, e a chegada das chuvas de monções inviabiliza os ataques aéreos, assim como a intensa lama impede os ataques por terra.

Como consequência, a operação, totalmente fracassada, se encerra nove meses após iniciada.

Na continuidade a Frelimo, em 1972, alcança Tete, no centro do país; no ano seguinte, ataca a estrada de ferro que unia o Zimbábwe ao oceano; mais um ano e atinge o controle de 30% do território, a partir do norte.

No mesmo ano, a Revolução dos Cravos derruba a ditadura portuguesa e, a 25 de junho, Moçambique consegue emancipar-se, sob o comando de Samora Machel, shangana de Gaza: a Frelimo assume o governo, sob orientação marxista; no ano seguinte, como confirmação da autonomia, adota o metical como moeda nacional.

Porém, e lembrando-se que a independência só ocorre em 1975, ainda auge da chamada Guerra Fria, ao norte muito atraindo o discurso soviético, socialista; mas, ao sul, este discurso causa verdadeiro pânico: a tendência, ali, é aderir ao bloco norte-americano, capitalista.

A guerra civil

Com base socialista e apoio chinês, bem como de todo o leste europeu, a Frelimo implanta diversas posturas socialistas mas, como é quase praxe nos governos que resultam de guerrilhas, o principal ato inicial é a eliminação sumária dos dissidentes, condenados à execução; o que causa reações e revoltas.

Ainda em 1974, Afonso Dhlakama ingressa na Frelimo; mas, nove meses depois da independência, André Matala Matsangaissa, dissidente da Frelimo, funda a Renamo - Resistência Nacional Moçambicana.

No ano seguinte, Afonso Dhlakama, descontente com a orientação marxista radical da Frelimo, adere à Renamo, que obtém apoio do Zimbábwe e da África do Sul; no mesmo ano tem início a Guerra Civil, que mostra as partes confrontantes claramente alinhadas aos oponentes da Guerra Fria.

A Renamo estabelece base na região denominada Gorongosa, em Sofala, centro de Moçambique; na mesma época, obtém apoio do Malawi à guerrilha.

Dez anos depois do início da guerra, Samora Machel morre em acidente aéreo, e é substituído, na presidência, por Joaquim Chissano.

É ainda em 1986 que o projeto socialista termina: torna-se impossível a socialização do campo.

No ano seguinte, a Renamo já consegue o controle de quase 80% do território nacional; além disso, a instabilidade do bloco soviético, que rui dois anos depois, apresenta dificuldades quase intransponíveis para o apoio a Moçambique.

O quadro leva o país a buscar apoio no FMI e no Bco. Mundial, enfraquecendo o viés socialista inicialmente adotado.

Em 1990, o país passa a admitir o pluripartidarismo constitucional; em 04.out.1992, a Frelimo e a Renamo assinam, em Roma, acordo de paz intermediado pela Comunidade Santo Egídio, com apoio do governo italiano.

Mas, quanto à governabilidade local, continua a enfrentar fortes instabilidades:

- Em 1994, Dhlakama se candidata à presidência; mas, com 33,7 % dos votos, perde para Chissano, que obtém 53,3%;
- Em 1999, Dhlakama, com 47,71% dos votos, é novamente derrotado por Chissano, com 52,29% dos votos; ele alega fraude eleitoral;

- Em 2004, novamente Dhlakama, com 31,7% dos votos, é derrotado; desta vez por Armando Guebuza, da Frelimo, que obtém 63,7%;
- Em 2009, Dhlakama obtém, apenas, 16% dos votos; Guebuza consegue 75%;
- Em 2014, a Renamo afirma que ganhou as eleições, que foram fraudadas; de fato, ganhou. No norte;
- Em dez. 2015, Dhlakama declara que, em março seguinte, vai ocupar o norte, o que irá causar a divisão do país; não o faz, mas a ameaça provoca o deslocamento de, aproximadamente, 4000 moçambicanos para o Malawi;
- Em 2016, é denunciada “pedalada fiscal” da Frelimo, no valor de, aproximadamente, 1 milhão de US\$;
- Em maio do mesmo ano, Moçambique assina, com a China, acordo de parceria global.

Por fim, em 15.mar.2019, o ciclone Idai atinge a cidade de Beira, no centro de Moçambique; esta é a segunda maior cidade do país, e teve 90% de sua área destruída; o ciclone prossegue, e também atinge Malawi e Zimbábwe, mas com força menor.

Em 25 de abril do mesmo ano, outro ciclone, o Kenneth, atinge o norte do país, causando \pm 15 000 desabrigados.

Nigéria

Agosto de 2009

Segundo algumas fontes, o nome português Nigéria deriva do vocábulo *Níger* (*ghir-n-igheren* = *o rio dos rios*), que os europeus, por um jogo de palavras latino-árabe, adotaram na forma de “*rio dos negros*”, com o acréscimo do sufixo *-ia* (latim), característico de nome de país ou região.

Outros autores registram o vocábulo local *nigr-*, “grande rio”, sendo, então, Nigéria, “*país das grandes águas*”. O nome foi dado por ingleses.

Dados da Enciclopédia Mirador internacional, indicam que, no período entre os séculos VI e VIII a.C., existiu, na Nigéria, uma cultura adiantada, que conhecia a metalurgia do ferro e do estanho, da agricultura, e a arte de estatuetas: é a chamada civilização NOK, que irradiava de norte ao sul sua cultura, e que, provavelmente, influenciou as civilizações posteriores da região.

Os reinos yorubá localizavam-se ao sul da Nigéria, e sua história está repleta de “lendas”, das mais remotas e interessantes.

Conta-se que os yorubá descendem de dois grupos de povos: os mais antigos, que tinham Ifé como local sagrado e centro religioso, e os povos invasores, que eram da mesma linhagem dos berberes, fundadores de outros estados.

Culturalmente, os yorubá acreditavam que cada etnia sua era protegida por um deus local, à maneira como a civilização ocidental adota seus santos padroeiros.

Porém, no entender yorubá, esses deuses convivem com sua descendência, e tanto os seres humanos quanto todo o restante da natureza, são permeados pelo poder desses protetores – denominados, por eles, orixá.

O efeito do escravismo fez com que oriundos de diversas localidades – portanto, protegidos por orixá diversos – passassem a conviver forçadamente nas senzalas, com o que os cultos, individualizados na África, passassem a ser amalgamados neste lado do Atlântico, de onde o candomblé no Brasil, e outras religiosidades daí derivadas, em outros pontos das Américas.

A isto juntou-se não só as imposições do catolicismo, no Brasil, do que restou o sincretismo, como, também, a inevitável convivência com a religiosidade bantu, de onde o candomblé angola, entre outras manifestações similares.

Retomando a África: por volta do século XVI, estes povos já possuíam sociedades complexamente organizadas e, no final do século XVII, seus reinos atingiram o máximo prestígio.

Os portugueses chegaram ao litoral em 1472; porém, em 1553, os ingleses acabaram com este monopólio.

Nos séculos seguintes, o comércio de escravizados tornou-se intensa atividade europeia na região, e o tráfico se transformou em fenômeno bastante distinto do que fora, até então, na África.

Isto é: mesmo tendo em conta que havia muito tráfico terrestre praticado por árabes e pelos Estados Negros e, também, a escravidão doméstica nas formações sociais africanas, a atualização do tráfico negreiro, com a chegada dos europeus, tornou-se uma bárbara caça ao ser humano, onde a estrutura social e familiar se desintegrou, pois o pensamento de lucro europeu não combinava com a vida dos povos que ali viviam, e que, a partir de então, começaram a perder a própria identidade; o ritmo de vida alterou-se, passando o mais forte a vender o mais fraco.

A partir de 1861, a Nigéria passou a ser colônia britânica e, em 1946, o governo britânico começou a conceder autonomia à região, até a independência, em 1960.

Uma guerra civil estourou em 1966 e, como na maioria dos países africanos, os ibos (minorias) tomaram o poder dos haussás (maioria).

Os anos seguintes foram marcados pela instabilidade política, com uma sucessão de golpes militares.

Em 1991, a capital do país foi mudada de Lagos para Abuja e o poder foi assumido pelo ministro da defesa, General Sani Abasha, que passou a governar ditatorialmente.

Na atualidade, a Nigéria está entre os países mais ricos da África, posição que disputa com Angola na produção e exportação de petróleo, e com a África do Sul, produtora de diamantes e outras riquezas minerais.

Porém, a diversidade étnica imposta pelas fronteiras que restaram da independência, ainda provoca divergências internas, às vezes graves, como o foi a Guerra de Biafra, assim como os ataques do grupo islâmico radical Boko Haram.

Prêmio Nobel

1986	Literatura	Wole Soyinka
------	------------	--------------

Ruanda

Maio de 1998

Nome que deriva de *vany aruanda*, vocábulo do idioma local, cujo sentido os estudiosos ocidentais não precisaram ainda. Ruanda é grafia internacional, que se altera, em alguns idiomas, com Rwanda.

Imagina-se que, entre os séculos XIII e XIV, pastores guerreiros tutsi (Watusi) vindos da Etiópia, invadiram as regiões de Ruanda e Burundi, passando a exercer domínio sobre os grupos ali estabelecidos, os twa e hutu, agricultores bantu que compõe 83% da população.

O domínio político passou a ser exercido pelos tutsis, criadores de gado e senhores do exército; neste, os hutu serviam na intendência.

Assim, a hierarquia do poder - o rei (Mwami) e seus conselheiros, chefes de província e subchefes - estava inteiramente nas mãos dos tutsi.

Em meados do século XVIII, Cylima II Ryagna, vencendo pequenos reinos tutsi vizinhos e os expulsando para além do Rio Akanyaru o Mwami do Burundi, estabelece as fronteiras que delimitam a atual Ruanda.

Ruanda e Burundi tornaram-se protetorados alemães em 1889, passando a ser os distritos 13 e 14 da África Oriental Alemã que, sobre eles, exerceu colonização indireta.

Em 1916, em decorrência da 1ª Guerra Mundial, tropas belgas invadiram Ruanda e, em 1929, a Bélgica teve confirmada sua tutela local; em 1946, obteve mandato sobre os dois territórios, o que foi confirmado pela ONU.

A liderança tutsi incorporou, em seu benefício, o nacionalismo africano ascendente na década de 1950, o que inquietou as autoridades belgas, que manobraram com a maioria hutu para contestar a estrutura fundiária favorável aos tutsi.

Assim, os hutu se organizaram no movimento republicano Parmehutu, e a revolta contra a supremacia tutsi eclodiu em novembro de 1959: o rei Kyiezi V foi deposto alguns meses depois. Os belgas perderam o controle da situação, e cento e cinquenta mil tutsi refugiaram-se no Congo e no Burundi.

Proclamada a República, coube à ONU controlar, em setembro de 1961, as eleições e o *referendum*, que assinalou a vitória republicana, por 80% dos votos.

Assim, a monarquia tutsi desapareceu, deixando um legado secular de unidade nacional; a 26 de outubro, Gregoire Kayibanda, hutu, foi eleito presidente, formando o governo preparatório para a independência, que foi proclamada em 01 de setembro de 1962; em 1964, novo confronto sangrento hutu-tutsi resultou em vinte mil mortes, além de milhares de refugiados tutsi.

Kayibanda se reelegeu em 1965 e 1969, e a ONU financiou, em 1970, uma indústria de curtumes, para eliminar o parasitismo da pecuária e combater a subalimentação, considerada o grande problema nacional.

Em abril de 1994, o presidente Habyaruamana, hutu, e seu colega do Burundi, Cyprien Ntarycemira morreram em acidente aéreo; o episódio desencadeou uma guerra civil que durou até julho, e que resultou em 500 mil e 1 milhão de mortos, além de 2,3 milhões de refugiados, que se dirigiram, sobretudo, ao atual Congo (ex-Zaire) e à Tanzânia.

Em março de 1995, 2 mil hutus, expulsos de um campo de refugiados, foram assassinados por tutsi; cerca de 500 mil refugiados foram expulsos do Congo (ex-Zaire) em novembro de 1996, para Ruanda.

Em abril de 1997, o novo governo do Congo deu prazo de 60 dias para que se completasse a repatriação de 200 mil refugiados ruandeses que ainda estavam no país; segundo denúncia da Anistia Internacional, em agosto de 1997, mais de 2,3 mil ex-refugiados hutu haviam sido assassinados nos três meses anteriores, pelo exército ruandês, de maioria tutsi.

Pacificado, o país vem desenvolvendo economia em forte crescimento, e a presença feminina na política não pode ser desprezada: em 2019, 67% dos cargos legislativos estão ocupados por mulheres, a diferença salarial entre gêneros é relativamente baixa, sendo este o 6º país no ranking mundial neste quesito.

Quanto à ocupação profissional, 88% das mulheres mantêm-se empregadas, percentual superior ao índice masculino.

Senegal

Maio de 2002

O viajante latino-americano, antes dos voos diretos para Europa, forçosamente fez escala em Dakar, solo africano, e muitas vezes, nem se deu conta disso.

Dakar está situada no ponto mais ocidental do continente africano. Desde os tempos em que os escravizados capturados na região eram reunidos na ilha de Gorée, esperando o embarque para o Novo Mundo, até muito mais tarde, em 1957, com a criação da Universidade, a cidade adquiriu face cosmopolita, constituindo-se no grande centro administrativo, comercial, industrial e cultural senegalês.

Embora Dakar se encontre pronta para o desenvolvimento do turismo, assim como o Parque Nacional de Niokolo-Koba, na região sudoeste, está pronto para o safari ecológico, o Senegal permanece pouco conhecido.

De pequenas dimensões (é pouco maior que o estado de São Paulo), possui 500 km de litoral de topografia plana, cenário que se repete por todo o interior.

Os habitantes do país pertencem ao grupo linguístico sudanês. O Senegal possui dois idiomas oficiais: o francês, herança dos anos do colonialismo que, já na época da independência, 1961, era falado por somente 6% da população, e o wolof, idioma da maior etnia.

No território senegalês também vivem sereres, tuculeros, fulbés e diúlas.

Os sereres vivem na região do Rio Sene-Saloum e cultivam amendoim, que ainda é a maior produção agrícola do país; tuculeros e fulbés vivem na região do Futa-Djalou, e praticam a pecuária; no vale do Casamance, vivem os diúla, tradicionais cultivadores de arroz.

A monocultura do amendoim fez, do Senegal, o 5º produtor mundial. Mas, com o tempo, devido ao cultivo sem técnicas de preservação e recuperação do solo, houve a necessidade de diversificação no plantio, o que tornou o país quase autossuficiente na produção alimentar.

Aspecto típico da economia senegalesa, diferente de outros países africanos, é a presença de forte setor industrial, o mais desenvolvido entre as ex-colônias francesas do continente; neste setor, destaca-se a produção de cimento e óleos vegetais, além de instalações para conservação de pescado (Dakar é a principal base para a pesca do atum no continente), refinaria petrolífera e fábrica de fertilizantes.

Porém, a baixa renda “per capita” ainda faz lembrar que o apoio francês, mesmo depois da independência, serviu apenas para manter os privilégios econômicos da minoria.

O primeiro presidente do Senegal pós-independência foi Léopold Sédar Senghor, literato com formação europeia que conservou a essência do ser negro, e governou pelo período de vinte anos, tempo em que o Senegal se constituiu em estado relativamente forte.

Nos anos 1960, Senghor participou da fundação da francofonia, organismo que congregava as ex-colônias africanas de origem francesa; desta fase, eis uma de suas declarações, feita em 1962: “a francofonia é humanismo integral que se tece ao redor da terra”.

Entre os principais legados de Senghor está a difusão, na África, da “negritude”, movimento político e artístico que buscou a “soma total dos valores culturais do mundo negro e africano”, e que foi desenvolvido como renascença da cultura artística africana.

Festejado difusor deste movimento foi, entre outros, Aimée Césaire, bem como seus companheiros estudantes negros na França, com os quais conviveu Sartre, autor do prefácio de *Os condenados da terra*, de Frantz Fanon, publicado em 1961.

Morto Senghor, o país passou a viver a disputa pelo poder, passando sempre pelas diferenças étnicas, que acabaram por dificultar a necessária coesão de esforços para a construção de um país.

Zâmbia

Agosto de 1999

O nome Zâmbia se origina de *kazembe*, Zambeze, rio da região, cujo significado, no idioma local, é “o grande rio”. O sufixo -ia (do latim), aparece em inúmeros países e regiões, como Itália, Gália.

Região habitada desde a idade da pedra por povos da etnia khoi-khoi, depreciativamente chamados bosquímano, aos quais se devem numerosas pinturas rupestres encontradas em 1921, ali foram encontrados, também, vestígios do *homo rhodesiensis*, datados de 25 mil anos.

No início da Era Cristã, instalou-se, no vale do Zambeze, vindos do sul, um povo negroide, que conhecia a metalurgia do ferro.

Por volta de 1500, chegou a Zâmbia o povo tonga e, até 1700, foram se instalando, provenientes do noroeste do continente, outros povos bantu que conheciam a metalurgia, agricultura e algumas técnicas de pastoreio.

Na região pode-se distinguir duas correntes principais de povos: os baluba e os balunda; esses últimos eram governados, no final do século VI, pela rainha Luedji, que foi sucedida por Mwata Yamva (1660-1675), considerado como divindade numa série de estados satélites que pagavam tributos.

Na região das minas de cobre, antes da chegada dos europeus, foram produzidas e comercializadas, pelo menos, 100 mil toneladas deste metal.

No século XIX, começam as migrações dos povos bantu, provenientes da terra dos zulu; os Ngoni chegam em 1935: dirigidos pelo chefe Sebituane, o povo soto do Makoloche apoderou-se de Barotse; pela mesma época operaram, na Zâmbia, traficantes de escravos (árabes e outros), que dizimaram os pacíficos povos agrícolas locais.

O primeiro branco a explorar a Zâmbia foi, em 1798, o brasileiro Francisco José M. de Lacerda e Almeida, governador de Moçambique, que chegou à capital na tentativa de encontrar uma rota até o litoral angolano, ligação que foi realizada entre 1802 e 1811, pelos bombeiros mestiços de Angola, Pedro José Batista e Amaro José.

Mas, somente após a viagem de David Livingstone (1813- 1873), em 1851, e com a descoberta das cataratas Vitória e do Barotseland, a região começou a ser conhecida pelos europeus.

A região, em 1894, foi incorporada à Rodésia que, após 1888, foi dividida em dois protetorados: a Rodésia do Sul (atual Zimbabwe) e a do Norte (atual Zâmbia), que foi administrada pela Cia. Britânica da África do Sul até 1924, quando passou ao domínio direto da Inglaterra.

No período anterior à II Guerra Mundial, colonos britânicos lá se instalaram e, em 1960, a minoria branca chegou a 5% da população.

A independência aconteceu em 1964, sob a presidência de Kenneth Kaunda, que se preocupou em convencer os colonos brancos a não emigrarem, como ocorreu na maior parte das ex-colônias europeias, na África.

Em 1979, comandos rodesianos destruíram o quartel-general do movimento guerrilheiro União Africana do Povo do Zimbawe (Zapu), em Lusaka, que combateu o governo branco rodesiando com o apoio do governo de Zâmbia.

Medidas de austeridade econômica levaram a uma greve geral em 1982, contra Kaunda: o preço do cobre caiu; em 1987, Kaunda rompeu com o FMI e, mesmo assim, foi eleito várias vezes, ficando na presidência até 1991.

O movimento pela democracia multipartidária venceu as eleições naquele ano, elegendo Frederick Chiluba como presidente; mas, este não conseguiu resolver a crise em seu governo, decretando, em 1993, estado de emergência (revogado no final do mesmo ano), para conter uma campanha de desobediência civil comandada pelos partidários de Kaunda.

Um acordo com o FMI, em 1993, conduziu à privatização de estatais e à redução de máquina pública, causando aumento de desemprego e insatisfação popular e, no ano seguinte, Chiluba teve que trocar dez de seus ministros, acusados de tráfico de drogas.

Medidas foram tomadas para que o ex-presidente Kaunda não fosse reeleito e, em novembro de 1996, Chiluba foi reconduzido para um mandato de cinco anos.

Kaunda foi morto a tiros por policiais em agosto de 1997, no comício em que desafiava as proibições do governo; em novembro do mesmo ano, Chiluba sufocou uma tentativa de golpe de oficiais do exército, do que resultou trinta golpistas presos e um morto.

Zimbábwe

Março de 1997

Vestígios de cultura da Idade da Pedra, datando de 500.000 anos atrás, foram encontrados no atual Zimbábwe, e é provável que os khoi-khoi/bosquímanos, que ainda hoje vivem no deserto do Kalahari, descendam desses habitantes originários da África central e meridional.

Os primeiros bantu (do cafre *ba*, plural, mais *ntu*, pessoa), devem ter chegado entre os séculos V e X d.C., às famosas ruínas de Zimbábwe - o mais importante sítio arqueológico em pedra da África – mas, isto não é certo.

Durante a colonização, o Zimbábwe já foi denominado, primeiramente, Rodésia do Sul; posteriormente apenas Rodésia, nome dado em homenagem ao aventureiro britânico de Oxford, Cecil Rhodes, em 1878.

Porém o país, um dos mais importantes do sul da África, adotou o nome de Zimbabwe em 18 de abril de 1980, como tributo à antiga cidade de Zimbabwe, formada por desenvolvida população urbana, que floresceu na região entre os séculos IX e XII da era cristã. Salisbury (atual Harare), a capital, foi fundada em 1890.

A partir do século XVI, traficantes de escravos portugueses vindos de Moçambique, começaram a frequentar o território; no final do século XIX, Cecil Rhodes obtém concessões para a exploração mineral nas largas extensões territoriais da região. Como decorrência, colonos brancos ali se instalaram em grande quantidade, onde formaram um governo autônomo.

Tropas britânicas esmagaram a resistência de grupos nativos, khoi/khoi e bantu (os primeiros, que vivem nos limites ocidentais de Matabele, miscigenaram-se com os bantu que se dividem em dois grupos principais: os shona, grupo étnico-linguístico que constitui 70% da população, e os ndebelles, que perfazem de 20 a 25%); a região se tornou protetorado do Reino Unido em 1888.

Em 1953, as duas Rodésias e Niassa (atual Malawi) formaram uma federação sob tutela britânica; foi em 1961 que a Rodésia do Sul adotou Constituição que garantia a manutenção do domínio branco, em termos semelhantes ao *apartheid* sul-africano, embora apenas 2% da população tenha origem europeia.

A federação foi dissolvida em 1964; no mesmo ano, o Reino Unido concedeu a independência à Rodésia do Norte e ao Niassa, mas se recusou a fazer o mesmo em relação à Rodésia do Sul, devido à sua insistência em constituir um governo de minoria branca; o conflito favoreceu a ascensão da Frente Rodesiana, partido fascista branco cujo líder, Ian Smith, torna-se primeiro-ministro.

Com o fracasso das negociações com o Reino Unido, Smith proclama a independência da Rodésia em 1965, o que é declarado ilegal e nulo pelos britânicos.

Em 1978, o governo Smith assina o acordo de Lancaster House, com três dirigentes negros tidos como “moderados”: entre eles, o Bispo Abel

Muzorewa; o documento prevê, entre outras coisas, a transição pacífica para um governo de maioria negra, e garantias ao direito de propriedade dos brancos; contudo, o acordo é rejeitado.

No início da década de 70, surgem movimentos guerrilheiros negros contra o regime rodésiano e, após anos de guerra militar e diplomática, chegou-se, afinal e em 1979, a um acordo mediado pelo governo britânico: Ian Smith deixa o Poder.

Eleições foram realizadas em abril daquele ano, com a vitória do Congresso Nacional da África Unida: o Bispo Muzorewa se torna primeiro-ministro do “Zimbabwe- Rodésia”; porém, o resultado é contestado pela Frente Patriótica e, em dezembro do mesmo ano, o país volta a ser colônia britânica.

Contudo, nas eleições de fevereiro de 1980, a ZANU (União Africana do Zimbabwe) vence, o que culmina com a proclamação da independência do país em 18 de abril, o que é, posteriormente, confirmado pela ONU.

Nas eleições seguintes, a ZANU vence por larga maioria. Seu Líder, Robert Mugabe, assume o poder como o primeiro-ministro, e estabelece coligação com Joshua Nkomo, líder da ZAPU (União Popular Africana do Zimbabwe).

Ao encerrar-se a década de 1980, a ZANU continua no poder, após fusão com a ZAPU, e o país caminha para um regime unipartidário, marxista.

Em 1987, Robert Mugabe torna-se presidente, com funções antes reservadas ao primeiro-ministro (cargo abolido); em 1990, ele e seu partido vencem as eleições gerais; no mesmo ano, o governo desiste do regime unipartidário e, em 1991, a ideologia marxista-leninista é abandonada, como reflexo do esfacelamento do comunismo russo.

Aos poucos, o país evolui para uma sociedade mais liberal.

Prêmio Nobel

1961	Paz	Albert Lutuli
------	-----	---------------

**CALENDÁRIO DA
NEGRITUDE**

DATAS MARCANTES

Ainda na busca de conhecer melhor suas origens e história, o Núcleo se preocupou em manter, embora sempre sujeita ao dinamismo que a sequência de fatos tem por característica principal, a atualização de calendário voltado a registrar aqueles que julga os principais eventos a serem lembrados na história tanto brasileira quanto africana.

Assim sendo e com este intuito, preocupou-se, sempre e em suas reuniões, de apresentar, atualizadas, as efemérides de dois meses: o corrente, para que as datas pertinentes pudessem ser lembradas; o mês seguinte, para provocar pesquisas e reflexões que, eventualmente, eram apresentadas na reunião pertinente.

Como auspicioso efeito colateral, produziu-se, mesmo que acidentalmente, rico painel dos eventos que marcaram a história, cultura, resistência e atuação da negritude sobre o próprio fazer social e, deste painel, foi possível levantar o mosaico e a interação de ações que, de outra forma, não possibilitariam a visão holística desejada pelo Núcleo.

Assim sendo e com esta consciência, resolveu-se adicionar, a este livro comemorativo, a possibilidade de também proporcionar, a eventuais e esperados leitores pesquisadores, subsídios para a análise contextual dos eventos abordados.

Como exemplo, mas simples exemplo, torna-se possível, na visão mês a mês, perceber que a Lei de Terras sucede, quase imediatamente, à proibição do tráfico de escravizados, em setembro de 1851; também e no mesmo olhar, salta aos olhos do pesquisador, mesmo que menos atento, a importância desse mês na história da negritude.

Por outro ângulo, na visão vertical, também causa, talvez, algum espanto perceber o quanto o ano de 1492 foi importante para a gênese do

processo de vilipêndio ao continente africano: é neste mesmo ano que o Tratado de Granada possibilita a retomada da Península Ibérica pelos espanhóis frente ao mundo islâmico; mas, é no mesmo ano que se dá a expulsão dos judeus da Península e, no final do período, acontece a chegada de Colombo às Américas, iniciando o processo que culminaria com a diáspora compulsória da qual todos descendemos.

Enfim: aí está o calendário. Que sirva de subsídios a quem quiser e souber explorá-lo.

Dia	Ano	Janeiro
1	1804	Independência do Haiti
	1883	A vila de Acarape (hoje, Redenção), Ceará, liberta seus 116 escravos
2	1711	Fundação da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos, em São Paulo
	1837	O § 2º do art. 3º da Lei nº 1 do Rio de Janeiro, proíbe escravos e pretos africanos de frequentar escolas públicas
06	2003	Promulgada a lei 10639, que determina o ensino das africanidades na rede oficial de ensino
8	1454	A bula Romanus Pontifex, do papa Nicolau V, institui o Padroado
	1912	Fundação do Congresso Nacional Africano – África do Sul
9	2003	A lei 10639 inclui o art. 29A, na LDB, para estudo das africanidades no currículo escolar oficial
13	1913	Nasce Enedina A. Maruque, primeira engenheira negra brasileira
15	1929	Nasce Martin Luther King
25	1835	Revolta dos Malês – Salvador, Bahia
26	1944	Nasce Ângela Davis, militante norte-americana do feminismo negro
31	1582	Nasce Nzinga, rainha de Angola entre 1623 e 1663

Dia	Ano	Fevereiro
1	1955	Nasce Lélia Gonzales, antropóloga militante do feminismo negro
2	1988	Aprovada a Lei Caó, classificando o racismo como crime
19	1919	Realizado, em Paris, o 1º Congresso Pan-Africano
26	1885	Encerrada a Conferência de Berlim, que consagra a Partilha da África

Dia	Ano	Março
6	1957	Independência de Gana – 1º país da África subsaariana a se tornar independente
7	1961	Fundação do Aristocrata Clube, em São Paulo
8	1957	Dia Internacional da Mulher
21	1960	Dia internacional pela eliminação da Discriminação Racial (vítimas do massacre de Sharpeville, África do Sul)
	1997	Zumbi é incluído na galeria dos heróis nacionais
23	1741	Alvará autoriza marcar a letra “F” na testa de fugitivos recapturados
25	1884	Primeira abolição da escravatura no Brasil: estado do Ceará
26	1873	Abolição da escravatura em Porto Rico

Dia	Ano	Abril
1	1680	Abolição formal dos índios, no Brasil
	1986	I Festival de Artes Negras - Senegal/Dacar
4	1960	Independência do Senegal
	1968	Assassinato de Martin Luther King
19	1960	Independência de Serra Leoa
20	1871	Franciscano libertam 16 escravos e declaram o “Ventre Livre”
26	1942	Nasce Benedita da Silva, primeira governadora negra (RJ) brasileira

Dia	Ano	Mai
3	1865	A Ordem de São Benedito institui o “Ventre livre” entre seus escravos
	1926	Nascimento do geógrafo Milton Santos, ganhador do prêmio Vautrin Lud, considerado o Oscar da geografia
4	1493	A bula Inter Cætera, do papa Alexandre VI, estende à Espanha os direitos de escravizar concedidos a Portugal em 1452
5	1990	Instituída a Fundação Cafuné, pelo Nucab, em Sorocaba
8	1758	Extinta a escravidão indígena no Estado do Brasil
11	1994	Posse de Nelson Mandela na presidência da África do Sul
12		Dia da escrava Anastácia, símbolo das negras vítimas de violência
13	1881	Nascimento do escritor Afonso Henriques de Lima Barreto
	1888	Abolição da escravatura brasileira
		Dia Nacional de denúncia contra o racismo (?)
2002	Dec. 4229 institui as políticas de discriminação positiva – ações afirmativas	
18	1950	Rio de Janeiro - reunião do Conselho Nacional de Mulheres Negras
25	1963	Criação da Organização da Unidade Africana (OUA) – Dia da África
27	1537	Bula <i>Sublimis Deus</i> de Paulo III, declara que os índios têm alma e condena a escravidão

Dia	Ano	Junho
1	1990	Inaugurado o Memorial Zumbi dos Palmares, em Volta Redonda/RJ
4	1527	Primeira rebelião de escravos em San Juan (Porto Rico)
6	1755	Extinta a escravidão indígena no Estado do Grão-Pará e Maranhão
10	1940	Morre, em Londres, Marcus M. Garvey cofundador do Pan-africanismo
16	1976	Massacre de Soweto (África do Sul) - 1.000 crianças morreram
17	1991	Fim do apartheid na África do Sul
18	1452	Pela bula Dum Diversas, o papa Nicolau V autoriza, a Portugal a escravização dos povos que encontrasse nos seus descobrimentos
	1978	Criação do Movimento Negro Unificado
20	1884	Abolição da escravatura no Amazonas
	1978	Dia do refugiado africano
24	2001	Morte do geógrafo baiano Milton Santos
25	1975	Independência de Moçambique
26	1957	Nasce Sonia Guimarães, primeira física mulher a lecionar no ITA
27	1976	Independência de Djibuti
28	1890	Brasil passa a só admitir a imigração de africanos e asiáticos se autorizados pelo Congresso
30	1960	Independência do Zaire (atual República Democrática do Congo)

Dia	Ano	Julho
1	1960	Independência de Ruanda e Somália
	1962	Independência do Burundi
2	1991	1ª Conferência do Congresso Nacional Africano na legalidade (após 30 anos)
3	1951	Aprovada a Lei Afonso Arinos
	1962	Independência da Argélia
5	1975	Independência do Cabo Verde
9	1880	Joaquim Nabuco funda a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão
12	1942	Nasce Maria Beatriz do Nascimento, ativista da negritude
	1975	Independência de São Tomé e Príncipe
15	1984	Equador: Primeira conferência sobre Mulher Negras nas Américas
25	1778	Oito escravos organizam a 1ª Igreja Batista das Américas (Silver Spring, USA)
	1992	Instituído o Dia da Mulher Afro-latino-americana e Caribenha
26	1847	Independência da Libéria

Dia	Ano	Agosto
1	1960	Independência do Benin
3	1960	Independência do Níger
7	1962	Independência da Jamaica
8	1444	Lagos, Algarve, Portugal – 1º ato da escravidão moderna, vitima 235 africanos caçados na ilha Arguim, Mauritània
	1845	Os ingleses aprovam a Bill Aberdeen, autorizando-se a capturar e/ou afundar navios negreiros em pleno mar
11	1862	Libertados juridicamente os escravos norte-americanos
12	1798	Publicado o manifesto da Revolta dos Alfaiates
15	1960	Independência do Congo
17	1887	Nasce, na Jamaica, Marcus M. Garvey, cofundador do Pan-africanismo
22	1988	Criação da Fundação Cultural Palmares
24	1882	Morre Luís Gama
	1977	Colômbia: Primeiro Congresso de Cultura Negra das Américas
28	1963	Martin L. King comanda a Marcha sobre Washington

Dia	Ano	Setembro
4	1850	A Lei Eusébio de Queiroz extingue o tráfico negreiro no Brasil
5	1960	Leopold Sédar Senghor é eleito presidente do Senegal
7	1981	Criado o Grupo União e Consciência Negra
9	1654	Morre o padre Pedro Claver, protetor de escravos em Cartagena, Colômbia
10	1979	Morre Agostinho Neto, presidente de Angola
11	1960	Independência do Senegal
12	1977	Steve Biko é assassinado, na África do Sul
13	1915	Nasce, em Sto. Amaro da Purificação, Bahia, Alberto Guerreiro Ramos
14	1833	Fundado “O homem de cor”, primeiro jornal da imprensa negra
15	1869	Proibida a separação dos membros de famílias escravas
16	1931	Fundação da Frente Negra Brasileira, em São Paulo
18	1945	O art. 2º do Dec. 7967 reabre a imigração, recomendando levar em conta “nossa ascendência europeia”
20	1850	A Lei de Terras proíbe a concessão não onerosa das mesmas
22	1862	Proclamada a abolição da escravatura norte-americana
	1960	Independência do Mali
24	1871	Aprovada a Lei do Ventre Livre

28	1885	Aprovada a Lei dos Sexagenários
	1945	Fundada a Sociedade Cultural e Beneficente 28 de Setembro; Sorocaba/SP
	1979	Instalado o Instituto de Cultura Afro-Brasileira, na SCB 28 de Setembro, em Sorocaba/SP
29	1434	Papa Eugênio IV emite a Criador Ominium, proibindo portugueses de escravizar nativos cristianizados nas ilhas Canárias

Dia	Ano	Outubro
11	1890	O Art. 402 da Lei de Vadiagem tipifica a capoeira como crime
13	1944	Criado, no Rio de Janeiro, o Teatro Experimental do Negro

Dia	Ano	Novembro
1	1922	Morre Lima Barreto
4	1978	O MNU declara o dia 20 de novembro como Dia da Consciência Negra
7	1831	Lei Feijó declara livres africanos desembarcados a partir desta data
11	1975	Independência de Angola
	1980	Independência do Zimbábwe (antiga Rodésia do Sul)
19	1890	Rui Barbosa assina a queima dos arquivos sobre a escravidão
20	1695	Morre Zumbi dos Palmares
	2003	Instituído o Dia Nacional da Consciência Negra
22	1910	Revolta da Chibata. Líder: João Cândido, o “Almirante Negro”
	1960	Independência da Mauritânia
24	2005	A UNESCO reconhece o Samba do Recôncavo Baiano como Patrimônio da Humanidade
25	1808	Decreto concede sesmarias a estrangeiros residentes no Brasil

Dia	Ano	Dezembro
2	1963	Instituído o Dia Nacional do Samba
6	1969	Morre João Cândido, líder da Revolta da Chibata
8	1933	Surge o jornal “A voz da raça negra”
10	1948	Declaração Universal dos Direitos Humanos
12	1963	Independência do Kênia
13	1936	Revolta Balaiada, MA. Líderes: Preto Cosme e Francisco dos Anjos Ferreira
14	1914	Abdias do Nascimento funda o Teatro Experimental do Negro
16	1830	Art. 295 do Código Criminal institui prisão a quem não comprovar ocupação honesta e útil

17	1434	Eugênio IV edita a Criador Ominium proibindo a escravidão e determinando a libertação de escravos convertidos nas ilhas Canárias
	1663	Morte da Rainha Nzinga, em Angola
	1985	Lei 962, do Rio de Janeiro, proíbe a discriminação racial em elevadores
20	1979	Adotada a Convenção sobre eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher
	1985	Lei 7437 condena a discriminação no mercado de trabalho por motivo de raça ou cor



UNISO

Uniso (Filiada à Associação Brasileira das
Universidades Comunitárias - ABRUC)

Missão da Universidade de Sorocaba

“Ser uma Universidade Comunitária que, por meio da integração de ensino, pesquisa e extensão, produza conhecimentos e forme profissionais, em Sorocaba e região, para serem agentes de mudanças sociais, à luz de princípios cristãos.”

www.uniso.br